

COLEÇÃO DESAFIOS GLOBAIS

Volume 4 | **Ásia-Pacífico**



Aziz Tuffi Saliba
Bárbara Malveira Orfanò
Dawisson Belém Lopes
Liu Yuanchun
Organizadores

(EDITORAufmg)



COLEÇÃO DESAFIOS GLOBAIS

Volume 4 | Ásia-Pacífico

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
REITORA Sandra Regina Goulart Almeida
VICE-REITOR Alessandro Fernandes Moreira

EDITORA UFMG
DIRETOR Flavio de Lemos Carsalade
VICE-DIRETORA Camila Figueiredo

Flavio de Lemos Carsalade (PRESIDENTE)
Ana Carina Utsch Terra
Antônio de Pinho Marques Júnior
Antônio Luiz Pinho Ribeiro
Camila Figueiredo
Carla Viana Coscarelli
Cássio Eduardo Viana Hissa
César Geraldo Guimarães
Eduardo da Motta e Albuquerque
Élder Antônio Sousa e Paiva
Helena Lopes da Silva
João André Alves Lança
João Antônio de Paula
José Luiz Borges Horta
Lira Córdova
Maria Alice de Lima Gomes Nogueira
Maria de Fátima Cardoso Gomes
Renato Alves Ribeiro Neto
Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi
Rodrigo Patto Sá Motta
Sergio Alcides Pereira do Amaral
Sônia Micussi Simões

COLEÇÃO DESAFIOS GLOBAIS

Volume 4 | Ásia-Pacífico

Aziz Tuffi Saliba
Bárbara Malveira Orfanò
Dawisson Belém Lopes
Liu Yuanchun
Organizadores

(EDITORAufmg)

© 2021, Os organizadores
© 2021, Editora UFMG

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Ásia-Pacífico / Aziz Tuffi Saliba ... [et al.] organizadores. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2021.

334p. : il. (Desafios globais; 4)

Outros organizadores: Barbara Malveira Orfanò, Dawisson Belém Lopes, Liu Yuanchun.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5858-023-2

ISBN digital: 978-65-5858-017-1

1. Ásia – Pacífico – História. 2. Ásia – Condições sociais. 3. Ásia – Condições ambientais. I. Saliba, Aziz Tuffi. II. Orfanò, Barbara Malveira. III. Lopes, Dawisson E. Belém. IV. Liu, Yuanchun.

CDD: 950

CDU: 95

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária
- CRB-6/1390

COORDENAÇÃO EDITORIAL Jerônimo Coelho

DIREITOS AUTORAIS Anne Caroline Silva

ASSISTÊNCIA EDITORIAL Eliane Sousa

ORGANIZAÇÃO DE MANUSCRITOS Thatiana Marques dos Santos, Luciana Fiúza de Souza, Théo Soares de Carvalho e Débora Evelyn da Conceição

PREPARAÇÃO DE TEXTOS Anderson Freitas

PROJETO GRÁFICO Giovanni Barbosa

FORMATAÇÃO E MONTAGEM DE CAPA Giovanni Barbosa

PRODUÇÃO GRÁFICA Warren Marilac

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 – CAD II/Bloco III

Campus Pampulha – 31270-901 – Belo Horizonte/MG

Tel: + 55 31 3409-4650 – www.editoraufmg.com.br – editora@ufmg.br

SUMÁRIO

Prefácio	9
<i>Sandra Goulart Almeida</i>	
Introdução	13
<i>Dawisson Belém Lopes</i> <i>Bárbara Malveira Orfanò</i> <i>Aziz Tuffi Saliba</i>	
1. Ecocivilização: a abordagem chinesa do desenvolvimento sustentável	27
<i>Liu Jinlong</i> <i>Xu Tuoyuan</i>	
2. Em busca da sustentabilidade: proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico de Kamchatka do Sul	77
<i>Varvara Sazhina</i> <i>Anna Zavadskaya</i>	
3. Usos do bambu na China e no Brasil: tendências e desafios	103
<i>Jerônimo Coura-Sobrinho</i> <i>Luís Eustáquio Moreira</i>	

4. Saúde e bem-estar da China: situação atual, desafios e direções	129
<i>Hu Hongwei</i> <i>Chen Jinyang</i>	
5. Liberdade de imprensa acorrentada na Tailândia	167
<i>Pavin Chachavalpongpun</i>	
6. “Arqui-ologia” da China: produzindo o novo tecido urbano da China através da reutilização adaptativa	191
<i>Lin Jia</i>	
7. O papel do Instituto Confúcio no ensino do mandarim: Brasil e Macau em cena	201
<i>Bárbara Malveira Orfanò</i> <i>Cheng Jin</i>	
8. Entendendo o processo de <i>catch up</i> da China: um olhar para a evolução do Sistema Nacional de Inovação chinês	221
<i>Mariana Miranda Rodrigues</i> <i>Gilberto Libânio</i>	
9. O Japão e sua percepção em evolução sobre uma região	253
<i>Yoichiro Sato</i>	

10. A Austrália e o uso do termo “Indo-Pacífico”: reflexões acerca do contexto geopolítico	265
<i>João Paulo Nicolini Gabriel</i>	
11. Debates de estudiosos chineses sobre estratégias de disputa marítima	295
<i>Zuo Xiyong</i>	
Sobre os autores	329

PREFÁCIO

A compreensão dos tempos presentes tem demandado de cada um e de cada uma de nós um enorme esforço. O mundo ora impõe desafios inéditos, numa escala efetivamente global, em toda a sua densidade e premência. Para dar conta de tudo, não há fórmula melhor do que a cooperação acadêmica e científica internacional. Afinal, não há reflexão individual que supere a coletiva.

A Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Editora da UFMG, organizou a Coleção Desafios Globais, a qual pretende debater, por meio de seus seis tomos e mais de duas mil páginas, as diferentes macrorregiões do planeta atualmente contempladas pelos Centros de Estudos Regionais da UFMG, ligados à DRI – África, América do Norte, América Latina, Ásia-Pacífico, Europa e Índico.

A proposta editorial da Coleção consiste, fundamentalmente, em fazer discussão adensada e plural de alguns dos principais problemas contemporâneos enfrentados pela humanidade, valendo-se da *expertise* instalada, por intermédio dos inovadores Centros de Estudos Regionais, tanto na UFMG quanto em suas mais de 450 instituições parceiras em 60 países ao redor do mundo. As contribuições autorais estão organizadas em seis áreas temáticas, quais sejam: (I) Sustentabilidade, (II) Saúde e

Bem-Estar, (III) Direitos Humanos, (IV) Novas Tecnologias e Fronteiras da Ciência, (V) Instituições, Governança e Regulação, (VI) Educação, Cultura e Arte.

Cada livro da Coleção volta-se para uma geografia específica e cobre tentativamente os domínios elencados. O alcance praticamente universal e a comparabilidade entre os tópicos abordados estarão assegurados pelo conjunto dos seis volumes. Outra preocupação editorial foi o contexto: os estudos de caso, as comparações entre as análises apresentadas e as leituras sistêmicas ancoram-se, invariavelmente, nas suas respectivas regiões de pertencimento. Não há capítulo que deixe de explorar as conexões entre assuntos e lugares.

Ao todo, mais de 130 autores, provenientes de mais de 30 nações, em todos os quadrantes da Terra, emprestaram seus conhecimentos e perícia técnica para a confecção desta obra coletiva. A panóplia de matérias vai de gestão de resíduos sólidos e segurança alimentar na África até a situação dos direitos humanos e os rápidos avanços tecnológicos no Índico, passando pela crise da saúde pública nas Américas, por sustentabilidade ambiental e liberdade de imprensa na Ásia-Pacífico, e pela xenofobia e a ascensão da extrema direita na Europa.

Trata-se de um farto banquete intelectual para acadêmicos e tomadores de decisão. O perfil variado dos colaboradores da Coleção permite ver, lado a lado, professores, pesquisadores, gestores públicos e privados, políticos de carreira e ativistas sociais de múltiplas orientações. Temas de elevado apelo, cuja relevância não pode ser subestimada, foram incluídos nesta coletânea. Chamam-me a atenção, em particular, os capítulos sobre educação e cultura, no Brasil e no mundo – campo temático a que estou fortemente vinculada, seja por compromisso profissional e senso de dever, seja por afeto e interesse de pesquisa.

O mais importante a notar, para além do que já foi expresso, é o papel de liderança reiteradamente desempenhado pela

UFMG, ao trazer uma arguta e aprofundada abordagem, sob um viés comparado, em momento especialmente duro no cenário internacional. A Universidade não se furtou, uma vez mais, a cumprir sua responsabilidade social. Numa encruzilhada histórica decisiva, em que somos acometidos por ameaças existenciais e instados a pensar e agir rapidamente, a comunidade da UFMG esteve à altura das expectativas nela depositadas, assumindo para si, com prontidão, a missão de mostrar o caminho à frente. O corpo de escritos que conforma a Coleção Desafios Globais é a instanciamento desse esforço para compreender o vasto mundo que nos rodeia e sua inerente complexidade. O resultado admirável pode ser conferido nas páginas que se seguem.

Registre-se, por fim, que a obra acadêmica reflete, com acurácia, a força dos milhares de estudantes, professores, pesquisadores, servidores técnico-administrativos em educação e colaboradores que integram os quadros da UFMG, bem como de nossos parceiros e parceiras, brasileiros e estrangeiros, em Minas Gerais, no Brasil, nas Américas, em todo o mundo, que não estão formalmente atrelados à UFMG.

Somos gratos a todos e todas que contribuíram de forma célebre e articulada para a concretização deste projeto, que se reveste de especial importância como espaço de pensamento crítico sobre os muitos e multifários desafios globais, em um contexto tão incerto e adverso.

Sandra Goulart Almeida
Reitora da UFMG

INTRODUÇÃO

*Dawisson Belém Lopes
Bárbara Malveira Orfanò
Aziz Tuffi Saliba*

A Ásia na sua porção mais oriental, que se conecta com a Oceania por meio do oceano Pacífico, é o objeto desta coletânea. Distintas entre si são as sub-regiões compreendidas pelo recorte geográfico: do Nordeste Asiático – China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, Mongólia e o extremo leste da Rússia – ao Sudeste Asiático – Brunei, Cambodja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Cingapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã –, abraçando ainda a Austrália, a Nova Zelândia e as muitas pequenas ilhas soberanas do Pacífico Sul – Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu. Trata-se, por um lado, de um espaço absolutamente heterogêneo em sua constituição, composição, geografia, história e cultura; por outro, aparenta tão convergente em aspectos que, porquanto conversíveis em atributos de poder, quando em conjunção, levam a Ásia-Pacífico a uma posição relacional invejável no concerto das nações (BEESON; STUBBS, 2012; BEESON, 2014; HE, 2017).

O Orientalismo nosso de cada dia

O acadêmico palestino Edward Said, pensador consagrado no Ocidente, é dono de uma das teses mais impactantes no trato com a questão histórica do imperialismo europeu. Em poucas linhas, Said enxerga no “Orientalismo” um produto dos ideais e pontos de vista do Atlântico Norte para justificar e legitimar as investidas ideológicas e militares em Estados situados além-Moscou. O “Orientalismo Latente” confere ao Oriente características tais como a tendência ao despotismo, a mentalidade aberrante, a prevalência do sensorial sobre o racional, os hábitos de imprecisão, o atraso. Tais proposições, racistas, imperialistas e etnocêntricas, podem ser encontradas em escritos de Marx, Flaubert, Nerval, Lane, Renan ou Gobineau. O Orientalismo Latente toma emprestados os seus fundamentos das distorções do determinismo biológico – primeiro em Darwin, depois nos geopolíticos e geógrafos, para enfim contaminar políticos e sociólogos (SAID, 1978).

Da latência, passa-se à ação. O segundo estágio histórico do Orientalismo, Said o batiza de “Orientalismo Manifesto”. Consoante a percepção europeia de que o Oriente era um espaço geográfico a ser cultivado e protegido, resguardado de invasores e explorado tanto quanto possível, emergiu a necessidade de que tal porção do globo fosse *administrada*, em termos econômicos e militares. Na interação entre franceses, ingleses e orientais, o Orientalismo veio violentamente à tona. À medida que os ocidentais passaram a “explicar” aos orientais (ao asiático, sobretudo) as suas próprias características, inculcando-lhes crenças, conceitos, visões de mundo, com o intuito de dobrar a resistência, ter-se-ia forjado o substrato normativo indispensável para o domínio europeu. Para muitos pensadores, essa dinâmica foi responsável pelo déficit de desenvolvimento dos países do continente asiático até, pelo menos, a segunda metade

do século XX (SAID, 1978). Seja como for, é razoável supor que o Orientalismo tenha sido importante para a formação de uma autopercepção, por parte dos orientais, de diferenças irreconciliáveis e de defasagens insuperáveis em relação ao Ocidente. Na prática, por várias gerações, o constructo serviu a propósitos políticos nefastos: a perpetuação de ditadores no poder; o hiato tecnológico; a letargia patriótica; a periferação dos asiáticos em relação ao capitalismo global. Isso prevaleceu até que irrompesse o processo de descolonização afroasiática.

Nada obstante, considerar, nos dias correntes, o bloco continental asiático (e seus vários subsistemas integrados e sobrepostos: Oriente Médio, Ásia Central, Indostão, Extremo Oriente, Sudeste Asiático) como um polo desconexo e subalterno na sociedade internacional soa como heresia. A fantástica retomada asiática é recente,¹ datando o seu pontapé inicial da reconstrução japonesa pós-Segunda Guerra. Vale a pena compendiar alguns dos fatores que nos levam a sustentar a tese da irrefreável marcha asiática rumo ao protagonismo mundial. Tomemos, inicialmente, os fatores econômicos e tecnológicos. Nesse quesito, as economias do Extremo Oriente e Sudeste Asiático parecem levar vantagem sobre países do Atlântico Norte, vez que integram um pujante bloco econômico “aberto” da região. As redes produtivas articuladas associam-se às políticas públicas de investimentos industriais, tecnológicos e científicos, resultando em vantagens competitivas no comércio internacional de bens intensivos em capital e conhecimento. Para se ter uma noção, China (2º), Japão (3º) e Coreia do Sul (6º) estão entre os 10 maiores investidores em Pesquisa e Desenvolvimento do mundo (STATISTA, 2020). Cingapura, Hong Kong e Japão figuram no topo das listas de economias mais competitivas do mundo

¹ A expressão “retomada” talvez seja a mais adequada para tratar desta fase da História humana, dada a centralidade de que algumas civilizações asiáticas estiveram investidas até o início da Era Moderna (séculos XV e XVI).

(WORLD ECONOMIC FORUM, 2019). China, Vietnã, Cingapura e Malásia estão entre as economias que mais cresceram nas últimas décadas. Japão, Coreia do Sul, China, Cingapura, Malásia, Hong Kong, Taiwan e as Filipinas encontram-se entre os maiores superavitários em conta de transações correntes do mundo. A Ásia-Pacífico é, sem margem à dúvida, a região mais dinâmica da (frágil) economia global.

A fórmula do sucesso é bem conhecida. O Japão e a Coreia do Sul eram atrasados no quesito educação na década de 1950 – quando menos de 10% de suas respectivas populações tinham acesso ao ensino superior –, mas implementaram de maneira espetacular um plano ambicioso com o objetivo de fazer com que seus cidadãos se matriculassem em cursos de ensino superior. O resultado dessas iniciativas, implementadas no início dos anos de 1960, foi impressionante: em 1990, enquanto cerca de 42% de todos os cidadãos japoneses estavam fazendo cursos e obtendo seus diplomas universitários, cerca de metade da população sul-coreana estava sendo (ou tinha sido) escolarizada em nível superior. Foi um movimento revolucionário sob todos os aspectos. Sem surpresa, as mudanças educacionais nos tempos atuais vêm, sobretudo, da China. As universidades chinesas de elite – como Peking, Tsinghua, Fudan e Jiao Tong, para citar apenas algumas – podem reivindicar pertença a um clube muito exclusivo, já que estão classificadas entre as 100 melhores do mundo. O orçamento do ensino superior está crescendo e em breve representará 2% do PIB anual chinês (BELÉM LOPES, 2017).

De acordo com a revista *Nature*, a China ultrapassou os Estados Unidos em número de artigos publicados num dos principais bancos de dados científicos do mundo (o Scopus, da empresa Elsevier). Embora, em média, as publicações chinesas não sejam tão influentes quanto os estudos norte-americanos e europeus, elas ajudam a definir tendências para muitas disciplinas e podem

levar o mundo ocidental a um diálogo entre pares que, de outra forma, não estaria acontecendo. Como mostram dados recentes, houve um aumento acentuado de 37% no número de citações de autores vinculados a instituições da China nos artigos acadêmicos publicados nos últimos cinco anos. Isso serve como um indicador diagnóstico e de predição sobre quem agora está investindo maciçamente em conhecimento e irá, com muita probabilidade, colher o fruto desse investimento no futuro (BELÉM LOPES, 2018).²

O impulso consistente para posicionar o país de maneiras mais favoráveis dentro dos mapas acadêmicos e educacionais globais também se manifesta nos fluxos de entrada e saída de estudantes. Enquanto quase um terço de todos os emigrados educacionais chineses deixam o país para estudar nos Estados Unidos (cerca de 250 mil a cada ano), a própria China está se tornando um destino atraente para alunos, especialmente os que vêm do Sul e Sudeste da Ásia. Os esforços de integração da China aos movimentos migratórios globais na educação levaram o país ao sexto lugar no “QS 2017 World University Rankings”, considerando-se o desempenho geral do ensino superior. Outra dimensão interessante diz respeito à política agressiva da China para aprendizado da língua inglesa. Vários anos atrás, foi sugerido por um relatório da Cambridge University Press que a China tinha 350 milhões de alunos de língua inglesa, superando não apenas a Índia, senão também os Estados Unidos (que têm uma população total de cerca de 330 milhões de cidadãos). A China continua, visivelmente, sendo um país onde o inglês não é amplamente falado. Há boas razões históricas, bem como linguísticas, para explicar essa deficiência relativa, mas não se deve duvidar da determinação de Pequim de alterar esse estado de coisas em uma ou duas décadas (BELÉM LOPES, 2018).³

² Ver o Capítulo 8 desta coletânea.

³ Ver o Capítulo 7 desta coletânea.

Ideias como a “diplomacia do panda”, os “direitos humanos como harmonia social” e a Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*) – que se provou útil para impulsionar tanto o poder brando quanto o duro da China (FANG; NOLAN, 2019) – são produtos de engenharia política e marketing. Contaram, certamente, com metodologia de ciência social de ponta e pesquisas de opinião pública em grande escala para ganhar vida. Além disso, a abordagem chinesa do conhecimento já está dando frutos em se tratando de política externa. Uma coleção de tópicos cognitivamente sofisticados e até futuristas, como a exploração e o uso do espaço sideral, a demografia global e a análise de Big Data, a tecnologia da informação e conectividade, a cibersegurança e a espionagem, a sustentabilidade e a gestão de risco, as energias renováveis e a governança de energia, a economia financeira, a robótica e a inteligência artificial, os novos materiais, a física quântica e a guerra, e assim por diante, tornaram-se o pão com manteiga dos diplomatas de carreira chineses, atendendo, assim, às necessidades presentes e futuras mais urgentes do país.

A beleza desse impulso educacional está na maneira como os asiáticos absorvem o conhecimento de ponta dos bastiões acadêmicos ocidentais – as chamadas instituições da Ivy League, nos Estados Unidos, e as melhores universidades europeias, que recebem milhares e milhares de estudantes indianos, coreanos e chineses anualmente – e adaptam os conteúdos para suas realidades nacionais/regionais. Uma tendência de captar seletivamente técnicas e informações para um determinado propósito, mas sem abrir mão dos condicionamentos locais e dos vieses culturais. Basta observar como os *think tanks*, uma invenção ocidental típica, floresceram na China e foram associados aos desígnios do Partido Comunista – e se perceberá a extensão e a profundidade desse fenômeno contemporâneo.

Rumo à *glasnost* oriental?

No início de 2017, Xi Jinping fez um célebre discurso no Fórum Econômico Mundial na Suíça, que ganhou as manchetes e gerou muita polêmica, sendo interpretado como uma ode à globalização econômica. O argumento de Xi em prol do livre comércio ressoou como música aos ouvidos dos ocidentais da velha guarda, seja na América do Norte, seja na Europa. Como consequência, muitos meios de comunicação globais perguntaram-se: A China está se tornando liberal?

É mais provável que não. Os cientistas políticos norte-americanos Peter Katzenstein e Nicole Weygandt fornecem uma hipótese perspicaz: embora a cosmovisão chinesa seja frequentemente associada à *Tianxia* – conceito segundo o qual a China desfruta de centralidade no universo –, o pensamento utilitário estadunidense é hegemônico na estruturação das interações internacionais. A desregulamentação financeira e do comércio foi aprofundada pelo crescente reconhecimento ocidental do renminbi chinês como moeda confiável e globalmente negociável. China, Japão e Coreia do Sul organizaram suas próprias indústrias de alta tecnologia para se beneficiar ao máximo das cadeias de valor globalizadas. Em comparação com as empresas americanas e europeias, os negócios asiáticos são muito mais verticalizados e fechados nas relações com fornecedores mundiais, comprando geralmente mais matérias-primas e peças manufaturadas de produtores locais do que os estrangeiros o fazem – e aplicando, assim, uma espécie de viés protecionista. Uma rápida aproximação entre os ciclos industriais de dois gigantes da eletrônica, Apple e Samsung, esclarece o ponto. Confúcio pode reconciliar-se com Ronald McDonald, mas tal encontro intercivilizacional é tático e contingente, não transcendental e transformador (BELEM LOPES, 2017).

Embora fatores culturais e religiosos possam dificultar e impedir que as mulheres ingressem no mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens – uma vez que ainda estão sob forte pressão social para desempenhar papéis femininos tradicionais –, o crescente influxo de trabalhadoras domésticas (para não mencionar as trabalhadoras do sexo) dos mais pobres países do Sudeste Asiático – principalmente Tailândia e Vietnã – ajuda a libertar as mulheres das classes média e alta na Ásia-Pacífico das atividades estritamente relacionadas com o trabalho doméstico e a criação dos filhos. Existe, hoje, uma acentuada preocupação com os prejuízos que essas novas realidades nas economias asiáticas de orientação liberal trarão ao tecido social. Nesse sentido específico, a Ásia permanece mais ou menos onde sempre estivera – atada a suas fundações axiológicas (BELÉM LOPES, 2017).

Ainda que timidamente, porém, já se pode observar uma onda de reforma institucional em vários Estados asiáticos. Não que desconsideremos, no escopo de nossa análise, as teocracias repressoras, algumas tiranias castradoras de direitos humanos e as lideranças do tipo “dividir para reinar”, incitadoras de conflitos étnicos ou tribais, dispersas ao largo da região. De modo algum. Contudo, inovações podem ser reportadas. Hong Kong e Cingapura, por exemplo, são consideradas duas das economias mais abertas (ou seja, menos sujeitas a intervenções do Estado) do planeta, de acordo com indicadores da americana Heritage Foundation (2020). A recente “abertura” desses governos, localizados mais a leste, ajuda a explicar o crescimento econômico vertiginoso verificado a partir dos anos de 1960. Ditaduras sempiternas começam a despencar, tal como ocorreu a Suharto, na Indonésia. Os acenos à maior transparência chegam a atingir até mesmo a China. A ideia de democracia representativa e capitalismo liberal unindo-se inseparavelmente está enraizada em lugares como Taiwan e Hong Kong.

A Ásia-Pacífico e seus desafios contemporâneos

Para os habitantes da Ásia-Pacífico que viveram a segunda metade do século XX, estar sob a tutela dos Estados Unidos era um mero fato da vida. Como grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial e gestores de quase todas as maiores instituições internacionais – ONU, FMI, Banco Mundial, GATT, OTAN etc. –, os norte-americanos transformaram o resto do mundo de maneira profunda e, naturalmente, em absoluta consonância com seus valores e propósitos. Agora, a mudança está em curso. O absentismo global de Washington nos últimos tempos emite um convite para Pequim assumir as vagas de tesoureiro e patrulheiro na região.⁴ Tóquio segue como peça importante do xadrez geoestratégico⁵ e, juntamente com Seul e Camberra,⁶ compõe o time de potências médias filo-ocidentais. Países como Indonésia, Filipinas, Malásia, Tailândia, Cingapura e Brunei são apontados como contribuintes para a manutenção da paz e do equilíbrio no Sudeste – em relativo prejuízo das potências extrarregionais, historicamente presentes e determinantes.

Soluções locais vão se estabelecendo mais e mais. Na área da saúde, por exemplo, a China, maior país em desenvolvimento do mundo, fixou como meta a “saúde para todos”. Desde a fundação da República Popular, há mais de sete décadas, os níveis nacionais de saúde melhoraram significativamente e a cobertura universal do seguro médico foi alcançada. O sistema de serviços de saúde e as capacidades institucionais aperfeiçoaram-se. As capacidades básicas dos serviços de saúde pública e de prevenção e controle de doenças estão evoluindo gradualmente. Depois de uma nova rodada de reformas ter sido iniciada em 2009, a China deu passos para assegurar serviços de saúde acessíveis para o seu povo.⁷

⁴ Ver o Capítulo 11 desta coletânea.

⁵ Ver o Capítulo 9 desta coletânea.

⁶ Ver o Capítulo 10 desta coletânea.

⁷ Ver o Capítulo 4 desta coletânea.

Do ponto de vista ambiental, o Partido Comunista Chinês também assume protagonismo, com iniciativas de impacto amplo. Uma delas é a noção de “ecocivilização”, uma resposta política aos problemas trazidos pela modernização acelerada.⁸ Afinal, suas emissões de carbono excederam o nível global *per capita*. Problemas como a constante neblina de fumaça (*smog*), a erosão do solo, a desertificação, a redução da biodiversidade e a poluição do solo tornaram-se fatores de restrição para a industrialização do país. A degradação do ecossistema, com prejuízos palpáveis para florestas, pântanos, desertos, oceanos e pastagens, tornou-se a ameaça mais significativa ao desenvolvimento sustentável de longo prazo. Num Estado que concentra 19% da população mundial, a desconsideração dessas variáveis trará efeitos colaterais para toda a humanidade, causando apreensão e ansiedade entre os países em desenvolvimento.

A população local deve ser a principal destinatária dos benefícios do território e dos seus recursos, tanto materiais quanto imateriais. É por isso que a dimensão social da sustentabilidade merece atenção especial. O enredo tão intrincado do desenvolvimento sustentável impõe a teóricos e profissionais a tarefa de encontrar uma abordagem sistêmica e multidimensional, que possa ser transformada em prática real, na lida com o meio ambiente. Destacam-se nesta coletânea os casos do bambu, gramínea cuja versatilidade tem garantido, ao longo de séculos, utilização ampla e plurifinalística, tanto na China quanto no Brasil;⁹ e de uma iniciativa russa, na Península de Kamchatka, extremo oriente asiático, quase fronteira com a Coreia, na qual profissionais com formações variadas – em geografia física e social, administração pública, sociologia, proteção ambiental e turismo – uniram esforços para encontrar a melhor forma de desenvolvimento

⁸ Ver o Capítulo 1 desta coletânea.

⁹ Ver o Capítulo 3 desta coletânea.

sustentável, inspirados por ideias de proteção do meio e preservação dos interesses da comunidade local.¹⁰

Outro desafio fundamental a equacionar é a transição das sociedades agrárias asiáticas, com raízes milenares, feudais e dinásticas, para uma configuração majoritariamente urbana. O caso chinês, novamente, é muito representativo.¹¹ Impulsionada pelas reformas pós-1978, a República Popular terá, até 2030, 1 bilhão de seus cidadãos (isto é, 65% da sua população total estimada) a ocupar as redes de cidades. Por trás dessa ascensão da urbanidade, há um óbvio gargalo arquitetônico e um movimento frenético entre os projetistas do tecido urbano chinês para unir o passado ao futuro. Como preservar a arquitetura de um antigo prédio transformando-o em uma moderna livraria? Como conciliar os arredores da megalópole com os espaços intimistas de uma sala de refeições? Como manter um museu urbano à beira do rio? Estes são quebra-cabeças para quem se ocupa da economia e da ecologia das cidades do amanhã.

No campo dos direitos humanos, um problema recorrente na região concerne ao respeito dos direitos civis. O caso tailandês chama a atenção: enquanto a Constituição garante a liberdade de expressão, a imprensa se encontra sitiada. A Tailândia juntou-se a um número de países do Sudeste Asiático nos quais a liberdade da imprensa tem sido comprometida por uma soma de fatores, em sua maioria relacionados à concentração de poder no Estado. O retorno do autoritarismo em muitos lugares do Sudeste Asiático tem despertado preocupação e os ataques contra os meios de comunicação têm se normalizado. Presença de militares no gabinete presidencial, uso de mídias sociais para promover polarização política e constituição de máquinas oficiais de *fake news* são tópicos a suscitar inquietação naquela parte do mundo.¹²

¹⁰ Ver o Capítulo 2 desta coletânea.

¹¹ Ver o Capítulo 6 desta coletânea.

¹² Ver o Capítulo 5 desta coletânea.

Em suma, uma nova Ásia aparenta estar em edificação, calçada faticamente nos impressionantes índices tecnoeconômicos do Leste e do Sudeste, no incremento do poderio militar e estratégico dos países banhados pelo Pacífico, e na superação de traumas coloniais e crenças obstaculizadoras. O deslocamento do centro de gravidade mundial na direção leste traz implicações do maior relevo, reconfigurando a geometria de poder e urgindo maior representatividade e peso asiáticos nas organizações internacionais multilaterais e nos foros decisórios globais (VALENTE; BELÉM LOPES; OLIVEIRA, 2019). Este será, com toda certeza, o mundo em que viverão os nossos filhos e netos.

Referências

- BEESON, M. *Regionalism and Globalization in East Asia*. London: Palgrave, 2014.
- BEESON, M.; STUBBS, R. (org.). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. New York: Routledge, 2012.
- BELÉM LOPES, D. Asia's Exceptional Neoliberalism. *The Diplomat*, 7 Aug. 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/08/asias-exceptional-neoliberalism/>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BELÉM LOPES, D. China and the Geopolitics of Knowledge: Winning the Long Game. *The Diplomat*, 27 Feb. 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/02/china-and-the-geopolitics-of-knowledge-winning-the-long-game/>. Acesso em: 25 set. 2020.
- FANG, C.; NOLAN, P. (org.). *Routledge Handbook of the Belt and Road*. New York: Routledge, 2019.
- HE, B. *Contested Ideas of Regionalism in Asia*. New York: Routledge, 2017.
- HERITAGE FOUNDATION. *2020 Index of Economic Freedom*. 2020. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/>. Acesso em: 25 set. 2020.
- SAID, E. W. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.
- STATISTA. *Research and Development (R&D) Worldwide*. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/study/70627/research-and-development-worldwide/>. Acesso em: 25 set. 2020.

VALENTE, M.; BELÉM LOPES, D.; OLIVEIRA, J. Does the Appointment of Secretaries-General to Lead Global Bureaucracies Correlate with International Power Sharing? A Longitudinal Assessment Based on Empirical Evidence from 1945 to 2016. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 62, p. 1-32, 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Competitiveness Report 2019: How to End a Lost Decade of Productivity Growth*. 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/how-to-end-a-decade-of-lost-productivity-growth>. Acesso em: 25 set. 2020.

1. ECOCIVILIZAÇÃO: a abordagem chinesa do desenvolvimento sustentável

*Liu Jinlong
Xu Tuoyuan*

Desde a implementação da reforma e política de abertura em 1978, a economia da China fez grandes progressos. O PIB *per capita* aumentou de menos de US\$ 300 para US\$ 10.000 em 2019, a taxa de urbanização aumentou de menos de 20 para 60%, e o índice de desenvolvimento humano também superou o patamar de pobreza global, com cerca de 800 milhões de pessoas retiradas da pobreza. A China também deixou de ser um grande exportador de recursos e passou a ser um grande importador de recursos. Suas emissões de carbono excederam o nível global *per capita*. Problemas como a neblina, erosão do solo, desertificação, biodiversidade reduzida, e poluição do solo são muito importantes e se tornaram os fatores de restrição mais relevantes para a industrialização e modernização na China. A degradação das funções do ecossistema como florestas, pântanos, desertos, oceanos e pastagens, até certo ponto, é a ameaça mais significativa ao desenvolvimento sustentável em longo prazo na China. Como um país populoso que corresponde a 19% da população mundial, a desconsideração do efeito em longo prazo da produção e do

consumo no esgotamento de recursos terá um grande impacto no desenvolvimento sustentável da humanidade. Essa tendência causará apreensão e ansiedade entre países em desenvolvimento em relação ao progresso da China. Nas últimas décadas, o desenvolvimento da ecocivilização chinesa se tornou a prioridade e recebeu grande atenção da comunidade internacional. Este capítulo resume as crises de recursos ambientais, o conceito de desenvolvimento da ecocivilização, a agenda prioritária, o processo de desenvolvimento e os desafios atuais que a China enfrenta. O objetivo é ajudar os leitores a entender as decisões e políticas em torno da criação e manutenção de uma ecocivilização. Ele também compartilha opções que podem promover o desenvolvimento sustentável na China.

Crises ambientais e de recursos naturais

O que causou a escassez de recursos na China?

O consumo de recursos aumentou simultaneamente com o rápido crescimento da economia chinesa. A China mal pode se chamar de um país com “vastas terras e ricos recursos” tendo em vista o que possui atualmente. Seus recursos não são abundantes, dada a alta demanda como um resultado do desenvolvimento econômico nacional e da enorme base populacional.

Escassez grave de recursos hídricos

O recurso hídrico *per capita* da China é menor do que 2 mil metros cúbicos, e a escassez média nacional é superior a 50 bilhões de metros cúbicos. Quase dois terços das cidades chinesas enfrentam problemas com a escassez de água em vários graus (MWRPRC, 2010). A China foi listada como um dos 13 países com recursos hídricos *per capita* limitados no mundo. Os recursos hídricos na China são, ao mesmo tempo, escassos e desigualmente

distribuídos. Uma grande quantidade de água doce está concentrada no Sul. Os recursos de água doce no Norte são apenas um quarto daqueles do Sul. Entre as regiões do Norte, sete províncias e cidades (Tianjin, Ningxia, Beijing, Shandong, Hebei, Henan, e Shanxi) sofrem com uma severa escassez hídrica e quatro províncias (Gansu, Shaanxi, Liaoning, e Jiangsu) apresentam um certo grau de escassez hídrica. Essas 12 províncias e cidades cobrem 38% da indústria agrícola, 50% da indústria de energia e 41% da população da China (SOHU, 2019). Além dos fatores naturais, dois fatores humanos também contribuem para a escassez de água na China: primeiro, a população está excessivamente concentrada e a escala de conglomerados de produção é muito grande ou a proporção de indústrias com grande consumo de água é muito alta, resultando tudo isso numa demanda superior à capacidade local de água (ver Quadro 1); segundo, a poluição antropogênica (direta ou indireta) continua a agravar a situação.

Quadro 1 - Subsidiência relacionada às águas subterrâneas na província de Hebei

De acordo com estatísticas do Departamento de Recursos Hídricos, no final de maio de 2019, a profundidade média dos níveis de águas subterrâneas rasas nas áreas sobre-exploração de águas subterrâneas na província de Hebei diminuiu anualmente 0,60 metro, com a maior queda de 4,71 metros no condado de Yuanshi. A redução anual das águas subterrâneas profundas foi de 3,02 metros, com o maior declínio no condado de Linxi atingindo 18,04 metros. Entre essas áreas, as cidades que sofreram grandes quedas nos níveis de águas subterrâneas rasas incluíram Xinji (4,66 metros), Handan (1,71 metro) e Hengshui (1,57 metro). Havia cinco condados com queda de mais de 4 metros, dos quais o condado de Yuanshi tinha o maior (4,71 metros), seguido por Raoyang (4,50 metros), Ren (4,48 metros), Gaoyi (4,22 metros) e condado de Linzhang (4,04 metros). As cidades que tiveram grandes quedas nos níveis de águas subterrâneas profundas incluíram Hengshui (9,41 metros), Xingtai (6,99 metros) e Xinji (4,27 metros). Seis municípios enfrentaram uma queda de mais de 10 metros; a maior queda ocorreu no condado de Linxi (18,04 metros), seguido pela cidade de Jizhou (17,71 metros), pelo condado de Zaoqiang (17,06 metros), pela cidade de Nangong (12,26 metros), pelo condado de Julu (10,91 metros) e pelo condado de Jing (10,83 metros).

Fonte: YANZHAO EVENING NEWS, 2019.

Escassez grave de recursos agrícolas

A China alimenta 19% da população mundial com 8% das terras agrícolas do mundo (WANG, 2019). No final de 2014, a área agrícola da China era de cerca de 135 milhões de hectares. Ficou em quarto lugar no mundo em se tratando de área de terras agrícolas, depois dos Estados Unidos, Rússia e Índia. A área de terras agrícolas *per capita* da China é de apenas 0,066 hectare (660 m²), o que representa menos de 44% do nível global de terras agrícolas *per capita*. Com o progresso da urbanização, a agricultura cessará gradualmente em algumas terras agrícolas nas áreas montanhosas, e os recursos agrícolas da China se tornarão mais escassos. A qualidade geral do total das terras agrícolas na China é relativamente baixa, sendo que a área com qualidade superior é de 3,85 milhões de hectares, representando apenas 2,9% desse total. A China possui poucas terras agrícolas reservadas, com apenas 7,34 milhões de hectares de recursos agrícolas centralizados.

Recursos florestais em quantidade insuficiente e de baixa qualidade

De acordo com o oitavo inventário de recursos florestais da China, a partir de 2014, a área florestal no país se estendeu a cerca de 208 milhões de hectares; a China ficou em quinto lugar no mundo no que diz respeito à área florestal e em sexto quanto ao volume de florestas. No entanto, a área florestal *per capita* da China é de 0,132 hectares, menos de um quarto do nível global. O volume florestal *per capita* da China representa apenas um sétimo do nível global. Os estados de quantidade insuficiente, baixa qualidade e distribuição desigual de florestas não melhoraram (STATE FORESTRY ADMINISTRATION, 2014). A floresta tropical em Hainan foi reduzida de mais de 866 mil para 245 mil hectares nas últimas quatro décadas, e a taxa de cobertura florestal também diminuiu de 26 para 7,2% (HUANG, 2019). A

precipitação ácida causada pela chuva ácida resultou em degradação florestal em larga escala e desaparecimento da cobertura florestal (FAN, 2003).

Danos graves aos recursos da pastagem

As áreas de pastagens na China estão diminuindo rapidamente e a degradação das pastagens se tornou mais grave. Em média, 1,33 milhão de hectares de pastagens sofrem degradação a cada ano. A extensão da degradação atingiu 86,67 milhões de hectares, representando 32% da área total de prados e 27,5% da área disponível de prados (ZHANG; LIU, 2001). As pastagens em muitas áreas foram ou estão sendo reduzidas a desertos nus. Isso afetou adversamente os habitats das pastagens e causou desertificação, seca e salinização. Também causou a deterioração da capacidade de retenção de água do solo e do solo descoberto e levou à destruição do ambiente ecológico, ameaçando a sobrevivência e o desenvolvimento humano. A produtividade das pastagens diminuiu de 30 para 50% quando comparada à da década de 1950, com severa infestação de roedores e insetos e maior proporção de pastagens venenosas e não comestíveis (SU; ZHOU; SHI, 2009). O excesso de pastagem e a sobrecarga de pastagens na China são problemas sérios. Atualmente, a capacidade total de pastagem no país é de cerca de 500 a 600 milhões de unidades de ovinos. Tendo em vista o equilíbrio das pastagens, estas foram sobrecarregadas em 50% no inverno nas vastas áreas pastorais do Norte; e algumas áreas foram sobrecarregadas em 100 a 150%. Cerca de 30% das pastagens no Sul também são superutilizadas (YAN; JIN, 2006). O uso inadequado dos recursos das pastagens danificou severamente as condições para a reprodução da criação de animais e restringiu seu desenvolvimento.

Crise de energia e recursos minerais

Em se tratando de energia *per capita* e dos recursos minerais mais importantes, a China representa menos de dois terços da

média mundial, mostrando certas vantagens apenas em reservas minerais como tungstênio, estanho, terras-raras, molibdênio, antimônio e fósforo. Por exemplo, a posse de recursos *per capita* de minerais como sais de manganês e potássio é de apenas 9,5 a 12,3% da média mundial; a posse *per capita* de petróleo, gás e urânio representa menos de 20% da média mundial; a posse *per capita* de minerais como cobre, alumínio, níquel e ouro é de apenas 24,9 a 35,3% da média mundial; o nível *per capita* de minerais como carvão e ferro também atinge apenas cerca de 66,5% da média mundial. A maioria dos minerais na China é de baixa qualidade, o que dificulta a mineração, o beneficiamento e a fundição. O teor médio das reservas provadas de minério de ferro na China é de apenas 32%, 15% abaixo do nível mundial; o teor médio de minério de manganês é de 22%, o que é menos da metade do nível mundial; a maioria dos recursos de minério de cobre é encontrada em combinação com outros minerais, e o teor médio é de apenas 0,87%, menos de um terço do teor de minério de cobre de outros importantes países produtores de cobre. Em resumo, existem menos minérios de alta e mais de baixa qualidade, menos depósitos grandes e ultragrandes e mais depósitos pequenos e médios, menos depósitos de tipo único e mais depósitos coexistentes ou associados. Certas proporções de depósitos impõem dificuldades nos processos de mineração e beneficiamento e tornam o desenvolvimento e a utilização de recursos minerais na China bastante difíceis, caros e ineficientes (MLRPRC *et al.*, 2012).

O crescimento econômico da China nas últimas décadas aumentou seu crescimento populacional e melhorou continuamente os padrões de vida das pessoas, o que estimulou muito o rápido consumo de vários recursos não renováveis na China. Portanto, a China deve confiar no comércio internacional para atender à demanda por recursos, o que afeta o meio ambiente. Desde

1993, o consumo de petróleo excedeu sua produção na China e a diferença continuou a aumentar. De 1980 a 2018, o valor dos produtos primários importados para a China aumentou de US\$ 7 bilhões para US\$ 135,09 bilhões. Por outro lado, algumas importações causaram danos significativos ao meio ambiente da China. Além de espécies invasoras, outro exemplo é a importação de resíduos. Alguns países desenvolvidos exportaram resíduos não tratados para a China, incluindo produtos químicos tóxicos. A indústria de manufatura em rápido crescimento na China também usa lixo e resíduos como uma fonte barata de matérias-primas recicláveis.

O comércio de importação da China tem um amplo impacto global; ela importa, por exemplo, madeira da África, óleo de palma da Malásia, carne bovina do Brasil e soja dos Estados Unidos. No momento da redação deste capítulo, a China era o maior importador de mercadorias de 41 países e regiões. A parcela das importações para a China ultrapassou a dos Estados Unidos, da Ásia, da África, da Oceania, da América do Sul e da Europa Oriental. Portanto, as necessidades de recursos da China não são mais uma questão doméstica, e o comércio exterior e a cooperação a longo prazo terão um grande impacto na governança internacional de recursos.

Quadro 2 - Importações de óleo de palma da China

O suprimento de óleo de palma da China depende principalmente de suas importações. Globalmente, quase 90% do óleo de palma vêm da Malásia e Indonésia. A China também importa óleo de palma principalmente desses dois países. Em 2015, a quantidade total de óleo de palma importado foi de 4,287 milhões de toneladas. A expansão irrestrita das plantações de dendeeiro pelas empresas de óleo de dendê tem sido considerada a principal causa da destruição das florestas tropicais. Como o segundo maior importador mundial de óleo de palma, a China é frequentemente acusada de impulsionar diretamente a extração ilegal em larga escala de florestas tropicais.

Fonte: BINCHENG, 2020.

Quadro 3 - Importações de madeira na China

A China ocupa a terceira posição no mundo no que se refere ao consumo de madeira. Como a madeira pode fornecer quase todas as matérias-primas para fabricação de papel e celulose e materiais de construção, a diferença entre a demanda e a oferta de produtos de madeira da China tem crescido constantemente. Desde que a China anunciou a proibição de extração de madeira após a enchente em 1998, a diferença aumentou. Como a China é membro da Organização Mundial do Comércio, as tarifas de produtos de madeira são reduzidas de 15%-20% para 2%-3% e, como resultado, é provável que as importações de madeira na China aumentem ainda mais. Em 2018, a madeira de coníferas representou 68% da quantidade total de madeira importada para a China; a madeira de folhas largas tropicais representou 20%; e a madeira temperada de folhas largas representou 12%. A China importa 31% de sua madeira da Rússia e 17% da América do Norte e Nova Zelândia. As importações de madeira da Rússia, Estados Unidos, Nova Zelândia, Canadá, Austrália e Europa representaram 75% do total de importações.

Fonte: CNWOOD, [201-].

Quão severos são os problemas ambientais na China?

Com o progresso da industrialização, com a rápida expansão urbana e com a melhoria contínua dos níveis de consumo, o crescimento econômico é enfatizado e a proteção ambiental é negligenciada. Isso resultou em um desequilíbrio entre poluição e governança ambiental. Embora o governo chinês tenha enfatizado muito a proteção ambiental, ele não desenvolveu um caminho sustentável para coordenar o desenvolvimento da economia e proteger o meio ambiente. O desenvolvimento econômico trouxe vários problemas ambientais sérios, incluindo neblina, subsidência relacionada às águas subterrâneas, solo venenoso e desastres naturais frequentes (desastres em minas, colapso de minas e represas, etc.). O câncer e as doenças respiratórias ocorrem frequentemente entre o público em geral, e isso aumentou de modo significativo o custo de uma vida saudável.

Desastres naturais acontecem constantemente na China devido a problemas ambientais. Segundo as estatísticas, a média anual de terras agrícolas afetadas pela seca na década de 1950 foi de 8 milhões de hectares, que aumentaram para 25,3 milhões de hectares na década de 1990. O primeiro ponto de corte do rio Amarelo ocorreu em 1972 e vem ocorrendo todos os anos após 1985. Em 1997, o número de dias de ponto de corte chegou a 227. A frequência das inundações na bacia do rio Yangtze aumentou significativamente. Nos últimos 500 anos, houve 53 grandes inundações na bacia do rio Yangtze. No entanto, apenas nos últimos 50 anos, grandes inundações ocorreram uma vez a cada três anos. A enchente de 1998 causou enormes perdas econômicas.

Poluição do ar

A poluição do ar é muito severa na China e a emissão total de poluentes atmosféricos em algumas áreas excedeu significativamente a capacidade ambiental. Em 2015, a emissão anual de dióxido de enxofre atingiu 18,59 milhões de toneladas na China, com emissão de fuligem em 15,38 milhões de toneladas e emissão de poeira industrial em 12,33 milhões de toneladas. A emissão total de poluentes atmosféricos da maioria das cidades da China excede os padrões regulamentados. Das 47 principais cidades do país, mais de 70% têm qualidade do ar abaixo dos padrões de segundo nível da China; das 338 cidades participantes das estatísticas ambientais, 137 (mais de 40%) possuem a emissão total de poluentes atmosféricos que excede os padrões de terceiro nível da China, o que significa que essas cidades têm muita poluição do ar.

Quadro 4 - Neblina nas cidades

Em 2013, “neblina” se tornou a palavra-chave do ano na China. Em janeiro desse ano, quatro eventos de neblina cobriram 30 províncias (regiões e municípios autônomos), e Pequim teve apenas cinco dias sem nebulosidade. Na conferência de imprensa realizada pela Administração Meteorológica da China em fevereiro de 2013, foi divulgada a notícia de que menos de 1% das 500 maiores cidades da China haviam cumprido os padrões de qualidade do ar, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Sete das dez cidades mais poluídas do mundo estavam na China. A poluição ambiental põe em risco a saúde pública. Segundo as estatísticas, cerca de 300 mil pessoas morrem a cada ano pelos efeitos da poluição do ar, e isso aumenta o custo da saúde para a sociedade.

Fonte: ARMSTRONG; KE, 2013.

Poluição da água

Os sete principais sistemas fluviais da China listados na ordem dos níveis de poluição são os seguintes: os rios Liao, Hai, Huai, Amarelo, Songhua, Pearl e Yangtze; desses rios, 42% têm qualidade da água que excede os padrões da classe 3 (não pode ser usada como fonte de água potável). Cerca de 36% das seções urbanas dos rios na China têm qualidade da água inferior à qualidade da classe 5 e não podem ser utilizadas. A qualidade da água de grandes lagos de água doce (reservatórios) e lagos urbanos é geralmente ruim, e o rio Amarelo experimentou repetidamente o corte do fluxo. Mais de 75% dos lagos sofrem eutrofização intensificada, causada principalmente pela poluição por nitrogênio e fósforo.

Quadro 5 - Aldeias de câncer

Caso nº 1: Shibao Village, cidade de Dainan, Xinghua, província de Jiangsu
Na cidade de Dainan, sob administração da cidade de Xinghua, província de Jiangsu, as pessoas sofrem continuamente de câncer e um grande número de pacientes morre. Através de investigações, descobriu-se que a principal causa era a presença de várias empresas de metais pesados nas áreas próximas à vila de Shibao. Durante a investigação dessas empresas de metais pesados, verificou-se que alguns proprietários de pequenas lojas de sucata empilhavam diretamente a sucata que compravam nas ruas da vila de Shibao, e alguns moradores ainda estavam lavando legumes, arroz e roupas no rio local, sem saber que a água do rio Xitangkou estava poluída.

(Continuação)

Caso nº 2: vila de Huangmengying, condado de Shenqiu, província de Henan

A população da vila de Huangmengying, distrito de Zhouying, condado de Shenqiu, província de Henan, era de cerca de 2.400 habitantes. Aproximadamente 80% dos jovens adultos da vila sofrem de enterite durante todo o ano, e a maioria dos casais em idade fértil é infértil. Várias crianças nasceram com anomalias congênitas e demência. Havia mais de 20 famílias com dois ou mais pacientes com câncer. Duas famílias inteiras morreram de câncer. A vila agora é conhecida como “vila do câncer”. Segundo a investigação, a causa foi a água poluída do rio Shaying, que era uma importante fonte de água potável para os moradores. Os principais poluentes do rio Shaying foram sulfeto de hidrogênio e dioxina. O sulfeto de hidrogênio é um gás asfixiante venenoso e a dioxina tem um efeito cancerígeno e letal extremamente forte. O monitoramento mostrou que a qualidade da água do rio Shaying não tinha valor para nenhum uso. Não pode ser utilizado para irrigação industrial ou agrícola, muito menos como fonte de água potável.

Fonte: BAIDU, [2018].

Poluição de resíduos

Em 2015, a produção anual de resíduos sólidos industriais totalizou 3,31 bilhões de toneladas, com uma taxa de utilização abrangente de aproximadamente 60,2% (ANUÁRIO..., 2018). Em 2010, a quantidade anual de produção de resíduos sólidos urbanos na China era inferior a 400 milhões de toneladas, com menos de 10% dos resíduos atendendo aos requisitos de tratamento ambientalmente correto. A poluição branca causada por embalagens plásticas e filmes agrícolas se espalhou pela China. Atualmente, a produção anual de resíduos nas áreas rurais excedeu 300 milhões de toneladas, o que representa cerca de 70 a 80% da produção de resíduos municipais. Com o desenvolvimento do plantio e melhoramento nas áreas rurais, a produção de esterco humano e animal e palha de cultivo aumentou drasticamente. De acordo com estimativas, o desperdício humano nas áreas rurais da China atingiu 260 milhões de toneladas, o desperdício animal atingiu cerca de 2,7 bilhões de toneladas e a produção anual de palha de cultivo atingiu cerca de 700 milhões de toneladas. No entanto, as taxas de tratamento de resíduos não perigosos e as

taxas de utilização de resíduos perigosos são baixas (YANG *et al.*, 2010). Os resíduos não apenas poluem a terra, mas também causam danos consideráveis ao oceano. As estatísticas mostram que 80% da poluição oceânica da China vêm de fontes terrestres. O lixo costeiro compreende plástico, caixas de espuma e produtos de madeira (CHEN, 2016).

Desertificação terrestre

A partir de 2018, a extensão de terras sujeitas à desertificação na China era de cerca de 1,74 milhão de quilômetros quadrados, representando cerca de 17% da área total do país. As estatísticas mostram que, na China, tempestades extremas de poeira ocorreram 8 vezes na década de 1960, 13 vezes na década de 1970 e 14 vezes na década de 1980, e ocorreram mais de 20 vezes desde a década de 1990 (QIAN; SONG; LI, 2002). As tempestades de poeira afetaram áreas maiores com mais danos, e essa situação só melhorou nos últimos anos. A desertificação terrestre obrigou os residentes de algumas partes da Mongólia Interior a migrar para outros lugares.

Erosão do solo

A quantidade total de erosão anual do solo na China excede 5 bilhões de toneladas, e os nutrientes perdidos a cada ano são equivalentes a 40 milhões de toneladas de fertilizante químico padrão (a quantidade de fertilizante químico usado na China em um ano) (WANG, 2003). Desde 1949, a quantidade total de terras destruídas pela erosão do solo na China atingiu 2,66 milhões de hectares, o que é uma grande perda para a agricultura do país.

Perda de biodiversidade

A perda de biodiversidade na China é grave. Existem de 4 mil a 5 mil espécies ameaçadas ou quase ameaçadas de plantas superiores, representando cerca de 15 a 20% do total de espécies na China, que é superior ao nível médio de 10 a 15% no mundo.

Das 640 espécies ameaçadas listadas na Convenção das Nações Unidas sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens, 156 são da China, representando cerca de um quarto do total de espécies no mundo (WANG, 2003). As principais razões são as mudanças climáticas globais; caça ilegal e caça furtiva ilimitadas; invasão de espécies exóticas; poluição ambiental, da água, do solo e do ar; pastoreio excessivo e recuperação de terras; atividades de turismo; sobrepesca; e construção de projetos de conservação de água.

Lições aprendidas para permitir a harmonização do desenvolvimento econômico e da proteção ambiental

Desde o final da guerra na China continental, o governo chinês percebeu plenamente que a eliminação da pobreza e do atraso deve ser priorizada nos objetivos nacionais de desenvolvimento, o qual deve beneficiar o povo, e que as melhorias no desenvolvimento econômico e nos meios de subsistência devem ser centralizadas no público em geral. O partido no poder no país, o Partido Comunista da China (PCC), e sua liderança coletiva sempre enfatizaram a importância de encontrar um equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. A China segue a mesma antiga rota que vários países industrializados seguiram, em que a poluição ambiental ocorreu primeiro, e o tratamento ambiental foi implementado depois. Olhando para os últimos 70 anos, há muitas lições a serem aprendidas na gestão do meio ambiente da China.

A educação ambiental não encontrou soluções eficazes

Os países industrializados se envolvem em uma prática civilizada sob a orientação do antropocentrismo. As economias

mais avançadas do mundo experimentaram pela primeira vez uma série de problemas ambientais, como poluição do ar, solo e água, mudanças climáticas, acentuado declínio da biodiversidade e desertificação provocada pelos avanços da civilização industrial. Esses problemas ambientais resultaram em uma variedade de questões econômicas, sociais e políticas, como crises de segurança alimentar, conflitos étnicos intensificados e agitação social. Desde meados do século XIX, esses países desenvolvidos buscam teorias e métodos para proteger os recursos naturais e manter os ecossistemas sob diferentes perspectivas, como filosofia, ética, pesquisa científica, educação, legislação e governança global. Nesse contexto, um grupo de mentores no campo da gestão ambiental se reuniu para criar um lote de obras-primas da gestão ambiental. Um *Almanaque do condado de areia* permite que as pessoas percebam a necessidade de lidar e reconstruir o relacionamento ético entre pessoas e terra adequadamente. A *Primavera silenciosa* faz as pessoas entenderem os tremendos danos ao ambiente natural como resultado da industrialização e a necessidade urgente de gerenciar seus próprios comportamentos na produção, consumo e no desenvolvimento e utilização de recursos naturais. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra* abala os fundamentos do antropocentrismo. *Os limites do crescimento* encomendados pelo Clube de Roma serviram como prelúdio do pessimismo. O movimento ambiental é uma parte importante de um movimento político e social global que integra proteção ambiental, paz e feminismo. Ele desempenha um papel importante na promoção da produção e gerenciamento químico global, produção e consumo de gerenciamento de resíduos, gerenciamento sustentável dos recursos naturais, proteção da biodiversidade e mitigação das mudanças climáticas. A ascensão do Movimento Greenpeace em alguns países desenvolvidos afetou o meio ambiente global e a gestão de recursos naturais. É inevitável que os países industrializados sigam primeiro o caminho da poluição e o caminho do tratamento a seguir.

Em retrospectiva, no processo de desenvolvimento dos países industrializados, a educação e os movimentos ambientais aumentaram a conscientização ambiental entre o público em geral. Isso lançou as bases para a solução de problemas ambientais. No processo de rápida industrialização e urbanização, a China nunca foi capaz de encontrar uma maneira de promover a conscientização ambiental entre as pessoas, e a construção ambiental liderada pelo governo chinês não mostra benefícios de custo decentes. Regulamentos excessivos muitas vezes restringem as comunidades e pessoas locais de desenvolverem a economia e melhorar sua subsistência e, portanto, elas não são beneficiadas. Isso forçou o governo central a promover soluções para questões ambientais por meio de campanhas políticas. Por exemplo, o Departamento de Proteção Ambiental e o Departamento de Finanças da província de Shanxi formularam em conjunto o esquema de incentivo ao trabalho de melhoria da qualidade do ar nas principais cidades, e a cidade de Wuxi, na província de Jiangsu, estabeleceu sanções administrativas e um sistema de denúncias para empresas com descarga ilegal de águas residuais (MAO; ZHOU, 2007; XIE; DANG, 2015). Somente a região autônoma de Ningxia emitiu o “Regulamento de Educação Ambiental na Região Autônoma de Ningxia Hui”, e não há outras leis e regulamentos nessa área.

É difícil para o sistema legal “pegar problemas pela raiz”?

O objetivo legislativo do desenvolvimento sustentável fica para trás. A atual Lei Básica de Proteção Ambiental da China foi promulgada e implementada em 1989. Foi formulada com base no estado de desenvolvimento econômico e social da época. Após mais de 20 anos de implementação, continua a ficar para trás. O artigo 1º da lei ambiental atual indica o objetivo da legislação da seguinte forma: “Para proteger e melhorar o ambiente

de vida e o ambiente ecológico, evite a poluição e outros riscos públicos, proteja a saúde humana e promova o desenvolvimento da modernização socialista.” Menciona apenas que o objetivo da lei ambiental é melhorar o meio ambiente, proteger a saúde humana e promover o desenvolvimento econômico. Deixa de fora o conceito de desenvolvimento sustentável inteiramente. A busca de políticas de desenvolvimento sustentável é necessária não apenas para criar um ambiente ecológico saudável e bonito, mas também para estabelecer relações sociais justas, justas e harmoniosas e para alcançar um nível mais alto de ética ambiental.

O sistema jurídico que governa o meio ambiente está longe de ser perfeito. A atual lei ambiental na China se concentra na prevenção da poluição. Apenas alguns regulamentos tratam dos recursos naturais e da proteção ecológica. Existem apenas algumas leis ecoeconômicas, como a Lei de Promoção da Economia Circular e a Lei de Promoção da Produção Limpa. Tributação ambiental e finanças verdes, valores mobiliários e seguros são algumas das políticas que estão em processo de formulação ou pilotagem. Existem problemas associados a essas políticas, como falta de detalhes, conceito de atraso, alcance restrito e pouca operacionalidade, todos os quais precisam ser aprimorados. As leis e regulamentos relativos à construção e restauração ecológica na China incluem a Lei de Proteção Ambiental Marinha da República Popular da China, a Lei Florestal da República Popular da China e a Lei de Prados da República Popular da China. Essas leis foram promulgadas desde o início, com regulamentos relativamente simples, e o conceito de gerenciamento está relativamente desatualizado. Certos sistemas ambientais importantes que precisam ser protegidos separadamente na prática atual, como áreas úmidas, não possuem regulamentos relevantes. Esta situação precisa ser resolvida.

O dano ecológico não é o foco da lei ambiental. Como os danos ecológicos não estão incluídos nos tipos de danos dentro do

escopo da responsabilidade ambiental sob o atual quadro legislativo, os benefícios ecológicos violados não foram confirmados legalmente. Ao mesmo tempo, ambos, o direito de exigir uma indenização por danos ao ambiente ecológico e danos ecológicos como um todo, também não foram confirmados legalmente. Como é difícil determinar os fatos do dano ecológico, ele não pode ser remediado em tempo hábil. Esse dano pode não estar diretamente relacionado aos interesses pessoais ou de propriedade de uma pessoa, mas, uma vez que ocorre, tem um impacto maior e pode causar danos substanciais que são mais do que danos causados aos interesses pessoais ou de propriedade. Por exemplo, danos ecológicos causados por derramamentos de óleo no oceano são imprevisíveis. Este problema foi raramente abordado pela legislação ambiental.

É difícil manter um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental

Nos últimos 40 anos, desde a reforma e a abertura, independentemente de a direção do desenvolvimento econômico ser boa ou não, ela sempre foi fortemente desejada pelo governo e pelo público em geral. Ambos adotaram uma atitude mais ou menos tolerante em relação à ganância dos capitalistas. A economia chinesa está em um estágio de crescimento extensivo e depende fortemente de terra, recursos naturais e mão de obra. Ao mesmo tempo, a China também possui recursos escassos e carece de tecnologias relativamente avançadas. Isso levará inevitavelmente à poluição ambiental severa e a um enorme desperdício de recursos que acompanha o rápido desenvolvimento econômico. A China sempre foi conhecida como a “Fábrica do Mundo”. No entanto, a indústria de alta tecnologia na China não está bem desenvolvida, e muitos produtos fabricados no país são de baixa qualidade e foram produzidos através de processos de fabricação intensivos em mão de obra com baixos níveis de tecnologia. Isso

resultou em poluição ambiental grave. A produção envolve alto consumo de energia e resulta em poluição pesada e baixa produção. A riqueza é simplesmente obtida através da acumulação de uma grande quantidade de recursos e mão de obra. Muitas empresas e autoridades locais estão agora buscando cegamente benefícios econômicos e conquistas políticas. Elas introduziram muitos projetos que causaram séria poluição ambiental. Concentraram-se exclusivamente em resultados superficiais, e não no desenvolvimento sustentável. Isso resultou em perdas irreversíveis para o ambiente ecológico local.

Experiência adquirida no processo de construção da abordagem da China para o desenvolvimento sustentável

Do ponto de vista dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável, embora a China ainda não tenha encontrado uma maneira ideal para o seu povo buscar o desenvolvimento sustentável, sua prática na área continua se destacando entre os países em desenvolvimento. Com um PIB *per capita* de cerca de US\$ 9.100 em 2018, a emissão de carbono por unidade de PIB na China diminuiu 45,8% em comparação com o que era em 2005. O cumprimento antecipado de suas metas reverteu a tendência do rápido crescimento de emissão de gases de efeito estufa. A energia não fóssil respondeu por 14,3% do consumo de energia primária na China. Ao mesmo tempo, os investimentos em energia renovável na China ficaram em primeiro lugar no mundo, assim como a redução acumulada das emissões de dióxido de carbono. A China experimentou o crescimento mais rápido da área florestal do mundo, e isso ajudou a reverter a tendência de redução rápida nas áreas florestais da região Ásia-Pacífico. As áreas protegidas na China expandiram para 18% da área total da região. Algumas espécies emblemáticas, como o panda gigante,

tigre, leopardo, antílope tibetano e elefante começaram a aumentar em número. A extensão da erosão do solo na China continua a diminuir e o controle da desertificação se tornou um bom modelo a ser seguido globalmente. Embora a China ainda não tenha descoberto uma abordagem para encontrar um equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, ainda serve de modelo para muitos países grandes, inclusive países em desenvolvimento, para manter o crescimento econômico em altas taxas e, ao mesmo tempo, se esforçar constantemente para reduzir os danos aos recursos naturais e ao meio ambiente.

Sempre buscar soluções para problemas relacionados aos recursos naturais e ao meio ambiente no processo de desenvolvimento

Um crescimento econômico rápido e sustentado resultou em problemas ambientais. No entanto, ele não atingiu um nível intolerável na China, pois o país sempre insistiu em encontrar soluções para esses problemas no curso da busca pelo desenvolvimento. Os métodos de controle e tratamento ambiental usados na China foram desenvolvidos do zero, desde a conceitualização de abordagens para sua execução, aprendendo com a experiência internacional. Assim, a China tem a vantagem do desenvolvimento tardio. As medidas políticas adotadas na China para proteção ambiental incluem: (1) medidas de controle de comando que se referem especificamente à formulação de padrões, requisitos claros e proibições, ao sistema de avaliação de impacto ambiental, ao sistema “três simultâneos”,¹ aos sistemas de licença ambiental e padrões ambientais, etc.; (2) medidas de incentivo econômico que se referem especificamente ao ajuste do bem-estar social com

¹ As instalações de prevenção da poluição nos projetos de construção devem ser projetadas, construídas e colocadas em uso simultaneamente com o projeto principal. As instalações para prevenção e controle da poluição devem atender aos requisitos dos documentos aprovados de avaliação de impacto ambiental e não podem ser desmontadas ou paralisadas sem autorização prévia.

impostos, taxas e outras transações, como sistema de cobrança de esgoto, sistema de permissões negociáveis, etc.; (3) medidas persuasivas e encorajadoras, incluindo políticas de divulgação de informações ambientais e certificação ambiental, e sistemas de audiência ambiental e participação pública.

Sempre aderir ao conceito de desenvolvimento econômico e ecológico equilibrado

Na China, as mudanças de mentalidade são seguidas por ações de toda a sociedade, governo de todos os níveis, capitalistas e mercado, através da promoção do planejamento, legislação, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e políticas. Desde o início da reforma e abertura, todas as lideranças coletivas anteriores e atuais atualizam continuamente seus conceitos e métodos relacionados ao desenvolvimento com base nas condições fundamentais da China para evitar problemas ambientais (LI, 2019). No entanto, o desenvolvimento equilibrado da economia e do meio ambiente sempre foi uma parte importante do conceito de desenvolvimento em diferentes períodos, na jornada rumo ao desenvolvimento sustentável com características chinesas.

Deng Xiaoping (1978-1992) formulou o conceito de “desenvolvimento coordenado”. Após reforma e abertura, o Comitê Central do PCC, com Deng Xiaoping como líder-chave, propôs o conceito de coordenação mútua entre acelerar o desenvolvimento econômico e resolver problemas ambientais. O comitê estabeleceu a proteção ambiental como uma política nacional básica, enfatizou a proteção do meio ambiente ecológico e a conservação dos recursos naturais e concentrou-se nos fundamentos legais da proteção ambiental. Em 1979, o Comitê Permanente do 5º Congresso Nacional do Povo (NPC) aprovou a primeira lei básica de proteção ambiental, a saber, a Lei de Proteção Ambiental, e posteriormente formulou a Lei de Proteção Ambiental Marinha, Lei de Controle de Poluição da Água, Lei de Controle da Poluição

do Ar e outras leis e regulamentos relacionados. Essas medidas visavam promover o desenvolvimento coordenado do homem e da natureza, implementar o planejamento familiar, garantir a revitalização do país por meio da ciência e da educação como políticas nacionais básicas e enfatizar a solução dos problemas ecológicos por meio da ciência, tecnologia e educação.

Jiang Zemin (1993-2002) buscou o conceito de “desenvolvimento sustentável”. O planejamento familiar e o desenvolvimento sustentável foram claramente definidos como políticas nacionais básicas. Enfatizou o controle populacional, a economia de recursos e a proteção ambiental, a fim de tornar o crescimento populacional compatível com o desenvolvimento da produção social, facilitar a coordenação do desenvolvimento econômico com os recursos e o meio ambiente e estabelecer um círculo virtuoso. Exigia “adotar um novo caminho de industrialização, com alto conteúdo científico e tecnológico, bons benefícios econômicos, baixo consumo de recursos, baixa poluição ambiental e utilização plena da vantagem dos recursos humanos” (cf. RELATÓRIO..., 2002).

Hu Jintao (2003-2012) buscou a ideia de construir uma ecivilização. Conseguir a coexistência harmoniosa entre homem e natureza é um requisito inerente à perspectiva científica do desenvolvimento, que busca vincular o desenvolvimento humano a questões ecológicas, como consumo de recursos e danos ambientais, para que se possa formar e evoluir uma relação equilibrada entre o homem e a natureza juntos. O desenvolvimento harmonioso do homem e da natureza e do homem e da sociedade pode ser promovido. O progresso científico requer a promoção do desenvolvimento geral planejado das áreas urbanas e rurais, a ascensão de uma economia verde, a defesa do consumo verde, a adesão a um novo caminho de industrialização e a promoção do desenvolvimento geral das pessoas. Construir uma sociedade economizadora de recursos e amiga do meio ambiente é o

requisito básico para realizar a transformação dos modos de desenvolvimento, otimizar o uso de recursos e energia, promover o desenvolvimento harmonioso do homem e da natureza e unificar benefícios ecológicos e econômicos. É essencial estabelecer uma ecocivilização e formar uma estrutura industrial básica, modo de crescimento e padrão de consumo que possa economizar energia e recursos e proteger o meio ambiente ecológico.

Xi Jinping (2013-presente) continua a perseguir a ideia de uma civilização ecológica. Ele vê uma ecocivilização como uma parte importante de suas ideias de socialismo com características chinesas na nova era. Inclui especificamente os seguintes aspectos. O primeiro componente é a coexistência harmoniosa do homem e da natureza, o que implica o estado de desenvolvimento harmonioso, coexistência e prosperidade mútua do homem e da natureza. A construção da ecocivilização na nova era visa promover a harmonia entre as pessoas, bem como entre as pessoas e a sociedade, estabelecendo harmonia entre o homem e a natureza. O objetivo é alcançar a coordenação entre produção humana, estilo de vida, consumo e ecossistemas naturais e, finalmente, o desenvolvimento sustentável da humanidade. Segundo, trata rios e montanhas verdes como tesouros. Essa é essencialmente a relação entre desenvolvimento econômico e proteção ecoambiental. Rios e montanhas verdes não são apenas riquezas naturais e ecológicas, mas também riquezas sociais e econômicas. O secretário-geral Xi Jinping reconheceu a promoção da modernização, aderindo à ideia de que rios e montanhas verdes são tesouros, como um conceito importante e o principal princípio de desenvolvimento. O desenvolvimento econômico deve aderir à coordenação mútua de proteção ambiental e deve alcançar o progresso social em harmonia com a população, os recursos e o meio ambiente. É necessário controlar as atividades econômicas e o comportamento humano dentro dos limites permitidos que os recursos naturais e o ecossistema podem

suportar, deixando tempo e espaço para os ecossistemas naturais descansarem e se recuperarem. Assim, o avanço coordenado do desenvolvimento econômico e social e da proteção ambiental pode ser alcançado. Terceiro, verifica que um bom ecossistema é o elemento mais fundamental do bem-estar para a subsistência do público em geral. O ambiente é uma questão política importante relacionada à missão e ao objetivo do partido, bem como uma questão social importante ligada à vida do público em geral. Um bom ambiente ecológico compreende ar e água limpos, alimentos seguros e um ambiente habitável. Tornar um bom ambiente ecológico em bem-estar mais fundamental dos meios de subsistência do público em geral deriva do objetivo fundamental do PCC de servir as pessoas de todo o coração. A resolução de questões ambientais deve ser priorizada para atender às altas expectativas do público em geral no que concerne à melhoria da qualidade do ambiente ecológico. Quarto, insiste em que montanhas, rios, florestas, campos, lagos e grama são uma comunidade da vida. A construção de uma ecocivilização é um projeto sistemático. Ele precisa considerar os elementos individuais dos ecossistemas naturais de maneira integrada, de acordo com a integridade, a natureza sistêmica e as leis internas dos sistemas ecológicos, e estabelecer proteção geral, macrocontrole e abordagens abrangentes de gerenciamento para realizar ecocivilização de maneira abrangente, extensiva e completa. É necessário aprimorar as habilidades de circulação do ecossistema e manter o equilíbrio ecológico. Quinto, o sistema mais rigoroso e as regras mais estritas da lei devem ser implementadas para proteger o ambiente ecológico. A vitalidade das leis e regulamentos reside na sua implementação. A chave para a implementação de leis e regulamentos é o processo de execução, que depende de uma ação real. Xi Jinping apontou que apenas a implementação dos mais rigorosos sistemas e regras da lei pode fornecer uma base confiável para a construção de uma ecocivilização.

Comportamentos que danificam o meio ambiente não devem ser tolerados nem ter uma segunda chance. As inovações institucionais devem ser aceleradas e a implementação dos regulamentos deve ser reforçada, especialmente em áreas de inovação em torno da compensação ecológica, avaliação de ecocivilizações e gestão de recursos naturais e do ambiente ecológico, etc. Sexto, ele se esforça para construir uma ecocivilização global. Os seres humanos formam uma comunidade com um futuro compartilhado e um objetivo coletivo de proteção ao meio ambiente, que reconhece como um desafio e uma responsabilidade comuns que o mundo inteiro enfrenta e compartilha. Somente quando a comunidade internacional trabalha em conjunto, ela pode efetivamente responder a questões ambientais globais, como mudanças climáticas, poluição marinha e proteção da vida selvagem, e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030. A China deve participar plenamente do tratamento e controle ambiental global, fortalecer sua voz e influência no sistema de controle ambiental global e orientar ativamente a direção das reformas da ordem internacional para estruturar soluções para a proteção ambiental global e o desenvolvimento sustentável.

Sempre manter a herança e levar adiante o pensamento ecológico da nação chinesa

O povo chinês criou uma civilização agrícola gloriosa e promoveu o naturalismo, o respeito por todos os seres vivos, e a busca pela automelhoria. O cerne da sabedoria ecológica do confucionismo chinês compreende virtude, conhecimento da natureza pelo conhecimento de si (pelo engajamento em buscas profundas), defesa da ideia de “a unidade do homem e da natureza”, e a perseguição da unidade harmônica do homem e da natureza. Chuang Tzu referia-se ao estado de “unidade de objetos

e ego” como “materialização”; isto é, o sujeito e o objeto misturados. O taoísmo enfatiza que o homem deve respeitar e adorar a natureza, e seguir céu e terra; que o homem deve se conformar à natureza para atingir o estado no qual “céu e terra vivem juntos comigo, e tudo é um comigo”. A civilização tradicional chinesa contém os elementos básicos do monismo filosófico holístico e integrado, e é completamente oposta ao dualismo filosófico que apoia a civilização industrial. As visões de natureza e sistema ecológico inerentes à civilização agrícola chinesa podem prover uma fundação filosófica profunda e uma fonte de pensamentos para que os seres humanos saiam da estrutura de civilização industrial.

O 18º Congresso Nacional do PCC elevou o desenvolvimento de uma ecocivilização a um nível estratégico ao lado de desenvolvimento econômico, político, cultural e social, e, em certa medida, refletiu algumas das características dos pensamentos e sistemas de governança tradicionais na China. Na longa história da China, seu vasto território nutriu uma grande população e experienciou frequentes enchentes e secas, assim como inúmeras guerras. A civilização chinesa gradualmente formou uma duradoura e brilhante gama de pensamentos e ideias orientados pelo povo em direção a governar montanhas, águas e a nação. Seu sistema burocrático extremamente maduro foi gradativamente estabelecido durante o tempo. Ele constitui a ideologia política básica e o componente central do sistema organizacional da governança estatal tradicional chinesa. Esse sistema acentua a resposta do governo para as necessidades do povo, o link legítimo entre governar as montanhas e águas e governar o país, e as fortes capacidades de organização, mobilização, e coordenação da burocracia profissional e ordenada. Essas ideias e pensamentos de governança podem ser continuamente selecionados e aplicados para o desenvolvimento de uma ecocivilização contemporânea.

Coexistência dos modelos exploratório e “empurrando para a frente” no sistema

Há dois modelos característicos no sistema de governança da China: o modelo exploratório que envolve “cruzar o rio sentindo as pedras”, que tem a vantagem de fazer saber a realidade de e atender às necessidades locais; e o modelo de “empurrar para a frente”, que é um modelo “de cima para baixo”, com a vantagem da orientação operacional. Na prática, os modelos se complementam.

O modelo de reforma “de cima para baixo” tem três componentes. O primeiro é o estabelecimento de um responsável institucional pelo planejamento da reforma, coordenação geral, e promoção e supervisão, o que já foi estabelecido. Isso marcou a institucionalização do modelo “de cima para baixo”. Depois da 3ª Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCC, uma equipe-líder central para reformas abrangentes de aprofundamento foi montada, e o secretário-geral Xi Jinping serviu pessoalmente como o líder para dirigir o arranjo e o planejamento geral de reformas em vários campos. Após a reforma do partido e das instituições estatais em 2018, a equipe-líder foi institucionalizada como comitê. Reuniões regulares foram realizadas para estudar e determinar os principais princípios, diretrizes, políticas e planos gerais para reformas em campos relacionados; para implantar grandes reformas nacionais de maneira unificada; para coordenar e lidar de forma abrangente, no longo prazo, com problemas de reformas transregionais e divisionais; para guiar, promover e supervisionar a implementação de políticas de grandes reformas e medidas do governo central. O segundo componente é a formulação de um plano geral e um esquema inteiro de reformas em vários campos para esclarecer as metas estratégicas e identificar pontos-chave e estratégicos, prioridades, direções principais, mecanismos de trabalho, métodos de

avanço, e o roteiro e o calendário para a reforma. Até o final de 2016, 419 programas de reforma foram desenrolados. Durante três anos de trabalho árduo, o quadro principal para o aprofundamento abrangente das reformas foi estabelecido, um número de áreas importantes e links-chave fizeram grandes avanços em medidas de reforma, e muitas inovações teóricas, institucionais e práticas foram criadas. O último componente visa promover reformas com um *approach* geral. A implementação de reformas é um processo complexo e sistemático. É necessário melhorar a relevância, interação, e acoplamento das reformas em vários campos, fortalecendo a conexão entre elas, desenvolvendo-as de maneira ordenada de acordo com a lei, e esforçando-se para alcançar benefícios abrangentes máximos.

O modelo exploratório, ou seja, “cruzar o rio sentindo as pedras”, refere-se ao processo de implementação de uma ideia do governo central por projetos no nível local. Baseado no estado de implementação do projeto, o governo central revisa metas políticas em cada passo de planos anuais e de cinco anos. Portanto, a maioria das políticas chinesas não são implementadas para a esquerda ou para a direita, mas são executadas por governos locais baseados na consideração geral do governo central em combinação com um entendimento de problemas locais. O governo central eventualmente acumulou experiência e sistemas técnicos baseados na implementação de políticas por governos locais, e gradualmente transformou-os em sistemas institucionais. Esse mecanismo também se aplica ao ajustamento das leis e regulações chinesas, à revisão do sistema comum, e a outros aspectos que fizeram o sistema legal chinês ficar para trás na situação real.

Durante os últimos 40 anos, as orientações e políticas do governo central não têm se adequado às diferentes realidades objetivas de várias localidades que experienciam grandes

disparidades naturais, sociais e econômicas. Por um tempo, política não ia além de Zhongnanhai. Porém, as reformas na China começaram a aprofundar-se e o espaço para exploração ativa no nível básico progressivamente se restringiu. A exploração de gestão ambiental no nível básico é fortemente restringido pelo sistema institucional estabelecido. Medidas triviais e aleatórias não podem resolver o problema de recursos não-coordenados, do ambiente, e do desenvolvimento econômico, e não podem estabelecer um caminho para o desenvolvimento sustentável da China. Isso revela as limitações dos dois sistemas. Faltam às reformas exploratórias na China garantias administrativas para a operação sustentável e popularização das reformas; portanto, sua legitimidade é questionada. As reformas de “empurrar para a frente” são muitas vezes difíceis de se implementar por causa das limitações, como adaptabilidade local pobre, baixo entusiasmo, baixa iniciativa e pouca criatividade por parte dos governos locais. Desde 2013, lições foram aprendidas, e as reformas de “empurrar para a frente” e exploratória foram integradas no desenvolvimento de uma ecocivilização na China, especificamente se referindo às seguintes medidas: formulação das regulações pertencentes a requerimentos gerais, direitos de propriedade, gestão, sistemas de planejamento, conservação de recursos, compensação ecológica, governança ambiental, proteção ambiental, contabilidade, e garantias organizacionais pelo estabelecimento de um plano geral para a reforma do sistema da ecocivilização.

Com base nisso, a construção sistemática do sistema de parques nacionais, de áreas de demonstração de civilizações ecológicas, e de áreas de funções ecológicas chave foi explorada. Medidas tomadas em direção a ambos os modelos citados terão a vantagem de complementarem-se em seus pontos fortes e fracos, para habilitar a construção de uma ecocivilização por meio de coordenação.

Lutando por uma ecocivilização

A China mediu a oportunidade de implementar uma nova rodada de grandes ajustes em seu *layout* industrial global e atingiu rápido crescimento econômico nos últimos 40 anos. A confiança de algumas elites sociais chinesas é alta, e elas estão perseguindo a tão chamada liberdade que não é restrita por normas morais e sociais básicas. O materialismo se espalhou até certo ponto na China, e isso afetou enormemente como o povo chinês entende a natureza, a vida, e o viver, contrariando as boas virtudes que se costumava ter, como modéstia, cuidado, autorrestrrição e diligência. Os recursos naturais e a capacidade de transporte ambiental alcançaram seus limites. Falhar em mudar essa situação afetará o desenvolvimento da economia e sociedade chinesas e a melhoria do bem-estar público. O desenvolvimento de uma ecocivilização se tornou um compromisso político de parte dos líderes e de equipes de tomadas de decisão chineses. Enfrentar ativamente as restrições de recursos e do ambiente por todos os aspectos de política, sistemas institucionais, sociedade e cultura inevitavelmente terá um profundo impacto no *approach* para o – e na própria realização do – sonho chinês.

Uma ecocivilização é uma escolha estratégica para o desenvolvimento chinês

O desenvolvimento de uma ecocivilização é a garantia fundamental do rejuvenescimento da China. A ascensão de um país deve ser ajudada por um bom ecossistema natural. Com o crescimento severo de problemas ecológicos, a sobrevivência e as situações ecológicas nunca foram tão estreitamente ligadas como são hoje. Promover o desenvolvimento de uma ecocivilização com grande esforço e atingir o desenvolvimento harmonioso do homem e da natureza se tornaram o suporte básico e a garantia fundamental para o rejuvenescimento chinês.

O desenvolvimento de uma ecocivilização é o único jeito de promover um desenvolvimento econômico e social apropriado. O rápido desenvolvimento da economia chinesa também resultou em restrições rigorosas de recursos, poluição ambiental severa, e degradação de ecossistemas. Um desenvolvimento econômico desbalanceado, descoordenado, e insustentável ganhou proeminência, e isso requereu das pessoas que estabelecessem conceitos para a promoção de uma ecocivilização, como o respeito pela natureza, a conformidade com a natureza e a sua proteção. O desenvolvimento de uma ecocivilização deve ser integrado com todos os aspectos e processos de desenvolvimento econômico, político, cultural e social, a fim de proteger e restaurar o ecossistema natural com muito esforço, para estabelecer um mecanismo ecológico de compensação científico e razoável, e para formar padrões espaciais, estruturas industriais, métodos de produção, e estilos de vida com características de economia de recursos e proteção ambiental. Portanto, a tendência de deterioração no ambiente pode ser revertida diretamente da fonte.

A construção de uma ecocivilização é uma necessidade urgente para cumprir as expectativas do povo. Com a contínua melhoria da qualidade de vida para o público geral, as pessoas não apenas querem viver e trabalhar confortavelmente e ganhar grandes salários, mas também querem céus azuis, ambientes verdes, e água limpa. Elas não apenas esperam liderar vidas ricas e felizes, mas também sonham em fazê-lo com boas casas e lindos cenários em torno delas. A ecocivilização foca em respeitar, conformar-se a, e proteger a natureza, e o modelo de desenvolvimento de uma ecocivilização enfatiza o desenvolvimento verde, cíclico e com baixa emissão de carbono. A promoção de uma ecocivilização é uma decisão estratégica tomada de acordo com as novas expectativas das pessoas. Também provê uma visão de mundo e uma metodologia científicas para as futuras gerações aproveitarem espaços belos, ecológicos, e viáveis de se viver.

Segue a tendência do tempo e pretende cumprir as expectativas do público geral.

Design institucional de uma ecocivilização (modelo “empurrando para a frente”)

O design institucional de uma ecocivilização é um típico modelo “empurrando para a frente” de governança. A *Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China em alguns problemas centrais relativos ao abrangente aprofundamento da reforma*, aprovada na 3ª Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCC, estabeleceu um sistema institucional para o desenvolvimento de uma ecocivilização pela primeira vez. Seguindo o *approach* envolvendo a “rigorosa prevenção da fonte, controle rigoroso do processo, e punição severa da consequência”, o sistema institucional constituindo uma ecocivilização foi elaborado, junto com detalhes de sua constituição, direção da reforma, e tarefas principais. Entre elas, o estabelecimento de um sistema de parques nacionais também foi proposto. Em 11 de setembro de 2015, a agência política do Comitê Central do PCC convocou uma reunião para considerar e aprovar o *Plano geral para a reforma do sistema de ecocivilização*, que estabelece os arranjos para requerimentos gerais, direitos de propriedade, gestão, sistemas de planejamento, conservação de recursos, compensação ecológica, governança ambiental, proteção ambiental, contabilidade, garantias organizacionais, e outros aspectos. O plano também coloca requerimentos claros para o estabelecimento de um sistema de parques nacionais.

Plataforma de exploração para a implementação do conceito de ecocivilização: sistema de parques nacionais + construção de área de demonstração de ecocivilização (modelo exploratório)

Como a maioria dos componentes do desenvolvimento da ecocivilização chinesa, o sistema de parques nacionais e a área

de demonstração experimental de ecocivilização são implementações estratégicas importantes do governo central, e também são tipicamente representativos da promoção de modelos exploratórios locais em nível estatal, o que provê espaço suficiente para o desenvolvimento local com um modelo exploratório. A 3ª Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCC aprovou a *Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China em alguns problemas centrais relativos ao abrangente aprofundamento da reforma* e propôs “o estabelecimento de um sistema de parques nacionais” pela primeira vez. Em 2014, as *Opiniões acerca de acelerar o avanço da ecocivilização* e o *Plano geral para a reforma do sistema de ecocivilização* colocados pelo Comitê Central do PCC e pelo Conselho de Estado propuseram requerimentos claros para o estabelecimento de um sistema de parques nacionais. Esses planos requereram departamentos individuais de reforma para configurar reservas naturais separadamente, reorganizaram-nas com base em suas funções, implementaram medidas mais rigorosas de proteção, e protegeram a autenticidade e integridade de ecossistemas naturais. A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e 13 departamentos formaram um grupo para executar um estudo piloto em direção a implementar os mencionados requerimentos para o estabelecimento do sistema de parques nacionais.

Para encorajar o desenvolvimento exploratório da ecocivilização, o governo central da China finalizou 10 pilotos do sistema de parques nacionais (a Grande Muralha da China, Qianjiangyuan de Zhejiang, Wuyishan de Fujian, Shennongjia de Hubei, Nanshan de Huanan, Shangri-La Pudacuo de Yunnan, Sanjiangyuan de Qinghai, Tigres e Leopardos da Região Nordeste, o Panda Gigante, e as Montanhas Qilian de Gansu) em 12 províncias (municípios e regiões autônomas). Depois de dois anos de experiências piloto, a Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reforma tomou as rédeas e compilou o *Plano geral para o estabelecimento de um sistema de parques nacionais*, que elaborou a estrutura e os requerimentos gerais para a promoção de um

sistema de parques nacionais, especificou as funções desses parques, estabeleceu um sistema de gestão hierárquico unificado e um sistema para garantir o suprimento de capital, otimizou o sistema de proteção de ecossistemas naturais, e identificou meios para o desenvolvimento coordenado e a garantia de sua implementação para as comunidades.

Com base nesse trabalho, em 2014, a Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reforma, os Ministérios da Finança, Terra e Recursos, Recursos Aquáticos, e Agricultura, e a Administração Florestal do Estado lançaram juntos a *Notificação da construção das áreas piloto de demonstração de ecocivilização (primeiro lote)*. Ela tornou obrigatório para as áreas piloto de demonstração tratar inovações no sistema como tarefa fundamental, considerar a reprodutibilidade e promoção como requerimentos básicos, e focar em solucionar as restrições da construção de uma ecocivilização na região. Essas áreas foram encorajadas a promover inovações de sistema, tomar iniciativas, fazer explorações ousadas, e alcançar grandes avanços, para acumular experiência útil para o desenvolvimento da ecocivilização nacional, para estabelecer modelos avançados, e para liderar pelo exemplo. A notificação clarificou o foco de inovação institucional sobre 57 regiões nos anexos, e permitiu as práticas exploratórias locais de mais de 30 sistemas inovativos que incluíam a gestão da propriedade de ativos de recursos naturais; o sistema de avaliação de oficiais que reflete os requerimentos da ecocivilização, monitorando e avisando a respeito da capacidade de transporte de recursos; o uso de recursos eficiente e econômico; os mecanismos de compensação ecológica; e a governança de terceiros do controle de poluição e do sistema de parques nacionais. Planos foram implantados em vários lugares para focar em áreas que vão desde planejar cientificamente o padrão espacial de desenvolvimento e ajustar e otimizar a estrutura industrial, até promover o desenvolvimento cíclico verde e com baixa emissão de carbono, assegurando a conservação e uso intensivo de recursos, construção ecológica, proteção ambiental, e sistemas culturais ecológicos.

O estabelecimento do sistema de parques nacionais e as áreas para demonstração foram grandes avanços que culminaram em um ponto de apoio na construção de um sistema de ecocivilização. Reformas sistêmicas podem estruturar a relação entre várias reservas naturais em ordem, e podem estabelecer um sistema de gestão efetivo, padronizado e unificado para proteger o meio ambiente e manter a segurança ecológica, o que coincide com o *layout* estratégico e as metas de desenvolvimento da ecocivilização.

Promover a integração de múltiplas regulações

A China está continuamente estreitando conexões entre vários tipos de projetos relacionados aos recursos, projetos de proteção ecológica e da terra, e está comprometida a formar um sistema de planejamento espacial baseado no planejamento da terra. É necessário implementar rigorosamente vários planos e determinar os alvos de proteção. Em adição a proteger terras agrícolas, áreas de importante proteção ambiental, e fontes de água, vários tipos de parques devem ser também incluídos no sistema de gestão de parques nacionais para uma gestão e uma proteção unificadas. Fontes minerais estratégicas devem ser tratadas como importantes alvos de proteção, e a proteção controlada e o desenvolvimento deveriam ser implementados baseados no montante total.

Auditoria de saída de ativos de recursos naturais² + gerenciamento de balanço de recursos naturais³

A Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China em alguns problemas centrais relativos ao abrangente aprofundamento da reforma colocou que, para construir uma ecocivilização, um sistema sistemático e completo para a ecocivilização

² Cf. BAIDU, [2013].

³ Cf. BAIDU, [201-].

deve ser estabelecido, com o intuito de proteger o meio ambiente. O PIB regional não deveria ser avaliado em áreas de desenvolvimento limitado e em locais-chave onde sistemas ecológicos são frágeis e contorcem-se para o alívio da pobreza nacional e com projetos de desenvolvimento.

A formulação e a preparação de uma folha de balanço de recursos naturais devem ser investigadas, e auditorias sobre os ativos de recursos naturais devem ser conduzidas quando oficiais seniores deixarem o emprego. Um sistema de contabilidade vitalício para danos ecológicos e ambientais deve ser estabelecido. A introdução de uma auditoria sobre os ativos de recursos naturais irá inevitavelmente levar à consideração total de fatores ecológicos quando oficiais seniores do PCC, agências governamentais, e executivos da empresa estatal tomarem decisões importantes. Porém, recursos naturais são diferentes de economia, então pesquisas futuras deverão esforçar-se para avaliar quantitativamente os ativos de recursos naturais e formar uma lista de métodos de cálculo científicos e factíveis.

A folha de balanço de recursos naturais é uma nova ideia proposta durante a 3ª Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCC. Ela se refere ao sistema de relatos de gestão estatística usado para o ativo de recursos naturais e reflete o status do ativo desses recursos medível, reportável, e verificável da área ou departamento avaliado num certo tempo, assim como os potenciais passivos de recursos naturais da área avaliada no tempo da avaliação. A preparação de uma folha de balanço desses recursos pretende classificar e calcular o estoque e as mudanças de estoque de recursos naturais importantes no nível nacional ou regional, por meio do uso de métodos de contabilidade. A preparação de uma folha de balanço pode objetivamente avaliar as mudanças na quantidade física e valor da produção de recursos naturais em certo período, descobrir o valor real da produção desses recursos em certo tempo, e entender exatamente a posse,

uso, recuperação de consumo, e atividades de valor agregado de tais recursos por entidades econômicas. Ela pode revelar o recurso e os custos ambientais e benefícios ecológicos do desenvolvimento econômico como um todo, e pode também prover uma base importante para uma tomada de decisão abrangente no ambiente e no desenvolvimento, e na compensação ambiental para uma avaliação da performance do governo. Ao mesmo tempo, ela também serve como uma base importante para uma auditoria de partida de recursos naturais quando oficiais seniores deixarem o emprego. É benéfico mudar o modelo de desenvolvimento centrado no PIB e preparar o caminho para a formação de um mecanismo forçado para a construção de uma ecocivilização.

Quadro 6 - Preparação de uma folha de balanço de recursos naturais na província de Jiangxi, China

Em julho de 2016, o governo da província de Jiangxi emitiu o *Esquema piloto para a preparação da folha de balanços de recursos naturais na província de Jiangxi*. Ele selecionou as cidades de Yichun e Fuzhou, e os distritos de Xingguo e Anfu como sítios piloto para a preparação da folha de balanço de recursos naturais com o objetivo de entender o valor real dos ativos de recursos naturais e suas mudanças, assim como de prover suporte sólido para a construção de uma área de demonstração avançada de ecocivilização com as características de Jiangxi.

As folhas de balanço para os recursos naturais da província de Jiangxi listavam recursos de terra, floresta e água. A folha de balanço de recursos de terra inclui condições de uso de terra agrícola e de florestas, a distribuição do nível de qualidade das terras agrícolas, e as mudanças nelas. A folha de balanço de recursos florestais inclui o volume total e o volume por unidade de área de florestas naturais, plantações, e outras florestas, estoque de área florestal, e mudanças neles. A folha de balanço de recursos de água inclui informações de recursos na superfície da água e no solo da água, a distribuição de níveis de qualidade de água, e mudanças nelas. O Escritório de Estatísticas da província de Jiangxi também formulou e promulgou o *Sistema piloto de preparação da folha de balanço de recursos naturais (guia compilado)* para estudar e discutir os detalhes técnicos dos recursos de terra, agricultura, silvicultura, conservação da água, proteção ambiental, e outros aspectos e para prover suporte técnico para os trabalhos preparativos.

Fonte: BAIKE/WIKI, [201-].

Compensação ecológica diversificada

A China tem se engajado constantemente em explorar o sistema de compensação ecológica. O sistema mais antigo na China operou no contexto da silvicultura. Dos anos de 1980 aos de 1990, em adição aos benefícios ecológicos de compensação florestal, o Estado também começou a pagar compensação ecológica para problemas ecológicos e ambientais causados pelo desenvolvimento de recursos minerais. A alteração da Lei da Floresta foi aprovada em 1º de julho de 1998, e o Fundo de Benefícios de Compensação Ecológicos Florestais foi oficialmente incluído no Direito Florestal da República Popular da China. O Sistema de Benefícios de Compensação Ecológicos Florestais vem sendo legalmente garantido desde então. Com a virada do século, a política de compensação ecológica chinesa foi ainda mais desenvolvida. Por exemplo, em 2005, a *Decisão do Conselho de Estado em implementar o conceito de desenvolvimento científico e fortalecer a proteção ambiental* claramente declarou que é necessário melhorar a política de compensação ecológica e estabelecer um mecanismo de compensação assim que possível, para que os governos central e locais possam conduzir projetos piloto de compensação ecológica separadamente.

Comparados com canais e *approaches* mais populares de compensação ecológica no mundo, como os impostos e taxas de compensação ecológica, sistema de depósito, sistema de subsídios financeiros, empréstimos concessionários, sistema de *market trading*, e fundos domésticos e estrangeiros, entre outros, os métodos e *approaches* de compensação ecológica chineses focam em taxas e impostos para compensação ecológica, subsídios financeiros, e empréstimos concessionários, e não possuem outros canais ou meios. Para assegurar os reais benefícios dos protetores ecológicos, o mecanismo chinês de compensação ecológica tem sido plenamente implementado. No começo de 2019, nove departamentos, incluindo o Ministério de Recursos Naturais e

a Comissão de Reforma, juntos fizeram o *Plano de ação para o estabelecimento de um mecanismo de compensação de proteção ecológica market-oriented e diversificado* (Plano de Ação), que torna claros o calendário e o roteiro para o progresso, estabelecendo uma estrutura política do mecanismo de compensação de proteção ecológica. O plano tem se aprimorado desde então, e claramente coloca que é necessário melhorar o sistema de compensação para o desenvolvimento de recursos, redução de emissões de poluentes, conservação da água, e compensação para direitos de emissão de carbono, bem como definir e alocar devidamente direitos de meio ambiente, aprimorar plataformas de troca, e guiar beneficiários ecológicos para compensar protetores ecológicos. O plano também propõe nove tarefas, quais sejam, aprimorar o sistema de compensação de desenvolvimento de recursos, otimizar a alocação de direitos de poluição, aprimorar a alocação de direitos de água, aprimorar o mecanismo de compensação de direitos de emissão de carbono, desenvolver indústrias ecológicas, aprimorar marcas verdes, promover compras verdes, desenvolver a economia verde, e estabelecer mecanismos de compartilhamento de benefícios verdes (BAO; HE, 2013).

Desafios

Insistência em promover o desenvolvimento de um sistema de ecocivilização

A construção de uma ecocivilização é um projeto sistemático que envolve um longo ciclo, amplo escopo, amplo conteúdo e grande dificuldade. Ela não pode ser completada mediante esforços unilaterais de sujeitos individuais. Como a garantia fundamental é um conteúdo importante do desenvolvimento da ecocivilização, a construção de um sistema institucional de

uma ecocivilização só pode ser promovida por sujeitos múltiplos guiados pelo comitê do PCC, liderada pelo governo, dirigida pelo mercado, e garantida por lei. De acordo com a divisão dos sujeitos na governança da ecocivilização, aderência ao e melhorias no sistema de ecocivilização são partes constituintes do processo de promoção empenhado em integrar os processos de desenvolvimento do sistema de supervisão do governo, o sistema do mercado de proteção ao meio ambiente, os sistemas legal e regulatório, e o sistema de participação popular.

Construção de um sistema de supervisão do governo

O governo tem desenvolvido uma série de sistemas de proteção ao meio ambiente num nível macro para poder supervisionar, inspecionar, proteger e gerir problemas ambientais. Um sistema científico e rigoroso de supervisão do governo deve ser formado por sistemas e procedimentos otimizados de tomadas de decisão, fortalecendo o sistema de inspeção de proteção ambiental, e estabelecendo um mecanismo de interação para a supervisão ecológica. Primeiro, procedimentos e sistemas de tomadas de decisão devem ser otimizados. Governos em todos os níveis devem se esforçar para melhorar o mecanismo de negociação e cooperação para o desenvolvimento de uma ecocivilização, clarificar as regras e procedimentos de deliberação, e estabelecer e incluir um mecanismo de participação da avaliação de impacto ambiental de terceiros no processo de tomada de decisão. Segundo, é importante fortalecer o sistema de inspeção para proteção ambiental. Os procedimentos, a autoridade, a disciplina, e as responsabilidades do trabalho de supervisão em direção à proteção ambiental devem ser padronizados para reforçar o papel dos governos locais como o corpo principal responsável pela proteção ambiental e para construir um sistema de supervisão para inspeção e contabilidade. Terceiro, um mecanismo de interação para monitoramento e gestão do meio ambiente

precisa ser estabelecido. Combinado com o sistema de gestão da área funcional principal, um esforço exploratório deve ser fomentado para instituir um mecanismo de supervisão do meio ambiente com interação entre os níveis superior e inferior e com coordenação regional.

Construção de um sistema de mercado

O sistema do mercado de proteção do meio ambiente demanda um mercado de trocas que cultiva, estabelece e regula produtos de proteção do meio ambiente sob o macrocontrole do governo. Ele depende de mecanismos de alavancagem de preços e competição para alcançar uma alocação balanceada, razoável e eficiente dos elementos e recursos. Ele envolve principalmente o estabelecimento e a melhoria de um sistema de trocas para recursos naturais e direitos de uso ambiental, o desenvolvimento de uma indústria verde e um sistema de financiamento verde, e a padronização de recursos naturais e produtos *eco-friendly*. Primeiro, é importante estabelecer um sistema de trocas para o uso de recursos e do ambiente. Plataformas de troca para direitos sobre uso de água e energia, descarga de poluição e emissões de carbono, assim como sistemas de medida de suporte e aprovação, devem ser estabelecidos. O mecanismo de preços de troca e as regulações de operação das plataformas de troca devem ser clarificados para que se executem o mecanismo de mercado e o papel principal das empresas em sua totalidade. Segundo, é essencial desenvolver indústrias e sistemas financeiros verdes. Focar no desenvolvimento de uma indústria verde e uma economia cíclica, esforços em direção à melhoria de construção de sistemas, sistemas de impostos, e sistemas legais são necessários para promover ativamente seguros, finanças, valores mobiliários, e empréstimos verdes, e para estabelecer uma rede de investimento verde e um mecanismo ambiental de divulgação de informação. Terceiro, a padronização de recursos naturais e

produtos *eco-friendly* deve ser promovida. Dentro da estrutura de trabalho do sistema de gestão dos ativos de recursos naturais, a construção de um sistema padronizado para recursos naturais deve ser explorada. Ao mesmo tempo, é importante estabelecer um padrão, uma certificação e um sistema de marcação unificados de produtos verdes, melhorar a avaliação de efetividade e o mecanismo de supervisão para certificação desses produtos, e aumentar a oferta efetiva deles.

Desenvolvimento de leis e regulações

O desenvolvimento de um sistema legal para uma ecocivilização requer a melhoria do sistema legislativo prevalente, a formação de leis e dispositivos ambientais combinando a Constituição, leis, e regulações locais, e a regulação do comportamento de governos, empresas, e indivíduos por meio de legislações. As tarefas centrais são acelerar o processo legislativo para a ecocivilização, formar um sistema de leis e regulações compatível e coordenado adereçando o meio ambiente, e proteger o meio ambiente com o sistema mais rigoroso e a implementação do Estado de Direito mais rigoroso. Em 11 de março de 2018, o primeiro encontro do 13º NPC alterou a Constituição da República Popular da China, e incorporou provisões para o estabelecimento de uma ecocivilização. Essa alteração faz da construção de uma ecocivilização uma garantia constitucional. Baseado nisso, no curso da melhoria de leis e regulações levando a uma ecocivilização, deve-se direcionar atenção aos seguintes aspectos. Primeiro, o sistema legal governando o meio ambiente deve ser melhorado para realçar o status legal da Lei de Proteção Ambiental, e para acelerar o processo de “estabelecimento, reforma, e abolição” de leis individuais de proteção ambiental. Segundo, a proteção sob o sistema legal deve ser melhorada, e a revisão de regulações administrativas sobre meio ambiente deve ser expedida. Ao mesmo tempo, corpos legislativos locais

podem formular leis e regulações locais para romper o sistema de inovações com tentativas piloto e para desenvolver e melhorar o sistema posteriormente. Terceiro, a mediação de disputa de recursos, litigância de interesse público, compensação de danos, e sistemas de assistência jurídica sob o direito ambiental devem ser melhorados continuamente. Diversos fatores têm papéis importantes na promoção do desenvolvimento do sistema legal da ecocivilização, como o fortalecimento de medidas de execução do direito da ecocivilização, o aperto dos procedimentos judiciais da ecocivilização, e a melhoria do mecanismo de conexão entre a execução do direito administrativo e da justiça criminal para a proteção do meio ambiente.

Participação popular no desenvolvimento de sistemas

O público não só se beneficia do resultado do desenvolvimento de uma ecocivilização, como também participa na construção de sistemas de ecocivilização e na governança do meio ambiente. A construção de um sistema de ecocivilização deveria focar em alargar os canais de participação, estabelecer um sistema de intercâmbio e compartilhamento de informações, e melhorar o sistema de educação para a ecocivilização, com o objetivo de promover a construção de um sistema de participação popular. Primeiro, é necessário realçar os incentivos para essa participação. Canais de interação podem ser alargados ao se estabelecer uma plataforma de comunicação e conversação, ao se abrir mais canais para reclamações e relatórios, e ao se melhorar os sistemas de supervisão e relatórios. Ao mesmo tempo, *approaches* inovadores e mecanismos de incentivo devem ser aplicados para encorajar o público a participar ativamente na tomada de decisão ambiental e nas atividades de proteção, assim como relatar violações do direito ambiental. Segundo, é importante estabelecer um sistema de intercâmbio e compartilhamento de informações. O governo deve promover esse mecanismo com o objetivo de

institucionalizar o compartilhamento de dados, para intercâmbio de experiências, e para habilitar conversações e discussões acerca do desenvolvimento da ecocivilização. Terceiro, deve-se estabelecer e melhorar o sistema de publicidade e educação da ecocivilização. Deveríamos defender vastamente a educação da ecocivilização em toda a sociedade, advogar pelo plano de vida verde e a tendência de poupança nacional, guiar a orientação de valores dos cidadãos para a ecocivilização, e fazer toda a sociedade formar a consciência ambiental.

Explorar novos pontos de crescimento verdes

Promover o desenvolvimento de indústrias verdes

Primeiro, indústrias tradicionais precisam ser atualizadas e transformadas. É necessário fortalecer suas pesquisas e seus desenvolvimentos por meio da introdução e assimilação de tecnologias em conservação de recursos e proteção ambiental. A transformação tecnológica de indústrias, empresas, projetos e fluxos de processo-chave é necessária. Além disso, também é importante melhorar a eficiência da produção de recursos, controlar emissões de poluentes e gases de efeito estufa, e promover o desenvolvimento de indústrias que economizam energia. Pesquisa e desenvolvimento, assim como solução de problemas de tecnologias, equipamento e componentes-chave que economizam energia, devem ser fortalecidos com um foco na investigação de técnicas de economia energética e de equipamentos com ampla aplicação e impactos de larga escala, como por exemplo a geração de energia com pouca perda de calor, motores com alta eficiência em economia energética, materiais de isolamento térmico de alta performance, e baixa ou média concentração de utilização de gás. Por fim, a ampla utilização de recursos deve ser promovida vigorosamente. O primeiro aspecto foca na organização e implementação de projetos de utilização abrangente de

resíduos sólidos. O segundo aspecto busca promover o desenvolvimento da indústria de reciclagem. O terceiro busca fortalecer a construção de um sistema renovável de recuperação de recursos. O quarto busca realçar a capacidade de aquisição de recursos renováveis internacionais. E, finalmente, novas indústrias energéticas e de proteção ambiental devem ser desenvolvidas, como a indústria de saúde e bem-estar florestal.

Promover o modelo de consumo verde

A implementação de um modelo de consumo verde tem grandes benefícios tanto para a economia de recursos quanto para a proteção ambiental. Para construir um modelo como esse, é necessário realçar o entendimento público desse tipo de consumo, oferecer suporte forte para o modelo de produção de produtos verdes, e estabelecer bases de produção verde. Com o desenvolvimento de tais produtos, também é necessário estabelecer um sistema de mercado de produtos verdes correspondente, fortalecer a gestão e as medidas de supervisão desses produtos e mercados, criar um ambiente seguro para padrões verdes de consumo, e acelerar a produção desses produtos.

O desenvolvimento de uma ecocivilização é um processo pelo qual o sistema de conhecimentos é continuamente construído, integrado e melhorado

O pensamento de uma ecocivilização com características chinesas da contemporaneidade, que integra o discurso e a prática de desenvolvimento, assim como um significado filosófico, é enraizado na história das civilizações humana e chinesa. Ele se engaja em questões a que os humanos devem responder no futuro, implementa o desenvolvimento de uma ecocivilização, e provê soluções chinesas construídas pela própria sabedoria chinesa para posterior desenvolvimento sustentável da humanidade. Isso precisa ser fundamentado para incorporar o pensamento

filosófico no relacionamento entre homem e natureza como concebido pela civilização agrícola chinesa, constituindo o plano de fundo espiritual chinês e os arranjos de governança de nível básico. Também é necessário se adaptar às e tomar vantagem das conquistas ecológicas, técnicas, organizacionais e culturais acumuladas pela civilização industrial, e assimilar os resultados em reflexões sobre o relacionamento entre indústria e ecologia, assim como entre homem e o ambiente natural em países desenvolvidos ocidentais e outros países desenvolvidos.

O desenvolvimento de uma ecocivilização na China é diferente dos movimentos ambientais e sociais em países do Ocidente. Em Estados industrializados ocidentais, o desenvolvimento e crescimento do público geral e grupos civis e o nascimento de movimentos ambientais e sociais são mutuamente fortalecidos. Mesmo que o governo chinês seja apto a progredir, no presente governos locais estão em um dilema. Há uma dependência de caminho para promover desenvolvimento, e um sistema de promoção de investimentos relativamente maduro foi estabelecido. O desenvolvimento de uma ecocivilização com características chinesas na contemporaneidade requer que os governos locais apoiem alianças comunitárias ou garantam que o progresso não prejudique o ambiente e os recursos. O governo central mudou o *approach* anterior de intervir apenas passivamente em problemas de gestão do ambiente local durante eventos grandes. O “Incidente da Montanha Qilian” redesenhou a imagem do governo central para um governo com gestão ambiental rigorosa. Inspectores de proteção ambiental constituem um motor importante da ecocivilização chinesa. As ações e medidas de supervisão rigorosas do governo central para o desenvolvimento de uma ecocivilização desenharam diretamente o ambiente local e o sistema de governança de recursos e formaram um dos passos para a modernização do sistema e da capacidade de

recursos e governança da China, o que também é uma característica chinesa.

Não há precedentes para o desenvolvimento de uma ecocivilização. Em uma era cheia de mudanças drásticas e impetuosidade, ainda não temos síntese, exploração e pensamento sistemáticos em *approaches* em direção a construir uma estrutura concreta, uma fundação filosófica, um arranjo institucional, e as conotações espirituais da sociedade ecologicamente civilizada chinesa. A ideia de uma ecocivilização com características chinesas que concerne à comunidade humana com um futuro compartilhado deveria se tornar a sabedoria e a civilização comuns da humanidade. Esse processo requer uma reconstrução abrangente da filosofia, literatura, arte, pensamento popular e estilo de vida. Essa exploração é de grande significância teórica e prática para o progresso da China. Ela contribui para o progresso geral da civilização humana e para a formação de confiança para a China na teoria e no caminho do campo das relações entre homem e natureza.

Coordenar conceitos de gestão ambiental internacionais e domésticos

Desde a reforma e a abertura, a economia da China cresceu rapidamente, e os problemas ambientais se tornaram crescentemente proeminentes. Esse rápido desenvolvimento tem tido impactos adversos no ambiente e no estoque de recursos naturais da China. Problemas ambientais se tornaram uma limitação séria no desenvolvimento econômico sustentável e desenvolvimento social harmonioso. A China tem sempre se comprometido a explorar ativamente *approaches* de governança ambiental efetivos e tem atingido certos resultados. O conceito chinês de governança ambiental tem se tornado mais claro em tempos recentes. Leis, regulações e instituições relevantes têm todas feito

um progresso firme, resultando em efetivo realce da governança ambiental.

Porém, as ideias, o sistema de conhecimento, e as experiências bem-sucedidas constituintes da governança de recursos e do meio ambiente da China têm sido subestimados enormemente pela comunidade internacional. Visões ocidentais, assim como sistemas teóricos e técnicos pertencentes à gestão de recursos e do meio ambiente, dominados pela União Europeia e pela América do Norte, não resolvem efetivamente os problemas de recursos e ambientais que desafiam na atualidade os seres humanos, especialmente em países em desenvolvimento. Porém, eles constantemente dominam o discurso na academia e na política internacionais. Como resultado, países em desenvolvimento como a China têm que fazer avanços teóricos e técnicos para resolver seus próprios problemas, e os sistemas de recursos e governança ambiental da China não possuem a habilidade de se comunicar com a comunidade internacional, e são até marginalizados. Qualquer recurso e prática ambiental na China tem um impacto global forte. Portanto, as políticas de recursos e do meio ambiente chinesas sempre serão examinadas sob o microscópio por políticos e acadêmicos ocidentais. Isso coloca muita pressão em círculos acadêmicos e políticos na China.

A China tem uma escala gigante, então a atitude ativa chinesa a respeito de problemas ambientais e de recursos irão inevitavelmente atrair tensões de países desenvolvidos em círculos políticos e acadêmicos e divididos de melhorias ambientais globais. Portanto, é imperativo construir uma plataforma de diálogo e garantir que os conceitos de gestão ambiental internacionais e domésticos da China sejam desenvolvidos e implementados coordenadamente. Depois que a China entrar no sistema internacional de discursos, seus recursos e sua governança ambiental terão o potencial de se tornarem um dos líderes mundiais mais

importantes em sistemas de pensamento, de tecnologia, e de instituições a adereçarem os meios de gerir o desenvolvimento sustentável mundo afora.

Referências

ANUÁRIO Estatístico da China sobre Meio Ambiente. Agência Nacional de Estatística e Ministério da Ecologia e Meio Ambiente da República Popular da China, 2018.

ARMSTRONG, P.; KE, F. Beijing Announces Emergency Measures Amid Fog of Pollution. *CNN World*, 23 Oct. 2013. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2013/10/23/world/asia/china-beijing-smog-emergency-measures/index.html>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BAIDU. [Auditoria de saída de ativos de recursos naturais]. [23 mar. 2013]. Disponível em: <https://baike.baidu.com/item/自然资源资产离任审计/15621587?fr=aladdin>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BAIDU. [Aldeias de câncer]. [9 jan. 2018]. Disponível em: <https://baike.baidu.com/item/癌症村/17824?fr=aladdin>. Acesso em: 29 out. 2020.

BAIDU. [Folha de balanço de recursos naturais]. [201-]. Disponível em: <https://baike.baidu.com/item/自然资源资产负债表>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BAIKE/WIKI. [Preparação de uma folha de balanço de recursos naturais na província de Jiangxi, China]. [201-]. Disponível em: <http://www.baike.com/wiki/自然资源资产负债表>. Acesso em: 29 out. 2020.

BAO, Y.; HE, Y. Perfection of Environmental Law in the Context of Eco-Civilization. Legal Support of Eco-Civilization-2013 [communication]. In: NATIONAL CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL RESOURCES LAW (Annual Meeting), 2013.

BINCHENG, H. [Importações de óleo de palma da China]. Qianzhan Industry Research Institute, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.qianzhan.com/analyst/detail/220/200109-eddcab33.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

CNWOOD – China Wood Industry Network. [Importações de madeira da China]. [201-]. [Site da indústria da madeira na China]. Disponível em: www.cnwood.cn. Acesso em: 29 out. 2020.

- CHEN, L. Marine Pollution in China, Its Prevention and Control, and Countermeasures. *Environmental Protection*, v. 44, n. 5, p. 65-68, 2016.
- FAN, H. F. A Review of the Relationship between Acid Rain and Forest Degradation. *Journal of Fujian Forestry College*, v. 23, n. 1, p. 88-92, 2003.
- HUANG, J. Hainan: Take Good Care of the “Lung of the Earth”. *Green China*, n. 4, p. 78-79, 2019.
- LI, B. Evolution of China’s Green Development Concept since Reform and Opening Up. *New West*, n. 20, p. 14-15, 2019.
- MAO, S.; ZHOU, X. Environmental Protection: Putting an End to the Intermittent Movement Model: Case Studies in Shanxi and Wuxi. *China Reform*, n. 9, p. 66-67, 2007.
- MLRPRC – Ministry of Land and Resources of the People’s Republic of China *et al.* Outline of Strategic Action for Prospecting Breakthroughs (2011-2020). *Geological Equipment*, v.13, n. 5, p. 39-44, 2012.
- MWRPRC – Ministry of Water Resources of the People’s Republic of China. *China Water Resources Bulletin*. MWRPRC, 2010.
- QIAN, Z.; SONG, M.; LI, W. Analysis of the Distribution and Variation Trends of Sandstorms in Northern China in the Past 50 Years. *Journal of China Desert Research*, v. 22, n. 2, 2002.
- RELATÓRIO do 16º Congresso Nacional do Partido Comunista da China – PCC. 2 nov. 2002.
- SOHU. [A questão da água potável com economia de energia é iminente]. 22 fev. 2019. Disponível em: http://www.sohu.com/a/296359669_100051146. Aceso em: 4 nov. 2020.
- STATE FORESTRY ADMINISTRATION. Results of the Eighth National Forest Resources Inventory. *Forest Resources Management*, n. 1, p. 1-2, 2014.
- SU, C.; ZHOU, L.; SHI, L. Analysis and Countermeasures of Grassland Animal Husbandry Constraints in Hainan Prefecture of Qinghai Province. *Chinese Herbivores*, n. 4, p. 57-59, 2009.
- WANG, L. Ten Issues Concerning China’s Environment. *Scientific & Technical Information of Gansu*, v. 32, n. 1, p. 8-8, 2003.
- WANG, X. Potash Fertilizer Industry Enters a New Era as China’s Discourse Power Continuously Improve. *China Agricultural Resources*, n. 20, p. 10, 2019.

XIE, Y.; DANG, D. Grassroots Mobilization: New Exploration of National Governance Model. *Sociological Research*, n. 3, p. 1-22, 2015.

YAN, Z.; JIN, X. Study on Sheep Fattening of Typical Family Pastures [communication]. In: CHINA GRASS INDUSTRY DEVELOPMENT FORUM, 2006.

YANG, S. *et al.* An Analysis of China's Rural Waste Pollution. *Population, Resources and Environment of China*, v. 20, n. 115 (S1), p. 405-408, 2010.

YANZHAO EVENING NEWS. [Subsídência relacionada às águas subterrâneas na província de Hebei]. 18 jun. 2019. [periódico chinês].

ZHANG, Z.; LIU, T. Restrictive Factors and Countermeasures of Sustainable Development of Grassland Resources in China. *Chinese Journal of Grassland*, n. 5, p. 63-68, 2001.

2. EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE: proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico de Kamchatka do Sul

*Varvara Sazhina
Anna Zavadskaya*

Introdução

Os tão populares termos “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” foram transformados em várias formas e significados. Por exemplo, crescimento econômico sustentável, administração pública e gestão sustentável, ambiente sustentável etc. O significado central e as características particulares dele, tanto quanto os critérios de sustentabilidade, sempre dependem do tópico de discussão ou das circunstâncias atuais na prática.

É importante levar em consideração que o resultado da definição de sustentabilidade e da seleção de critérios deve estar subjacente aos principais documentos oficiais que determinam o desenvolvimento de qualquer esfera ou território. Idealmente, critérios de sustentabilidade claramente descritos devem ser usados em diferentes conceitos e programas de desenvolvimento

sustentável (nos níveis local, regional, nacional) como alguns indicadores de eficácia entre todos os outros indicadores. Infelizmente, esses documentos e programas estratégicos são frequentemente declarativos e lidam com a sustentabilidade em termos gerais. A abordagem setorial específica à sustentabilidade leva a definições mais concretas e programas de desenvolvimento sustentável claros, mas, na prática real, muitas vezes exclui alguns dos interesses dos *stakeholders*. Por exemplo, a silvicultura sustentável se concentra nas atividades da indústria florestal, excluindo todas as outras. Mesmo a sustentabilidade ecológica, impulsionada pelo modelo ecológico de resposta ao estresse, coloca a ciência e o conhecimento científico muito à frente dos interesses e da compreensão da população local (PAYNE *et al.*, 2008). No entanto, são abordagens questionáveis para definir a sustentabilidade que ignora as pessoas. Os habitantes locais são aqueles que devem ser os principais beneficiários de todos os benefícios do território e seus recursos (valores materiais e imateriais). É por isso que a dimensão social da sustentabilidade também é muito importante e merece atenção especial. Assim, uma trama tão complexa de desenvolvimento sustentável exige que os teóricos e profissionais encontrem a abordagem sistêmica e multidimensional que pode ser transformada em prática real.

Em 2012, o grupo de pesquisadores e praticantes científicos de vários campos (geografia física e social, administração e sociologia pública, proteção ambiental, turismo etc.) reuniu-se em um esforço para encontrar o melhor desenvolvimento sustentável para a região de Kamchatka do Sul, inspirado em ideias de proteção ambiental, e preservação dos interesses da comunidade local. As autoras deste capítulo foram e ainda são membros do grupo.

Background e área de estudo

Kamchatsky Kray é uma das 85 regiões administrativas da Federação Russa. Está localizada no Extremo Oriente Russo e ocupa a península Kamchatka. Apesar de ser uma península, devido ao isolamento de transporte e ao baixo nível de desenvolvimento do transporte terrestre (a única maneira de conectar a região a uma “grande terra” hoje em dia é por via aérea), toda a vida socioeconômica ocorre quase como em uma ilha remota. A população total de Kamchatka é de cerca de 313 mil pessoas (em 1º de janeiro de 2020). A maioria dos habitantes locais vive no centro administrativo – Petropavlovsk Kamchatsky (181,1 mil; cerca de 57,9% da população total) – ou nos subúrbios próximos a ele. Existem apenas três cidades na região: centro administrativo, Yelizovo, onde o aeroporto internacional está localizado, e Viliuchinsk – a cidade militar com entrada limitada. Outra população vive em pequenos assentamentos espalhados por toda a península e localizados principalmente nos rios reprodutores de salmão (principalmente na costa oeste e no centro de Kamchatka), áreas de mineração (principalmente na parte norte e continental da região) ou centros administrativos das províncias da região. O transporte terrestre é muito pobre e a estrada principal conecta apenas assentamentos nas partes sul e parcialmente central da região. Para muitos assentamentos a única maneira de acesso é por helicóptero ou veículos *off-road*.

A economia de Kamchatka depende profundamente de várias indústrias (pesca, mineração, engenharia de energia). O fornecimento de segurança nacional também é importante devido à localização geopolítica estratégica da região. Mas o papel principal tem a indústria do peixe. Ela fornece 50% da produção industrial regional e 90% do potencial de exportação regional. Cerca de

9,2% de todos os trabalhos formais são empregados na indústria do peixe (2019). No contexto nacional, a indústria pesqueira de Kamchatka também é considerável. A região é líder na extração de biorrecursos aquáticos, fornecendo 45% de todo o extremo leste da Rússia e 30% do volume de extração russo.

Para a maioria das pessoas no mundo, Kamchatka é bem conhecida por sua natureza intocada e ecossistemas únicos. A ecorregião de Kamchatka, incluída na lista da WWF Global 200, é um dos últimos lugares no mundo com uma natureza realmente selvagem e primitiva. Inspira pessoas de todo o mundo, atraindo cineastas, fotógrafos de natureza selvagem, jornalistas, viajantes e outros. Atualmente, Kamchatka possui uma alta preservação de objetos de conservação únicos e um rápido desenvolvimento do turismo. O governo atual, entendendo o enorme potencial recreativo da natureza da região, acredita no grande papel do turismo no desenvolvimento sustentável de Kamchatka. O número de visitantes aumenta constantemente (2017 – 199,4 mil visitantes (+0,37% ao ano); 2018 – 215,5 mil (+8,1%); 2019 – 241,5 mil (+12%)¹). O desenvolvimento do turismo se torna cada vez mais significativo para a população local com uma esfera potencial de emprego e possível fonte adicional de renda. O valor dos recursos recreativos naturais de Kamchatka está indissociavelmente ligado à sua naturalidade, mas os objetos turísticos mais populares têm ecossistemas frágeis e baixa capacidade recreativa natural. O principal tipo possível (ou melhor, não o tipo, mas o quadro) de desenvolvimento do turismo aqui, que mais se aproxima dos requisitos de sustentabilidade, é o ecoturismo da natureza, baseado em valores naturais excepcionais e envolvendo também um rico patrimônio cultural de Kamchatka.

A conservação da natureza e o ecoturismo merecem atenção especial em Kamchatka. As áreas protegidas cobrem mais de 11%

¹ Para comparação: início dos anos de 1990 – 3,5 mil visitantes (russos e estrangeiros) por ano (KAMCHATKA, 2020).

da superfície da região e seis delas estão listadas como Patrimônio da Humanidade, como o Vulcão Kamchatka (NIKOLAEVA *et al.*, 2015). Por um período muito longo, as estratégias de gestão de áreas protegidas excluíram qualquer tipo de atividades econômicas, incluindo recreação; implicavam a aplicação de regras estritas sobre acesso e uso de recursos naturais e concentravam-se em impedir o envolvimento de turistas e moradores locais (WEINER, 1999; COLEWELL *et al.*, 1997; OSTERGREN; HOLLENHORST, 1999). Desde a sua fundação, as áreas protegidas russas, representadas originalmente por rígidas reservas naturais (*zapovedniks*), enfatizam a preservação do ecossistema principalmente para pesquisas ecológicas. Como resultado, durante muitos anos,² o sistema de áreas protegidas não conseguiu atender às necessidades da sociedade e não foi aberto aos visitantes, além de não reconhecer a importância do apoio das pessoas no processo de conservação. Essa abordagem dominou as áreas protegidas até o início dos anos de 1980, quando os primeiros parques nacionais apareceram na Rússia, e a política de conservação foi ampliada para incluir ecoturismo e educação ambiental. Em condições de reforma de áreas protegidas e financiamento insuficiente, as áreas protegidas de Kamchatka colocam suas esperanças no desenvolvimento do ecoturismo (NIKOLAEVA *et al.*, 2015).

Provavelmente as áreas naturais selvagens mais famosas do mundo em Kamchatka são o Vale dos Gêiseres e o lago Kurile. Ambos os territórios estão sob controle da Reserva Kronotsky, mas estão localizados em diferentes partes da península e têm diferentes status de proteção. O último – lago Kurile – é um coração do Santuário Federal de Kamchatka do Sul, batizado em homenagem a T. I. Shpilenok. Está incluído na lista de Patrimônios Naturais e Culturais Mundiais da UNESCO na nomeação

² A primeira área protegida federal na Rússia foi estabelecida em 1916 (Barguzinsky zapovednic, República da Buriácia).

“Vulcões de Kamchatka”. A bacia do lago e seus arredores, com área adjacente habitada do Santuário, tornou-se um local de interesses e numerosos projetos, iniciados pelas autoras do presente capítulo.

A área de Kamchatka do Sul e a sua comunidade local

Existem quatro pequenos assentamentos no extremo sul de Kamchatka – Ozernovskiy, Zaporojie, Pauzhetka e o quase desabitado atualmente Shumnyi (Figura 1). A população total desses assentamentos, formando o chamado “município de Ozernovskiy”, é de cerca de 2.500 pessoas. O território é muito afastado de tudo não só pela distância, mas principalmente pelo caminho a percorrer para chegar às cidades da região. Existem apenas duas maneiras de chegar lá (ou sair de lá) para as pessoas, para os produtos e todos os outros bens, incluindo medicamentos. A primeira é por transporte especial, adequado para *off-road*. Pode levar mais de 24 horas para chegar à cidade e é preciso pagar altas quantias por três balsas. Outra maneira é por helicópteros ou aviões de passageiros. Certamente é mais rápido, mas bem mais caro e altamente dependente das condições meteorológicas. Para a maioria das pessoas é raro sair dos assentamentos, e vivem em seu próprio tipo de isolamento. Como resultado, em muitos casos, a sociedade local “cozinha em seu próprio suco”. Quase tudo que poderia contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos vem de fora.

South-Kamchatka sanctuary

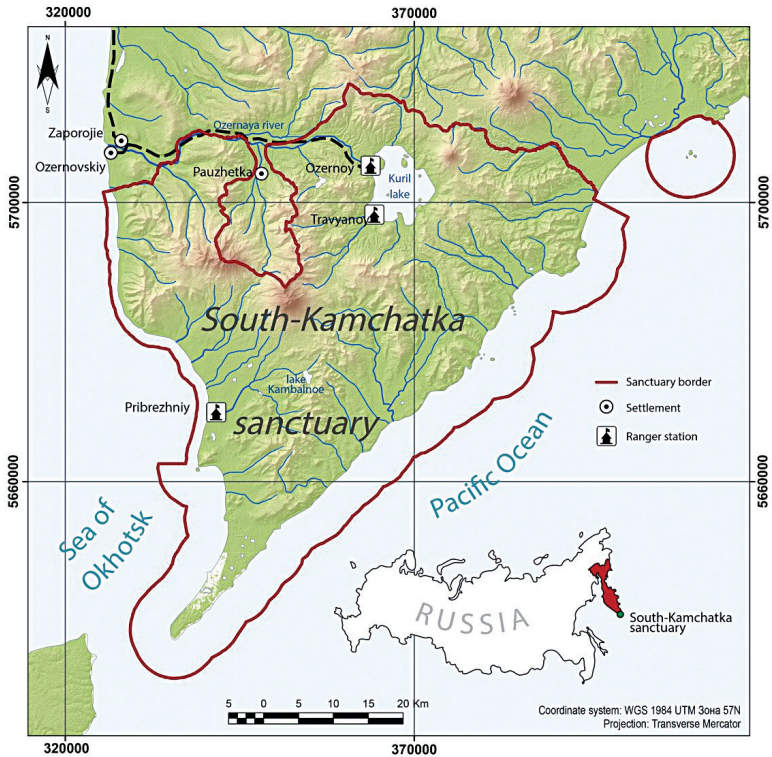


Figura 1 - A área de estudo – Kamchatka do Sul

A vida nos assentamentos é profundamente ligada à pesca. Existem mais de 10 fábricas pesqueiras em Ozernovskiy e Zaporojie, e é a principal fonte de orçamentos regionais e familiares. Quase todos os adultos trabalham na pesca. Os filhos começam a ajudar os pais assim que encontram uma possibilidade de conseguir emprego nas fábricas, mas a maioria dos adolescentes sonha em se mudar para a cidade (o que é típico dos rapazes da maioria dos assentamentos remotos e pouco desenvolvidos). A caça furtiva (principalmente a pesca ilegal de salmão selvagem,

não a caça) e a coleta de frutos selvagens e cogumelos também são muito importantes para a economia das famílias.

A economia familiar e a vida diária dos cidadãos de Pauzhetka são um pouco diferentes. Menos de 100 pessoas vivem nesta pequena comunidade. E se parece com o reino das fadas para a maioria dos visitantes por causa de suas condições naturais únicas. Aqui é em um pedaço de terreno quase selvagem cercado por colinas e vulcões em que há presença de atividades geotérmicas. A primeira usina geotérmica da URSS foi lançada aqui em 1966 e ainda está funcionando, proporcionando emprego para algumas pessoas e energia elétrica para todos os assentamentos e áreas de pesca na bacia do rio Ozernaya. Algumas famílias têm o seu próprio negócio de cultivo de vegetais e flores em estufas que são aquecidas por água quente natural devido à atividade geotérmica durante todo o ano. A maioria dos habitantes locais tem sua própria piscina pequena na fazenda com água termal sempre quente. Moradores e turistas alugam piscinas e pensões e isso traz renda adicional aos proprietários. A pesca de salmão selvagem e a coleta de plantas selvagens também são importantes para todos aqui.

O limite norte do Santuário de Kamchatka do Sul está localizado a menos de 7 km dos assentamentos. Esta área protegida é notável pela conservação de pássaros migratórios e formas de suas migrações (Cabo Lopatka), proteção da população de lontras marinhas de Kamchatka, população costeira de carneiro selvagem, água marinha. Tem grande importância para a economia local, e o ecossistema tem preservação do maior reservatório de desova natural de salmão do Pacífico na Eurásia – o lago Kurile. Todas as fábricas pesqueiras locais estão localizadas nos assentamentos no rio Ozernaya, que flui do lago Kurile no Santuário. Portanto, a proteção do ecossistema do lago e da área de desova do salmão selvagem mantém não apenas a vida selvagem conservada, mas todo o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A abundância de salmão como um elemento-chave do ecossistema determina a maior densidade de ursos-pardos na Rússia e altas concentrações de aves de rapina (águia do mar de Steller, águias de cauda branca e águias douradas, etc.) no inverno no local do lago Kurile. O Santuário é famoso como um dos melhores lugares do mundo para fotógrafos de natureza selvagem e amantes da natureza, especialmente para aqueles que desejam observar ursos-pardos na natureza selvagem intocada.

Portanto, como resultado da paisagem pitoresca e da alta densidade de uma das espécies mais “carismáticas” para o turismo de vida selvagem (urso-pardo), o Santuário está experimentando um rápido crescimento no número de visitantes. Durante os últimos 10 anos, o número de turistas que viajam para a bacia do lago Kurile cresceu mais de 20 vezes e agora chega a mais de 6 mil visitantes por ano (Figura 2).

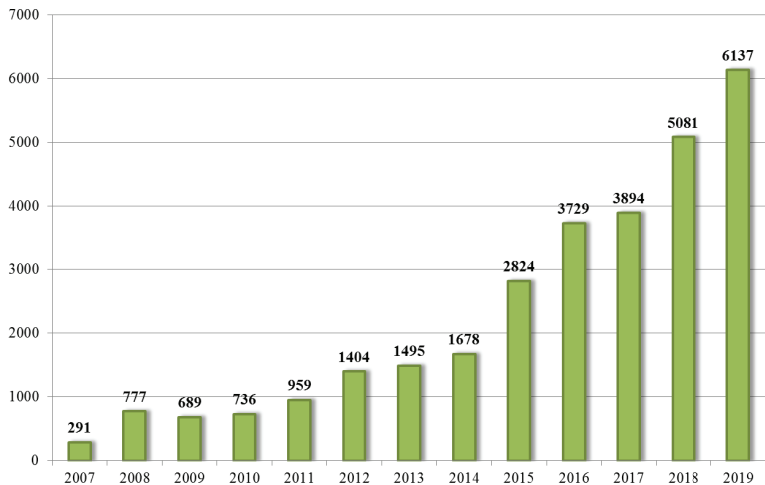


Figura 2 - Número anual de visitantes do Santuário de Kamchatka do Sul
 Fonte: DEPARTMENT OF TOURISM, 2020.

Mas o rápido crescimento do fluxo de turistas, bem como o turismo irresponsável, ameaça a integridade da natureza selvagem única e do ecossistema local. Essa é a dualidade típica que os gestores de uma área protegida enfrentam.

Ao mesmo tempo, a experiência internacional mostra que o desenvolvimento do ecoturismo em áreas como essa pode aumentar significativamente a gama limitada de oportunidades econômicas; o ecoturismo pode simultaneamente elevar o nível de consciência ambiental dos moradores da área e oferecer-lhes alternativas à caça furtiva e outras formas de atividade ilegal, que foram registradas aqui com bastante frequência durante a crise da caça ilegal antes de 2007.

Atualmente, no entanto, apenas alguns grupos por ano vêm ao Santuário a pé, visitando os assentamentos próximos antes e depois de visitar a área protegida (PA) e apoiar o envolvimento das comunidades e o desenvolvimento local. A maioria dos passeios, operados na área, que trazem visitantes de helicópteros têm mínimo efeito econômico na comunidade local, contribuindo para o caráter “eclávico” do turismo (FREITAG, 1994), caracterizado pela falta de controle local, de envolvimento e de benefícios e impedindo interações significativas entre moradores e PAs.

Portanto, no que diz respeito à sustentabilidade, é essencial e importante minimizar os impactos sociais e culturais negativos do turismo sobre todo o socioecossistema de Kamchatka do Sul e envolver a população local na conservação e no desenvolvimento do ecoturismo da área.

Embora esta seja uma breve descrição da área e das condições básicas de vida da comunidade local, ela nos mostra que existem muitas “partes interessadas” na região de Kamchatka do Sul com interesses diferentes e às vezes contrários.

Visão geral dos principais projetos; abordagens e alguns resultados

O principal objetivo desde o início do nosso trabalho em Kamchatka do Sul era contribuir para a proteção ambiental, atuando em respeito aos interesses da comunidade local e proporcionando novas oportunidades de cooperação entre o Santuário e a população local. Os projetos eram diferentes em seus enfoques, mas tinham como objetivo cobrir, de um modo ou de outro, diferentes questões relacionadas e contribuir para a sustentabilidade social e ambiental do desenvolvimento da região. Eles incluíram vários métodos e atividades: trabalhos de pesquisa científica, pesquisas sociais, eventos educacionais (workshops, seminários, treinamentos, palestras públicas, trabalhos de campo, etc.), publicação (popular, educacional e científica), comunicação com a população local e autoridades, com partes interessadas, utilização de meios de comunicação de massa etc. A seguir, fornecemos uma breve visão geral das principais etapas (projetos e alguns de seus resultados e conclusões) iniciadas, organizadas e implementadas pelas autoras com outros membros da equipe, incluindo especialistas russos e estrangeiros de diferentes áreas.

Os primeiros passos

A pesquisa social que foi conduzida no Santuário de Kamchatka do Sul e nos assentamentos localizados próximos à área protegida teve início em 2012. A pesquisa de opinião pública foi realizada com residentes, representantes das autoridades locais, visitantes e empresas de turismo. Dedicada às atitudes e conhecimentos das partes interessadas, a pesquisa revelou valores relativos à conservação e gestão do turismo no Santuário, e examinou conflitos surgidos entre as comunidades locais, a conservação e o turismo.

Um dos aspectos mais importantes do processo de conservação e um pré-requisito para a sustentabilidade a longo prazo é o envolvimento público e o apoio às áreas protegidas, o que muitas vezes traz benefícios diretos para as comunidades locais na forma de receitas do turismo, bem como aumento do nível de conscientização ambiental das comunidades e turistas. No entanto, pouco se sabia sobre as atitudes das comunidades locais e visitantes em relação às áreas protegidas e aos esforços de conservação, desenvolvimento do turismo e seus impactos sociais e econômicos na vida local. Compreender as percepções das partes interessadas sobre a importância da proteção das áreas e do turismo e saber quanto apoio elas estariam dispostas a oferecer para a conservação da natureza é fundamental para construir estratégias eficazes de gestão do ecoturismo e melhorar a relação entre população e área protegida (WELADJI; MOE; VEDELD, 2003; SZELL; HALLETT IV, 2013).

Como resultado, a pesquisa nos ajudou a entender as opiniões e atitudes dos residentes sobre a conservação da natureza, o Santuário e o desenvolvimento da indústria do turismo no local. Os dados coletados indicam uma alta dependência dos moradores com o Santuário de Kamchatka do Sul. Sendo principalmente empregados na indústria pesqueira, os residentes dos assentamentos entendem a grande importância do Santuário na proteção do salmão – como área de desova do salmão – e valorizam muito o papel de conservação da área protegida. Muitos entrevistados enfatizam os valores estéticos, espirituais e educacionais do Santuário. No geral, de acordo com a classificação de Saarinen (1998), as atitudes dos moradores em relação ao Santuário podem ser caracterizadas como humanísticas – valorizando a área protegida e o ambiente natural para promover o desenvolvimento humano de diversas formas – tanto como fonte de matérias-primas (principalmente recursos biológicos), mas também como meio para atingir o equilíbrio ético, estético

e mental. Tais atitudes em relação à área protegida criam bons pré-requisitos para o desenvolvimento de uma colaboração efetiva com as comunidades locais e a implementação de práticas de gestão de recreação baseadas na comunidade. A pesquisa dos visitantes e agentes de viagem também demonstrou um valor muito alto do território como destino turístico. Quase todos os entrevistados enfatizaram o papel de conservação do Santuário e valorizam muito suas características naturais para o desenvolvimento do ecoturismo.

Os resultados indicaram atitudes positivas das comunidades em relação às ideias de conservação. O apoio à conservação foi muito alto, com 95,2% dos entrevistados concordando que “é bom que o Santuário de Kamchatka do Sul (e o lago Kurile em particular) seja protegido pelo governo”. A maioria dos residentes estava bastante ciente e interessada na conservação, mas o nível de sua educação ecológica e engajamento atual era muito baixo. Ao tomar conhecimento de atividades de conservação como campanhas ecológicas, limpeza de terras públicas / água, coleta de lixo deixado por outros visitantes de áreas de piquenique, etc., a maioria dos entrevistados não estava familiarizada com as ações de conservação cotidianas essenciais, exigindo alto nível de comprometimento (reciclar, conservar água e energia, etc.). A maioria dos entrevistados, fornecendo facilmente aos entrevistadores a lista das principais ameaças ao ambiente natural, quase não conseguiu nomear uma possível ação de conservação necessária para resolver o problema. A pesquisa também revelou que, apesar do fato de os residentes estarem muito preocupados com as questões de conservação, cerca de um terço dos entrevistados não tinha conhecimento sobre o status ambiental especial do Santuário de Kamchatka do Sul, seus limites e regulamentos especiais (NIKOLAEVA *et al.*, 2015).

De acordo com os resultados da pesquisa, os moradores locais expressaram apoio e atitude positiva em relação ao

desenvolvimento do turismo no Santuário e em toda a região. A maioria ficaria feliz em ver mais turistas (85,7%). E também concordou (90,5%) que “os turistas vêm aqui por causa do Santuário de Kamchatka do Sul e do lago Kurile”. Quase todos os que apoiam o turismo o vinculam claramente a benefícios potenciais para a região em geral ou para sua família em particular e relatam, entre tais benefícios, o desenvolvimento de infraestrutura, novas oportunidades de trabalho, receita com a venda de lembranças, artesanato, produtos alimentícios, etc. Mas a maioria dos entrevistados não recebeu nenhum benefício direto do turismo (apenas 28,6% dos entrevistados afirmaram que suas famílias dependiam do turismo para parte de sua renda) naquela época.

Em última análise, a pesquisa mostrou um apego relativamente forte ao território pelos habitantes locais e um nível muito alto de apoio às ideias de conservação em geral e ao Santuário em particular. No entanto, ao mesmo tempo, a administração do Santuário às vezes era criticada pela gestão atual, e a comunicação com a comunidade não era avaliada de forma satisfatória tanto pelas autoridades locais quanto pelos moradores. Embora os meios de subsistência locais não tenham sido muito afetados pela existência – ou falta – de turismo, as comunidades têm um nível consideravelmente alto de benefícios potenciais e reconhecem claramente a ligação entre o Santuário (principalmente o lago Kurile) e as perspectivas de benefícios de desenvolvimento do turismo local. Mas, simultaneamente, a falta de cooperação com o *staff* da PA, bem como o baixo impacto econômico atual da PA nas aldeias adjacentes, contribuíram para visões desfavoráveis em relação à atual gestão de visitantes e geral no Santuário.

Avaliação de serviços ecossistêmicos

Depois que os principais conflitos em um equilíbrio de interesses de diferentes partes interessadas foram revelados, todas as atividades foram direcionadas para preencher “lacunas” na

estratégia de gestão das PAs e na comunicação com a comunidade local. O objetivo era implementar as abordagens e desenvolver as decisões de gestão que se baseiam nos princípios do desenvolvimento social sustentável e do ecoturismo. Ficou claro também que a educação ecológica das comunidades locais e seu envolvimento nas atividades de turismo era um componente crítico das relações ganha-ganha e da cooperação com o Santuário.

Um passo importante para melhorar a competitividade da natureza, para criar barreiras econômicas para sua superexploração e para apoiar as ideias de conservação foi tentar avaliar os serviços ecossistêmicos da área. Existem exemplos de mecanismos econômicos como “pagamentos por serviços ambientais” no mundo (EUA, países europeus, Costa Rica, etc.), e esta abordagem está se desenvolvendo rapidamente. Na Rússia, também houve interesse na economia de serviços ecossistêmicos. No entanto, o trabalho de pesquisa de campo foi inovador em muitos aspectos e deveria ser usado em uma perspectiva de longo prazo. Nosso grupo esperava que este trabalho pudesse se tornar um passo positivo no desenvolvimento de mecanismos e ferramentas econômicas para a conservação da natureza, não apenas em Kamchatka, mas também em muitas regiões que possuem grandes riquezas naturais.

Todos os métodos e resultados da tentativa de avaliar o valor monetário de sistemas naturais complexos e seus serviços do Santuário de Kamchatka do Sul com base em vários dados, incluindo levantamento social e outros trabalhos de pesquisa realizados no local, são descritos em detalhes no livro *Values and Ecosystem Services of Kronotsky Reserve and South Kamchatka Sanctuary* (ZAVADSKAYA *et al.*, 2017). Segue abaixo citação de seu sumário executivo.

O Santuário oferece uma ampla gama de valores e benefícios para residentes e visitantes locais, bem como desempenha um papel

importante no desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e na economia regional de Kamchatka por meio da proteção do *pool* genético, habitats e populações de espécies comerciais (principalmente – Salmão do Pacífico, urso-pardo, zibelina, etc.). Eles também garantem o fluxo de benefícios diretos por meio do apoio ao desenvolvimento do turismo e ajudam a manter a cultura local e os meios de subsistência de comunidades remotas que estão ligadas às áreas naturais, e fornecem serviços educacionais, recreativos e outros.

Cálculos baseados no conceito de valor econômico total demonstraram que o valor total estimado do Santuário de Kamchatka do Sul foi bastante significativo – mais de US\$ 1,3 bilhão por ano. O valor direto dos serviços ecossistêmicos, estimado em US\$ 1,1 milhão por ano, foi calculado como a soma dos benefícios derivados do desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, coleta limitada de safras silvestres, pesca recreativa, coleta de lenha e uso de água. Os benefícios do turismo constituem a parte mais significativa do valor de uso direto (US\$ 0,8 milhão). Além disso, o desenvolvimento do turismo no Santuário tem um efeito multiplicador maior do que os benefícios diretos da implementação de programas de ecoturismo no próprio Santuário.

A parte principal (mais de 98%) do valor econômico da área protegida é o valor de uso indireto, associado ao papel dessas áreas na regulação dos processos ambientais locais e globais – armazenamento de carbono, purificação do ar, proteção de habitats e populações de animais ameaçados e espécies comerciais, regulação de fluxo, etc. Este valor estimado foi de cerca de US\$ 1,3 bilhão por ano para o Santuário. Entre os serviços regulatórios mais “tangíveis” para as economias locais e regionais fornecidos pela área protegida – serviços ecossistêmicos associados à proteção de habitats e populações de espécies comercialmente valiosas e reconstrução de estoques (principalmente recursos biológicos aquáticos), que fornecem receitas significativas para a indústria pesqueira na região (ZAVADSKAYA *et al.*, 2017, p. 5-6).

Trabalho com a comunidade local

Os trabalhos de campo, a vivência na área por vários meses anuais e a comunicação diária com a população local na primeira e segunda temporadas de trabalho criaram uma base firme e muito importante para toda a cooperação futura entre o Santuário e a comunidade. Os participantes do grupo de pesquisa se associaram principalmente ao Santuário (independentemente de serem funcionários do Santuário ou não), e isso deu contribuição positiva para mudar visões desfavoráveis em relação à gestão do local.

Tendo em mente a falta de educação ecológica da população local, o trabalho educacional foi iniciado. Dois grupos-alvo principais foram escolhidos para os primeiros projetos: as crianças e os adultos mais ativos. Todos os projetos para ambos os grupos estavam ligados a ideias de proteção do meio ambiente, conservação do ecossistema único de Kamchatka do Sul e possibilidades de envolver os habitantes (crianças e adultos) no turismo, criando incentivos econômicos para a conservação da natureza e, assim, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Em 2014, uma forte campanha educacional pública começou com a organização de uma grande celebração nas aldeias, homenageando o salmão vermelho do rio Ozernaya e seu papel para a subsistência da comunidade local. Mais de 400 habitantes e trabalhadores sazonais das aldeias tornaram-se participantes e cocriadores de eventos educacionais e culturais, mostrando a conexão dos meios de subsistência da comunidade com a natureza selvagem intacta e o valor desta natureza para a população local.

Logo após a celebração do dia do Sockeye do Rio Ozernaya em agosto de 2014, o primeiro *EcoFieldCamp de verão para alunos locais* foi organizado em um acampamento no lago Kurile. O programa foi muito rico, incluindo uma grande variedade de atividades incomuns para os filhos dos assentamentos (palestras,

treinamentos, workshops com cientistas, guardas florestais e fotógrafos da natureza mundialmente famosos, aprendizagem de novas habilidades relacionadas a estar em uma natureza selvagem, experiência de observar ursos em condições de segurança, etc.). Um feedback muito positivo dos participantes do primeiro acampamento e mudanças positivas óbvias em seu comportamento e atitudes em relação à natureza encorajaram nossa equipe a iniciar anualmente a realização do *EcoFieldCamp* para crianças e jovens locais.

No ano seguinte, o acampamento tornou-se uma Escola de jovens guias para alunos locais e teve como objetivo desenvolver o conhecimento das crianças sobre o local e novas habilidades, por um lado, e iniciar a orientação profissional e a cooperação do turismo na área, por outro. Durante o acampamento, as crianças tornaram-se desenvolvedoras de seus próprios programas turísticos e guias para o pessoal da reserva e turistas na terra dos vulcões e ursos. As mesmas questões foram abordadas nos acampamentos de 2017-2018, sendo que um dos resultados foi a criação de dois curtas-metragens (*Ecossistema do lago Kurile* e *Ética da visão do urso no lago Kurile*) para visitantes de Kamchatka do Sul. Pela nossa visão, a criação de tais filmes contribuiu para o desenvolvimento do turismo sustentável na área das seguintes maneiras: tornou as crianças locais mais orgulhosas de sua natureza nativa; orientou-as profissionalmente para alternativas à indústria pesqueira ou aos tipos de atividades econômicas da caça furtiva; preencheu a lacuna na educação ambiental dos turistas; um olhar para a natureza através dos olhos das crianças locais simultaneamente disse aos turistas sobre a comunidade local nas proximidades da área visitada e, em uma perspectiva de longo prazo, contribuiu para a luta contra o turismo “enclave”; a participação das crianças em filmes evocou uma resposta mais pessoal do público e, portanto, foi mais memorável.

O manual *Minha futura profissão* foi publicado especialmente para o projeto. Oferece aos alunos todas as ferramentas necessárias para se familiarizarem com a profissão de guia. O livro em linguagem acessível informa o que é uma excursão, como escolher um tema e objetos para exposição, obter orientações e redigir um texto. Também no manual há recomendações sobre as peculiaridades da apresentação do material de excursão, trabalho com diferentes grupos-alvo, discurso oral, aparência, etc. A publicação é dirigida a alunos de meia-idade e mais velhos, seus pais e todos os interessados na profissão de guia.

Depois de mais de cinco temporadas de verão da realização do *EcoFieldCamp*, podemos concluir que essa forma de trabalho educacional com crianças tem um efeito multiplicador. Os participantes não só ganham uma ideia clara dos valores do ecossistema local e da importância de sua conservação, mas também começam a mostrar interesse pela proteção ambiental em geral perguntando sobre profissões científicas, oportunidades de se tornar guarda-parques no futuro ou saber mais sobre conservação da natureza. Para o nosso grupo, esses indicadores de interesse entre os jovens são muito importantes. Isso significa que nossos projetos mostram as oportunidades de se escolher a futura profissão e tornam mais clara a compreensão das oportunidades de se envolver em atividades econômicas alternativas à indústria pesqueira e, assim, ficar em sua terra natal, conectar seu futuro com Kamchatka do Sul e contribuir para o seu desenvolvimento. Embora uma grande variedade e escolha de atividades econômicas sejam óbvias para os jovens nas cidades, até certo ponto é uma espécie de descoberta para a população rural em lugares tão remotos e isolados como os assentamentos de Kamchatka do Sul.

Mais uma observação adicional conectada com programas educacionais e alguns outros programas para crianças locais é

que trabalhando com elas obtivemos a contribuição dos adultos e nos inspiramos para ver os resultados de nossos esforços aqui e agora (já no caso de grandes projetos envolvendo a colaboração de muitas partes interessadas, geralmente, para ver os primeiros resultados, passam-se vários anos). Jovens participantes do *EcoFieldCamp* de verão e de diferentes atividades educacionais, realizadas de vez em quando no inverno, muitas vezes se tornam nossos guias nas concepções e percepções dos adultos locais sobre o Santuário e a natureza em geral. As crianças trazem a ideia de proteção ambiental e criam uma melhor imagem do Santuário em sua casa, conversando inconscientemente com os pais sobre sua experiência de estar em uma natureza selvagem, pedindo-lhes que possam voltar ao Santuário e compartilhar as emoções de estarem envolvidas em diferentes atividades ecológicas.

Os projetos educacionais para adultos em Kamchatka do Sul incluíram vários workshops e treinamentos em interpretação da natureza, redação de projetos, orientação, manutenção de casas de hóspedes, gestão de pequenos empreendimentos locais (em hotelaria, produção artesanal, etc.). Diferentes especialistas ensinaram teoria e prática do turismo rural e do ecoturismo e prática de campo organizada para futuros guias locais no Santuário. Dois livros foram publicados por nossa equipe para ajudar os habitantes locais nos primeiros passos como empreendedores e no futuro desenvolvimento do turismo – *Turismo rural e Ao longo das trilhas de Kamchatka do Sul*.

O primeiro é destinado a empreendedores *startups*. Nele, o leitor conhecerá a experiência de organizar o turismo a partir do exemplo de várias regiões russas e de países estrangeiros – começando com a organização de hotéis e complexos de museus, terminando com a realização de feriados nacionais, *masterclasses* gastronômicas e fabricação de *souvenirs*. *Ao longo das trilhas de Kamchatka do Sul* é um guia para quem já está empenhado em organizar excursões no local ou apenas vai se tornar um guia para

o mundo da vida selvagem em Kamchatka. O livro descreve os princípios básicos do ecoturismo, as especificidades do trabalho com grupos em condições de isolamento da civilização, fornece exemplos de interpretação do patrimônio natural e cultural e contém informações completas sobre a área nos idiomas russo e inglês.

Nosso projeto em andamento, dedicado à redução de conflitos entre humanos e animais selvagens (urso-pardo) em Kamchatka do Sul, também envolve crianças e adultos locais no desenvolvimento de soluções e eventos educacionais e contribui para a coexistência sustentável de pessoas e vida selvagem na área. Pesquisas sociais on-line e off-line têm como objetivo avaliar a capacidade de suporte local da comunidade à população de ursos, descobrir as atitudes da população local em relação aos ursos-pardos e usar os resultados para planejamento de manejo e de campanhas educacionais.

Os projetos implementados, descritos acima, tiveram o apoio de vários fundos e instituições russas e estrangeiras, incluindo o Instituto Aldo Leopold, o Programa de Liderança em Conservação, a Sociedade Geográfica Russa, o Fundo de Subsídios do Presidente da Federação Russa, o Fundo de Timchenko, o Ministério de Recursos Naturais e Ecologia da Rússia, a Agência Jovem do Governo da região de Kamchatka, etc.

Olhar para o futuro

Os resultados de diferentes projetos em Kamchatka do Sul são muito importantes para o desenvolvimento ambiental e social sustentável da região. Está claro agora que muitas crianças e adultos adquiriram novos sentidos de sua própria terra natal – a região, assentamentos e arredores, e o Santuário que oferece a todos os visitantes a possibilidade única de ver e sentir a natureza.

Os programas de educação ecológica para crianças e adultos são realizados continuamente hoje em dia e, com sorte, terão continuidade. A cooperação entre o Santuário e a comunidade local (em geral e em conexão com o desenvolvimento do ecoturismo em particular) está se intensificando. É dada muita atenção à construção do diálogo com as autoridades locais e a indústria pesqueira local, que é extremamente importante para a sustentabilidade ambiental e a prosperidade socioeconômica da população local no futuro. O desenvolvimento sustentável de Kamchatka do Sul só pode ser alcançado se as autoridades cooperarem com todas as partes interessadas (pesca, turismo, etc.) e com a população local da área e chegarem a decisões conjuntas em que todos ganham – decisões ecologicamente suportáveis, bem como economicamente viáveis e socialmente equitativas para a comunidade local em uma perspectiva de longo prazo.

Em 2019, como fruto de muitos anos de trabalho (logístico, jurídico, ideológico, etc.) conduzido por diversos especialistas, incluindo a nossa equipe, foi inaugurado o Centro de Visitantes do Santuário na aldeia Ozernovskiy. A iniciativa de abertura foi apoiada em conjunto pelas autoridades locais e pelo entusiasmo da comunidade local. Os funcionários em tempo integral trabalham com crianças e adultos locais durante todo o ano. De vez em quando, diversos especialistas vêm com palestras e treinamentos. Não é apenas um centro educacional para a população local, mas o lugar para novos tipos de atividades e plataforma de cooperação, cheio de senso de responsabilidade e paixão pela natureza e pelas pessoas de Kamchatka do Sul – sua história, seu presente e seu futuro.

A ideia do desenvolvimento da área de Kamchatka do Sul em estreita conexão com o Santuário e com base no equilíbrio dos interesses de diferentes partes recebeu forte apoio do governo e das empresas de Kamchatka.

Em 2015, as propostas (incluindo investimentos) de intensificação do turismo e de desenvolvimento da infraestrutura de transportes e turismo nas áreas de cooperação constavam nos documentos e planos de desenvolvimento estratégico da região. Em particular, constavam ofertas preparadas para o Programa do Território de Desenvolvimento Socioeconômico Avançado “Kamchatka” (TASED “Kamchatka”) para o desenvolvimento dos principais centros turísticos baseados em assentamentos do município de Ozernovskiy.

O novo projeto “Kamchatka reservada: a terra das pessoas, vulcões e salmão” (2020) se candidata a um financiamento de uma competição russa de projetos de investimento para desenvolver o potencial das áreas protegidas. O líder do projeto é o governador de Kamchatka. A equipe inclui ministros regionais em exercício de Recursos Naturais e Meio Ambiente, de Investimentos e Empreendedorismo, o presidente da Indústria do Turismo de Kamchatka, e outros representantes oficiais da região, bem como especialistas de PAs e da comunidade local. A preservação da natureza intocada de Kamchatka do Sul e a melhoria do bem-estar dos habitantes são os objetivos centrais do projeto. Os objetivos no geral são: desenvolvimento do turismo ecológico, criação de um território modelo que funcione nos princípios do desenvolvimento sustentável, aumento da atratividade do investimento do território, criação de um sistema de interação entre negócios, residentes locais e uma área natural especialmente protegida, aumento do nível da cultura ecológica e uma atitude responsável para com a natureza na sociedade.

Sendo parte da Reserva da Biosfera Kronotsky e da rede mundial de reservas de biosfera, o Santuário de Kamchatka do Sul, com áreas adjacentes e assentamentos do município de Ozernovskiy, tem todo o potencial e recursos para se tornar um local modelo para demonstração de todos os princípios do Programa

Homem e Biosfera da UNESCO em ação. Juntamente com a conservação da biodiversidade e das paisagens, proteção de espécies raras e valiosas, tem um enorme potencial para se tornar um motor do desenvolvimento econômico local, para promover e incentivar o turismo e a conscientização pública, para educar o público no espírito de proteção da natureza e seus valores e promover o desenvolvimento sustentável e a prosperidade da região e das comunidades locais. Hoje em dia, esse potencial é extremamente subutilizado.

“Não herdamos a natureza dos nossos antepassados, pedimos emprestada às nossas crianças.” Essa declaração sábia está escrita em um cartão postal popular turístico dentre muitos. Esses cartões a levam a todas as partes do mundo em memória da bela Kamchatka e sua natureza selvagem primitiva. Gostaríamos de acreditar que esta abordagem e compreensão do valor da conservação da natureza para o benefício das pessoas se refletirá não apenas em um cartão postal, mas em todas as decisões estratégicas para o desenvolvimento da região.

Referências

COLEWELL, M. A. *et al.* Russian Nature Preserves and Conservation of Biological Diversity. *Natural Areas Journal*, v. 17, n. 1, p. 56-68, 1997.

DEPARTMENT OF TOURISM. Kronotsky Reserve. *Official Data of South Kamchatka Sanctuary*. 2020.

FREITAG, T. G. Enclave Tourism Development: For Whom the Benefits Roll? *Annals of Tourism Research*, v. 21, n. 3, p. 538-554, 1994.

KAMCHATKA. [Site oficial dos órgãos executivos do poder estatal do Território de Kamchatka]. 2020. Disponível em: <https://www.kamgov.ru/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

NIKOLAEVA, E. *et al.* Social Science in the Russian Far East. Understanding Protected Area Visitors' and Local Residents' Attitudes. *International Journal of Wilderness*, v. 21, n. 1, p. 34-42, 2015.

OSTERGREN, D. M.; HOLLENHORST, S. J. Convergence in Protected Area Policy: A Comparison of the Russian Zapovednik and American Wilderness Systems. *Society and Natural Resources*, v. 12, n. 4, p. 293-313, 1999.

PAYNE, R. J. *et al.* Tourism, Sustainability and the Social Milieux in Lake Superior's North Shore and Islands. In: MCCOOL, S. F.; MOISEY, R. N. (ed.). *Tourism, Recreation and Sustainability: Linking Culture and the Environment*. 2nd ed. [Oxfordshire, UK]: CAB International, 2008. p. 76-102.

SAARINEN, J. Wilderness, Tourism Development, and Sustainability: Wilderness Attitudes and Place Ethics. In: WATSON, A. E.; APLET, G. H.; HENDEE, J. C. (comp.). *Personal, Societal, and Ecological Values of Wilderness: Sixth World Wilderness Congress Proceedings on Research, Management, and Allocation*. Proc. RMRS-P-4. Ogden, UT: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Rocky Mountain Research Station, 1998. v. I, p. 29-34.

SZELL, A. B.; HALLETT IV, L. F. Attitudes and Perceptions of Local Residents and Tourists toward the Protected Area of Retezat National Park, Romania. *International Journal of Humanities and Social Science*, v. 3, n. 4, p. 18-34, 2013.

WEINER, D. R. *A Little Corner of Freedom*. Berkeley: University of California Press, 1999.

WELADJI, R.; MOE, S.; VEDELD, P. Stakeholder Attitudes towards Wildlife Policy and the Benoue Wildlife Conservation Area, North Cameroon RID G-1507-2011. *Environmental Conservation*, v. 30, n. 4, p. 334-343, 2003.

ZAVADSKAYA, A. *et al.* *Values and Ecosystem Services of Kronotsky Reserve and South Kamchatka Sanctuary*. Petropavlovsk-Kamchatskiy: Publishing House "Kamchatpress", 2017.

3. USOS DO BAMBU NA CHINA E NO BRASIL: tendências e desafios

*Jerônimo Coura-Sobrinho
Luís Eustáquio Moreira*

As relações comerciais entre Brasil e China ocupam lugar de destaque na pauta econômica dos dois países, ampliando as possibilidades de compartilhamento de saberes em outros campos, como o tecnológico e o científico. Sabe-se da significativa produção científica da China: o relatório publicado em 2018 pelo National Science Board (NSB, 2018) mostra que a China encontra-se em primeiro lugar em publicações acadêmicas (18,6%),¹ seguida pelos Estados Unidos (17,8%) e pela Índia (4,8%). No mesmo relatório, consta o Brasil na 12ª posição (2,3%).

Se a produção acadêmica desses quatro países for ponderada, levando-se em conta suas respectivas populações,² os Estados Unidos estariam em primeiro lugar (1 publicação por 804 habitantes); seguido pela China (1 publicação por 3.285 habitantes);

¹ Produções acadêmicas consideradas: China (426.165 artigos); Estados Unidos (408.985 artigos); Índia (130.320 artigos) e Brasil (53.607 artigos).

² Populações consideradas para a ponderação: China: 1,4 bilhão de habitantes; Índia: 1,3 bilhão de habitantes; Estados Unidos: 329 milhões de habitantes; e Brasil: 211 milhões de habitantes.

depois pelo Brasil (1 publicação por 3.936 habitantes); seguido pela Índia (1 publicação por 9.975 habitantes). Destaca-se o fato de que o Brasil publica apenas 20% a menos do que a China, se o contingente populacional for levado em conta; e isso não é desprezível para um país com pouco investimento em pesquisa e em desenvolvimento tecnológico.

Nesse contexto de relações bilaterais, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) recebeu, em 2017, a visita de uma delegação da Chinese Academy of Forestry (CAF) para discutir e ampliar a troca de saberes acerca do bambu, produto que movimenta cerca de 30 bilhões de dólares apenas na China, o que representa metade do mercado mundial do setor (EMBRAPA, [201-]). A visita estava prevista no *Memorando de Entendimento* (MoU, na sigla em inglês) assinado em 2011 pelos dois países, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil (MCTIC) e do Ministério de Tecnologia da China (MOST). O Acordo prevê o fortalecimento da cadeia produtiva do bambu no Brasil, a troca de saberes e também a introdução de novas espécies de bambu no Brasil. Uma delegação brasileira³ também visitou a China, em 2011, por ocasião do 15º aniversário de fundação da International Bamboo and Rattan Organisation (INBAR),⁴ para conhecer de perto a cadeia produtiva

³ Compôs a delegação brasileira pesquisadores e técnicos de três ministérios brasileiros (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC; Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e Ministério da Cultura – MEC), quatro empresários, um dirigente de organização não governamental. Estavam representados na delegação os estados do Acre, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Na ocasião, foram visitadas nove cidades na China e algumas áreas rurais. Foram centros de pesquisa, fábricas, plantações, museus e parques.

⁴ A INBAR, com sede em Pequim, China, é uma organização fundada em 1997, que promove o desenvolvimento sustentável do bambu e do *rattan*. Está presente em 40 países, inclusive no Brasil. Busca estreitar as relações Sul-Sul, em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável das plantas citadas. *Rattan* é uma planta que se assemelha ao vime, mas é uma palmeira de fibras maleáveis e flexíveis, muito apropriadas para a indústria moveleira. As publicações científicas e os relatórios da INBAR são referência internacional na utilização desses dois produtos (INBAR, [201-]).

do bambu naquele país. Além disso, e como consequência do MoU, a Embrapa passou a apoiar um projeto de pesquisa sobre o bambu, envolvendo a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Acre (Ufac).

Sobre o bambu

O bambu não é uma árvore, mas uma erva gigante ou uma gramínea da família Graminae e subfamília Bambusoideae. As varas de bambu formam maciços florestais ou bambuzais que se renovam a cada ano, por meio de rizomas.⁵ Uma moita de bambu pode viver até 120 anos e raramente floresce.⁶ Normalmente, quando floresce, ela está terminando o seu ciclo. A depender da família, atinge de alguns centímetros a 40 metros de altura. É relativamente abundante na Ásia (com 62% das espécies nativas), na América do Sul (com 34%) e na África (4%) (HIDALGO-LÓPEZ, 2003).

Essa planta se propaga facilmente de forma assexuada, por meio de seus rizomas, podendo ocorrer na forma entouceirante, em que as varas de bambu nascem próximas umas às outras, e também alastrante, em que as varas nascem separadas. As espécies de bambu entouceirante mais comuns no Brasil são: *Bambusa vulgaris* e a *Dendrocalamus giganteus* (ou bambu gigante). Menos frequente e mais rara, a propagação também pode se dar por meio das raras sementes.

O colmo⁷ do bambu é constituído principalmente por celulose (de 40 a 50%), hemiceluloses (entre 20 e 25%) e lignina (de 17 a 24%), chamadas de constituintes fundamentais. Completam a sua constituição os chamados componentes acidentais tais

⁵ Rizoma é a parte subterrânea do caule e fica normalmente na posição horizontal; difere da raiz, que é mais fina e também menor, e nasce dos rizomas.

⁶ A floração do bambu é um mistério: pode ocorrer a cada 10, 20, 30 ou até cerca de 100 anos.

⁷ Colmo do bambu é a parte compreendida entre os nós.

como as cinzas, a sílica e os extrativos (CIFLORESTAS, [201-]). Suscetível ao ataque de fungos e insetos (organismos xilófagos), em especial do chamado caruncho-de-bambu, que se alimentam de carboidratos sintetizados na fotossíntese e armazenados em forma de amido, no rizoma e no colmo, o bambu é considerado, de forma geral, uma praga por se alastrar facilmente, ocupando grandes espaços de terra.

O bambu na China – considerações preliminares

Há milênios o bambu é usado na China para inúmeras finalidades: na alimentação, os brotos de bambu são particularmente apreciados; como utensílios de cozinha, tais como pauzinhos usados como talher, colheres, garfos, copos etc.; além das cestas-rias e dos móveis em bambu. Em função dos nutrientes de suas folhas, a gramínea é também considerada um produto medicinal com poder de cura para diversas enfermidades.

Na indústria do papel (uma invenção chinesa), o bambu é usado juntamente com outros vegetais como taquara⁸ e papiro⁹. Esses vegetais e os bambus em particular fornecem celulose¹⁰ de excelente qualidade para a indústria papeleira (BAMBUSC, [201-]). No continente asiático, China e Índia têm reservas significativas de plantações de bambus para esse fim, seguidos de Mianmar e Vietnã.

⁸ Taquara é a designação comum de diversas plantas da família das gramíneas. De caule oco como o bambu, as taquaras se racham facilmente ao sabor dos ventos e produzem um barulho fino e estridente que, na língua portuguesa, gerou a expressão “voz de taquara rachada”, para se referir a voz desafinada, desagradável e irritante (DICIO, [201-]).

⁹ Planta nativa da África tropical cujas hastes e fibras eram, após justapostas e coladas, usadas para escrever (DICIO, [201-]).

¹⁰ Celulose é uma importante matéria-prima para as indústrias, sobretudo a do papel. Pode ser extraída de diversos vegetais, como eucalipto, pinheiro, algodão, bambu etc. É obtida pelo processo de cozimento ou polpação, que facilita o desfibramento e a separação da lignina. Normalmente, a celulose é submetida ao branqueamento, que pode ser feito pelo processo denominado *kraft* (ECYCLE, [201-]).

Nas artes chinesas, em especial na pintura, imagens de folhas e galhos de bambu são presença certa por favorecem a contemplação e a fruição. No vestuário (camisetas e meias, em especial) as fibras do bambu têm sido utilizadas com grande aceitação no mercado. Além de todos esses usos, o bambu vem sendo usado como elemento estrutural e também de vedação em construções, decoração em forros, divisórias, platibandas, cercas etc. Na área da construção civil, varas de bambu são largamente utilizadas como andaimes na Ásia, especialmente na China, assim como o são em estruturas temporárias como palcos, passarelas e pontes para pedestres, escadas etc. Por ter os seus colmos ocos, o bambu também é utilizado como instrumentos musicais.

O uso do bambu em construções provisórias não exige que o mesmo seja tratado (química ou fisicamente) para aumentar a sua durabilidade. No entanto, em estruturas permanentes, é necessária a imunização¹¹ do bambu, para evitar que seja atacado por insetos que se alimentam de açúcares e amido encontrados entre as fibras das canas ou varas de bambu.

O bambu no Brasil – considerações preliminares

Diferentemente do que ocorre na China, no Brasil, o potencial do bambu não é tão aproveitado. Em países asiáticos, essa gramínea gigante é considerada uma dádiva dos deuses, o ouro verde da floresta e o amigo do homem. Aliás, é bem provável que Hidalgo-López (2003) tenha tirado daí a inspiração para o título de seu famoso livro *Bamboo: The Gift of the Gods*. Já no Brasil, costuma-se considerar o bambu como a madeira dos pobres ou mesmo uma praga, conforme já foi assinalado anteriormente.

¹¹ Há diversas maneiras de se preservar o bambu: há os tratamentos físicos (com fogo) e os tratamentos químicos. Depois de imerso em água (preferencialmente corrente), o bambu, pelo processo de lixiviação de seiva, pode ser preservado a baixo custo.

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, havia no país espécies nativas de bambu, sendo que outras foram por eles trazidas de suas possessões na Ásia. Os portugueses, mais interessados no pau-brasil, abundante na Mata Atlântica, não deram importância às gramíneas existentes na floresta (APUAMA, [201-]). É provável que tenha nascido aí uma certa rejeição ao bambu, inclusive por ser de menor porte do que o pau-brasil e, portanto, visto como menos nobre pelos colonizadores que aqui chegaram. A descoberta do bambu no Brasil, como material versátil, nobre e resistente, é recente e, conseqüentemente, o seu uso é menos difundido que na China.

Naturalmente, a experiência milenar dos chineses no plantio, manejo e uso de bambus difere substancialmente da experiência dos brasileiros. No entanto, a cooperação entre os dois países sinaliza novos tempos e novos rumos para o desenvolvimento na área.

A seguir, são apresentados, primeiramente, os principais usos do bambu nos dois países e, a seguir, as tendências e os desafios para os próximos anos. Os principais usos do bambu na China encontram-se detalhados em Zhu e Jin (2018). Por sua vez, a situação do uso potencial do bambu encontra-se relatada em Drumond e Wiedman (2017). As recentes obras desses autores, a primeira de 2018 e a segunda de 2017, serviram de base para o apanhado que segue. É importante salientar que a obra do professor Zhu Zhaohua, organizada juntamente com Jin Wei, intitulada *Sustainable Bamboo Development* tem sido amplamente divulgada pela renomada botânica colombiana, Ximena Londoño, a exemplo do que ocorreu em Cali, por ocasião do Taller de Construcción con Bambú/Guadua, realizado na Universidad del Valle, em dezembro de 2019. A apresentação da pesquisadora serviu de base e de inspiração para o relato dos usos do bambu na China.

Usos do bambu na China

A China é considerada o reino dos bambus. Conta com mais de 500 espécies de 39 gêneros, distribuídos na maioria das províncias. Em função de políticas governamentais e do investimento em pesquisas, sobretudo aquelas divulgada pela INBAR, a área de florestas de bambu tem aumentado nos últimos anos, assim como tem melhorado sua qualidade e a produção por área.

Broto de bambu

Das 500 espécies de bambu encontradas na China, 200 são comestíveis, sendo 30 de altíssima qualidade, tais como *Phyllostachys praecox*, *Dendrocalamus latiflorus*, *Dendrocalamopsis oldhami* e *Acidosana edulis*. Os brotos podem ser consumidos frescos ou processados na forma de conservas. Japão e Coreia do Sul são destinos certos para exportação do produto. Estima-se que, em 2011, a produção anual de brotos de bambu foi de 1,66 milhão de toneladas.

Painéis em bambu

Similares aos de madeira, os painéis em bambu são largamente produzidos por inúmeras empresas chinesas, sobretudo nas províncias com densas plantações da gramínea: Zhejiang, Hunan, Sichuan, Jiangxi, Anhui e Fujian. Além dos painéis, são também produzidos placas compensadas e laminados.¹² A produção de painéis em 2011 atingiu 2,5 milhões de toneladas.

Pisos em bambu

Nos anos de 1980, os pisos em bambu caíram no gosto da população chinesa, em função da resistência, flexibilidade e estabilidade, sem falar da beleza. Milhares de empresas atuam no mercado de pisos, constatando-se em 2011 uma produção

¹² Esse tipo de produto é denominado de bambu engenheirado por Pereira e Beraldo (2016).

de 779,6 milhões de m³, sendo quase metade exportada para 40 países. A China detém o primeiro lugar mundial na produção de pisos em bambu.

Polpas para a produção de papel

Misturadas ou não com polpas de madeira, as polpas de bambu podem ser utilizadas na fabricação de papel, sendo que a China produziu, em 2011, 1,52 milhão de toneladas desse produto.

Utensílios em bambu

O bambu é matéria-prima para muitos produtos de uso diário nas residências chinesas: são peças decorativas, embalagens, utensílios de cozinha, peças para jardinagem etc. Pioneira na pesquisa científica sobre o desenvolvimento do setor, a China produziu 2,63 toneladas de utensílios em bambu.

Móveis

A demanda pelos móveis de bambu tem crescido de forma extraordinária na China, em função do desenvolvimento de processos tecnológicos de produção. Destaca-se o uso de painéis totalmente em bambu na indústria moveleira chinesa.

Produtos à base de fibras

A indústria de produtos manufaturados com fibras de bambu é uma cadeia próspera na China. Todas as fases da produção de fibras (polpação, fiação e tingimento) são realizadas de forma ágil, por um número considerável de empresas (59 em 2011) que produziram 9,3 milhões de toneladas de fibras. Fibras vegetais têm sido testadas para substituir o amianto em fibrocimentos, fibras essas oriundas de diversas plantas, inclusive do bambu (COURA-SOBRINHO, 2019), mostrando ser uma solução sustentável para substituir o amianto em compósitos cimentícios.

Carvão de bambu

Utilizado para substituir com vantagens o carvão de lenha de madeira e o carvão mineral¹³, o carvão de bambu é utilizado na China há mais de 2 mil anos, embora tenham sido os japoneses os desenvolvedores de tecnologia no setor. Essa tecnologia foi, recentemente, assimilada pelos chineses, que se tornaram os maiores produtores mundiais do produto. O ciclo de crescimento do bambu é mais rápido do que as madeiras. A partir dos três anos de idade,¹⁴ ele já pode ser utilizado para a produção de carvão vegetal, além de sequestrar gás carbônico bem mais rápido do que o eucalipto, por exemplo. As aplicações do carvão de bambu são inúmeras: filtragem de água; creme dental, sabonetes e xampus; eliminação de germes e odores de geladeira e em calçados (PENSANDO VERDE, [201-]). A produção de carvão de bambu em 2011 foi de 136,2 milhões de toneladas na China. Hoje, o Japão depende de importação do produto chinês, apesar de ter sido o primeiro país a dominar a tecnologia para a sua produção.

Bebidas derivadas do bambu

Em 2004 foi produzida a primeira garrafa de suco de bambu na China. A partir daí, diversas outras bebidas caíram no gosto do consumidores, por serem diuréticas e auxiliarem na perda de gordura e conseqüentemente de peso. Estima-se que em 2011 a produção de bebidas derivadas do bambu foi de 17,4 milhões de toneladas naquele país.

Andaimes, escoramentos, pontes e passarelas em bambu

Além dos usos citados anteriormente, todos relacionados a uma gama de indústrias, na construção civil os bambus são frequentemente utilizados como andaimes (inclusive em prédios

¹³ O carvão mineral, além de ser poluente, é caro.

¹⁴ O bambu chega à idade adulta entre seis e sete anos.

altos) e escoramentos e também em palcos para shows, exposições e eventos em geral.

O bambu também é utilizado em pontes e passarelas, tanto permanentes quanto provisórias. Em 2016 uma equipe da University of Hong Kong construiu uma passarela para pedestre, numa área rural, no Sudoeste da China, com 13,5 m de comprimento e 2,9 m de altura, com capacidade de até 30 pessoas, com segurança. Artesãos locais trabalharam na construção. A obra serviu para dar visibilidade ao potencial do bambu para utilização em construções permanentes, sobretudo na zona rural.

Moradias rurais

Famílias mais pobres das áreas rurais chinesas ainda vivem em casas estruturadas em bambu com paredes e pisos de terra, semelhantes às casas de adobe também presentes em áreas rurais brasileiras.

A virada na arquitetura em bambu na China

Em 2016 foi realizada a International Bamboo Architecture Biennale na cidadezinha montanhosa de Baoxi. Para a ocasião, foram edificadas obras suntuosas em bambu, que se tornaram posteriormente hotéis, alojamentos, escolas e local para informações turísticas. Os arquitetos buscaram resgatar a tradição de se construir com bambu, de forma a minimizar o uso do cimento. A indústria do cimento é bastante forte na China¹⁵ e, de certa forma, leva os construtores a utilizarem mais o concreto em detrimento de outros materiais mais sustentáveis.

¹⁵ A China é o país maior produtor e também consumidor de cimento do mundo, seguido pela Índia (STATISTA, [201-]).

Usos do bambu no Brasil¹⁶

Embora o Brasil seja o país das Américas onde mais podem ser encontrados bambus, tanto em quantidade de espécies quanto em área, as atividades econômicas a eles relacionadas são bastante restritas. Isso se deve a fatores como a falta de tradição de seu uso e o pouco conhecimento acerca de suas propriedades físicas e mecânicas. Tradicionalmente, a madeira é mais utilizada no Brasil, provavelmente em função da disponibilidade por ocasião da chegada dos colonizadores portugueses que preferiram explorar o pau-brasil, abundante à época e também pelo fato de os bambuzais disponíveis se encontrarem mais distantes da costa leste brasileira, onde os colonizadores se instalaram primeiramente. No Brasil, dentre as cerca de 200 espécies de bambus, há aquelas que são nativas, outras exóticas, sendo a maioria endêmica.¹⁷ As maiores florestas nativas de bambu brasileiras encontram-se na Amazônia Sul-Occidental, mais precisamente nos estados do Amazonas e do Acre, onde há bambus do gênero *Guadua*. Lima *et al.* (2017)¹⁸ consideram que há maior concentração de bambus nos biomas da Mata Atlântica e da Amazônia, embora eles possam ser encontrados no Cerrado, na Caatinga e no Pantanal.

16 Este é o título de um livro lançado em 2017 pela Embrapa, com patrocínio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). É parte integrante das atividades previstas no MoU. A publicação busca reunir informações que possam favorecer o desenvolvimento e a consolidação da cadeia produtiva do bambu no Brasil.

17 Espécie nativa (ou indígena) é aquela natural de um determinado ecossistema, podendo ocorrer em outros lugares. Espécie exótica é aquela que se encontra fora de sua área de distribuição natural, podendo inclusive ameaçar as espécies nativas. Espécie endêmica é aquela que ocorre somente em uma determinada área ou região geográfica.

18 Os autores citados basearam sua afirmação na *Lista de espécies da flora do Brasil*, disponível em REFLORA ([201-]).

Para Guilherme, Ribeiro e Cereda (2017), há necessidade de maior aporte tecnológico com vistas à produção de bambu com os padrões necessários que permitam ampla comercialização no Brasil, embora a Lei nº 12.484 de 8 de setembro de 2011 incentive o manejo sustentável e o cultivo dessa planta.

A seguir, são tratados os usos potenciais do bambu no Brasil, com base em Drumond e Wiedman (2017), já que a obra deles não apenas mapeia o uso, mas também prospecta acerca das possibilidades de melhoria na cadeia produtiva da planta.

Uso do bambu em pequenas propriedades rurais do estado de Minas Gerais

Muito comum em pequenas propriedades rurais no Brasil, os bambuzais são uma fonte de matéria-prima ainda pouco explorada. Nessas regiões, “os agricultores possuem baixo nível tecnológico e adotam práticas tradicionais com materiais alternativos” como o bambu, conforme apontam Lorenzetti *et al.* (2017, p. 309). Segundo os autores, o abandono dos saberes de gerações anteriores ocorreu em função das transformações tecnológicas da segunda metade do século XX. Desta forma, afirmam os autores que “o manejo inadequado imprimiu ao bambu o estigma de material de baixa qualidade, reservado às comunidades marginalizadas, que o adotam por impossibilidade financeira de acessar outros materiais construtivos industrializados” (LORENZETTI *et al.*, 2017, p. 312). Nas comunidades observadas pelos autores, todas situadas no estado de Minas Gerais, o bambu era utilizado para a confecção de balaios e cestarias, forros para residências; cercas para hortas e baias para animais, além de móveis, vara para pescar, armação de hortaliças e plantas trepadeiras, lenha e carvão e, também, espetos para churrasco.

O papel da universidade na divulgação de diversos usos para o bambu

Outra iniciativa relatada no livro diz respeito a uma parceria da Universidade Estadual Paulista (Unesp) com uma comunidade do assentamento rural Horto de Aimorés, na cidade de Bauru, estado de São Paulo. De acordo com Pereira (2017), a parceria faz parte de um projeto maior que busca desenvolver a cultura do bambu e fornecer matéria-prima para a confecção de produtos e de estruturas. A conscientização da população do assentamento e também a capacitação acerca da cadeia produtiva do bambu foram o ponto de partida para a implementação do projeto, que também almejou fixar o homem no campo e gerar renda. Após o plantio de algumas espécies de bambu e a construção de um galpão de 200 m², foi criada a Associação Agroecológica VIVER-DE, que produz e comercializa diversos produtos em bambu, sobretudo móveis e utensílios. Surgido em 1990 na Faculdade de Engenharia da Unesp, na cidade de Bauru, o Projeto Bambu¹⁹ atua em várias linhas que incluem irrigações com bambu e confecções de produtos em bambu *in natura* e de peças e produtos em bambu laminado colado. Dentro do Projeto Bambu, nasceu em 2009 o Grupo Taquara, que busca levar o conhecimento produzido na universidade para a comunidade da cidade de Bauru, com vistas ao uso de bambu para confecção de peças de artesanato, utensílios em geral, mobiliários, além de estruturas leves e pesadas. Em sendo um projeto de extensão comunitária, que une a teoria à prática, empresas e órgãos de fomento têm apoiado as iniciativas do Grupo.

O bambu na culinária

Muito apreciado na culinária chinesa, os brotos de bambu são pouco consumidos na alimentação do brasileiro. No Brasil, apreciada sobretudo por descendentes de japoneses, a espécie mais

¹⁹ Para mais informações, consultar: Projeto Bambu ([201-]).

usada é o bambu gigante (*Dendrocalamus giganteus*), embora, segundo Tomielis, Brito e Cereda (2017), outras espécies também têm alto potencial de consumo na alimentação. Os autores consideram que o baixo consumo de broto de bambu no Brasil é devido ao receio de intoxicação. No entanto, eles constataram que outras espécies como *Bambusa vulgaris*, *Bambusa vulgaris* var. *vittata*, *Bambusa multiplex* e o *Phyllosllostachys aurea* são recomendáveis no uso alimentar em função do alto teor de fibras e da presença de compostos fenólicos²⁰ em sua composição. Além disso, as espécies estudadas são frequentes no campo brasileiro, próximo às cidades, o que facilita a sua comercialização.

No Brasil, nos últimos anos, a indústria tem sinalizado um maior interesse pelo bambu como matéria-prima na manufatura de produtos, o que pode sinalizar novos tempos para a efetivação de uma política nacional em que as instituições de pesquisa, os governos e a iniciativa privada trabalhem na mesma direção. A seguir, são apresentados alguns casos de usos industriais, relatados por Drumond e Wiedman (2017).

A Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como indutores do uso industrial do bambu

De acordo com Almeida (2017), o trabalho artesanal com o bambu no Brasil é anterior à chegada dos colonizadores portugueses, que também trouxeram novas espécies exóticas para o país. A partir daí, o bambu beneficiou diretamente os povos que o utilizavam, sobretudo na forma tubular (ou cilíndrica), às vezes ripado ou planificado. Esses saberes foram sendo transmitidos por mestres bambuzeiros, sobretudo na área rural. Com a migração para os grandes aglomerados urbanos, principalmente no

²⁰ Compostos fenólicos são estruturas químicas encontradas em pequenas quantias em alimentos de origem vegetal. Podem exercer efeitos preventivos ou curativos em relação a distúrbios fisiológicos, em função de sua ação antioxidante (AO NUTRICIONISTA, 2015).

século XX, houve uma diminuição do uso do bambu em função do acesso a madeiras tratadas disponíveis no mercado. Hoje em dia, a virada verde na arquitetura valoriza a utilização dessa planta, virada essa motivada provavelmente pelos seus usos na Ásia, a exemplo da *Green Village* de Bali, idealizada por John Hardy e construída por David Hornblow na Indonésia, onde foram edificadas 12 mansões em bambu, visitadas regularmente por turistas de todo o mundo. O espaço pode ser considerado um santuário às margens do Rio Ayung.

No cenário atual, o bambu passa a ser um insumo industrial e recebe contribuições significativas da área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Grupos de pesquisa brasileiros têm o bambu como objeto de investigação e desenvolvem projetos que potencializam a parceria universidade e empresa, além de levarem, por meio de trabalhos extensionistas, novas tecnologia às comunidades. Destaca-se o papel da mídia que, no Brasil, tem dado ampla divulgação a projetos que ajudam a enfrentar a crise ambiental. A Rede Brasileira de Bambu, criada em 2006, a já citada Lei Federal nº 12.484 de 08/09/2011 e os recentes projetos²¹ da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 16.828-1 e 16.828-2 – sinalizam os novos tempos para o uso industrial do bambu no Brasil. Esse conjunto de ações, sobretudo a criação das normas de utilização, são fundamentais para a ampliação do uso do bambu em larga escala no Brasil. Importante citar o *Memorando de Entendimento* entre os governos da China e do Brasil, que tem propiciado o compartilhamento de saberes sobre o bambu.

²¹ Os referidos projetos dizem respeito respectivamente a *Estruturas de bambu: projeto* e a *Estruturas de bambu: determinação das propriedades físicas e mecânicas do bambu*, tendo sido colocados em Consulta Nacional até 30 de março de 2020, para serem oportunamente aprovados.

Os bambus engenheirados²²

Almeida (2017, p. 449) considera que a utilização contemporânea do bambu é predominantemente industrial e “uma decorrência de duas contingências práticas: a demanda crescente por produtos novos e diversificados do bambu e a introdução de técnicas de manufatura com o apoio de máquinas, em que o tempo passou a ser considerado uma variável-chave da produção”. Por outro lado, o autor aponta as dificuldades no processo de industrialização no Brasil e cita o caso do bambu laminado e colado (BaLC): o déficit do cultivo sistemático de espécies de bambu para fornecimento de colmo em quantidade e qualidade à indústria; falta de diversificação de áreas de plantio de bambu que promovam os arranjos produtivos locais; ausência de políticas federais de investimento na área. Além disso, o autor faz referência à ausência de investimentos que estimulem a fabricação de máquinas para a produção de BaLC ou de outros bambus engenheirados.

A utilização de bambus em escala industrial gera grande quantidade de resíduos da própria planta que, segundo Beraldo (2017), podem ser reutilizados na produção de artefatos à base de cimento, a exemplo dos fibrocimentos com reforço de fibras vegetais (COURA-SOBRINHO *et al.*, 2019). Beraldo (2017) buscou utilizar partículas de colmos de bambu (espécie *Bambusa vulgaris* Schrad.) tratadas,²³ para a fabricação de telhas onduladas. Na argamassa foram utilizados cimento, areia, bambu e água. Segundo o autor, “trata-se da utilização de compósitos de biomassa vegetal e argamassa de cimento – o Biokreto”²⁴ (BERALDO, 2017,

²² Os produtos em bambu engenheirado não são maciços, e tendem a ser mais baratos do que as madeiras maciças.

²³ O tratamento consistiu em imersão durante 24h em soluções diluídas (10%) de hidróxido de sódio (soda cáustica) e de hidróxido de cálcio (cal hidratada) e posterior imersão em água à temperatura de 80°C durante 2h. O tratamento visou à diminuição da incompatibilidade química entre as partículas de bambu e o cimento.

²⁴ Para mais informações ver: APUAMA, [201-].

p. 463). O autor concluiu que a fabricação de telhas onduladas com partículas de bambu é viável tanto do ponto de vista econômico quanto de desempenho físico e mecânico.

Painéis de madeira foram associados ao bambu na forma de lâminas de reforço, em uma pesquisa realizada por Cortez-Barbosa *et al.* (2017). As lâminas de bambu foram coladas na madeira por meio de prensagem, enquanto nas peças de MDF²⁵ foi usado adesivo. Diversas espécies de bambu foram utilizadas, a exemplo da *Guadua angustifolia* e *Dendrocalamus asper*. Os autores concluíram que os reforços com lâminas de bambu proporcionaram considerável incremento na resistência mecânica dos painéis, mostrando, assim, a viabilidade do uso estrutural das peças reforçadas, sobretudo para a fabricação de móveis.

Painéis de bambu são também objeto da pesquisa de Mendes *et al.* (2017), na qual foi feita uma comparação entre painéis aglomerados²⁶ produzidos com bambu (*Bambusa vulgaris var. Vittata*) e painéis aglomerados comerciais de pinus e eucalipto,²⁷ disponíveis no mercado brasileiro. Segundo os autores, os painéis compensados foram produzidos no Brasil a partir de 1940, quando foi instalada a primeira fábrica no país. Em 1966, chegaram ao país os painéis de madeira aglomerada e, em 1997, os MDF. Com o crescimento do consumo interno desse tipo de painéis, os autores consideraram importante a busca por alternativas ao eucalipto e ao pinus, madeiras oriundas de florestas plantadas.

²⁵ MDF é a sigla, em inglês, para se referir a placas de madeira de densidade média (*medium density fibreboard*), muito utilizadas na indústria moveleira. É um produto processado ou engenheirado, diferente da madeira bruta, e apresenta uma superfície muito fina, lisa e plana.

²⁶ Os aglomerados são placas constituídas de partículas de madeira, em geral de pinus, aglutinadas com uma espécie de cola – o adesivo sintético. Já os compensados (laminados ou sarrafeados) são placas com lâminas de madeira coladas e prensadas.

²⁷ Pinus e eucalipto são madeiras plantadas no Brasil para atender às demandas das indústrias moveleira e do papel, sendo que a primeira foi trazida dos Estados Unidos para o Brasil, na década de 1970 e a segunda é de origem australiana e também presente na Indonésia e em outras ilhas da região.

Como o bambu cresce rápido, cogitou-se sua utilização como matéria-prima alternativa. Foram realizados testes para avaliar as propriedades mecânicas dos três tipos de painéis e também a absorção de água e inchamento da espessura, segundo as normas técnicas. Os resultados mostraram que a utilização de bambu em painéis é viável técnica e economicamente, tornando-se uma boa alternativa ao emprego de madeira de pinus e de eucalipto que, em geral, são monoculturas, diferentemente do bambu.

Quiosque em bambu

Considerando a disponibilidade de bambu *Guadua* no estado do Acre, ao Norte do Brasil, uma equipe multidisciplinar, formada por designers, engenheiros e agrônomos, construtores e pesquisadores da Embrapa, trabalhou no projeto e na construção de um quiosque no Parque Tucumã²⁸, como forma de valorizar a matéria-prima disponível na região. Segundo Sgorla e Neves (2017), apesar da farta disponibilidade de bambu, há carência de conhecimento no estado do Acre acerca do uso racional da planta, do seu cultivo e manejo para gerar emprego e renda, de pesquisas e também de mão de obra especializada. Nesse sentido, a construção do quiosque representou não apenas maior conforto para os usuários do parque, mas também uma vitrine para chamar a atenção da população para o uso mais nobre do bambu que, segundo as autoras, é considerado uma praga, já que alastra facilmente e ocupa muito espaço, nos dizeres da população local. Depois de concluído, o empreendimento foi amplamente divulgado pela imprensa local, o que levou tanto o poder público estadual quanto instâncias do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações a criarem fundos para a promoção e

²⁸ Inaugurado em 2008, o Parque Tucumã é uma iniciativa do governo do estado brasileiro do Acre. Visa à melhoria da qualidade de vida da população acreana e é hoje um dos principais cenários turísticos da cidade de Rio Branco, capital do estado. O parque foi ampliado em 2013, recebendo equipamentos urbanos, pistas de caminhada e de ciclismo.

o desenvolvimento de pesquisas e projetos em que o bambu era a matéria-prima. Mais do que um espaço de convívio e interação de pessoas, a execução do referido quiosque representou um marco para o uso sustentável e racional do bambu no estado do Acre.

Experiências como essa, se replicadas pelo país, podem mudar o patamar de prestígio dessa gramínea gigante de maneira generalizada em todas as camadas da população e setores da economia. O momento parece favorável para que isso aconteça: os arquitetos e designers têm cada vez mais levado em conta a utilização de materiais sustentáveis em seus projetos, os engenheiros e construtores têm assimilado e desenvolvido tecnologias para uso racional da planta e o poder público parece ter entendido que é preciso estimular e criar mecanismos legais para que a sociedade tenha meios de cultivar e manejar espécies de bambu adequadas às suas regiões geográficas.

Vigas e painéis em bambu e PET

Os tratamentos físicos e químicos do bambu garantem sua proteção e contribuem para ampliar a durabilidade. Pensando nisso, Ostapiv (2017) realizou uma pesquisa na qual foram utilizadas embalagens descartadas de polietileno (PET) para a produção de vigas e painéis a serem empregados em construções de baixo custo. Os bambus utilizados foram as espécies de médio diâmetro como a *Bambusa tuldoides*, facilmente encontrada em território brasileiro. Segundo o autor, as embalagens melhoram a durabilidade do feixe dos colmos, além de evitar que sejam dispostas em áreas impróprias, provocando problema ambiental. Ele observou que a resistência de vigas cilíndricas e painéis de bambu/PET apresentam propriedades superiores àquelas dos componentes individuais isolados, consistindo em um compósito clássico. Tanto as vigas quanto os painéis (de aproximadamente 9 m²) são apropriados para uso em moradias

de custo baixo, podendo contribuir para diminuição do déficit habitacional no Brasil, que cresceu 7% em 10 anos, chegando a quase 7,78 milhões de unidades em 2017, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019). Essa situação só não foi pior por conta do programa Minha Casa Minha Vida.²⁹ Em todas as regiões geográficas do país esse déficit foi observado, afetando sobretudo as famílias de baixa renda.

Produção de energia e de biomateriais

Outro uso importante do bambu para a sociedade brasileira diz respeito ao seu potencial para produção de energia e biocombustíveis e também de biomateriais de alto valor agregado. Pensando nisso, Lima *et al.* (2017) realizaram uma pesquisa sobre o potencial de espécies lenhosas nativas de bambu na produção de energia e de biomateriais. Os autores concluíram que “a capacidade de produção de biomassa de bambus nativos é alta, sendo da mesma ordem de grandeza de biomassas tradicionalmente utilizadas, como a cana-de-açúcar e o eucalipto” (p. 621). Eles consideram que há vantagens na utilização de bambus na produção de energia em relação aos outros dois produtos, uma vez que estes não são nativos do bioma brasileiro, embora sejam cultivados há muito tempo no país, enquanto aqueles convivem com outras plantas nos diversos biomas brasileiros. Além disso, a cana-de-açúcar e o eucalipto são monoculturas, diferentemente do bambu, que se integra perfeitamente com outras plantações, minimizando os impactos ambientais das monoculturas. Os bambus também geram outros subprodutos não menos importantes, como o biocarvão e insumos de aplicação química e farmacêutica.

²⁹ O programa Minha Casa Minha Vida foi criado em 2009 pelo governo federal do Brasil, época em que o país era presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. É uma parceria com estados, empresas e entidades sem fim lucrativo, para financiamento de moradias para famílias de baixa renda.

Bambus para uso no tratamento de esgoto

Com vistas a diminuir o impacto do lançamento de águas sem tratamento no leito dos córregos e rios, Almeida e Júnior (2017) pesquisaram o potencial dos bambus para o tratamento de esgoto industrial e também sanitário. Três espécies de bambu foram utilizadas no tratamento de esgoto industrial: *Guadua angustifolia*, *Guadua chacoensis* e *Dendrocalamus asper*. No tratamento de esgoto sanitário, foram testadas as espécies: *Guadua angustifolia*, *Phylostachys aurea* e *Phylostachys bambusoides*. Os autores concluíram que as espécies analisadas apresentaram significativa eficiência na remoção de poluentes tanto de esgoto industrial quanto de esgoto sanitário, sendo que a *Guadua* foi a espécie que apresentou os melhores resultados.

Considerações finais

O desenvolvimento econômico por que passaram muitos países, a partir da Revolução Industrial, provocou uma exploração desordenada de recursos naturais não-renováveis. Da mesma forma, os aglomerados urbanos cresceram consideravelmente com a migração da população rural. Nesse processo de urbanização, a China desponta como o maior produtor e consumidor do cimento no mundo, ocupando o Brasil a quinta posição. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos são integrados às três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. O segundo ODS, “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, juntamente com o décimo primeiro, “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, sinalizam que é urgente o desenvolvimento científico e tecnológico na área da ciência dos materiais e justificam dizer que o bambu é a planta do século. Além de crescer rapidamente, sequestra gás carbônico, favorece a retenção da água no solo e produz biomassa com alto poder energético.

A China desenvolveu tecnologias, com base na experiência milenar, para o uso do bambu em diversas áreas: alimentação, vestuário, bebidas, mobiliário, na construção etc. No Brasil, país das Américas com maior área de bambuzais, o seu uso tanto na área rural quanto em áreas urbanas é tímido. O desenvolvimento tecnológico necessário ao plantio, manejo e industrialização do bambu não recebeu historicamente a atenção dos poderes públicos. Ele é pouco consumido como alimento no Brasil, deixou de ser utilizado nas propriedades rurais e foi substituído pelo uso de madeira tratada, em especial pelo eucalipto. Felizmente, universidades públicas, por meio de seus grupos e institutos de pesquisa, têm se debruçado em recuperar o conhecimento da população rural acerca do bambu e em desenvolver tecnologias para resgatar e ampliar o uso dessa gramínea em escala. Destaca-se o papel positivo da imprensa na divulgação de iniciativas extensionistas das universidades que visam ao uso do bambu.

A partir do *Memorando de Entendimento* celebrado entre China e Brasil, e do financiamento de pesquisas e projetos, além de parcerias nacionais e internacionais, as áreas de plantação de bambu no Brasil tendem a ser ampliadas, viabilizando a geração de emprego e renda em comunidades rurais e municinando o mercado moveleiro e da construção civil, de forma regular, contínua e com qualidade.

Tanto no Brasil quanto na China, diversos desafios ainda estão para ser enfrentados, para a melhoria da cadeia produtiva do bambu. Um desses desafios consiste em mapear as áreas adequadas para espécies produtivas de bambu, o que distribuiria melhor as plantações por todo o país. Isso seria um estímulo para as indústrias se espalharem para próximo das plantações, o que facilitaria o transporte da matéria-prima e também a fixação dos produtores em regiões com melhores condições climáticas e geográficas para garantir a qualidade do bambu. Também é necessário estimular o desenvolvimento tecnológico para o plantio

e manejo adequados das plantações, que, aliás, podem ser feitas em áreas degradadas e próximas às margens assoreadas dos córregos e rios.

Junto com esses desafios, é de fundamental importância o apoio dos governos, na forma de políticas públicas, que incentivem a cadeia produtiva, assim como a definição de normas de uso do bambu, a exemplo do que já existe para a madeira, de forma a garantir o uso industrial da planta, sem ignorar o uso do bambu como matéria-prima para utensílios e peças artesanais, muito apreciados na Ásia e nas Américas.

No folclore brasileiro, dizem que o saci nasce dentro do bambu, onde fica gestando por sete anos no espaço oco do colmo; idade essa que coincide com a maturidade da planta, quando ela apresenta maior resistência e maior volume de massa. Na China, além de o bambu ser alimento do panda, considera-se que a planta atrai prosperidade, sorte, fortuna, e energiza o ambiente. Em tempos em que a resiliência é um valor, nada como o bambu, que se curva ao sabor dos ventos, mas não se quebra. Na dúvida, bom mesmo é associar as astúcias do saci com a sabedoria dos silfos, seres da natureza que possivelmente também habitam o oco dos bambus. Se, no folclore e na mitologia, os seres da natureza vivem nos bambuzais, o ser humano pode também aprender com eles a respeitar essa planta que lhes garante a moradia, com ganho na qualidade de vida, já que o bambu pode fornecer conforto e alimento aos seres, além de ajudar a proteger as águas do subsolo e a melhorar a qualidade do ar.

Referências

ALMEIDA, J. G. Bambu como insumo industrial no Brasil: reflexão sobre o papel da pesquisa na produção do bambu laminado colado (BaLC). In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 441-455.

ALMEIDA, R. A.; JÚNIOR, É. D. S. Tratamento de águas residuárias em solo vegetado com bambu. *In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 641-655.*

AO NUTRICIONISTA. *Desvendando os compostos fenólicos*. 24 nov. 2015. Disponível em: <https://www.aonutricionista.com.br/single-post/2015/11/24/desvendando-os-compostos-fen%C3%B3licos#:~:text=Compostos%20fen%C3%B3licos%20s%C3%A3o%20estruturas%20qu%C3%ADmicas,-sua%20a%C3%A7%C3%A3o%20antioxidante%20n%C3%A3o%20enzim%C3%A1tica>. Acesso em: 1 dez. 2020

APUAMA. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <http://apuama.org/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BAMBUSC – Associação Catarinense de Bambu. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <http://bamusc.org.br/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BERALDO, A. L. Uso de compósitos de argamassa e cimento e areia com adição de partículas de bambu na produção de telas. *In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 456-473.*

CIFLORESTAS – Centro de Inteligência em Florestas. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CORTEZ-BARBOSA, J. *et al.* Materiais lignocelulósicos reforçados com lâminas de bambu. *In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 540-551.*

COURA-SOBRINHO, J. *Fibrocimentos com reforço híbrido de malha de juta e polpas celulósicas: efeitos do tratamento alcalino da malha*. 2019. 70 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, Belo Horizonte, 2019.

COURA-SOBRINHO, J. *et al.* Natural Fibres as Cementitious Composites. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NON-CONVENTIONAL MATERIALS AND TECHNOLOGIES – IC-NOCMAT 2019, 18., 2019. *Proceedings* [...]. Nairobi: University of Nairobi Towers, 2019.*

DICIO – Dicionário Online do Português. [201-]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017.

ECYCLE. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. [International – Portal Embrapa]. [201-]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. *MCMV desacelerou aumento do déficit habitacional do Brasil, que bateu recorde em 2017*. [notícia]. 17 jan. 2019. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/noticia/mcmv-desacelerou-aumento-do-deficit-habitacional-do-brasil-que-bateu-recorde-em-2017>. Acesso em: 27 out. 2020.

REFLORA. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GUILHERME, D. O.; RIBEIRO, N. P.; CEREDA, M. P. Cultivo, manejo e colheita do bambu. In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 28-41.

HIDALGO-LÓPEZ, O. *Bamboo: The Gift of the Gods*. Bogotá: D’Vinni Ltda, 2003.

INBAR – International Bamboo and Rattan Organisation. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <https://www.inbar.int/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LIMA, A. L. *et al.* Potencial de produção sustentável a partir de bambus brasileiros: energia, biocombustíveis e matérias-primas. In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 601-625.

LORENZETTI, E. R. *et al.* Bambu como recurso para tecnologias sociais na Zona da Mata mineira. In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 307-320.

MENDES, R. F. *et al.* Painéis aglomerados produzidos com bambu. In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 567-579.

NSB – National Science Board. [Statistics 2018]. 2018. Disponível em: <https://www.nsf.gov/statistics/2018/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

OSTAPIV, F. Produção e uso de materiais compósitos bambu-PET na construção civil popular. In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). *Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 494-510.

PENSANDO VERDE. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <http://pensamentoverde.com.br/meio-ambiente>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PEREIRA, M. A. R. Implantação do Projeto Bambu no assentamento rural Horto de Aimorés (SP). *In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 321-334.

PEREIRA, M. A. R.; BERALDO, A. L. *Bambu de corpo e alma*. 2. ed. Bauru: Canal6, 2016.

PROJETO BAMBU. [201-]. Disponível em: <http://taquaraunesp.blogspot.com/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SGORLA, C. P.; NEVES, M. C. O. Quiosque de bambu do projeto do Parque do Tucumã em Rio Branco, Acre. *In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 474-493.

STATISTA. [Site institucional]. [201-]. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics>. Acesso em: 10 nov. 2020.

TOMIELIS, I. P.; BRITO, V. H. S.; CEREDA, M. P. Potencial de uso alimentar de diferentes espécies de bambu. *In: DRUMOND, P.; WIEDMAN, G. (ed.). Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia*. Rio de Janeiro: Embrapa, 2017. p. 382-391.

ZHU, Z.; JIN, W. *Sustainable Bamboo Development*. Boston: CABI, 2018.

4. SAÚDE E BEM-ESTAR DA CHINA: situação atual, desafios e direções

*Hu Hongwei
Chen Jinyang*

Introdução

Saúde é uma condição básica para a sobrevivência e desenvolvimento humano. É um direito humano inclusivo e universal, e todos têm o direito a serviços de saúde justos e acessíveis (WHO, 2018). Nos últimos anos, mesmo com a melhora significativa da saúde global e do bem-estar, estes ainda permanecem inadequados. Por um lado, entre 2000 e 2016 a expectativa de vida global ao nascer, para ambos os sexos, aumentou 5,5 anos, de 66,5 para 72 anos. A expectativa de vida saudável (*healthy life expectancy* – HALE) também aumentou, de 58,5 anos na década de 2000 para 63,3 anos em 2016 (WHO, 2019). Comparado ao ano de 2000, a taxa de mortalidade materna global em 2015 caiu 37%, a taxa de mortalidade neonatal e a taxa de mortalidade de menores de cinco anos caíram aproximadamente 50%, e o número de crianças de baixa estatura caiu quase um terço (WHO, 2019). Dos 44 indicadores de saúde relacionados aos Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), houve um progresso significativo em 24 desses indicadores (WHO, 2019). Por outro lado, o problema da desigualdade global da saúde continua proeminente. A expectativa de vida em países de renda alta é 18,1 anos maior do que em países de baixa renda. A taxa de mortalidade materna é 1/41, e a taxa de mortalidade de menores de cinco anos é 1/14, em países de baixa renda. Mais de um terço das crianças morando em países de baixa renda sofrem de crescimento atrofiado (WHO, 2019). Esses cenários são extremamente raros em países de alta e média renda. A China é o maior país em desenvolvimento do mundo. Sua expectativa de vida era de 77 anos, a taxa de mortalidade infantil era 6,1% e a taxa de mortalidade maternal despencou para 18,3 casos em 100 mil pessoas, a partir de 2018. Os principais indicadores de saúde da população da China têm mostrado enormes melhorias e estão em níveis que se equiparam aos níveis de países desenvolvidos (NBSPRC, 2019a).

O desenvolvimento da saúde e do bem-estar na China não só diz respeito ao povo chinês, mas também pode beneficiar o desenvolvimento sustentável do mundo em geral. A China estabeleceu uma meta para realizar uma “sociedade de abundância” até 2020, o que requer “saúde para todos” como condição prévia. Desde a fundação da República Popular da China, em 1949, os níveis nacionais de saúde melhoraram significativamente e a cobertura do seguro médico universal também foi alcançada. O sistema de serviços de saúde e as capacidades de serviço também foram significativamente melhorados. As capacidades básicas dos serviços de saúde pública e de prevenção e controle de doenças estão melhorando gradualmente. Depois de uma nova rodada de reformas médicas e do sistema de saúde ter sido iniciada em 2009, a China deu grandes passos para garantir serviços de saúde justos, acessíveis e baratos para todos (YIP *et al.*, 2019). O mundo embarcou numa nova jornada para alcançar a Agenda

para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 em 2015. Guiada por este objetivo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) identificou como objetivo estratégico “assegurar um estilo de vida saudável entre os indivíduos e promover a saúde e o bem-estar de toda a humanidade” (WHO, 2018). Como um grande país em desenvolvimento, com uma população de 1,4 bilhão de habitantes, constituindo aproximadamente 18% da população global, o desenvolvimento da saúde e do bem-estar na China desempenha um papel vital no progresso da saúde global.

Nos próximos anos, a China tentará manter o compromisso de implementar a estratégia “China Saudável 2030” para melhorar a saúde de toda a população. Este capítulo apresenta as realizações excepcionais da China em matéria de saúde e bem-estar nos últimos anos, detalha as principais questões e desafios que o país enfrenta atualmente e recomenda contramedidas que podem ser implantadas no futuro.

Situação atual e realizações

Esta seção oferece uma visão geral das realizações excepcionais da China no setor da saúde e do bem-estar social nos últimos anos.

Saúde

As notáveis realizações da China na área da saúde se refletem em vários aspectos, incluindo melhorias significativas nos níveis nacionais de saúde, desempenho notável na governança dos assentamentos humanos, melhoria crescente do sistema de serviços de saúde, melhoria contínua dos serviços básicos de saúde pública e prevenção e controle de doenças infecciosas. A China também tem participado ativamente na governança global da saúde e tem contribuído para a promoção da saúde e do bem-estar global.

Melhorias significativas nos níveis nacionais de saúde

Após a fundação da República Popular da China, os níveis nacionais de saúde melhoraram significativamente. A esperança de vida, a taxa de mortalidade materna e a taxa de mortalidade infantil *per capita* são os principais indicadores que medem o nível nacional de saúde de um país. A esperança média de vida da China aumentou de aproximadamente 30 anos, nos primeiros dias da fundação da República Popular da China, para 77 anos a partir do final de 2018, enquanto a taxa de mortalidade materna diminuiu de 1.500 casos por 100 mil pessoas para 18,3 casos por 100 mil pessoas, e a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 200% para 6,1% (NHCPRC, 2019).

Desempenho excepcional na governança dos assentamentos humanos

O meio ambiente é um dos fatores mais importantes que afetam a saúde. Nos últimos anos, a China acelerou o ritmo do controle da poluição ambiental ao implementar três grandes planos de ação para lidar com a poluição do ar, da água e do solo. A China assumiu a liderança na publicação do Plano Nacional para a Implementação da Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e na implementação do Programa Nacional sobre Mudanças Climáticas (2014-2020), alcançando assim melhorias significativas no estado da poluição ambiental.

Primeiro, a China aumentou acentuadamente os seus investimentos no controle da poluição ambiental. Até 2017, a China tinha investido um total de CNY 953,9 bilhões (US\$ 143,9 bilhões) em programas de controle da poluição ambiental, indicando um aumento de sete vezes em relação a 2001, com um crescimento médio anual de 14%. Em segundo lugar, a China alcançou resultados significativos no controle da poluição ambiental. No final de 2018, as cidades da prefeitura tinham uma boa qualidade do ar em mais de 80% dos dias de um ano. A concentração de PM_{2,5}

nas cidades a nível da província, que não haviam cumprido os padrões estabelecidos, diminuiu em aproximadamente 20%. Com isso, as metas relevantes do 13º Plano Quinquenal haviam sido atingidas antes do previsto. Ao mesmo tempo, a qualidade das águas superficiais e fluviais também melhorou; a porcentagem de água de Classe I a Classe III aumentou mais de 2% em comparação com o ano anterior. O nível da infraestrutura ambiental urbana também melhorou significativamente. Em 2017, cerca de CNY 608,6 bilhões (US\$ 91,8 bilhões) foram investidos na construção de infraestrutura ambiental urbana, cobrindo múltiplos aspectos como gás e saneamento ambiental urbano, o que representou um aumento de 8,3 vezes em relação a 2001. A prevalência de esgotos urbanos, resíduos domésticos e gás natural é de quase 100% (NBSPRC, 2019b).

Melhorias significativas nas capacidades dos serviços de saúde

A China estabeleceu o maior sistema de serviços de saúde do mundo, completo e relativamente de alto nível. Nos últimos anos, os recursos médicos totais da China aumentaram significativamente e a qualidade desses recursos continuou a melhorar. No final de 2018, o número total de instituições médicas e de saúde chegou a 997 mil, com 6,03 camas por 1.000 pessoas e 6,83 técnicos de saúde para 1.000 pessoas. Há 2,59 médicos praticantes e/ou assistentes por 1.000 pessoas, e 2,94 enfermeiros registrados por 1.000 pessoas. Até 36,2% dos técnicos de saúde, 55,4% dos médicos praticantes e/ou assistentes, e 21% dos enfermeiros, registrados na China, têm diplomas de bacharelado ou mais (NHCPRC, 2019).

A China tem se concentrado em melhorar a justiça e a acessibilidade dos serviços médicos. A diferença no número de técnicos de saúde por 1.000 pessoas entre regiões desenvolvidas na China Oriental e regiões menos desenvolvidas na China Ocidental

diminuiu para 0,3 a partir de 2018 (DAI, 2019). Da mesma forma, a diferença no número de médicos praticantes e/ou assistentes entre regiões desenvolvidas na China Oriental e regiões menos desenvolvidas na China Ocidental diminuiu para 0,4 por 1.000 pessoas a partir de 2018 (DAI, 2019). A diferença no número de enfermeiros registrados por 1.000 pessoas entre regiões desenvolvidas na China Oriental e regiões menos desenvolvidas na China Ocidental diminuiu para 0,4 a partir de 2018 (DAI, 2019). A China continua a melhorar a acessibilidade dos seus sistemas de serviços médicos. De acordo com a 5ª Pesquisa Nacional de Serviços de Saúde realizada em 2013, 90,3% das famílias na China estavam a 3 km da instituição médica mais próxima, e 63,9% estavam a 1 km da instituição médica mais próxima, e mais de 80% dos residentes foram capazes de chegar ao ponto médico mais próximo (NHCPRC, 2016).

A estrutura do sistema de serviços médicos da China também está passando por melhorias e otimizações contínuas. O papel básico do sistema de serviços médicos e de saúde de base na China tem sido continuamente melhorado, e o objetivo de “uma clínica em cada vila e um centro de saúde em cada município”, bem como o objetivo de “um centro de saúde comunitário em cada subdistrito”, têm sido alcançado (DAI, 2019). A força médica social da China também está se desenvolvendo rapidamente. O número de instituições médicas e de saúde não públicas na China atingiu 459 mil até o final de 2018. Havia 21 mil hospitais não públicos que tiveram uma taxa média de crescimento anual de 11,6% nos últimos 10 anos. Havia 1,765 milhão de camas em hospitais não públicos, o que resultou num aumento do número total de camas para 21%. A percentagem de pessoal hospitalar não público em toda a indústria médica aumentou para 24,3%, com um número total de aproximadamente 2,869 milhões de pessoas (NHCPRC, 2019).

Melhoria contínua dos serviços básicos de saúde pública e prevenção e controle das doenças infecciosas

A China expandiu a cobertura e o alcance dos seus serviços básicos de saúde pública. Inicialmente as vacinas gratuitas eram fornecidas para crianças, e agora são fornecidas tanto para adultos quanto para crianças. A taxa de vacinação nas cidades e municípios tem permanecido constante acima dos 90%. Aumentou continuamente o padrão de subsídios para serviços básicos de saúde pública *per capita*, enquanto os itens de serviços foram expandidos de 22 em 9 categorias em 2009 para 55 em 14 categorias em 2019. Atualmente, os residentes gozam de cobertura total para 12 tipos de serviços básicos de saúde pública, incluindo registros de saúde dos residentes, vacinação, gestão de saúde infantil, maternal e de idosos, bem como gestão de saúde para pacientes com doenças crônicas e outros (SCIOPRC, 2017).

A China aumentou significativamente a sua capacidade de prevenir e controlar o surto de doenças infecciosas. Desde 2004, a China estabeleceu o maior sistema de notificação direta on-line do mundo para epidemias notificáveis e emergências de saúde pública. Também construiu uma série de sistemas para informação de casos sobre 39 tipos de doenças infecciosas estatutárias e para monitoramento on-line em tempo real de casos, registro de nomes reais e prevenção e controle de doenças crônicas para emergências de saúde pública. A China estabeleceu uma rede de testes laboratoriais composta por agências de prevenção e controle de doenças em quatro níveis: nacional, provincial, municipal e rural. Vários laboratórios para doenças como influenza, pólio, sarampo e encefalite japonesa, estabelecidos sob o Centro Chinês de Prevenção e Controle de Doenças, tornaram-se laboratórios de referência para a OMS.

Na década após o surto da SRA em 2003, a China não sofreu surtos de doença infecciosa. O país permaneceu estável. A epidemia de AIDS foi controlada, a taxa de sucesso do tratamento da

tuberculose se estabilizou em mais de 90%, e a malária foi erradicada em mais de 80% dos lugares atingidos (SCIOPRC, 2017). A China também agiu de modo célere na resposta à covid-19. Em 7 de janeiro de 2020, a China rapidamente compartilhou a sequência genética do vírus com a OMS, após descobrir, extrair e confirmar o novo coronavírus, e fechou as entradas e saídas de várias cidades e áreas circunvizinhas na província de Hubei.

Melhoria gradual no sistema universal de seguro de saúde

A China tem realizado uma cobertura de seguro médico social para o seu povo, confiando no seguro médico básico dos funcionários urbanos e nos sistemas de seguro médico básico dos residentes urbanos e rurais. Em novembro de 2019, 1,352 bilhão de pessoas (97% de participação) participaram do sistema de seguro médico básico da China. Em 2019, a China realizou uma liquidação direta do tratamento médico em 28 mil instituições médicas designadas, localizadas em várias províncias, incluindo mais de 85% dos hospitais terciários designados, mais de 50% dos hospitais secundários designados, e mais de 10% dos hospitais primários designados. Cerca de 4,246 milhões de pessoas se beneficiaram dos acordos diretos, e as despesas com o fundo de seguro médico totalizaram CNY 59,97 bilhões (US\$ 9,05 bilhões) (LI, 2020). O sistema de seguro médico da China também tem desempenhado um papel proeminente na luta contra a pobreza. Os pobres que haviam se registrado para seguros das zonas rurais da China totalizavam até 99,8% no final de 2018, indicando que a China tinha cumprido o seu objetivo de assegurar que “todos os que necessitam de seguro deveriam receber cobertura”. No final de 2018, através da proteção abrangente de três sistemas, incluindo seguro médico básico, seguro contra doenças graves e assistência médica, as pessoas que viviam na pobreza eram reembolsadas em até 80% das despesas incorridas com a hospitalização; e o número de pessoas que viviam na pobreza devido

à doença diminuiu para 5,146 milhões em toda a China (NHSA-PRC, 2019).

Para garantir que os preços dos serviços médicos voltassem a uma faixa razoável, a China promoveu a reforma dos métodos de pagamento do seguro médico, e gradualmente passou de um sistema “pós-pagamento” para um refinado sistema “pré-pagamento”. Em 16 de outubro de 2019, a China lançou oficialmente o plano de agrupamento e as especificações técnicas para os Grupos de Diagnósticos de Segurança de Saúde da China (China Healthcare Security Diagnosis Related Groups/CHS-DRG), formando o quadro geral para o pagamento do seguro de saúde, tendo como tema o “controle total do orçamento”, mecanismos de negociação e partilha de riscos como núcleo, e duas alas, nomeadamente o “pagamento com base no número de doentes ambulatoriais” e doentes crônicos/graves ambulatoriais e “pagamento com base na doença”, em que os pagamentos de rubricas continuam a diminuir, enquanto a pontuação de doenças e os pagamentos de DRG são gradualmente avançados (LIAO; YAN, 2019). A julgar pelo efeito dos pilotos preliminares dos DRG em algumas regiões, as despesas de pacientes sem recursos diminuíram aproximadamente 16%, e o ritmo de crescimento das despesas de internamento hospitalar diminuiu aproximadamente 6% quando comparado com o ano anterior à implementação (HU *et al.*, 2017). Um novo equilíbrio entre oferta e demanda de serviços médicos começou a tomar forma na China. Os métodos de pagamento dos serviços médicos na China estão também avançando para métodos de pagamento múltiplos e compostos, por exemplo: pagamento baseado na doença, que é implementado principalmente para serviços médicos de internamento e ambulatório para doenças graves, nos quais o pagamento baseado em DRG está sendo ativamente explorado; pagamento baseado no dia do leito, que é implementado para serviços médicos para doenças crônicas e de longo prazo, tais como tratamento de internamento

e reabilitação para doenças mentais; pagamento baseado no número de doentes, que é implementado para consultas ambulatoriais; e pilotos baseados no número total de efetivos regionais para sindicatos médicos e alianças médicas que são ativamente realizados e gradualmente promovidos (SCPRC, 2017).

Para melhorar ainda mais a eficiência dos pagamentos, a China promoveu ativamente uma mudança no papel do seguro médico de um “pagador passivo” para um “comprador estratégico”. A China lançou ajustes e fez negociações de preços em catálogos de medicamentos para seguros médicos em 2019 para enfrentar os altos preços dos medicamentos no longo prazo. A China primeiro completou o maior ajuste de catálogos de medicamentos, desde o estabelecimento do sistema básico de seguro médico, e incluiu um lote de medicamentos altamente reconhecidos, recém-lançados e de alto valor clínico no catálogo. Cerca de 148 tipos de medicamentos, incluindo os que constam da lista nacional de medicamentos essenciais, os utilizados no tratamento de doenças crônicas e raras, e os destinados a uso pediátrico, foram incluídos nos seguros médicos na seção “acesso convencional”. Foram retirados do catálogo até 154 tipos de medicamentos com abuso significativo e de baixa qualidade. Um total de 70 tipos de medicamentos pertencentes à categoria de medicamentos exclusivos patenteados com alto valor clínico, medicamentos de preço elevado ou medicamentos com grande influência no fundo, incluindo o medicamento de imunoterapia monoclonal PD-1 e medicamentos eficazes contra tumores e hepatite C de renome mundial, como Humira e Epclusa, foram incluídos no catálogo de medicamentos para seguros médicos na China através de negociações; os preços dos medicamentos diminuíram em média 60,7%. As capacidades de proteção de medicamentos para o câncer, doenças raras e doenças crônicas, bem como de medicamentos pediátricos, melhoraram significativamente. Em segundo lugar, a China experimentou a “aquisição centralizada”

de 25 tipos de medicamentos, em 11 cidades, até o final de 2018 e promoveu-a a nível nacional até setembro de 2019. O preço médio dos medicamentos adquiridos durante duas rodadas de compras centralizadas caiu cerca de 50%, o que foi 25% inferior ao preço médio de seleção nas primeiras 11 cidades piloto; estima-se que o país tenha economizado até CNY 25,3 bilhões (US\$ 3,81 bilhões) em economia de custos de medicamentos em todo o país (LI, 2020).

Maior participação na governança global da saúde

A resposta ativa da China e sua séria participação nos assuntos globais de saúde têm refletido seu papel como grande potência. Como um dos países fundadores da OMS, a China sempre esteve seriamente envolvida nos assuntos de saúde global e no cumprimento das suas obrigações de um Estado-membro nos últimos 40 anos. Também tem participado ativamente na definição de agendas de saúde global, na elaboração de soluções e na formulação de regras, tem continuado a aumentar a sensibilização para a diplomacia interna e tem também aumentado as suas capacidades e influência no campo da governança da saúde global. A China participou de várias conferências internacionais importantes na área da saúde no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, BRICS, G20 e da cooperação trilateral China-Japão-Coreia do Sul. Também coorganizou a 9ª Conferência Global de Promoção da Saúde com a OMS, que foi aclamada pela OMS como a conferência de promoção da saúde global mais influente do mundo, com a participação de participantes do mais alto nível (DIC-NHCPRC, 2019).

A China se concentra na construção de parcerias para promover a reforma e o desenvolvimento da saúde global. Até 2019, havia assinado acordos de cooperação em saúde com aproximadamente 160 países e organizações internacionais. A cooperação em saúde tornou-se uma das principais áreas de foco

e permanece no centro de vários mecanismos de cooperação multilateral regional importantes, como o Fórum de Cooperação China-África, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, o G20 e o mecanismo de cooperação BRICS. Nos últimos 40 anos, desde o início da era de reforma e abertura, a China tem cooperado ativamente com organizações internacionais e agências de ajuda bilateral como a OMS, o Banco Mundial, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tem avançado com o desenvolvimento de políticas de saúde em países de todo o mundo e promovido suas conquistas e experiências no contexto da saúde na comunidade internacional (DIC-NHCPRC, 2019).

A China também tem continuado a oferecer ajuda internacional na área da saúde. Desde que a primeira equipe médica estrangeira foi enviada à Argélia em 1963, a China enviou aproximadamente 26 mil membros da equipe médica para 71 países da Ásia, África, América Latina, Europa e Oceania, e tratou com sucesso cerca de 280 milhões de pacientes nos últimos 50 anos. Até agora, mais de mil membros de grupos médicos na China receberam várias honras, como medalhas emitidas pelos líderes dos países receptores, enquanto aproximadamente 50 membros médicos morreram nos países receptores devido a doenças, ferimentos no trabalho, guerra, acidentes e outros eventos (BAI, 2017). A China também tem participado ativamente em operações globais de emergência sanitária, desde a luta contra o Ebola até a prevenção e controle do surto do vírus Zika, desde missões de resgate médico sísmico até o socorro pós-tripulação. Assim, o corpo médico chinês está presente em todo o mundo. As cinco equipes médicas internacionais de emergência da China obtiveram com sucesso a certificação da OMS, e a equipe médica internacional de emergência da China (Sichuan) é a primeira equipe médica não militar, de emergência e internacional de nível três no mundo. Desde o lançamento da iniciativa One

Belt, One Road (OBOR), a China assinou vários acordos com países e organizações internacionais relevantes para promover a cooperação na área da saúde, e estabeleceu preliminarmente 11 redes e plataformas privadas de cooperação, incluindo a rede de cooperação de saúde pública OBOR e a aliança de cooperação hospitalar (DIC-NHCPRC, 2019).

O reconhecimento internacional da medicina tradicional chinesa também aumentou significativamente. A artemisinina e suas terapias combinadas salvaram milhões de vidas em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento, enquanto o modelo de trabalho da China para a eliminação da malária também foi incluído nos documentos técnicos da OMS e foi promovido em outros países.

Assistência social

A China estabeleceu um sistema de assistência social que inclui grupos-chave, tais como deficientes, mulheres e crianças, e idosos, garantindo assim a saúde e o bem-estar de grupos relacionados. As subseções seguintes explicam as realizações da China nas áreas de assistência social das pessoas com deficiência, mulheres, crianças e idosos através de múltiplos meios, incluindo subsídios em dinheiro, prestação de serviços, segurança social e construção de sistemas.

Bem-estar das pessoas com deficiência

A China estabeleceu inicialmente um sistema de assistência social para pessoas deficientes que cobria dezenas de milhões delas a nível nacional, e incluía itens como cuidados de enfermagem e subsídios de reabilitação infantil. No final de 2018, mais de 21,9 milhões de pessoas com deficiência se beneficiavam desse sistema e mais de CNY 23 bilhões (US\$ 3,4 bilhões) de subsídios haviam sido distribuídos (SCIOPRC, 2019a). Em 2019, a China contava com 9.036 instituições de reabilitação para pessoas

deficientes que prestavam serviços básicos de reabilitação a um total de 10,747 milhões de crianças deficientes e pessoas portadoras de certificados de deficiência (CDPF, 2019). A China continua a melhorar vários mecanismos para a aquisição, avaliação e supervisão de serviços de reabilitação e cuidados para pessoas deficientes e se envolve no cultivo de talentos em tais serviços. A China enquadrou padrões nacionais para serviços de cuidados, prestou serviços de cuidados a vários níveis a pessoas com deficiência através do cultivo ativo de forças sociais, e lançou investigações sobre o modelo de cuidados rurais para pessoas pobres e com deficiências graves (SCIOPRC, 2019a). No que diz respeito à segurança social para pessoas com deficiência, 96,8% das pessoas com deficiência grave, com 60 anos ou menos, na China, beneficiaram-se da política de contribuições do governo, e 2,984 milhões de pessoas com deficiência não séria também se beneficiaram da política de assistência de contribuição pessoal; assim, aproximadamente 1,161 milhão de pessoas com deficiência se beneficiaram de ação judicial com objetivo de redução da pobreza (CDPF, 2019). Pessoas com deficiência podem desfrutar de parques, atrações turísticas e instalações culturais e desportivas públicas na China, gratuitamente ou a preços de concessão. Também são oferecidos subsídios de combustível para cadeiras de rodas motorizadas especiais e serviços de transporte público gratuito para pessoas com deficiência. A China também implementou políticas de pensão e tratamento preferencial para grupos especiais de deficientes, tais como soldados e a polícia (SCIOPRC, 2019a).

Bem-estar da mulher

Melhorias significativas na saúde e no bem-estar

Os níveis de saúde das mulheres chinesas têm melhorado significativamente ao longo do tempo. Em 2015, a esperança média de vida das mulheres chinesas era de 79,4 anos. Isto representou

um aumento de 10,1 anos desde 1981, e um aumento de 42,7 anos desde a fundação da República Popular da China. Dado que as taxas de mortalidade materna na China diminuíram para 18,3 casos por 100 mil pessoas em 2018, o que representa uma diminuição acentuada de quase 80% em relação a 1990, e que a diferença entre as taxas de mortalidade materna nas zonas urbanas e rurais diminuiu de forma constante, a China alcançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas antes do prazo (NWCCWSPRC, 2019).

A política e o sistema regulamentar para a saúde e o bem-estar das mulheres na China está melhorando gradualmente. Mais de 40 anos desde o início da era da reforma e da abertura, a China promulgou e implementou leis e regulamentos como a Lei de Saúde Materna e Infantil; incluiu a saúde e o bem-estar materno-infantil no seu 13º Plano Quinquenal, no Programa China Saudável 2030 e no Esboço para o Desenvolvimento da Mulher na China; e incluiu os principais indicadores de saúde materno-infantil nas avaliações das metas dos governos a todos os níveis (SCIOPRC, 2019b).

A China estabeleceu a “Rede de Serviços de Saúde Materna e Infantil com Características Chinesas” (Maternal and Child Health Service Network with Chinese Features) e colocou as instituições de saúde materna e infantil como o núcleo, e as instituições médicas básicas como a base desta rede, com o apoio de grandes e médios hospitais gerais/especializados e instituições de pesquisa e ensino relacionadas (SCIOPRC, 2019b). No final de 2018, a China tinha 3.080 instituições de saúde materna e infantil, 807 maternidades e quase 640 mil profissionais de saúde materna e infantil, e foi listada pela OMS como um dos 10 países com alto desempenho em saúde materna e infantil (NHCPRC, 2019). Os serviços de saúde e bem-estar para as mulheres na China também se tornaram cada vez mais acessíveis e justos. Em 2018, 99,9% das mulheres grávidas na China tinham partos

hospitalares, e o programa de rastreio de “dois cânceres”, para mulheres rurais, proporcionou mais de 85 milhões de acompanhamentos de mulheres com câncer cervical e 20 milhões de acompanhamentos de mulheres com câncer de mama. As atividades de assistência a mulheres pobres e doentes realizadas pela Federação de Mulheres All-China beneficiaram mais de 100 mil mulheres (NBSPRC, 2019c; SCIOPRC, 2019b).

Melhorias significativas no nível de escolaridade

Desde a sua fundação, a República Popular da China empenhou-se vigorosamente na eliminação do analfabetismo entre as mulheres e realizou uma mudança dramática nas taxas de analfabetismo entre as mulheres com 15 anos ou mais, tendo o analfabetismo diminuído de 90%, durante a sua fundação, para 7% em 2017 (SCIOPRC, 2019b). Também foram alcançados resultados notáveis na área de igualdade de acesso à educação pré-escolar, entre as meninas na China, sendo que quase 50% das meninas de todo o país receberam educação pré-escolar. No final de 2018, a igualdade de gênero foi alcançada através do programa de nove anos de ensino obrigatório na China, em que a porcentagem de estudantes do ensino médio e superior atingiu novos patamares, aproximando-se de ou excedendo 50%, e o número de mulheres chinesas recebendo educação profissional e contínua também aumentou significativamente (NBSPRC, 2019c).

Melhoria contínua no nível de proteção e assistência à maternidade

O nível de proteção à maternidade das mulheres chinesas melhorou consideravelmente e a China está ativamente empenhada na proteção dos direitos da maternidade. Desde sua fundação, a China introduziu o Regulamento do Seguro de Trabalho para garantir benefícios como licença maternidade, subsídio, benefícios e reembolso de despesas médicas para mulheres férteis (SCIOPRC, 2019b). Até o final de 2018, 89,27 milhões de

mulheres participaram do programa de seguro de maternidade, o que indica um aumento de 66,3% em relação aos 35,6 milhões de mulheres em 2010 (NBSPRC, 2019c). Em 2019, a China fundiu, de forma abrangente, os seguros de maternidade e médico, integrou fundos e geriu recursos sob a condição de benefícios inalterados e ampliou ainda mais a cobertura do seguro de maternidade, beneficiando assim ainda mais mulheres.

A China estabeleceu e melhorou gradualmente o sistema de assistência social para mulheres com o objetivo de proporcionar segurança de vida básica às mulheres necessitadas. As mulheres chinesas gozam de igualdade de acesso a aspectos que vão desde o alívio de desastres naturais, segurança das unidades urbanas, assistência coletiva rural e o programa de cinco garantias para as áreas rurais durante o período de economia planejada, até a segurança mínima de vida, assistência e apoio aos extremamente pobres e o sistema de assistência temporária gradualmente estabelecido nos anos de 1990. No final de 2018, as mulheres tinham recebido 44,8% dos subsídios de subsistência urbana e 42% dos subsídios de subsistência rural na China (SCIOPRC, 2019b).

Bem-estar das crianças

As crianças na China têm se beneficiado de melhorias contínuas em saúde e bem-estar. Em 2018, a taxa de mortalidade infantil na China foi de 6,1%, enquanto a taxa de mortalidade de menores de cinco anos foi de 8,4%, indicando um decréscimo em relação ao ano anterior. Com isso, a China atingiu a meta de desenvolvimento de elevar essas taxas para “menos de 10% e 13%”, respectivamente, conforme estipulado no Esboço para o Desenvolvimento das Crianças na China (Outline for the Development of Children in China – 2011-2020) (NBSPRC, 2019d). Do aumento de 4,9 anos na esperança média de vida na China de 2000 a 2015, 23,5% foi atribuído ao declínio na taxa de mortalidade de menores de cinco anos. As melhorias contínuas na saúde infantil

também desempenharam um papel importante no aumento da esperança média de vida na China (NWCCWSCPRC, 2019).

Dado que o bem-estar e a proteção da criança são critérios importantes para o progresso da civilização em um país moderno, a China construiu um sistema completo de bem-estar e proteção da criança. A oferta de serviços de bem-estar infantil na China continua a aumentar, enquanto a cobertura relacionada continua a expandir-se. Os padrões básicos de segurança de vida de 7,757 milhões de crianças melhoraram, enquanto em 14 províncias (incluindo municípios e distritos), as crianças de fato sem apoio podem receber subsídios com referência aos padrões para órfãos. As instituições de assistência e bem-estar infantil também têm aumentado em número e estão gradualmente sendo colocadas à disposição da sociedade. A China aumentou os seus investimentos financeiros e melhorou o acesso à educação. Em 2018, o financiamento da educação pré-escolar representou 4,8% do financiamento da educação fiscal em todo o país, a taxa bruta de matrículas para a educação pré-escolar foi de 81,7%, a cobertura da população para o ensino obrigatório de nove anos atingiu 100% e a matrícula bruta para as escolas secundárias foi de 88,8% (NBSPRC, 2019d). Em 2018, havia 305 mil órfãos na China, indicando uma diminuição de 105 mil órfãos (25,6%) em relação ao ano anterior. De acordo com o Gabinete Nacional de Estatísticas da República Popular da China (NBSPRC, 2019d), existiam 651 agências de adoção de crianças e serviços de assistência em 2018, o que indica um declínio de 1,8% em relação a 2017. Além disso, o número de orfanatos também diminuiu de forma constante (NBSPRC, 2019d). A China também tem tido múltiplos avanços na institucionalização da proteção à criança. No final de 2018, 6,97 milhões de crianças abandonadas viviam nas zonas rurais da China, indicando um decréscimo de 2,05 milhões de crianças, a partir de 2016. A Procuradoria Popular Suprema da China

estabeleceu um sistema social de apoio ao processo juvenil para promover a assistência judicial estatal aos jovens, e 29 províncias anunciaram a retirada da tutela (CPRI, 2019).

Seguridade social

No que diz respeito à oferta de segurança previdenciária, a China formou inicialmente um modelo de serviço de pensão social de “orientação política, apoio governamental, iniciação social e promoção de mercado” (ZHOU, 2019). Até o final de 2018, cerca de 30 províncias da China tinham estabelecido os seus sistemas de pensão, subsídios de serviço de pensão, subsídios de cuidados de enfermagem e sistemas de serviços de cuidados para idosos abandonados em zonas rurais, através dos quais vários subsídios oferecidos beneficiaram mais de 30 milhões de idosos. Existem quase 30 mil instituições de assistência a idosos e 7,464 milhões de leitos para idosos, dos quais 3,928 milhões estão em instituições de assistência a idosos e 3,536 milhões são leitos comunitários de assistência a idosos (MCAPRC, 2019). Ao promover ativamente a construção de um sistema de serviços de assistência a idosos, a China formou um sistema de vários níveis que é “baseado na assistência a idosos em casa, apoiado pela assistência a idosos da comunidade e complementado pela assistência a idosos institucionais, juntamente com a combinação de serviços médicos, de saúde e de assistência a idosos” (ZHOU, 2019). Este sistema tem facilitado a diversidade das entidades de investimento, a diversificação dos níveis de serviço, a socialização da prestação de serviços, a profissionalização das equipas e a padronização dos serviços em grande medida (ZHOU, 2019).

Do lado da demanda da segurança previdenciária, a China estabeleceu um sistema de pensões de três pilares, incluindo: aposentadoria pública (primeiro pilar), aposentadoria profissional (segundo pilar) e aposentadoria pessoal (terceiro pilar).

No final de 2018, na perspectiva da cobertura, o primeiro pilar abrangia 940 milhões de cidadãos, sendo que o número de residentes urbanos e rurais participantes no seguro de previdência básica era de 520 milhões de pessoas, e o número de empregados urbanos participantes era de 420 milhões de pessoas. Em 2018, a renda total do fundo de pensão básica era de CNY 5.500,5 bilhões (US\$ 829,4 bilhões) e a despesa total era de CNY 4.755,0 bilhões (US\$ 716,9 bilhões), enquanto o saldo no final do ano era de CNY 5.815,2 bilhões (US\$ 876,8 bilhões) (MHRSSPRC, 2019). O número de empregados abrangidos pelo segundo pilar foi de aproximadamente 23 milhões, representando cerca de 6% dos empregados urbanos participantes no seguro de pensão básica do primeiro pilar, e o saldo no final do ano era de CNY 1.477 bilhões (US\$ 222,7 bilhões) (MHRSSPRC, 2019). Embora o desenvolvimento do segundo pilar tenha estagnado, o capital cresceu rapidamente e a taxa de retorno anual, nos últimos 10 anos, tem sido de aproximadamente 7%. Desde 1º de maio de 2018, o terceiro pilar foi pilotado nos parques industriais de Xangai, Fujian e Suzhou; embora os testes piloto tenham sido concluídos, esse pilar não foi promovido em todo o país (DONG, 2019). A China criou o Conselho Nacional para o Fundo de Segurança Social para aliviar a pressão do envelhecimento da população sobre o sistema de previdência. Este fundo é responsável pela realização dos investimentos confiados para as pensões. No final de 2018, a dimensão total dos fundos do tesouro central, a transferência de ativos estatais e os investimentos de pensões confiados às províncias, aceitos pelo conselho, excederam CNY 3 trilhões (US\$ 0,452 trilhão); o rendimento acumulado dos investimentos foi CNY 959,855 bilhões (US\$ 144,739 bilhões), enquanto o retorno médio anual do investimento chegou a 7,82%, superando a taxa de inflação em 5,53 pontos percentuais durante o mesmo período (WANG, 2019).

Principais problemas e desafios

Esta seção destacará alguns dos problemas, desafios e dificuldades que a China encontrou nas áreas de saúde e bem-estar.

Principais problemas existentes

Melhorias necessárias no equilíbrio da distribuição de recursos médicos

A distribuição desequilibrada dos recursos médicos sempre foi acompanhada pelo estabelecimento e desenvolvimento do sistema médico e de saúde da China. Este problema manifestou-se originalmente na distribuição desequilibrada regional, urbana e rural de vários tipos de recursos médicos. A China considerou o estabelecimento de “bases fortes” como uma das três missões centrais, enquanto lançava uma nova rodada de reformas médicas e do sistema de saúde em 2009. Após quase 10 anos de reforma e desenvolvimento, o problema da distribuição desequilibrada foi abordado.

O problema da distribuição desequilibrada da qualidade seguiu o exemplo. Na área da saúde, os recursos médicos de alta qualidade que são representados por hospitais públicos e médicos continuam concentrados em regiões desenvolvidas e cidades de grande e médio porte, mas vastas extensões de áreas rurais continuam a ter acesso geográfico limitado a recursos médicos de alta qualidade. Melhorar ainda mais a estrutura e a capacidade de serviços dos sistemas médicos, de serviços de saúde rurais e de base é uma tarefa importante e um desafio que a China enfrenta atualmente.

Melhorias necessárias no sistema de seguro de saúde

Em primeiro lugar, a China divide o sistema de seguro de saúde em seguro médico dos funcionários urbanos e dos residentes rurais e urbanos, de acordo com as condições de trabalho das

pessoas (funcionários ou residentes). A extensão do financiamento e dos benefícios derivados de ambos os sistemas é muito diferente. O seguro médico dos empregados urbanos proporciona níveis significativamente mais elevados de financiamento e benefícios quando comparado com o seguro médico dos residentes urbanos e rurais. Os beneficiários do seguro de saúde dos empregados urbanos vivem em áreas urbanas onde se concentram recursos médicos de alta qualidade. Os serviços médicos são geograficamente próximos e economicamente acessíveis para estes beneficiários.

Em segundo lugar, o nível de segurança difere entre os membros da família. Os idosos, cônjuges e filhos sem emprego formal estão incluídos no sistema de seguro de saúde dos residentes urbanos e rurais, em que “os idosos e os menores” são dois grupos com riscos de saúde relativamente elevados. Os seus baixos níveis de seguridade de saúde expõem as famílias ao risco de despesas médicas catastróficas.

A desigualdade nas responsabilidades financeiras também tem afetado a sustentabilidade do sistema de seguro de saúde da China. Por um lado, empregadores e empregados têm responsabilidades de financiamento desiguais. No sistema de seguro de saúde do trabalhador urbano, a taxa *premium* total de 8% compreende: as contribuições do empregador (6%) e do trabalhador (2%). Em comparação com as contribuições iguais do empregador e do empregado nos principais países do mundo, os empregadores assumem maiores responsabilidades do que os empregados no financiamento do sistema de seguro de saúde da China. O país e a sua população têm responsabilidades financeiras desiguais. No sistema de seguro de saúde dos residentes urbano e rural, as contribuições das pessoas permanecem baixas durante um longo período de tempo, enquanto o nível de subsídio das finanças públicas tem aumentado a cada ano e tem, gradualmente, respondido por proporções mais elevadas.

Assim, é um enorme desafio equilibrar as responsabilidades de contribuição entre o governo e os residentes neste sistema de seguro de saúde, que é um sistema de seguro social e não um puro plano de bem-estar. Os empregados e os aposentados também têm responsabilidades financeiras desiguais. Os riscos de saúde são imediatos e sistêmicos. O sistema de seguro de saúde da China não é um sistema de pagamento por repartição, mas sim um sistema de equilíbrio imediato. Com o rápido envelhecimento da população, as despesas médicas para os idosos na China têm aumentado a cada ano. No entanto, os idosos não fazem contribuições, mas transferem uma parte de seus fundos do fundo comum do seguro de saúde para suas contas pessoais. Isto representa um grande desafio para o funcionamento sustentável do sistema de seguro médico.

Melhorias necessárias na habilidade dos governos locais para gerir as grandes emergências de saúde pública

Após o surto da SRA em 2003, a China começou a “suprir as deficiências” do seu sistema de saúde pública. Nos 15 anos que se seguiram, a China não encontrou um surto de doença a nível nacional. No entanto, o surto da covid-19 no final de 2019 expôs as deficiências na capacidade dos governos locais da China em responder a emergências de saúde.

Primeiro, há uma falta de consciência sobre a prevenção dos riscos para a saúde. O tráfico ilegal e o consumo de animais selvagens continuam em certas regiões e os sistemas de inspeção sanitária e quarentena têm pontos cegos. Em segundo lugar, a resposta de emergência sanitária dos governos locais tem sido lenta. Desde o surgimento da covid-19, epicentro do surto, o governo local da cidade de Wuhan não avaliou adequadamente o risco do surto e não divulgou informações completas em tempo hábil. Isto mostra que melhorar a capacidade de resposta de emergência do governo local ainda é uma tarefa importante para a China.

Principais desafios enfrentados

Além dos problemas mencionados acima, o desenvolvimento da saúde e do bem-estar da China enfrenta uma série de desafios. Esta seção apresenta três desses desafios: restrições econômicas, capacidade de governança e apelo das pessoas.

Estreitamento progressivo das restrições econômicas

A China pretende endurecer gradualmente as restrições macroeconômicas que desafiam a prestação de serviços de saúde e os mecanismos de bem-estar. A China está atualmente, e continuará a estar, nas fases iniciais do socialismo, a longo prazo. A oferta total de serviços de saúde e previdência social é relativamente baixa. Ao mesmo tempo, o crescimento macroeconômico da China entrou numa “nova normalidade econômica”, com taxas de crescimento baixas e moderadas. O que se seguirá é um declínio significativo na receita fiscal pública da China, entrando assim numa “nova rotina fiscal”. Em julho de 2019, o crescimento acumulado da receita fiscal pública da China, no primeiro semestre do ano, foi de 3,4%, e o crescimento acumulado da receita fiscal chinesa caiu 13,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento da receita macroeconômica e fiscal da China no futuro não é positivo, devido ao impacto da guerra comercial EUA-China.

As finanças públicas são uma importante fonte de recursos para a saúde e o bem-estar na China. Na área da saúde, a limitada despesa governamental (incluindo a despesa com seguros de saúde dos residentes urbanos e rurais) representou 29% da despesa total com a saúde em 2018 (NHCPRC, 2019). A entidade responsável pela prestação de serviços sociais na China é o setor público, e as receitas fiscais públicas terão um maior impacto na oferta total de serviços sociais. Em geral, à medida que a “nova situação econômica” e a “nova situação fiscal” se aprofundarem,

a oferta total de serviços de saúde e assistência social sofrerá restrições negativas adicionais.

Falta significativa de governança

A desigualdade na saúde é um fator importante que ameaça o desenvolvimento sustentável da saúde e do bem-estar na China, e uma razão importante por trás disso é que os velhos hábitos morrem arduamente mesmo depois da reforma da dívida. Tomando os serviços de saúde como exemplo, o governo chinês concebeu e manteve o sistema de registro familiar (*hukou*) até hoje desde os anos de 1980, e isto vinculou a oferta de serviços de saúde e a elegibilidade para usufruir de tais serviços ao sistema de registro familiar e ao tipo de ocupação das pessoas. Isto tem levado a uma desigualdade cada vez mais grave entre áreas urbanas e rurais, bem como dentro das áreas urbanas. Grupos de baixa e média renda, como os residentes rurais e urbanos sem emprego formal, enfrentam há muito tempo a grave situação de difícil acesso a serviços médicos e níveis reduzidos nos benefícios de seguro de saúde.

Ao mesmo tempo, um sistema de governança pouco sólido e a falta de capacidades, que engloba todas as entidades relacionadas à saúde, são outros motivos de preocupação subjacentes no contexto do desenvolvimento sustentável da saúde na China. Entre os pacientes e os prestadores de serviços médicos, há uma falta de um agente de ligação eficaz para os médicos de clínica geral e uma falta de um sistema de diagnóstico e de tratamento de qualidade entre os pacientes e os prestadores de serviços médicos, o que pode levar à confusão no sistema de prestação de serviços de saúde. O problema de “o tratamento ser difícil e caro de procurar” tem afligido o público em geral por muito tempo no passado. O desenvolvimento desigual dos prestadores de serviços médicos tem sido observado tanto no setor público como no privado. Além disso, o setor público domina os prestadores

de serviços médicos na China. Isso não só permite que o setor público assuma responsabilidades mais pesadas no fornecimento do sistema, sob a condição de que os níveis salariais sejam controlados, mas também torna difícil para todas as entidades do mercado desfrutar plenamente dos resultados do desenvolvimento da saúde. Entre prestadores de serviços médicos e consumidores, o papel do seguro de saúde como serviço não tem sido realizado de forma oportuna devido ao atraso a longo prazo no sistema governamental. Isso tem resultado em altos custos médicos a longo prazo e na incapacidade de entregar plenamente os benefícios de saúde e econômicos às pessoas de forma oportuna. Depois que a China estabeleceu separadamente a Administração Nacional de Segurança da Saúde (National Healthcare Security Administration) em 2018, ela começou a explorar o mecanismo de negociação igualitária entre fornecedores de serviços médicos e consumidores, tendo tanto a Comissão Nacional de Saúde (National Health Commission) quanto a Administração Nacional de Segurança da Saúde como portadores organizacionais para estabelecer uma relação equilibrada na área. Embora a China tenha emitido uma série de documentos programáticos relacionados com o desenvolvimento da saúde e do bem-estar, sob o objetivo de buscar uma China saudável e um envelhecimento ativo, e tenha melhorado o quadro de desenvolvimento na área da saúde e do bem-estar através do desenho de alto nível, ainda há vários desafios que precisam ser superados na implementação de soluções e na avaliação do impacto.

Principais mudanças despercebidas nas necessidades da população

Desde que a população chinesa começou a envelhecer rapidamente no século XX, como resultado, o número de idosos e a sua proporção na população total têm continuado a aumentar. De 2000 a 2018, o número de idosos com 60 anos ou mais aumentou

de 126 milhões para 249 milhões, enquanto a percentagem de idosos no total da população aumentou de 10,2% para 17,9%. A população continuará a envelhecer de forma constante no futuro próximo na China. Da fase atual até meados do século XXI, a população da China com 65 anos ou mais passará por um rápido crescimento e espera-se que atinja 300 milhões de pessoas até 2033 e 400 milhões até 2050, atingindo um pico de 443 milhões de pessoas até 2058.

O envelhecimento da população também será acompanhado por um aumento na demanda de diagnóstico e tratamento de doenças crônicas, comuns e cuidados de longo prazo, o que, por sua vez, resultará em um aumento nas despesas médicas para os idosos. Isto irá pressionar o serviço médico atual e os sistemas de seguro de saúde. De acordo com a 5ª Pesquisa do Serviço Nacional de Saúde (5th National Health Service Survey), na China, em 2013, as mortes entre pessoas com doenças crônicas foram responsáveis por até 86,6% do número total de mortes, enquanto a incidência de doenças daí decorrentes representou mais de 70% da incidência total de doenças. Conforme as previsões, o ônus econômico das doenças crônicas será muito superior ao das doenças infecciosas no futuro, especialmente entre os idosos (ZHOU *et al.*, 2019). Isso terá um grande impacto no sistema de seguro de saúde básico da China, especialmente no fundo de seguro de saúde dos funcionários urbanos, já que os idosos aposentados na China também irão deduzir e transferir uma parte de seus fundos de seguro de saúde para suas contas de seguro pessoal, sem fazer qualquer contribuição. Portanto, o envelhecimento da população irá aumentar as despesas e simultaneamente reduzir a renda de um fundo de seguro de saúde dos funcionários, impactando o sistema de seguro médico básico e enfraquecendo a base de financiamento do sistema de serviços médicos. Mudanças drásticas na estrutura da população e a rápida liberação da demanda por vários tipos de serviços têm

imposto novas exigências ao sistema de governança nacional e às capacidades de serviço, sugerindo assim novas exigências e direções para o desenvolvimento da saúde e do bem-estar no país.

Diversas indicações importantes para o desenvolvimento

A China formulou e implementou uma série de arranjos estratégicos e arranjos de políticas públicas para responder a problemas e desafios nas áreas de saúde e bem-estar. Esta seção discutirá seletivamente algumas das importantes direções seguidas no contexto das reformas e dos esforços de desenvolvimento nas áreas de saúde e bem-estar.

Implementando a iniciativa Healthy China Action (2019-2030)

Em julho de 2019, a China lançou a Healthy China Action (2019-2030). Em dezembro de 2019, introduziu formalmente sua primeira lei básica e abrangente na área de saúde e promoção da mesma, chamada de Lei da República Popular da China sobre Cuidados Básicos de Saúde e Promoção da Saúde (Law of the People's Republic of China on Basic Healthcare and Health Promotion), que serve como diretriz e base para a construção de uma “China Saudável” (*Healthy China*) no futuro.

Primeiro, a China começou por implementar a Healthy China Action (2019-2030). Esta ação gira em torno da sua área central de enfoque, nomeada “melhorias no comportamento de saúde das pessoas” e é “centrada na saúde” em vez de “centrada no tratamento médico” (SCPRC, 2019). A China espera destacar um sistema de serviços de saúde com foco na prevenção e que combine prevenção e tratamento, e adotar a “popularização do conhecimento em saúde, participação em ações de saúde, prestação de serviços de saúde e extensão da vida saudável” como seus

caminhos básicos de ação (SCPRC, 2019). A China se esforça para alcançar os objetivos gerais de “melhorar significativamente a conscientização da saúde para todos, popularizar o comportamento de saúde, assegurar que os principais indicadores nacionais de saúde entrem nas fileiras dos países de alta renda e eliminar a desigualdade na saúde” até 2030 (SCPRC, 2019). Em segundo lugar, a China pretende continuar a aprofundar as reformas médicas e do sistema de saúde, em áreas que vão desde a capacidade de governança nacional até a modernização do sistema de governança. O objetivo é enfatizar o protagonismo dos “sistemas”, estabelecendo de forma abrangente um sistema médico e de saúde com características chinesas, com o objetivo de explorar inovações nos sistemas médicos e de saúde “dirigidos pelo público, urbanos-rurais e hierárquicos” com características chinesas, acelerando o estabelecimento de um sistema de “diagnóstico e tratamento escalonado” e vários tipos de “consórcios médicos”, aliviando o desequilíbrio na distribuição horizontal e vertical dos recursos médicos e eliminando altos níveis de desigualdade no acesso aos serviços de saúde entre a população (SCPRC, 2019). Ao mesmo tempo, a China pretende melhorar o sistema de gestão dos modernos hospitais públicos e explorar o mecanismo de preços dos serviços de saúde de acordo com o estado do país, eliminando “os médicos que dependem de medicamentos e suprimentos médicos” (SCPRC, 2019). Ela também se esforçará para incentivar o desenvolvimento de instituições médicas não públicas. Em terceiro lugar, ela pretende concentrar-se em alcançar o objetivo de segurança médica básica para os pobres. A população atingida pela pobreza é a que mais sofre de desigualdade na saúde. A China deseja ainda eliminar as barreiras à saúde e ao alívio da pobreza através de “prevenção e tratamento” e realizar a segurança médica básica para a comunidade atingida pela pobreza através do “fortalecimento tanto da oferta como da demanda”, a fim de alcançar o objetivo de

tirar os pobres da pobreza absoluta até o final de 2020 (SCPRC, 2019). Em quarto lugar, a China pretende continuar a reforçar o estabelecimento de um sistema de saúde pública de emergência. Durante a guerra contra a covid-19 no início de 2020, a China agiu rapidamente, mas também encontrou vários problemas que desafiam os governos locais, tais como a baixa consciência do risco, a limitada capacidade de resposta das emergências e a lentidão na ação. O país deseja aprender com esta epidemia e experiência e visa reforçar a prevenção de doenças infecciosas e construir a sua capacidade de resposta a emergências durante emergências de saúde pública para garantir a saúde e segurança públicas. A China pretende continuar a desenvolver e promover a medicina tradicional chinesa como sempre, e participar ativamente na governança global da saúde.

Avanço e melhoria do sistema básico de seguro de saúde

A cobertura do seguro de saúde universal é a base do sistema médico e de saúde com características chinesas. Por um longo tempo, como o status da oferta e demanda de serviços médicos na China permaneceu desigual, o sistema de seguro de saúde não conseguiu perceber seu papel como um “comprador de serviços” em sua totalidade. Em março de 2018, a China estabeleceu a Administração Nacional de Segurança da Saúde e elevou a importância do sistema de seguro de saúde para um nível totalmente novo a partir da perspectiva de modernização do sistema de governança nacional. O país visa melhorar o sistema de seguro de saúde básico e promover a formação de uma relação de negociação igualitária entre os lados da oferta e da demanda de serviços médicos.

Em primeiro lugar, a China pretende melhorar o sistema de segurança médica a nível macro. Pretende continuar a promover a integração do sistema de seguro de saúde do residente urbano

com o novo sistema de seguro de saúde cooperativo rural e acelerar o estabelecimento de um sistema unificado do seguro de saúde do residente urbano e rural, para que tanto o sistema de seguro de saúde do residente urbano e rural como o sistema de seguro de saúde do empregado urbano possam ser mais amadurecidos e estabelecidos como os principais sistemas de seguro. A China também procura ajustar e otimizar o financiamento da estrutura do sistema de seguro de saúde. Visa compartilhar responsabilidades institucionais com o governo, empresas e pessoas de maneira razoável e ajustar a porcentagem de subsídios financeiros e contribuições individuais no sistema de seguro de saúde dos residentes urbanos e rurais, assim como a porcentagem de contribuições de empregadores e empregados no sistema de seguro de saúde dos empregados urbanos. Visa também tratar adequadamente a questão da não contribuição por parte dos aposentados. A China espera intensificar os esforços para estudar e introduzir o sistema de lista de benefícios do seguro médico, estabelecer um sistema de ajuste dinâmico para catálogos de seguros de saúde e incluir medicamentos mais eficazes para salvar vidas no mesmo âmbito. Ela também pretende melhorar moderadamente o nível geral do seguro de saúde e aumentar gradualmente o intercâmbio dos níveis da cidade e do condado para os níveis provinciais. A China pretende continuar a perceber o papel do sistema de seguro de saúde como o “agente de saúde” para o povo e o papel do “comprador ativo” de serviços médicos.

Em segundo lugar, a China deseja continuar a aprofundar as tarefas individuais de reforma em áreas-chave do sistema de seguro de saúde. Em 2020, pretende completar o trabalho contra a pobreza na área do seguro médico e alcançar o objetivo de tirar os pobres da situação de pobreza por causa da doença e retornar à pobreza por causa da doença, bem como acima da linha de pobreza absoluta; aprofundar as reformas nos métodos de pagamento do seguro de saúde; realizar trabalhos piloto

dos DRGs (Diagnosis Related Groups) em todo o país, promover diagnósticos e práticas de tratamento especificadas pelas instituições médicas, conter o aumento das despesas médicas; continuar a realizar trabalhos piloto relacionados à aquisição centralizada e ao uso de medicamentos e efetivamente reduzir o ônus dos custos dos medicamentos no país. Ao mesmo tempo, a China pretende realizar a regulamentação de preços de insumos médicos de alto valor, racionalizar o mecanismo de estabelecimento de preços desses insumos e lidar com o fenômeno caótico do uso excessivo. O país também tem como objetivo continuar a avançar com trabalhos piloto e sintetizar a experiência em seguros de cuidados a longo prazo no contexto do envelhecimento da população, explorar a reforma das contas pessoais dos seguros de saúde dos funcionários e abordar o problema da segurança inadequada para “os idosos e os menores” nas famílias.

A China também pretende continuar a realizar uma boa gestão dos fundos de seguro de saúde para combater fraudes; acelerar o avanço do seguro de saúde, baseando-se nas informações e construções padronizadas, para fortalecer o desenvolvimento e aplicação desses dados para o seguro de saúde; implementar a transferência de contribuições de seguro de saúde para garantir que os fundos sejam totalmente coletados; e continuar a avançar na regularização direta do tratamento médico, em diferentes lugares, para superar a questão dos pagamentos antecipados por meio dos correios para os pacientes.

Promover o desenvolvimento da saúde e do bem-estar para o envelhecimento ativo

A China tem como intuito continuar a assegurar a saúde e o bem-estar de grupos-chave de cidadãos, tais como os pobres, as mulheres, as crianças e os idosos. Pretende investigar de forma abrangente a implementação da política de segurança da “última linha de defesa” para os pobres e incluir todas as pessoas

registradas como pobres que preenchem as condições no âmbito da segurança da “última linha de defesa” para a assistência social, como a segurança de vida básica rural. A China também quer dar continuidade à realização de serviços de cuidados para “idosos e menores” e serviços de saúde para mulheres e crianças. Pretende estabelecer um sistema institucional e um ambiente social que possa apoiar o planejamento familiar, desenvolver várias formas de serviços de cuidados infantis e explorar e estabelecer um sistema de serviços de cuidados a longo prazo para os idosos com deficiência (NHCPRC, 2020).

No contexto do rápido envelhecimento da sua população, a China pretende concentrar-se nas reformas da segurança das aposentadorias. Por um lado, deseja implementar o seu sistema de aposentadoria nas linhas de “reformas estruturais e paramétricas”. Deseja também restabelecer o seguro médico básico dos residentes urbanos e rurais, de acordo com o “modelo de pilar zero”, para proteger a pensão de base. O seu objetivo é implementar a “separação da poupança social e das contas pessoais” no sistema de aposentadoria básica para os funcionários urbanos, a fim de alcançar a poupança nacional o mais rapidamente possível. A China pretende também aplicar o sistema de anuidade empresarial “quase obrigatório”, implementar a contribuição unitária da anuidade profissional e reforçar as responsabilidades dos empregadores no segundo pilar. O país pretende acelerar a estruturação do seu sistema de aposentadorias pessoais no terceiro pilar para estimular o interesse pessoal. Simultaneamente, pretende aumentar a idade para receber as pensões por inteiro, no devido tempo, para aliviar a pressão sobre o pagamento das pensões. Além disso, também se esforça para que a base contributiva seja verdadeira e suficiente para aumentar o nível de rendimento do sistema de seguro de pensão (DONG, 2019).

A China será guiada pelo Plano de Médio e Longo Prazo do Estado para Responder Ativamente ao Envelhecimento da

População (Medium- and Long-Term Plan of the State to Actively Respond to Population Aging) para alcançar um “envelhecimento saudável”. No processo, pretende-se reexaminar os critérios existentes para classificar os idosos e defender o conceito de “emprego de longa duração com maior longevidade” para fundamentar um novo tipo de dividendo demográfico de alta qualidade. A China procura estabelecer e melhorar o sistema de serviços de saúde para idosos que compreende educação sanitária, saúde preventiva, diagnóstico e tratamento de doenças, cuidados de reabilitação, cuidados a longo prazo e recuperação pacífica. A China pretende combinar recursos de serviços públicos em comunidades e áreas rurais, melhorar o sistema de serviços de assistência a idosos, que é baseado na assistência domiciliar a idosos, como base, apoiado pela assistência a idosos de base comunitária, e complementado pela assistência a idosos institucionalizada, juntamente com a combinação de serviços médicos, de saúde e de assistência a idosos, a fim de satisfazer as necessidades dos idosos para os serviços de saúde e de assistência. Com relação ao sistema de seguro de cuidados de longo prazo, a China pretende estudar e formular o quadro básico, os princípios de financiamento e os benefícios desse sistema e pretende estabelecer um quadro para o mesmo que esteja de acordo com o estado do país (HE, 2019).

Referências

BAI, J. F. The “China benchmark” for Global Health Governance. *People’s Daily*, 19 Jan. 2017.

CDPF – China Disabled Persons Federation. *2018 Statistical Bulletin on the Nationwide Development of the Cause of Disabled Persons*. CDPF, 27 Mar. 2019. Disponível em: http://www.cdpf.org.cn/zcwj/zxwj/201903/t20190327_649544.shtml. Acesso em: 1 fev. 2020.

CPRI – China Philanthropy Research Institute. *China Child Welfare and Protection Policy Report 2019*. CPRI, 28 May 2019. Disponível em: http://www.bnu1.org/show_847.html. Acesso em: 15 jan. 2020.

DAI, T. The Construction, Achievements and Prospect of Health System in China. *Chinese Journal of Health Policy*, v. 12, n. 10, p. 1-7, 2019.

DIC-NHCPRC – Department of International Cooperation under the National Health Commission of the People’s Republic of China. Progress and Achievements in International Health Cooperation and Exchanges in the Past 70 Years in the People’s Republic of China. *Chinese Health Resources*, v. 4, p. 251-253, 2019.

DONG, K. Y. Development Status, Problems, and Reform of Pension System in China. *CAFF50*, 18 Jan. 2020. Disponível em: <http://www.caff50.net/c/32/1325.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HE, D. Insisting on a Journey with Chinese Features to Actively Cope with Population Aging. *Chinese People’s Political Consultative Conference*, v. 24, p. 34-35, 2019.

HU, G. Y. *et al.* Progress and Implications of the DRG-Based Prospective Payment System (DRG-PPS) Reform in China. *Chinese Journal of Health Policy*, v. 10, n. 9, p. 32-38, 2017.

LI, H. M. Gains from Universal Health Insurance for the People. *People’s Daily*, 17 Jan. 2020.

LIAO, C. Y.; YAN, J. Reform Process and Development Trend of Medical Insurance Payment Methods in China. *Human Resources and Social Security of the People’s Republic of China*, v. 6, p. 13-15, 2019.

MCAPRC – Ministry of Civil Affairs of the People’s Republic of China. *2018 Statistical Report on the Nationwide Development of Civil Affairs*. MCAPRC, 15 Aug. 2019. Disponível em: <http://images3.mca.gov.cn/www2017/file/201908/1565920301578.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2020.

MHRSSPRC – Ministry of Human Resources and Social Security of the People’s Republic of China. *2018 Statistical Bulletin on the Development of Human Resources and Social Security*. MHRSSPRC, 11 June 2019. Disponível em: <http://www.mohrss.gov.cn/SYrlzyhshbzb/zwgk/szrs/tjgb/201906/W020190611539807339450.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

NBSPRC – National Bureau of Statistics of the People’s Republic of China. *Significant Improvement in Population Quality with Steady Population*

Growth: Report Series on the Economic and Social Development Achievements in the Past 70 Years in the People's Republic of China (20). NBSPRC, 22 Aug. 2019a. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/tjsj/zxfb/201908/t20190822_1692898.html. Acesso em: 1 fev. 2020.

NBSPRC – National Bureau of Statistics of the People's Republic of China. *Increasingly Enhanced Ecological Civilization Construction with the Continuous Effects of Environmental Protection: Report Series on the Economic and Social Development Achievements in the Past 70 Years in the People's Republic of China* (5). NBSPRC, 18 July 2019b. Disponível em: www.stats.gov.cn/tjsj/zxfb/201907/t20190718_1677012.html. Acesso em: 30 jan. 2020.

NBSPRC – National Bureau of Statistics of the People's Republic of China. *2018 Outline for the Development of Women in China (2011–2020) Statistical Monitoring Report*. NBSPRC, 6 Dec. 2019c. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/tjsj/zxfb/201912/t20191206_1715998.html. Acesso em: 1 fev. 2020.

NBSPRC – National Bureau of Statistics of the People's Republic of China. *2018 Outline for the Development of Children in China (2011–2020) Statistical Monitoring Report*. NBSPRC, 6 Dec. 2019d. Disponível em: www.stats.gov.cn/tjsj/zxfb/201912/t20191206_1715751.html. Acesso em: 1 fev. 2020.

NHCPRC – National Health Commission of the People's Republic of China. *2013 5th Analysis Report of National Health Services Survey in China*. NHCPRC, 26 Oct. 2016. Disponível em: <http://www.nhc.gov.cn/ewebeditor/uploadfile/2016/10/20161026163512679.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

NHCPRC – National Health Commission of the People's Republic of China. *Statistical Bulletin on Health Utility Development 2018*. NHCPRC, 22 May 2019. Disponível em: <http://www.nhc.gov.cn/guihuaxxs/s10748/201905/9b-8d52727cf346049de8acce25ffcbd0.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NHCPRC – National Health Commission of the People's Republic of China. *2020 National Health Work Conference*. NHCPRC, 7 Jan. 2020. Disponível em: www.nhc.gov.cn/bgt/s7693/202001/85ab864836ac46ef9d9c4b657f-6f04ee.shtml. Acesso em: 1 fev. 2020.

NHSAPRC – National Healthcare Security Administration of the People's Republic of China. *Guiding Opinions on Resolutely Fulfilling the Task of Eliminating Poverty and Striving for Hardness in Medical Security*. NHSAPRC, 17 Oct. 2019. Disponível em: www.nhsa.gov.cn/art/2019/10/17/art_38_1864.html. Acesso em: 1 fev. 2020.

NWCCWSCPRC – National Working Committee on Children and Women under the State Council of the People's Republic of China. *Report on Women and Children's Health Development in China 2019*. NWCCWSCPRC, 28

May 2019. www.nwccw.gov.cn/2019-05/28/content_256162.htm. Acesso em: 1 fev. 2020.

SCIOPRC – State Council Information Office of the People’s Republic of China. Development of Health Cause and Progress of Human Rights in the People’s Republic of China. *People’s Daily*, 30 Sept. 2017.

SCIOPRC – State Council Information Office of the People’s Republic of China. Equality, Development, and Sharing: 70 Years of Protecting the Rights and Interests of Disabled Persons in the People’s Republic of China. *People’s Daily*, 26 June 2019a.

SCIOPRC – State Council Information Office of the People’s Republic of China. Equality, Development, and Sharing: Progress of Women’s Cause in the Past 70 Years in the People’s Republic of China. *People’s Daily*, 20 Sept. 2019b.

SCPRC – State Council of the People’s Republic of China. *Guiding Opinions of the General Office of the State Council on Further Deepening the Reform of Basic Medical Insurance Payment Methods*. SCPRC, 28 July 2017. Disponível em: http://www.gov.cn/zhengce/content/2017-06/28/content_5206315.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

SCPRC – State Council of the People’s Republic of China. *Healthy China Action (2019–2030)*. SCPRC, 15 July 2019. Disponível em: http://www.gov.cn/xinwen/2019-07/15/content_5409694.htm. Acesso em: 1 fev. 2020.

WANG, E. C. Efforts to Promote High-Quality Development of the Social Security Fund. *People’s Forum*, v. 13, p. 6-9, 2019.

WHO – World Health Organization. *A Healthier Humanity: The WHO Investment Case*. Geneva: WHO, 2018.

WHO – World Health Organization. *World Health Statistics 2019: Monitoring Health for the SDGs, Sustainable Development Goals*. Geneva: WHO, 2019.

WHO – World Health Organization. *Global Health Observatory (GHO) Data: Health Equity Assessment Toolkit*. WHO, 2020. Disponível em: https://www.who.int/gho/health_equity/assessment_toolkit/en/. Acesso em: 5 fev. 2020.

YIP, W. *et al.* 10 Years of Health-Care Reform in China: Progress and Gaps in Universal Health Coverage. *The Lancet*, v. 394, n. 10204, p. 1192-1204, 2019.

ZHOU, A. M. A Study of the Current Situation, Challenges and Countermeasures of the Current Pension System Reform in China. *Hunan Social Sciences*, v. 6, p. 133-140, 2019.

ZHOU, M. *et al.* Mortality, Morbidity, and Risk Factors in China and Its Provinces, 1990-2017: A Systematic Analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. *The Lancet*, v. 394, n. 10204, p. 1145-1158, 2019.

5. LIBERDADE DE IMPRENSA ACORRENTADA NA TAILÂNDIA

Pavin Chachavalpongpun

O nome “Tailândia” é orgulhosamente traduzido por tailandeses como a “Terra da Liberdade”. Essa tradução reflete o fato de a Tailândia ter sido o único país do Sudeste Asiático a não ser colonizado por potências ocidentais. Ainda assim, o conceito de liberdade é altamente contestado no contexto tailandês (MCCARGO, 2003, p. 15). Enquanto a Constituição tailandesa garante a liberdade de expressão, a imprensa tailandesa está acorrentada. A Tailândia se juntou a um número de países do Sudeste Asiático nos quais a liberdade de imprensa tem sido comprometida por uma miríade de fatores, em sua maioria relacionados à consolidação do poder do Estado. O retorno do autoritarismo em muitos dos Estados do Sudeste Asiático tem despertado preocupação relacionada à falta de liberdade de imprensa na região. Ataques contra a imprensa têm se normalizado. Este capítulo examina o caso da Tailândia e a situação atual da imprensa tailandesa. Ele discute dois pontos importantes. Primeiro, que líderes políticos, presidindo seja em regimes democráticos, seja em repressivos,

têm crescentemente se tornado ameaças para a liberdade de imprensa. Ao descreditar a mídia, repreendendo jornalistas e ameaçando impor restrições, esses líderes políticos são liderados pela necessidade de proteger seus interesses frente aos escrutínios da mídia. Segundo, que a mudança de regime na Tailândia em décadas recentes impactou no estado de liberdade de imprensa. A Tailândia passou por golpes militares em 2006 e 2014. O controle do Estado pelos militares exacerbou o terrível estado da liberdade de expressão, mais evidentemente por meio da promulgação de uma série de leis designadas a restringir liberdades da mídia. Este capítulo examina as medidas legais e outras táticas utilizadas pelo Estado tailandês contra a imprensa. Também investiga a emergência das mídias sociais como plataforma para informações e o recente fenômeno das *fake news* como instrumento para minar adversários políticos.

Ameaças à liberdade de imprensa: antes e agora

A Tailândia foi uma vez conhecida como o “refúgio da liberdade de expressão” e por sua reputação como um dos ambientes de mídia mais livres da região. Em 1997, a Tailândia se tornou o primeiro país do Sudeste Asiático a instituir uma lei de liberdade de informação (HAYS, 2014). Mas o advento do governo Thaksin Shinawatra em 2001 pôs em risco a liberdade de imprensa na Tailândia. Como qualquer líder populista, Thaksin descartou publicamente o papel da mídia como uma fundação da regra democrática. Durante a era Thaksin, a mídia tailandesa foi retratada como o inimigo do governo, e Thaksin exibiu abertamente suas hostilidades em relação à imprensa (PHONGPAICHIT; BAKER, 2008). Ele reprimiu fontes críticas da mídia, ordenando investigações de jornalistas e organizações midiáticas antigoverno, assim como culpou a mídia por relatar com imprecisão sua guerra às drogas e suas ameaças agravadas aos insurgentes

muçulmanos no Extremo Sul. Ele também usou o Escritório Antilavagem de Dinheiro para intimidar repórteres. Alguns jornalistas estrangeiros foram postos como perigos para a segurança nacional e ameaçados de expulsão do país por terem reportado o racha entre Thaksin e o Rei Bhumibol Adulyadej.¹ A *Far Eastern Economic Review* e a *Economist* foram ocasionalmente banidas. Alguns jornalistas locais foram ameaçados de ações judiciais por difamação que os levariam à falência – uma prática também vista com frequência na Cingapura. Além disso, a operação de algumas companhias midiáticas foi suspensa, como no caso da *Siam Rath Weekly* por causa de seus relatórios críticos sobre o manejo inadequado de Thaksin no surto de gripe aviária em 2003. Em 2002, o *Nation Multimedia Group* parou de cobrir política em sua rede a cabo 24-horas em protesto contra o fechamento forçado de seu programa de notícias de rádio pelo governo Thaksin.

A Associação Tailandesa de Jornalistas (TJA, em inglês) emitiu forte declaração criticando a hipocrisia do governo, particularmente o juramento feito por Thaksin no começo de seu segundo mandato de que iria respeitar a liberdade de imprensa e a democracia. A TJA foi sucinta em dizer que o governo falhou em manter suas promessas e usou todo truque do livro para se intrometer na reportagem de notícias. O governo até ameaçou retirar publicidade e comprar ações de empresas de mídia. O Conselho Nacional de Imprensa da Tailândia também condenou as leis de difamação que incriminam jornalistas.

Apoiando essa avaliação, em 2005, os Repórteres sem Fronteiras ranquearam a Tailândia na 107^a posição entre 167 países em seu Index de Liberdade de Imprensa (REPORTERS SANS FRONTIERES, 2019). Um ano depois, em setembro de 2006, Thaksin foi retirado num golpe militar, mas sua saída não melhorou a questão da liberdade de imprensa (STRECKFUSS, 2014,

¹ O Rei Bhumibol Adulyadej faleceu em outubro de 2016. No trono desde 1946, Bhumibol continua como figura muito reverenciada ainda hoje.

p. 116). De 2006 a 2019, a liberdade de imprensa na Tailândia foi deteriorada sob a influência crescente do militarismo na política. O ranking do país caiu para a 153ª posição entre 178 em 2010 – o ano que viu o massacre dos Camisas Vermelhas pró-Thaksin nas ruas de Bangkok, onde protestavam sobre a conspiração da elite política contra eles.² O ranqueamento subiu levemente em 2011 para a 137ª posição depois da vitória do *Pheu Thai Party* liderado pela irmã de Thaksin, Yingluck Shinawatra, que recuperou o poder para a família, terminando brevemente o poder militar. No *ranking* de 2014, a Tailândia ficou em 130ª entre 180 nações, mas caiu para 140ª em 2018 (REPORTERS SANS FRONTIERES, 2019). Seguindo um golpe militar em 2014, a Tailândia tem sido governada pelo General Prayuth Chan-ocha. Rastreado o ranqueamento tailandês de liberdade de imprensa, é possível indicar que o país sofre mais sob regimes autoritários.

A virada crítica para a liberdade de imprensa na Tailândia ocorreu após o golpe de 2014. Centenas de pessoas, em sua maioria críticos do antigo *establishment*, foram assediadas. Incluem-se políticos, ativistas políticos, acadêmicos, organizações da sociedade civil, assim como repórteres e jornalistas. Eles foram convocados a frequentar sessões instruídas por militares para “ajustarem” suas atitudes. Alguns foram detidos em campos do Exército enquanto outros acusados de lesa-majestade, o crime de insultar a monarquia. O artigo 112º do Código Criminal Tailandês diz que comentários difamatórios, insultantes ou ameaçadores sobre o rei, a rainha e o regente são puníveis com três a quinze anos na prisão. Aqueles que se recusassem a ser convocados enfrentariam consequências severas. A junta emitiu um mandado de prisão e revogou seus passaportes (CAMPBELL, 2014). Alguns jornalistas se tornaram vítimas do Estado. O caso

² Os Camisas Vermelhas são apoiadores do ex-primeiro ministro Thaksin Shinawatra. O movimento emergiu no cenário político após o golpe de 2006 que retirou Thaksin. Seu objetivo inicial era protestar contra a intervenção militar na política.

de Pravit Rojanaphruk, em 2014, um jornalista franco da *Nation*, demonstrou que a liberdade de expressão não era mais garantida pela lei. Ele foi chamado a atender sessões de ajuste de atitude conduzidas por oficiais militares em bases locais do Exército tailandês. Algum tempo depois de ele ter sido solto da detenção em um desses campos militares, Pravit foi pressionado a se demitir da *Nation*. Sua atitude não mudou, porém, com ele continuando a criticar o Conselho Nacional para Paz e Ordem (NCPO, em inglês), o corpo de governo dos golpistas, por minar os freios e contrapesos, por não cumprir o estado de direito, por recusar-se a realizar eleições e suprimir dissidências (LA CROIX, 2018). A lei draconiana de lesa-majestade e a Lei de Crime de Computador (CCA, em inglês) são ferramentas poderosas do Estado para silenciar a mídia. Eles prescrevem sentenças duras para quem fizer comentários críticos sobre a monarquia do país ou a junta.

Além do Pravit, alguns outros jornalistas tailandeses e estrangeiros encontraram assédio semelhante por parte da junta. A coluna do franco comentarista político Voranai Vanijaka foi abruptamente descartada pelo *Bangkok Post* após o golpe de 2014. O jornalista escocês Andrew Marshall MacGregor está na lista de procurados por lesa-majestade. Seu livro, *A Kingdom in Crisis: Thailand's Struggle for Democracy in the Twenty-First Century*, que examinou o papel intervencionista da monarquia tailandesa na política, foi banido da Tailândia. Ele foi um de três indivíduos, junto com dois acadêmicos que se tornaram exilados, Somsak Jeamteerasakul e Pavin Chachavalpongpun (CHACHAVALPONGPUN, 2014), que foram declarados *persona non grata* on-line. Tailandeses foram avisados a não nos seguirem no Facebook, curtirem ou compartilharem nossos *posts*, ou então encarariam sérias consequências, incluindo tempo na cadeia (HOLMES, 2017). Recentemente, o editor do *Bangkok Post*, Umesh Pandey, foi forçado a se demitir por causa do que chamou de posição antijunta. “Quando me pediram para atenuar

[a cobertura negativa do regime], eu não me mexi e fui direto ao deixar aqueles que tomam decisões saberem que eu preferiria perder minha posição do que curvar a cabeça”, escreveu Pandey em um comunicado (LA CROIX, 2018). Esses casos exemplificam como o espaço para a liberdade de imprensa diminuiu e quais são as consequências para jornalistas críticos.

Assédio contra a mídia

O assédio contra a mídia, incluindo a detenção de jornalistas ou a suspensão das operações da mídia, foi considerado como uma medida de curto prazo. Após o golpe de 2014, um forte controle sobre a mídia foi mantido de forma mais sistemática por meio de leis e decretos da junta. Como este capítulo argumenta, a restrição intensificada da liberdade de imprensa na Tailândia é resultado da mudança de regime e da ascensão do militarismo político. O regime autoritário por si só não permite o escrutínio público. O papel da mídia como um cão de guarda que supervisiona o governo, vital para o funcionamento da democracia, é amplamente limitado. Além disso, sob o regime autoritário, são proibidas diferenças de opinião com o governo. A única maneira de a mídia escapar do assédio é promovendo as políticas do governo, em vez de questioná-las. O assédio e a reforma da mídia são usados pela junta para controlar o livre fluxo de informações. As reformas incluíram novas leis supostamente para promover padrões éticos entre os profissionais da mídia. Leis restritivas, como a CCA, não foram reformadas. Em 2017, a CCA definiu crimes e punições por crimes relacionados a computadores e cibercrimes que impedem os tailandeses de criticar certas instituições consideradas importantes para a segurança nacional. Desde o golpe de 2014, o NCPO emitiu mais de 800 pedidos e anúncios, posteriormente transformando-os em leis, que restringem significativamente a liberdade de mídia (ILAW, 2017).

Instrumentos legais

O governo militar de Prayuth iniciou sua guerra contra a mídia crítica emitindo ordens e anúncios para reduzir a liberdade de imprensa. Quatro desses decretos se destacam como dignos de nota (KITTIPOONG, 2018):

- a) O Anúncio nº 97/2014 do NCPO proíbe a mídia de apresentar informações que “ameaçam a segurança nacional ou instiguem desordens ou conflitos”.
- b) O Anúncio nº 103/2014 do NCPO proíbe as críticas ao NCPO que são feitas de “maneira desonesta ou que pretendem desacreditá-lo”.
- c) A Ordem nº 3/2015 do NCPO autoriza oficiais militares a impor proibições aos meios de comunicação se seu conteúdo “instigar o medo do público ou causar mal-entendidos por distorções que possam afetar a segurança nacional ou levar à desordem social”.
- d) A Ordem nº 41/2016 do NCPO autoriza a Comissão Nacional de Radiodifusão e Telecomunicações a aplicar os Anúncios nº 97/2014 e 103/2014. Ela declara que os meios de comunicação que os violarem correm risco de multas de Bt 50.000 a Bt 500.000 (US\$ 1.600 a US\$ 16.000), suspensão ou fechamento de licença.

Essas ordens e anúncios foram usados para fechar estações de TV críticas à junta e ao governo, temporária ou permanentemente. Entre os alvos estavam *Voice TV*, *Peace TV*, *TV24*, *DMC* e *Fah Hai TV* (KITTIPOONG, 2018). Algumas dessas estações estão ligadas aos Camisas Vermelhas pró-Thaksin e, portanto, são consideradas inimigas do Estado. A *Voice TV*, de propriedade do filho de Thaksin, Panthongtae, permaneceu como um megafone para o partido de Thaksin. Foi sujeita a suspensões temporárias várias vezes. A junta também censurou sites de notícias ao bloquear o acesso a eles (MACAN-MARKAR, 2017). Para evitar ser suspensa ou fechada, a grande mídia se engaja na autocensura.

Por exemplo, jornais líderes, como *Thai Rath* e *Daily News*, nunca publicam qualquer notícia crítica ao Exército ou à monarquia.

Outra das táticas da junta tem sido o controle de estações de rádio comunitárias que espalham diferentes pontos de vista políticos e mobilizam apoio contra os golpistas. Elas foram fechadas, forçando-as a irem à clandestinidade ou a transmitir de fora do país. No entanto, o governo militar acha mais difícil lidar com a mídia urbana, incluindo meios de comunicação on-line como o *Standard* e o *Matter*, bem como com a mídia internacional com base na Tailândia, como a BBC, cujo conteúdo às vezes é crítico tanto à junta quanto à monarquia. A BBC publicou uma vez uma biografia crítica do novo rei, Vajiralongkorn, na véspera de sua entronização. Embora a biografia seja baseada em fatos, ela foi considerada um insulto ao rei, porque relatava seu estilo de vida não convencional. Um jovem ativista político tailandês de Khon Kaen, Jatupat Boonpattaraksa, também conhecido como Pai Daodin, foi preso por compartilhar o artigo da BBC em sua página no Facebook (BBC, 2016). A prisão transmitiu uma mensagem assustadora ao resto da sociedade para não discutir questões relacionadas à monarquia em público, e isso intimidou os cidadãos a silenciarem sobre esse tabu.

Em suma, o assédio à mídia aumentou e agora inclui ameaças contra a liberdade dos repórteres com a implantação de leis para silenciá-los. O regime geralmente se baseia em Litígios Estratégicos Contra a Participação Pública (SLAPP, em inglês). SLAPP são processos que visam silenciar os críticos, sobrecarregando-os com o custo de uma defesa legal (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018). O governo também recorre a leis como o artigo 116º do Código Criminal tailandês, que proíbe a incitação do público através de discursos, livros ou outras formas de mídia. Embora os casos raramente resultem em condenações, eles ainda são úteis para o governo. Os envolvidos no tribunal são proibidos de

fazer comentários públicos durante todo o julgamento. Isso cria um vácuo de responsabilidade, pois a mídia não pode continuar seu trabalho.

Pressão do Estado em jornalistas estrangeiros

Paralelamente à aplicação de ferramentas legais para limitar a liberdade de imprensa, o governo militar também exerceu imensa pressão sobre a mídia por outros meios. Jornalistas e repórteres locais que parecem ter opiniões antagônicas em relação à junta podem ser suspensos ou expulsos devido à pressão do Estado em suas empresas, como no caso de Pravit e Umesh (TEERANAI, 2018). A situação dos jornalistas estrangeiros não é menos ameaçadora. A mídia estrangeira enfrentou grandes dificuldades, não apenas em relatar o papel político da junta e da monarquia, mas também em fazer críticas diretas às violações graves dos direitos humanos perpetradas pelo governo militar. Em 2009, todo o conselho do Clube de Correspondentes Estrangeiros da Tailândia (FCCT, em inglês) foi acusado de criticar a monarquia e, portanto, ameaçado com acusações sob a lei de lesa-majestade. As ameaças contra jornalistas estrangeiros vão desde a possibilidade de seu visto não ser renovado até a acusação de lesa-majestade. As discussões do autor com vários jornalistas internacionais da Tailândia revelaram que o processo de renovação de vistos se tornou mais difícil, rigoroso e demorado. Para poder reportar da Tailândia, os jornalistas estrangeiros precisam adotar uma abordagem cautelosa e levar em consideração as sensibilidades de questões relacionadas à monarquia, seus defensores e a lei de lesa-majestade. De 2009 a 2019, a situação não mudou muito. Nos últimos anos, o FCCT foi forçado a cancelar uma série de negociações. Em setembro de 2018, as autoridades tailandesas encerraram um evento do FCCT em Mianmar, afirmando que ele poderia ser usado por

“terceiros” para causar distúrbios e pôr em risco a segurança nacional (VOICE OF AMERICA, 2018). Antes, em fevereiro de 2018, a polícia convocou representantes do FCCT depois que um ativista foi acusado de planejar uma assembleia supostamente ilegal no clube, exigindo a realização de uma eleição nacional em novembro (THE NATION, 2018).

O assédio contra a imprensa estrangeira atingiu um nível sem precedentes. Em 2010, um fotógrafo italiano, Fabio Polenghi, e um cinegrafista japonês, Hiro Muramoto, foram mortos durante os meses de violentos confrontos entre os Camisas Vermelhas e as forças de segurança do Estado (CONSTANT, 2010). Pelo menos sete repórteres estrangeiros ou locais ficaram feridos. Muitos repórteres que cobriram as manifestações disseram ao autor deste capítulo que acreditavam ter sido alvo deliberadamente. Nos casos de Polenghi e Muramoto, o Estado tailandês nunca desvendou os mistérios que cercam suas mortes. A falta de investigação suficiente prejudicou as relações tailandês-japonesas, mas Tóquio se absteve de críticas públicas por causa das relações bilaterais (AFP, 2012). Em uma reunião no FCCT em junho de 2010, jornalistas estrangeiros expressaram sua raiva ao governo pelas mortes de seus colegas e exigiram uma investigação independente dos ataques a repórteres. Eles também se queixaram da alegação generalizada de que a imprensa estrangeira era tendenciosa. Um incidente ilustrativo ocorreu em novembro de 2013, quando o jornalista alemão Nick Nostitz foi agredido enquanto reportava de dentro do acampamento anti-Yingluck, no centro de Bangkok. Os manifestantes anti-Yingluck exigiam que ela deixasse o cargo devido a alegações de que cometeu corrupção. Nick foi acusado de ser solidário com ela e com os Camisas Vermelhas, perturbando os manifestantes pró-*establishment* no acampamento (FARRELLY, 2013).

Normalização da autocensura

Devido às duras medidas legais, às enormes pressões do Estado e aos ataques à vida dos jornalistas, a comunidade da imprensa foi obrigada a praticar a autocensura para sobreviver na era do regime militar. A mídia foi forçada a realizar a autocensura em dois domínios principais – um referente aos assuntos reais e outro em relação à junta. Relatórios sobre a monarquia tailandesa, embora amplamente publicados na mídia estrangeira fora das fronteiras, não existem na Tailândia. Por exemplo, relatos sobre o atual rei, Vajiralongkorn, passeando em Munique com uma camiseta fina e exibindo tatuagens temporárias no estilo Yakuza em seu torso, atraíram a atenção da mídia internacional, mas estavam ausentes da imprensa tailandesa como resultado da autocensura (KENTISH, 2016). Outras questões relacionadas à monarquia também foram enterradas da vista do público, incluindo o rei assumindo o posto do rico Crown Property Bureau e as misteriosas mortes de três homens que trabalharam para ele. Normalmente, casos de lesa-majestade nunca foram relatados na grande mídia tailandesa. Em 2015, a editora do Prachatai, um meio de comunicação alternativo baseado na internet, foi considerada culpada por não excluir os comentários de lesa-majestade em seu agora extinto fórum da web. A editora foi condenada nos termos do artigo 12º da Lei de Crime de Computador de 2007 por permitir que um comentário supostamente ofensivo sobre a monarquia permanecesse no quadro da internet por 20 dias. No final, ela foi condenada a oito meses de prisão e uma multa de Bt 20.000 (US\$ 630) com a pena de prisão suspensa por um ano (PRACHATAI, 2015). Esse caso estabeleceu um novo padrão para os editores de meios de comunicação on-line, sugerindo que eles devem monitorar suas páginas 24 horas por dia. Se eles encontrarem comentários ofensivos sobre a monarquia, devem excluí-los imediatamente. Outros sites de mídia, como a BBC,

até alertaram seus usuários a tomarem cuidado extra ao escrever comentários sobre a monarquia. De várias maneiras, o caso também aprofundou a necessidade de autocensura, tanto para a mídia quanto para os consumidores de notícias.

A autocensura é detectada principalmente no ciberespaço. David Streckfuss argumenta que o novo cenário digital ampliou o espaço para o discurso político, mas também transformou o que pode ser definido como discurso criminal, o que significa que a autocensura assumiu nova importância para os atores que desejam se proteger. Ele explica como as tecnologias digitais afetaram aqueles que desejam expressar críticas ao governo militar e mostra como eles devem navegar por um cenário digital armado que fornece à ditadura vários mecanismos para silenciar seus críticos diretamente ou via autocensura (STRECKFUSS, 2019). Em outras palavras, as tecnologias digitais criam novos espaços para discussão, mas também podem restringir o escopo de críticas ao Estado, incentivando a autocensura.

A autocensura voluntária representa outro tipo de conformidade com a pressão do Estado. Alguns repórteres e jornalistas optaram por estabelecer laços com a junta, não apenas para evitar perseguição ou assédio, mas também para ganho pessoal ou profissional. Como parte dessa prática, os jornalistas evitam criticar a junta ou a monarquia e evitam denunciar irregularidades administrativas ou casos de corrupção. Alguns foram além, servindo como representantes de relações públicas de fato da junta. Por exemplo, uma conhecida repórter do *Bangkok Post* ganhou reputação de porta-voz informal do governo militar devido à sua estreita relação com o Exército. Em troca, ela explorou esse relacionamento para enriquecer, publicando uma série de livros com base em suas entrevistas exclusivas com elites militares, ajudando-a a construir uma reputação de uma das repórteres mais experientes no setor militar (MANAGER ONLINE, 2017).

Escasso apoio público à liberdade de imprensa

A mídia tailandesa possui algumas características distintas. A prolongada crise política na Tailândia, agora com mais de uma década, levou a uma profunda polarização entre os que se alinham com as elites políticas e os das regiões marginalizadas. Frequentemente, essa divisão profunda é grosseiramente chamada de conflito com código de cores, entre amarelo e vermelho, respectivamente. O conflito entre o amarelo e o vermelho tem ramificações para a mídia (MCCARGO, 2017, p. 4140). Cada facção tem seus apoiadores na mídia. Por exemplo, os Camisas Amarelas têm seu próprio meio de comunicação, o canal *Blue Sky*. Eles também obtiveram apoio sólido de algumas mídias impressas, incluindo o *Manager*, o *Thai Post*, o *Naew Na* e a *Nation*. Enquanto isso, a *Voice TV*, apoiada pelos Camisas Vermelhas apoiadores de Thaksin, manteve sua missão de promover os partidos políticos de Thaksin e, na situação atual, criticar as políticas do governo militar. Os principais jornais, como *Matichon* e *Khaosod*, são conhecidos por simpatizarem com os Camisas Vermelhas. Sem surpresa, os meios de comunicação apoiados pelos Camisas Vermelhas são frequentemente assediados pela junta. Ideologias e lealdades políticas polarizadas significam que o assédio contra a *Voice TV*, por exemplo, é aplaudido pelos Camisas Amarelas. O apoio público à liberdade de imprensa é prejudicado por essas profundas divisões faccionais na sociedade tailandesa.

Deixando de lado a política codificada por cores da Tailândia, desde o golpe de 2014, o Estado tailandês criou com sucesso um clima de medo. Em um nível, o clima de medo foi construído para proteger o governo militar. Em outro nível, esse medo se tornou uma nova realidade sob o novo reinado do rei Vajiralongkorn (SOPRANZETTI, 2017). Enquanto o reinado do rei anterior Bhumibol Adulyadej foi firmemente sustentado por sua autoridade moral inatacável, o atual rei Vajiralongkorn está governando a Tailândia pelo medo. Nessas circunstâncias, a imprensa de

ambos os lados da divisão política tailandesa precisa tomar um cuidado extra ao reportar sobre a junta ou a monarquia. O medo do público é demonstrado pela relutância em apoiar abertamente a mídia antijunta e pela rejeição da mídia, principalmente estrangeira, que é crítica à monarquia. Embora os relatórios críticos sobre a monarquia tailandesa possam ser acessados livremente fora do país, como pode ser visto no *Economist*, *Al Jazeera* ou em blogs acadêmicos como o *New Mandala*, eles podem ser bloqueados pelo Estado tailandês. O público é extremamente cuidadoso para não compartilhar o conteúdo dessas publicações on-line. O problema da liberdade de imprensa na Tailândia não deriva apenas da crescente cultura de autocensura, mas também da falta de apoio público a uma imprensa livre crítica.

Desenvolvimentos recentes

O estado atual da mídia tailandesa é preocupante. Nesta seção, alguns desenvolvimentos recentes são explorados. Alguns desses desenvolvimentos podem minar ainda mais a liberdade da mídia tailandesa. Outros oferecem esperança de maior liberdade de imprensa em um país governado intermitentemente pelos militares. A transferência de poder das Forças Armadas para uma administração civil em 2019 gerou alguma esperança para a mídia tailandesa. Mas, como mostrado neste capítulo, nem todos os governos civis no passado valorizavam a liberdade de imprensa. A reforma da mídia só pode florescer nas condições da democratização geral do país.

Fake news

O fenômeno das *fake news* representa um perigo para a imprensa tailandesa. O Estado usou as *fake news* como uma arma potente para minar os oponentes políticos e castigar seus inimigos. A mídia de ambos os lados do conflito político da Tailândia

fabricou notícias para desacreditar seus oponentes. Enquanto a Lei de Crime de Computador foi introduzida para detectar *fake news* e processar aqueles que as divulgavam, o próprio governo militar se engajou na divulgação delas. Muito antes da implementação da CCA, os militares usaram *fake news* para identificar elementos que supostamente estavam ameaçando a segurança nacional. Uma das táticas empregadas pelos militares era a criação de um gráfico antimonarquia baseado inteiramente em informações falsas. Chamado em tailandês de Phang Lom Chao, esse falso mapa antimonarquia acusava certos indivíduos de terem uma agenda antimonarquia, considerada por muitos tailandeses a traição mais severa (CHACHAVALPONGPUN, 2011, p. 1031). Na política tailandesa, em que a monarquia é uma das principais linhas de falha, uma acusação antimonarquia poderia justificar uma longa prisão e abuso físico e psicológico por parte do público.

As *fake news* comprometem a cobertura da mídia e tornam mais difícil para os jornalistas cobrir notícias importantes. Às vezes, pretende-se desviar a atenção do público das questões reais. São usadas para identificar e criar inimigos internos, o que continua sendo uma tática útil em uma sociedade como a Tailândia, onde há forte adesão à tradição e ao *status quo*. No período que antecedeu as eleições de 2019, o político em ascensão Thanathorn Jungrungruangkit, do Future Forward Party, foi constantemente acusado de desrespeitar a monarquia (CHACHAVALPONGPUN, 2018). Além disso, as notícias falsas sobre Thanathorn depreciar os valores tradicionais tailandeses se tornaram virulentas nas mídias sociais. Ele foi acusado de, por exemplo, tirar sarro da reputação da Tailândia de ser a “Terra dos Sorrisos” e de propagar a abolição de Wai Kru, um ritual anual no qual os alunos prestam respeito aos seus professores (THAI POST, 2019). A intenção era prejudicar Thanathorn, marcando-o como um antitradicionalista, se não antimonarquista.

Por outro lado, algumas figuras políticas popularizaram o termo “*fake news*” para descrever a cobertura negativa da imprensa. O governo de Prayuth frequentemente rejeitava relatórios críticos como *fake news*, apesar de que esses relatórios eram baseados em fatos.

A emergente mídia social

Como o espaço para a opinião pública e o debate político diminuiu sob o domínio militar, os tailandeses mudaram suas discussões políticas para o ciberespaço. A mídia também seguiu essa tendência de relatar eventos nas redes sociais, já que a internet desempenha um papel crescente na promoção de discussões políticas. O aumento no uso de plataformas de mídia social, como Facebook, Twitter e Instagram, transformou a maneira como as informações são distribuídas e compartilhadas na Tailândia. Pela primeira vez, as pessoas podem ter acesso direto e até igual a informações políticas de diferentes fontes, possibilitadas pelas redes de mídia social emergentes. Elas podem comparar o conteúdo e tomar decisões com base nessas várias fontes, examinar os problemas sob pontos de vista alternativos e até desafiar as informações controladas pelo Estado militar. Entre a população de 67 milhões de pessoas na Tailândia, 49 milhões estão no Facebook, 12 milhões no Twitter e 13,6 milhões no Instagram (SUCHIT, 2018). Observando a ascensão das mídias sociais na Tailândia, Matthew Phillips argumenta: “O ato de ir a uma urna e votar é obviamente algo que está sendo regulamentado pelo discurso político atual. Dito isto, você não pode ver o discurso atual sem entender o papel das mídias sociais.” (Entrevista de 15 de dezembro de 2014) (PHILLIPS, 2018). Políticos importantes, agentes de organizações da sociedade civil, representantes de instituições independentes e muitos acadêmicos se voltaram para as mídias sociais como sua principal plataforma para envolver o público (CHACHAVALPONGPUN, 2014, p. 59). Por

exemplo, os ex-primeiros-ministros Yingluck Shinawatra e Abhisit Vejjajiva usam ativamente o Facebook e o Twitter para transmitir suas mensagens. A página oficial do Facebook de Yingluck recebeu mais de 6 milhões de curtidas, enquanto a de Abhisit tem quase 2,2 milhões.

Como a mídia social contribuiu para abrir a sociedade em um momento em que o país está sob domínio militar? Primeiro, a natureza das mídias sociais, que é relativamente livre e irrestrita, descentraliza as fontes de informação, tornando a mídia tailandesa controlada cada vez mais irrelevante como fonte de notícias. Segundo, as mídias sociais são cada vez mais usadas como palco de campanhas políticas, vistas no estabelecimento de vários novos grupos políticos com agendas e clientelas específicas, como o New Democracy Movement (NDM) e a Rede de Parentes e Vítimas da Lei de Lesa-Majestade, além de servir como plataformas-chave durante as campanhas eleitorais de 2019. Terceiro, a mídia social reintroduz um elemento participativo que é fundamental para o processo de democratização. Participar da política não significa mais ir exclusivamente às votações ou participar de protestos de rua – que são ilegais na Tailândia sob o atual regime militar. Mas a participação e o protesto podem ser feitos on-line e possivelmente de maneira mais eficaz. Quarto, a mídia social se tornou um fórum para discussões críticas, lidando com questões controversas que não podem ser discutidas na mídia convencional. Forneceu uma plataforma útil para mídias alternativas, que hoje oferecem informações diferentes das fornecidas pelo Estado.

Certamente, a internet não é uma zona totalmente segura para debate. O governo militar tentou censurar certos sites que poderiam desestabilizar seu regime. O conteúdo crítico do desempenho do governo, envolvendo a monarquia ou destacando violações de direitos humanos – como o site da Human Rights Watch –, foi bloqueado na Tailândia. Mas é impossível para o

governo encerrar todas as mídias sociais do país, pois elas se inseriram efetivamente em um domínio anteriormente ocupado pela grande mídia. Indubitavelmente, desempenharam papel fundamental na criação de um espaço para o debate político – um exercício muito necessário no momento em que a Tailândia caiu profundamente na crise política. E esse papel é cada vez mais significativo, agora que falta liberdade de expressão sob o regime militar.

Finalmente, um desenvolvimento recente fascinante nas mídias sociais na Tailândia foi o surgimento de artes políticas na forma de desenhos animados e música. A proliferação de obras de arte e música on-line desencadeia otimismo em relação à liberdade de expressão em uma era de autoritarismo. Um cartunista popular que usa o pseudônimo de Khai Maew (testículos de gato) publica regularmente seus desenhos animados satirizando a situação política do dia, principalmente para condenar sarcasticamente a junta. Ele atraiu quase 355 mil seguidores no Facebook e organizou exposições de suas obras de arte dentro e fora do país. Headache Stencil é outro artista que publica seus trabalhos principalmente no Instagram. Ele ficou conhecido por suas obras de arte sobre o caso de corrupção contra o general Pravit Wongsuwan, vice-primeiro-ministro do governo militar, acusado de aceitar propinas sob a forma de relógios caros. Sua técnica de estêncil é reproduzir uma imagem ou padrão aplicando pigmento a uma superfície sobre um objeto intermediário, como a imagem de um relógio grande, que apareceu em um viaduto em Bangkok para expor publicamente o caso de corrupção. Na área da música, um grupo pró-democracia, Rap contra a Ditadura, em outubro de 2018, lançou um *single* on-line chamado “Prathet Ku Mee” (ou “What My Country’s Got”), detalhando o que deu errado com a Tailândia não democrática. A música viralizou no YouTube e, até o momento, atingiu quase 60 milhões de visualizações. O grupo usou a mais recente tecnologia para

evitar a censura do governo, empregando criptografia para proteger sua música no YouTube. Anteriormente, o vice-chefe da polícia nacional, Srivara Ransibrahmanakul, alertou que o vídeo pode estar violando a lei, e os artistas foram convocados para testemunhar perante o NCPO. Em uma tentativa de impedir que o vídeo seja perdido para a censura, um indivíduo desconhecido colocou o “Rap contra a Ditadura” no *blockchain* Zcoin usando um link IPFS incorporado em uma transação no *blockchain*. O Zcoin é uma moeda de privacidade, que é a primeira implementação completa do Protocolo Zerocoin. Como resultado, o vídeo agora tem uma cópia permanente e indelével no link IPFS na *blockchain* Zcoin, no número de bloco 111089 (HUNDEYIN, 2018).

Conclusão

A imprensa tailandesa há muito luta para preservar sua liberdade. Quando a atmosfera política é democrática, a mídia celebra sua liberdade de expressão. Mas, como demonstrou o caso da Tailândia, nem todos os regimes democráticos são defensores da liberdade de imprensa. A administração de Thaksin priorizou a proteção de sua própria agenda às custas da mídia. A situação foi de mal a pior após a mudança de regime na Tailândia em 2006 e mais uma vez em 2014. Nos dois casos, os governos eleitos foram derrubados, abrindo caminho para o retorno dos militares na política. A mudança de regime teve um impacto maciço na liberdade de imprensa, pois o ressurgimento do autoritarismo minou a liberdade de imprensa. O retrocesso democrático corroeu as liberdades civis, incluindo a liberdade de expressão.

Desde o golpe de 2014, a junta emitiu uma série de ordens e decretos que restringem a liberdade de imprensa, além da lei draconiana de lesa-majestade e da Lei de Crime de Computador de 2017. Essas medidas legais vão desde processar jornalistas críticos do governo militar ou da monarquia até suspender ou

fechar empresas de mídia sob o pretexto de segurança nacional. Além dessas medidas legais, o governo militar emprega outros métodos para pressionar a imprensa, em particular jornalistas estrangeiros que trabalham na Tailândia. Essas táticas incluem atrasos na concessão e renovação de vistos e até expulsão do país. A situação tornou-se tão perigosa que a mídia optou por praticar a autocensura para sobreviver sob o crescente clima de medo. Alguns repórteres vão mais longe, atuando como propagandistas para os militares, a fim de evitar serem alvos do Estado e de colher certos benefícios de seu relacionamento com os generais.

O cenário político da Tailândia, dividido em linhas ideológicas, contribui para a falta de apoio público à liberdade de imprensa. O campo pró-militar e pró-monarquia dos Camisas Amarelas se recusa a defender a liberdade de mídia perto de seus inimigos Camisas Vermelhas. A situação perpetuou a discriminação e a injustiça na comunidade de imprensa como um todo. E, à medida que surgem *fake news* no cenário político, elas têm o potencial de ampliar a brecha entre as duas facções políticas. Mas não há apenas más notícias quando se trata de liberdade de imprensa na Tailândia. A chegada das mídias sociais abriu um espaço não apenas para a mídia, mas também para os tailandeses comuns se envolverem na política de maneira mais livre, apesar da existência de leis que restringem a liberdade de expressão. A mídia social permite que os tailandeses expressem suas críticas ao governo sem precisar ir às ruas para protestar. Também ajuda a redirecionar o fluxo de informações, de uma forma autoritária, para torná-lo mais descentralizado e participativo, promovendo indiretamente a democracia, pelo menos no ciberespaço.

Referências

AFP. Thailand to Offer Compensation for Slain Japanese. *AFP*, 6 Mar. 2012. Disponível em: <http://www.google.com/hostednews/afp/article/>

ALeqM5iKayQxTk5cKkU0p59t3ODwd8l1Xw?docId=CNG.cb10f0d0d-9e1040731189773f7f0cf95.761. Acesso em: 26 fev. 2019.

BBC. Profile: Thailand's New King Vajiralongkorn. *BBC News*, 1 Dec. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-38126928>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CAMPBELL, C. The Thai Junta Wants to Force Critics Living Abroad to Return Home. *Time*, 11 June 2014. Disponível em: <http://time.com/2856169/the-thai-junta-wants-to-its-force-critics-living-abroad-to-return-home/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CHACHAVALPONGPUN, P. The Necessity of Enemies in Thailand's Troubled Politics. *Asian Survey*, v. 51, n. 6, p. 1019-1041, 2011.

CHACHAVALPONGPUN, P. The Politics of Social Media and Information in Thailand. *Global Asia*, v. 9, n. 4, p. 54-60, 2014.

CHACHAVALPONGPUN, P. Is Thailand Ready for Its Youngest Prime Minister? *The Diplomat*, 15 Mar. 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/201/03/is-thailand-ready-for-its-youngest-prime-minister>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CONSTANT, M. Who Killed Italian Photographer Fabio Polenghi? *New Mandala*, 17 Aug. 2010. Disponível em: <http://asiapacific.anu.edu.au/newmandala/2010/08/17/who-killed-italian-photographer-fabio-polenghi/>. Acesso em: 26 fev. 2019.

FARRELLY, N. Assault on Nick Nostitz. *New Mandala*, 29 Nov. 2013. Disponível em: <http://asiapacific.anu.edu.au/newmandala/2013/11/29/assault-on-nick-nostitz/>. Acesso em: 26 fev. 2019.

HAYS, J. Media in Thailand: Censorship, Thaksin, Television, and Newspapers Full of Gory Pictures. *Facts and Details*, May 2014. Disponível em: http://factsanddetails.com/southeast-asia/Thailand/sub5_8e/entry-3267.html. Acesso em: 26 fev. 2019.

HOLMES, O. Thailand Bans Online Contact with Three Critics of Regime. *The Guardian*, 13 Apr. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/apr/13/thailand-bans-online-sharing-of-articles-by-three-critics-of-regime>. Acesso em: 26 fev. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. Joint Statement on Strategic Litigation against Public Participation (SLAPP). *Human Rights Watch*, 3 Dec. 2018. Disponível em: <http://www.nationmultimedia.com/detail/opinion/30337470>. Acesso em: 26 fev. 2019.

HUNDEYIN, D. Activists Use Crypto to Protect ‘Rap Against Dictatorship’ from Government Censorship. *CCN*, 12 Nov. 2018. Disponível em: <https://www.ccn.com/activists-use-crypto-to-protect-rap-against-dictatorship-from-government-censorship>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ILAW. Three Years of the NCPO and its Reinforcement of ‘Stable, Prosperous and Sustainable’ Powers. *iLaw*, 21 May 2017. Disponível em: <https://ilaw.or.th/node/4506>. Acesso em: 5 abr. 2019.

KENTISH, B. Crop-tops, Mistresses and Flying Poodles: Meet the Next King of Thailand. *The Independent*, 15 Oct. 2016. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/asia/thailand-new-king-crown-prince-maha-vajiralongkor-bangkok-poodle-tattoo-a7361021.html>. Acesso em: 21 mar. 2019.

KITTIPONG, T. Media Freedom Takes Beating Under Junta. *The Nation*, 26 May 2018. Disponível em: http://www.nationmultimedia.com/detail/big_read/30346296. Acesso em: 26 fev. 2019.

LA CROIX. Thai Reporters, Editors Axed as Press Freedom Declines. *La Croix*, 30 Oct. 2018. Disponível em: <https://international.la-croix.com/news/thai-reporters-editors-axed-as-press-freedom-declines/7687#>. Acesso em: 26 fev. 2019.

MACAN-MARKAR, M. Thai Junta Steps up Internet Censorship Drive. *Nikkei Asian Review*, 1 Sept. 2017. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Thai-junta-steps-up-internet-censorship-drive>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MANAGER ONLINE. Wassana Nanuam Oh Sappakhun Prawit konchuay-jang Pom Nalika Hlooo Pen Khong Pheungsee [Wassana Nanuam Praises Prawit before Helping to Explain the Controversy surrounding the Watches Scandal]. *Manager Online*, 17 Dec. 2017. Disponível em: <https://mgronline.com/onlinesection/detail/9600000126854>. Acesso em: 5 abr. 2019.

MCCARGO, D. *Media and Politics in Pacific Asia*. London and New York: Routledge, 2003.

MCCARGO, D. New Media, New Partisanship: Divided Virtual Politics in and Beyond Thailand. *International Journal of Communication*, n. 11, p. 4138-57, 2017.

PHILLIPS, M. *Thailand in the Cold War*. New York: Routledge, 2018.

PHONGPAICHIT, P.; BAKER, C. *Thaksin*. Chiangmai: Silkworm Books, 2008.

PRACHATAI. Supreme Court Rules against Prachatai in Internet Intermediary Liability Case. *Prachatai*, 23 Dec. 2015. Disponível em: <https://prachatai.com/english/node/5725>. Acesso em: 24 fev. 2019.

REPORTERS SANS FRONTIERES. *Thailand*. 2019. Disponível em: <https://rsf.org/en/thailand>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SOPRANZETTI, C. From Love to Fear: The Rise of King Vajiralongkorn. *Al Jazeera*, 17 Apr. 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2017/04/thailand-junta-king-vajiralongkorn-170411102300288.html>. Acesso em: 26 fev. 2019.

STRECKFUSS, D. Freedom and Silencing under the Neo-Absolutist Monarchy Regime in Thailand, 2006-2011. In: CHACHAVALPONGPUN, P. (ed.). *'Good Coup' Gone Bad: Thailand's Political Developments since Thaksin's Downfall*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2014.

STRECKFUSS, D. Repression and Self-Censorship under Thailand's Military Dictatorship. In: CHACHAVALPONGPUN, P. (ed.). *Coup, King, Crisis: Time of a Dangerous Interregnum in Thailand*. Singapore: NUS Press, 2019.

SUCHIT, L.-N. Thailand Makes Top 10 in Social Media Use. *Bangkok Post*, 1 Mar. 2018. <https://www.bangkokpost.com/tech/local-news/1420086/thailand-makes-top-10-in-social-media-use>. Acesso em: 21 mar. 2019.

TEERANAI, C. Editor Removed for Mismanagement – Not Junta Pressure: Bangkok Post. *Khaosod*, 15 May 2018. Disponível em: <http://www.khaosodenglish.com/politics/2018/05/15/editor-removed-for-mismanagement-not-junta-pressure-bangkok-post/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

THAI POST. Dr Seree Yok Pad Hedpol Obrom Tee Thanathorn Min Khonthai Chobyim Proahrai Choodyuen [De Seree Raises 8 Reasons Why Thanathorn Was Considered Insulting Thais Just Because of Their Smiling Faces]. *Thai Post*, 19 Feb. 2019. Disponível em: <https://www.thaipost.net/main/detail/29480>. Acesso em: 5 abr. 2019.

THE NATION. Police Pressure FCCT over #MBK39election Meeting. *The Nation*, 5 Feb. 2018. Disponível em: <http://www.nationmultimedia.com/detail/politics/30338009>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VOICE OF AMERICA. Thai Police Shut Down Journalists' Discussion about Rohingya. *Voice of America*, 10 Sept. 2018. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/thailand-police-intervene-in-rohingya-talk/4566369.html>. Acesso em: 24 fev. 2019.

6. “ARQUI-LOGIA” DA CHINA:

produzindo o novo tecido urbano da China através da reutilização adaptativa

Lin Jia

Em 2019, a China celebrou 75 anos desde a sua fundação na era moderna. Atrás dela havia as raízes de milênios de história. Essas raízes se estabeleceram nas eras feudal e dinástica, floresceram em uma cultura forte e vibrante, e o país evoluiu de uma sociedade agrária para uma entidade amplamente urbana, impulsionada pelas reformas pós-1978.

Até 2030, quase um bilhão (65%) de residentes chineses residirão em abundantes redes de cidades. Por trás dessa ascensão “tábula rasa” da urbanidade, há um movimento entre os projetistas do tecido urbano chinês para unir o passado ao futuro. Essa interseção, a ser explorada neste capítulo, será denominada “arqui-ologia”, pois escava restos físicos da arquitetura histórica, enquanto adapta esses espaços novamente no tecido urbano.

A arqui-ologia da China será explorada através das lentes de três escalas de projetos: uma livraria de uma vila, os arredores íntimos de um espaço para refeições e um museu urbano à beira do rio.

Introdução

Os chineses antigos desenvolveram a palavra escrita como um *script* logográfico. Cada caractere representou uma “palavra” (logograma) ou uma “ideia” (ideograma) em vez de apenas uma figura. Como o chinês antigo era uma língua altamente monossilábica, caracteres representavam sílabas e, assim, se tornaram palavras.

Quando olhamos para os caracteres chineses em arqueologia e arquitetura – os princípios da ideia de “arqui-ologia” –, eles revelam uma linhagem etimológica adequada.

考古, *Kǎo gǔ*, arqueologia

É composto por dois caracteres; o primeiro indica estudo. O segundo indica a qualidade de ser idoso ou antigo. Nesse segundo caractere os dois radicais de 十 (dez) e 口 (boca) evocam palavras ou ideias transmitidas entre muitas pessoas ou transmitidas por dezenas de gerações.

建筑, *Jiàn zhú*, arquitetura

Também composto por dois caracteres. O primeiro denota o ato de estabelecer uma ideia ou conceito, enquanto o segundo significa construir ou edificar. Os radicais do primeiro caractere de 聿 (pincel) e 乚 (desenho) destacam a natureza seminal do desenho para a arquitetura – a necessidade de primeiro desenhar ou representar uma ideia antes do ato de construí-la.

Esses dois grupos de caracteres se cruzam em um meio termo fértil, em que surge a ideia da arqui-ologia: revelando as ideias e as estruturas físicas do passado, de geração em geração, para inspirar o design e a adaptação dos espaços hoje. Para melhor

entender o surgimento da arqui-ologia na China, destacamos três desenvolvimentos importantes no progresso urbano da China desde a sua época de abertura.

Primeiro, os edifícios passam por ciclos de vida. Em muitos países ocidentais, edifícios são projetados para um período de uso típico de 100 a 200 anos. O ritmo acelerado de crescimento da China, os padrões emergentes de construção e a demanda por acessibilidade exigiram edifícios projetados e construídos com períodos de uso de 30 a 50 anos. Hoje, a China enfrenta uma grande quantidade de imóveis de baixa qualidade em mau estado. Segundo, como muitas cidades chinesas de primeira linha desenvolveram seus setores de serviços, grandes áreas urbanas para a indústria pesada estão caindo em desuso. As áreas rurais também estão passando por um êxodo migratório para as cidades, deixando para trás uma rede de milhares de aldeias com patrimônio arquitetônico único. Terceiro, na última década, os governos provinciais chineses instituíram políticas econômicas para retardar a liberação de terras para arrendamentos de longo prazo para desenvolvedores. A estratégia por trás da política do governo é tríplice: atenuar as ameaças de uma bolha imobiliária, abordar o fornecimento cada vez menor de terras não desenvolvidas nas principais cidades e preparar solução para imóveis de baixa qualidade. A confluência desses fatores gerou terreno fértil para a arqui-ologia e abriu uma série de abordagens criativas para projetistas alimentarem esse movimento. Nos estudos de casos a seguir, viajamos por três projetos arqui-ológicos chineses nas aldeias de Chenjiapu e nas cidades de Chengdu e Xangai.

Chenjiapu Civilian Bookstore

Zhejiang, China

Cliente: Librairie Avant-Garde

Designer: AZL Architects

De Village Hall à livraria moderna

O primeiro estudo de caso arqui-ológico é a Chenjiapu Civilian Bookstore, de propriedade da Librairie Avant-Garde, uma grande empresa cuja visão ganhou vida na prefeitura da vila. Como muitas das aldeias chinesas estão vazias devido à migração urbana, a Librairie Avant-Garde é conhecida por fazer a reutilização adaptativa para transformar espaços únicos da vila em bibliotecas e livrarias. O fundador da empresa, Qian Xiaohua, propõe que esses espaços adaptados não sejam tomados apenas como lojas comerciais. Ele acredita que uma boa livraria deve proporcionar espaço, visão e nutrir a cidade com seu espírito humanitário. É um lugar para as pessoas terem sonhos. As livrarias da Librairie Avant-Garde também oferecem novos espaços para encontros, contemplação e fóruns comunitários para eventos temáticos de literatura, que são um atrativo distinto para os moradores e visitantes.

Artesanato e coleta comunitária

A visão de design da AZL Architects para a Chenjiapu Civilian Bookstore cria espaços para o discurso literário que são uma janela para a vila, a natureza e o mundo em geral. Localizada em um assentamento na falésia da província de Zhejiang, Leste da China, a localização natural da livraria serve de inspiração para a materialidade e a circulação interna do projeto.

A livraria está localizada no antigo Chenjiapu Village Hall, uma estrutura de 11 m por 18 m de dois andares. Três escadas distintas conectam o primeiro e o segundo andar. No centro da estrutura, há uma claraboia sob a qual uma caixa de vidro de 3 m por 3 m, ou espaço para meditação, conecta o visitante ao céu e à natureza. Os principais princípios de design do projeto são: 1) fundir a arquitetura original com materiais modernos, 2) criar um senso espacial de abertura e conexão com a natureza à medida que se avança pela livraria até o mirante ao ar livre e 3) criar

diversidade de espaços para contemplação e discurso literário. O telhado tradicional do salão e a estrutura interna de treliças, colunas, vigas, gesso e cânhamo são reformados e mantidos. Materiais arquitetônicos mais modernos, como grandes painéis de vidro, metal, concreto e painéis solares, são introduzidos para imbuir o espaço de vistas amplas, de espaços geométricos e da onipresente comodidade moderna – eletricidade.

Hoje, o Chenjiapu Village Hall se transformou em uma moderna livraria e biblioteca pública que hospeda uma série de eventos de figuras literárias. Embora a reutilização adaptativa da livraria seja sutil, o espaço exhibe momentos de exuberância à medida que seu novo design atrai vistas amplas da natureza e da luz enquanto cria diversos espaços para o enriquecimento da comunidade.

Restaurante Belga Abbaye

Chengdu, China

Cliente: Librairie Avant-Garde

Designer: MRDA Architects

Historicidade em camadas em uma metrópole moderna

Desde o assentamento de Chenjiapu, na falésia, até a cidade de Chengdu, o Restaurante Belga Abbaye tem uma escala íntima, mas está no ponto principal da arquitetura e do desenvolvimento de uso misto. Chengdu é a capital da província chinesa de Sichuan e se transformou em uma cidade de primeiro nível, capturando o prêmio de “cidade chinesa mais habitável” nos últimos cinco anos. À medida que a cidade se desenvolve, sua paisagem física também se metamorfoseia para revelar o tecido urbano e histórico latente.

O local do Restaurante Belga Abbaye faz parte de uma área em torno do templo Daxi. O templo budista Daxi ganhou destaque no século III durante as dinastias Wei e Jin. Durante a dinastia posterior, Tang, o imperador Xuanzong renomeou o local para o Templo da Infinita Compaixão e Misericórdia depois de testemunhar os monges do templo dando esmolas. Situado perto do templo Daxi, o local do Restaurante Abbaye foi registrado pela primeira vez na dinastia Qing como Majiaxiang Ashram, uma casa para os budistas viverem, meditem e orem. Em 2015, depois de mais de um século, os promotores imobiliários Swire e Sino Ocean Group revitalizaram essa área. O desenvolvimento resultante, Taikoo Li, em Chengdu, é um centro comercial de uso misto de 270 mil m², com seis edifícios históricos readaptados, incluindo o Majiaxiang Ashram, que se tornou o Abbaye – um restaurante belga com elementos de um mosteiro cristão.

Fusão do desenho urbano, religião e cultura

Para entender a arqui-ologia do Restaurante Abbaye, é fundamental primeiro conhecer o plano diretor do local concebido pela empresa de design Oval Partnership e o Instituto de Pesquisa e Projeto de Arquitetura da Universidade de Tsinghua. O plano diretor expressa elementos tradicionais chineses na trindade do universo – terra, homem e céu. A terra é representada pelo subterrâneo e enraizada na paisagem. O homem é representado em vias e praças públicas. O céu é revelado nas linhas do telhado do templo do empreendimento. O plano diretor prevê o desenvolvimento como uma rede porosa de vias que revelam um tecido urbano mais antigo, repleto de vida moderna. As faixas de rodagem são restauradas e integradas a um programa de plano aberto de 30 novos edifícios de varejo de baixo andar conectados ao metrô de Chengdu. As vias formam uma grade de rede, conectando becos e praças públicas repletas de paisagismo, peças de arte e recursos hídricos.

A transformação arqui-ológica do Restaurante Belga Abbaye pela MRDA Architects é sustentada por dois conceitos: 1) restaurar o patrimônio com mínima intervenção material e 2) justapor elementos de duas culturas para criar um diálogo de design. A organização especial do Majiixiang Ashram é mantida com um pátio central ao ar livre, ladeado por compostos ao norte, sul e leste. A linha do telhado inclinado do Ashram com esculturas ornamentais também é restaurada. As pequenas esculturas de dragão do telhado simbolizam o céu e os deuses, e a forma do telhado inclinado representa o local de encontro dos deuses com o homem. Ao mesmo tempo, também são introduzidos elementos de design de uma abadia e mosteiro belga. Os diagramas de figuras de chão dos contrafortes voadores de um mosteiro são interpretados como estruturas flutuantes de tecido e esculturas de luz pendentes nos espaços internos e no pátio do restaurante. Além disso, uma série de telas metálicas geométricas demarca os espaços para refeições, a área do bar, bem como as salas de jantar *VIP* e uma área de palco para apresentações.

O Museu Long, Xuhui Riverfront

Xangai, China

Cliente: O Museu Long

Designer: Atelier Deshaus

Da fachada industrial ao calçadão à beira do rio

Da livraria de vila ao restaurante templo, o Museu Long ao longo da margem do rio em Xangai é o maior gesto urbano entre os três projetos. Xangai pode ser mais conhecida por seu “Bund” original, o grupo histórico e icônico de edifícios ao longo das margens do rio Huangpu, mas o restante do rio da cidade está sendo ativado como um novo distrito urbano para fazer parte do mais recente plano quinquenal do município. Destaca-se a área

de West Bund no Distrito Xuhui, onde o Museu Long está localizado. Por mais de um século, o West Bund tem sido um centro de Xangai para fabricação, transporte e logística. Caracterizada por vastos espaços abertos e cursos de água, a área abriga empresas estatais como o Aeroporto Longhua, a Estação Ferroviária Xangai Nanpu, o Beipiao Coal Wharf, e a Fábrica de Cimento de Xangai. Após a Exposição de Xangai em 2010, esta área costeira de 11,4 quilômetros iniciou uma transformação notável. Alimentado pelo redesenvolvimento de instalações abandonadas e políticas inspiradas na cultura, ecologia e inovação tecnológica, o governo da cidade de Xangai imaginou o West Bund como uma área ribeirinha icônica, como Rive Gauche, em Paris, e South Bank, em Londres. Desenvolvido com o conceito de “a Corniche de Xangai”, o West Bund é agora uma comunidade urbana de classe mundial à beira do rio, com uma variedade de comodidades públicas, desenvolvimentos de tecnologia e entretenimento e mais de 20 instituições culturais e artísticas.

Um renascimento cultural alimentado pela história

Nesse contexto, o Museu Long é o melhor meio arqui-ológico da história e da indústria em evolução em Xangai. Como um museu privado, o projeto está localizado no local original de um cais usado para o transporte de carvão. O design do museu por Atelier Deshaus reinterpreta elementos do passado industrial do local em um espaço de exposição contínuo do passado, presente e futuro. Utilizando e mantendo elementos da estrutura do edifício original, o museu utiliza “estruturas de guarda-chuva” de concreto para permitir *cantilevers* (estruturas em consola) e criar mais espaços abertos e sem colunas, para exibição de exposições. As estruturas de abóbadas de concreto também carregam carga estrutural junto com as paredes de cisalhamento do museu. O design do museu também apresenta vários átrios e escadas para permitir uma conectividade perfeita. As paredes

e o teto são feitos de concreto polido para minimizar as linhas de concreto e contribuir para uma sensação de continuidade e atemporalidade como pano de fundo para a exposição. O museu também mantém uma enorme relíquia de concreto: uma ponte de descarga de tremonha de carvão de 110 m de comprimento da década de 1950. Hoje, a ponte é usada como um local de descanso, como pano de fundo para momentos do Instagram e uma memória física do passado sobre a qual Xangai foi construída.

Em retrospecto

O valor e a narrativa da arqui-ologia na China emergem completamente através dos estudos de caso da Chenjiapu Civilian Bookstore, do Restaurante Belga Abbaye e do Museu Long. As histórias e as estruturas físicas desses projetos são âncoras no vasto mar do diálogo sobre design. A arqui-ologia reconhece que o tecido urbano é construído sobre uma compreensão em camadas do passado, e o design usa essa compreensão como uma ponte crucial para reinterpretar o espaço para as gerações futuras. Na China, um país com milênios de história avançando em direção à urbanização, esses três projetos são apenas a primeira onda de um enriquecimento contínuo de nossas cidades através da arqui-ologia.

7. O PAPEL DO INSTITUTO CONFÚCIO NO ENSINO DO MANDARIM: Brasil e Macau em cena

*Bárbara Malveira Orfanò
Cheng Jin*

Introdução

Surpreendentemente, há uma escassez de informação sobre o ensino e a aprendizagem do mandarim como uma língua estrangeira, com a maior parte da literatura relatando experiências dos Estados Unidos e Europa. As razões para isso circunscrevem as áreas da história, política e economia. No entanto, o rápido crescimento econômico da China está mudando todo esse cenário e estamos testemunhando um aumento expressivo no número de cursos de mandarim em todo o mundo. A esse respeito, deve-se mencionar o papel dos Institutos Confúcio (doravante, ICs), que desde 2004 se esforçam para incluir o idioma chinês no mercado educacional.

Em 16 anos, o escopo dos ICs passou por mudanças significativas, sem perder de vista as últimas tendências presentes na nossa sociedade. O fenômeno da internacionalização da educação, a importância do multilinguismo e multiculturalismo e a integração contínua de novas tecnologias e aprendizagem móvel

no ensino de línguas estrangeiras estão incluídos nas agendas dos ICs. Ainda assim, a China permanece conectada com sua rica e fascinante herança cultural e atraindo muitos estudantes.

É nesse contexto que este capítulo discute o ensino do chinês como uma língua estrangeira, a internacionalização da educação e a posição adotada pela sede do Instituto Confúcio na reformulação da maneira como o chinês é ensinado no mundo inteiro. Para ilustrar, o texto traz exemplos de dois cenários distintos: um do Brasil e outro de Macau. Embora geograficamente separadas, ambas as regiões estão unidas pela língua portuguesa, que é, por si só, a melhor razão para dedicar uma atenção especial a elas. O objetivo principal é fazer uma visão geral do passado, documentar o presente e trazer ideias, contribuindo assim para o futuro.

O ensino do mandarim como língua estrangeira

O ensino de chinês como língua estrangeira (daqui em diante, CFL – sigla em inglês para o termo) está passando por uma mudança significativa e essa mudança está intimamente relacionada com o crescimento econômico sem precedentes da China. Este capítulo abordará as principais características do ensino de chinês na atualidade, que de acordo com Zhao e Huang (2010, p. 127) continua inexplorado pela comunidade acadêmica e, sem dúvida, surge no mercado educacional.

Devido à posição de liderança econômica dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, é consenso que qualquer cidadão do mundo saiba inglês. No entanto, uma vez que a China começou a figurar em uma posição eminente no cenário econômico mundial, é fundamental que alguém disposto a se destacar em sua carreira considere conhecer o idioma chinês para entender a cultura, a história e ter acesso aos cidadãos chineses.

De acordo com Zhao e Huang (2010, p. 128), há um grande número de dialetos falados na China. O cantonês seria o mais

comum no exterior e, apesar de ser falado de maneira diferente, quando caracteres chineses são usados eles compartilham um sistema de escrita semelhante. Em 1949, quando a República Popular da China foi estabelecida, uma forma do mandarim baseado no dialeto de Pequim conhecido como *Putonghua* (o idioma comum) foi declarado como o idioma oficial do país. O mandarim é aprendido por todos os chineses na escola e, como apontado por Crystal (2003), é o idioma mais falado pelo maior número de pessoas no mundo. Certamente, esse número impressionante associado a outros fatores incentivou muitos estudantes no mundo todo a aceitar o desafio de aprender chinês. Ao longo dos anos, esses alunos enfrentam diferentes cenários em relação ao CFL, e essas perspectivas serão apresentadas na próxima seção.

O primeiro curso CFL na China foi estabelecido pela primeira vez em 1951. Esse curso foi desenvolvido para atender à diplomacia estrangeira da China. A Universidade de Tsinghua foi a responsável por preparar os cursos de chinês para estudantes em intercâmbio vindos da Polônia e da antiga Tchecoslováquia.

Um ano depois, a China começou a preparar e enviar professores para lecionar na Bulgária e Coreia do Norte. Essas iniciativas levaram à publicação do primeiro artigo acadêmico sobre o ensino de CFL: “Algumas questões sobre o ensino de chinês para estudantes não chineses” em 1952 e o livro didático: *Chinese Teaching Textbook* (Livro didático do ensino do chinês, em tradução livre), usado como principal material didático para estudantes na antiga União Soviética publicado pela Universidade de Pequim. Essas iniciativas foram combinadas com o lançamento posterior de um programa de aprendizado por rádio (China International Radio Broadcasting), que consiste em palestras sobre chinês em japonês para o público no Japão.

No início dos anos de 1970, a Universidade de Pequim era a única instituição educacional especializada no ensino de chinês para estudantes estrangeiros. Eles iniciaram um curso de verão

de curta duração, focado no idioma chinês para um grupo de 28 estudantes franceses. As atividades propostas nesses cursos contribuíram para a publicação de materiais que eram importantes meios de instrução para estudantes internacionais e a organização da primeira conferência de ensino do CFL em Pequim.¹ Depois disso, o ministro da Educação introduziu o curso de CFL em quatro universidades chinesas: Beijing Languages University, Beijing Foreign Languages University, Shanghai Foreign Languages University e Huazhong Teachers University.

Esse relevante grupo de universidades pode ter aberto o caminho para a criação do Escritório Internacional para Ensino da Língua Chinesa como Língua Estrangeira, conhecido como Hanban, que será explorado na próxima seção.

Institutos Confúcio

Como a economia e as trocas da China com o mundo tiveram um rápido crescimento, houve um grande aumento nas demandas mundiais por aprendizado em chinês. Beneficiando-se da experiência do Reino Unido, França, Alemanha e Espanha na promoção de seus idiomas nacionais, a China iniciou sua própria exploração através do estabelecimento de instituições que visam promover a língua e a cultura chinesas em países estrangeiros.

O Escritório Internacional para Ensino da Língua Chinesa como Língua Estrangeira, conhecido como Hanban, é uma organização sem fins lucrativos que possui o status independente de empresa. O escritório possui a propriedade do nome, logotipo e marca dos Institutos Confúcio, sendo o órgão regulador que fornece diretrizes para os institutos em todo o mundo.

O Instituto Confúcio foi inaugurado após o nome de um grande filósofo chinês. Confúcio foi um educador, figura política, pensador e fundador do confucionismo na China. Segundo ele,

¹ Esta conferência internacional acontece anualmente em Pequim.

diferentes países, nações e pessoas devem se dar bem em paz, buscando um terreno comum, apesar das diferenças. Baseando-se na ideologia confucionista, os ICs se dedicam em satisfazer as demandas de pessoas de diferentes países e regiões no mundo que aprendem o idioma chinês. Além disso, os objetivos incluem melhorar o entendimento da língua e da cultura chinesas por esses povos, fortalecer o intercâmbio educacional, estabelecer cooperações entre a China e outros países, aprofundar relações de amizade com outras nações e promover o desenvolvimento do multiculturalismo.

O primeiro Instituto Confúcio do mundo foi fundado em Seul, em novembro de 2004. Desde então, o IC viu uma expansão sustentada e se tornou uma plataforma para o ensino do chinês e popularização da cultura chinesa. Até o final de 2019, foram estabelecidos 545 Institutos Confúcio e 1.170 salas de aula Confúcio em 162 países (regiões), como pode ser visto na Tabela 1. As salas de aula Confúcio (CCs, na sigla em inglês) foram originalmente direcionadas para escolas primárias e de ensino médio. Existem principalmente dois tipos de CCs, um afiliado ao IC e outro independente.

Tabela 1 - Distribuição dos Institutos Confúcio (IC) e salas de aula Confúcio (CC)²

	País (região)	IC	CC
Ásia	39	135	115
África	46	61	48
Europa	43	187	346
América	27	142	560
Oceania	7	20	101
	162	545	1.170

Fonte: CONFUCIUS INSTITUTE/CLASSROOM, 2019.

² Existem três salas de aula Confúcio no Brasil: Sala de Aula Confúcio na Universidade Federal Fluminense, Centro Cultural Asiático de São Paulo, Centro de Cultura e Língua Chinesa Chinbra.

De acordo com as estatísticas do Relatório Anual de Desenvolvimento do Instituto Confúcio de 2018, o IC registrou um total de 1.860.000 estudantes e envolveu mais de 13 milhões de pessoas participando de várias atividades culturais (CONFUCIUS INSTITUTE HEADQUARTERS, 2018). Não é apenas um lugar para aprender a língua chinesa, mas também um fórum de intercâmbio que permite ao mundo entender a cultura e melhorar a integração de culturas diferentes.

A maioria dos ICs foi estabelecida através da cooperação de parceiros chineses e estrangeiros. Os modos de operação dos Institutos Confúcio podem ser organizados como cooperação entre: a) instituições de ensino superior; b) escolas primárias/secundárias; c) associações de instituições de ensino superior ou empresas multinacionais; d) instituições de ensino superior e governo; e) o Instituto Confúcio e instituições estrangeiras (CHANG, 2015, p. 27). Entre eles, a cooperação entre instituições de ensino superior ocupa a maioria.

Um IC envolve três organizações, o Hanban, a universidade anfitriã e a universidade parceira chinesa. Juntas, as três partes envolvidas são responsáveis por: a) fornecer suporte organizacional, integrando o IC ao plano geral de desenvolvimento da universidade; b) fornecer suporte institucional, formular planos, políticas e regulamento de gerenciamento, administração, supervisão e avaliação do IC; c) fornecer recursos humanos, que incluem o grupo de gestão do IC, professores e voluntários chineses, além de professores e estudantes de programas de intercâmbio acadêmico. Esse esforço conjunto é responsável por criar uma rede acadêmica colaborativa entre universidades chinesas e locais.

Instituto Confúcio no Brasil

A China e o Brasil são economias emergentes importantes e possuem uma ampla parceria estratégica. O desenvolvimento estável do relacionamento sino-brasileiro foi marcado por uma cooperação frutífera nos últimos 45 anos. O Brasil e a China pertencem ao bloco de países em desenvolvimento e são membros do BRICS. Embora haja trocas econômicas e comerciais entre os dois países, as trocas culturais foram limitadas, confirmando a existência de barreiras culturais e linguísticas. Um dos lados não possui uma cooperação sincera, ativa e intensa da sociedade e da cultura do outro lado, o que, segundo Ma e Guo (2014, p. 50), é uma característica comum da China e de seus parceiros, especialmente na América do Sul.

A promoção de trocas econômicas e comerciais com a China tornou-se um interesse em comum para muitos países, e o Brasil desempenha um papel significativo nesse cenário. A atividade econômica intensa entre os dois países é o mais básico e o principal impulso para a criação e o desenvolvimento do Instituto Confúcio no Brasil. O primeiro IC no Brasil foi estabelecido em 2008 na Universidade Estadual de São Paulo. Atualmente, existem 11 ICs no Brasil, número esse que supera o de outros países na América do Sul. A Tabela 2 traz a lista de ICs no Brasil.

Tabela 2 - Institutos Confúcio no Brasil

	Nome	Cidade	Ano de Fundação
1	Instituto Confúcio na Universidade Estadual de São Paulo	São Paulo	2008
2	Instituto Confúcio na Universidade de Brasília	Brasília	2010
3	Instituto Confúcio na PUC-Rio	Rio de Janeiro	2011
4	Instituto Confúcio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	2011

(Continua)

(Continuação)

	Nome	Cidade	Ano de Fundação
5	Instituto Confúcio de Negócios na FAAP	São Paulo	2012
6	Instituto Confúcio na Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	2013
7	Instituto Confúcio na Universidade de Pernambuco	Recife	2013
8	Instituto Confúcio na Universidade Estadual de Campinas	Campinas	2014
9	Instituto Confúcio na Universidade Estadual do Pará	Belém	2014
10	Instituto Confúcio na Universidade Federal do Ceará	Fortaleza	2014
12	Instituto Confúcio de Medicina Chinesa na Universidade Federal de Goiás	Goiânia	2019

Fonte: Elaboração das próprias autoras.

É importante afirmar que o ensino da língua chinesa no Brasil remonta a 1950. Os alunos eram majoritariamente descendentes de imigrantes chineses e o objetivo dos cursos ou aulas era ajudar os alunos a aprender sua língua materna e a se identificar com a raiz da sua cultura chinesa. Essas escolas eram operadas principalmente por grupos religiosos, indivíduos ou associações chinesas, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro (CHEN, 2015, p. 3).

No entanto, quase 70 anos depois, o ensino de chinês no Brasil passou por uma mudança substancial, com o Instituto Confúcio sendo uma referência importante. O IC no Brasil se desenvolveu de forma constante, cobrindo diferentes partes do país de Norte a Sul, com a expansão de seus locais de ensino e o aumento do número de alunos. A matrícula de todos os ICs no Brasil em 2019 atingiu mais de 9 mil³ estudantes. O desenvolvimento da China teve um grande impacto na motivação dos alunos em aprender

³ Dados coletados no 11º Instituto Confúcio no Brasil em 2019.

chinês. Em sua pesquisa sobre a motivação dos alunos brasileiros em aprender chinês, Yang (2017, p. 158) descobriu que mais do que 90% dos estudantes brasileiros optaram por aprender chinês porque estavam muito interessados na cultura e língua chinesas, enquanto 85% dos estudantes acham que aprender chinês pode promover sua perspectiva de carreira. A curiosidade deles em chinês e seus interesses na cultura chinesa os ajudaram a enfrentar o desafio de aprender a língua.

O formato geral dos ICs em todo o mundo abrange um conjunto de procedimentos que são seguidos por todos os envolvidos no programa. A promoção da língua e da cultura chinesas é o papel principal do Instituto Confúcio. Nesse sentido, os ICs oferecem aulas regulares de idiomas (do nível básico ao avançado) dentro de um componente cultural do currículo e funcionam como centros de exames que fornecem teste de proficiência, por exemplo, HSK⁴. Além disso, alguns institutos também oferecem cursos personalizados para grupos específicos, a maioria sendo empresas que fazem negócios com a China.

Outra característica importante dos ICs é seu componente de alcance. Vários ICs oferecem cursos para sua comunidade, estabelecendo parcerias importantes com escolas públicas de ensino fundamental e médio. Essa iniciativa oferece às crianças e adolescentes a oportunidade de ter aulas e participar de diferentes atividades culturais relacionadas à China. Atividades recreativas também são oferecidas, por exemplo, Tai Chi Chuan e Kung Fu.

Além do ensino regular, os institutos também organizam um conjunto de atividades culturais que pertencem ao seu calendário oficial. Feriados típicos como os Festivais de Primavera, Lanterna e Meio do Outono são celebrados para marcar os costumes e valores chineses. O concurso de proficiência linguística,

⁴ HSK significa Hanyu Shuiping Kaoshi. É um exame padronizado internacional que testa e classifica a proficiência no idioma chinês.

Chinese Bridge, avalia o nível de proficiência dos alunos nas quatro habilidades: escrita, leitura, audição e fala, juntamente com um show de talentos que avalia o conhecimento cultural dos alunos na China tradicional e contemporânea.

É importante ter em mente que os ICs brasileiros desempenham um papel importante no processo de internacionalização de suas universidades parceiras. O programa também prevê a possibilidade de financiamento para estudantes de intercâmbio, oferecendo bolsas de estudo, oficinas internacionais em universidades chinesas, financiamento para professores visitantes e colaboração em pesquisa que inclui doutores, financiamento para publicações, organização de eventos científicos e tradução de livros. Essa infinidade de atividades fortalece a cooperação educacional bilateral entre instituições de ensino superior, que também é um aspecto importante para o desenvolvimento do IC. Os intercâmbios acadêmicos entre universidades chinesas e locais promovem a internacionalização do ensino superior e aprofundam a cooperação internacional.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é um bom exemplo da expansão de IC no Brasil. O Instituto Confúcio – UFMG foi criado em 2013 e, desde a sua criação, vem avançando em diferentes áreas em relação à disseminação da língua e da cultura chinesas. De 50 registros em 2014 para 655 registros em 2019, a UFMG testemunhou o crescimento do interesse da sua comunidade em questões relacionadas à China de forma exponencial. A Figura 1 demonstra graficamente o aumento no número de estudantes.



Figura 1 - Número de alunos do IC-UFMG entre 2014 e 2019

Fonte: Elaboração das próprias autoras.

O número de candidatas ao exame HSK também demonstrou um aumento significativo ao longo desses anos, indicando que os estudantes estão levando a sério o aprendizado de chinês e o percebem como uma qualificação importante em sua carreira profissional e acadêmica. A Figura 2 abaixo ilustra esse fenômeno.



Figura 2 - Número de candidatas a HSK entre 2016 e 2019

Fonte: Elaboração das próprias autoras.

Os dados na Figura 2 ajudam a explicar o interesse em programas de mobilidade, considerando que os testes de proficiência são um pré-requisito para participar de todos os programas de intercâmbio disponíveis na sede do Instituto Confúcio. Até o presente momento, 31 estudantes da UFMG participaram de diferentes programas de intercâmbio na China. Da mesma forma, a UFMG recebeu dois estudantes chineses para a segunda edição do Summer School (Escola de Verão) e foi contemplada com bolsas de estudos para professores visitantes no âmbito do Programa de Estudos Chineses Confúcio.⁵

Além das atividades acadêmicas, a UFMG também oferece um número significativo de eventos culturais promovendo a participação de toda a comunidade. Somente em 2019, o instituto ofereceu 15 eventos diferentes com mais de 1.965 pessoas participando das atividades. O exemplo da UFMG reforça a afirmação de que o Instituto Confúcio no Brasil tem um papel significativo que vai além do ensino dos cursos de língua e cultura chinesas. De fato, o grupo de 11 institutos hospedados por universidades brasileiras está contribuindo para aprimorar o nosso conhecimento sobre a China, dando aos dois países a oportunidade de consolidar sua parceria em diferentes esferas.

Hanban tem uma mentalidade internacional. Isso significa que a sede incentiva a colaboração de diferentes ICs em diferentes partes do mundo que compartilham interesses comuns. Todos os anos, a sede organiza eventos regionais e globais, reunindo diretores chineses e locais que compartilham as atividades promovidas por seus ICs. Esse fórum promove a rede e garante que os diretores permaneçam em sintonia com os objetivos e

⁵ O Programa de Estudos Chineses Confúcio, criado pela sede do Instituto Confúcio, visa promover um profundo entendimento da China e da cultura chinesa entre as jovens gerações de todo o mundo, possibilitando o crescimento próspero dos estudos chineses, promovendo o desenvolvimento sustentável dos Institutos Confúcio e aprimorando o relacionamento amigável entre a China e as pessoas de outros países.

necessidades dos seus institutos. De acordo com essa orientação, alguns ICs foram estabelecidos para desempenhar funções específicas, como é o caso do Instituto Confúcio em Macau. Por esse motivo, apresentaremos algumas de suas características.

Instituto Confúcio em Macau

O Instituto Confúcio em Macau (doravante, IC-Macau) foi inaugurado em abril de 2018 e está situado na Faculdade de Artes e Humanidade da Universidade de Macau. Segundo o Hanban, seu principal objetivo é promover e facilitar a implementação de uma cultura bilíngue na região. Além disso, e igualmente importante, espera-se que o IC-Macau desempenhe um papel primordial na Iniciativa do Cinturão e Rota. Em 2015, a Comissão de Desenvolvimento e Reforma Nacional, o Ministério de Negócios Internacionais e o Ministério do Comércio lançaram juntos o plano de desenvolvimento e construção do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima. De acordo com uma declaração pública do Hanban, “Macau é um nó importante, tanto no que diz respeito à construção como à consolidação desta iniciativa”. Além disso, destaca-se o fato de Macau ser considerado um ponto de interseção, onde Leste e Oeste se reúnem, aproximando pessoas e sua cultura (CARVALHO, 2018).

Paralelamente a este lado econômico e político, o IC-Macau tem a responsabilidade de promover a proficiência linguística. Ele tem a importante missão de atuar como plataforma internacional para o ensino e a aprendizagem do chinês como língua estrangeira, principalmente em países onde o português é a língua oficial. Espera-se que o IC-Macau seja responsável por projetar materiais de ensino e cursos de formação de professores, oferecendo orientação para professores chineses e professores locais que trabalham nos países de língua portuguesa. É justo dizer que desde a sua inauguração o IC-Macau está comprometido com

esta missão. Em 2018, ele organizou uma conferência reunindo os diretores do Instituto Confúcio para discutir estratégias e desafios sobre como desenvolver talentos bilíngues (chinês-português) nos países de língua portuguesa. A conferência foi coorganizada pelo Secretariado Permanente do Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Novamente em 2019, o IC-Macau organizou um fórum sobre desenvolvimento e colaboração entre os Institutos Confúcio nos países de língua portuguesa. Estes dois eventos indicam que o IC-Macau está empenhado e atento ao seu papel como uma importante fonte de informação e disseminação da língua chinesa e da educação cultural para o mundo lusófono.

Macau tem uma situação única, já que o chinês é o idioma oficial e uma parte considerável de sua população é fluente no idioma, sendo portanto mais fácil para o IC-Macau expandir o escopo de suas atividades. Por esse motivo, Terry Flew e Falk Hartig (2014) acreditam que o IC-Macau deve se concentrar em questões diplomáticas, focando no relacionamento existente entre Macau, países de língua portuguesa e sua conexão histórica com a Europa. Kurlantzick (2007) já observou o papel que as universidades desempenham na diplomacia internacional, um bom exemplo disso são os programas de mobilidade que envolvem estudantes de intercâmbio de diferentes partes do mundo. A parceria entre universidades anfitriãs e ICs tem o potencial de expandir contatos acadêmicos, criando e consolidando vínculos de pesquisa entre instituições.

Sendo Macau um destino popular, o IC alcançará estudantes de diferentes nacionalidades e origens culturais que terão a oportunidade de interagir usando o chinês como idioma internacional. Aumentar o número de falantes de chinês em todo o mundo é um dos objetivos mais importantes da sede Confúcio. O objetivo máximo em longo prazo é dar ao idioma chinês o status

de língua franca, nessa perspectiva a China está investindo em uma política de ensino de idiomas que contemple falantes de diferentes origens linguísticas.

Desde 2018, assistimos a um crescimento constante na IC-Macau. De acordo com o professor Chen Zhong,⁶ o instituto está expandindo o escopo de suas atividades de maneira positiva. Em 2018, o IC-Macau teve dois cursos (elementar e intermediário) e um total de 45 alunos. Em 2019, um ano depois, começou a oferecer três cursos (elementar, intermediário I e intermediário II e avançado), registrando um número de 171 alunos, um aumento significativo em apenas um ano. Também investiu em eventos e atividades culturais, promovendo oito eventos oficiais em 2018, incluindo seminários e atividades culturais, e em 2019 este número foi o dobro, com 16 atividades no total. Além disso, a Universidade de Macau organizou dois fóruns com ICs de língua portuguesa para criar, expandir e aprimorar a parceria entre os institutos. Como se pode ver, o IC-Macau está totalmente comprometido com seu objetivo, servindo como uma ponte para conectar falantes de diferentes partes do mundo, promovendo a língua e a cultura chinesas.

Desafios para o ensino do mandarim nos dois contextos

Apesar de ser um empreendimento empolgante, essa iniciativa enfrenta muitas dificuldades que precisam ser consideradas para garantir a permanência da língua chinesa no mercado internacional de línguas. Do ponto de vista do ensino, os ICs dependem muito dos professores enviados de Hanban para atender às demandas imediatas de seus cursos. Esta situação é

⁶ Gostaríamos de agradecer ao professor Chen Zhong, do Departamento de Língua e Literatura Chinesa da Universidade de Macau, por colaborar com este capítulo, fornecendo informações sobre as atividades realizadas no Instituto Confúcio – Macau.

problemática. Geralmente, na maioria dos ICs, a rotatividade de professores chineses é de dois anos e a de voluntários é de apenas um ano. Como resultado, a taxa de rotatividade de professores é consideravelmente alta e a equipe de professores carece de estabilidade e sustentabilidade, duas características essenciais para a qualidade do ensino. Portanto, professores experientes estão em falta. Além disso, a maioria dos professores não é fluente em português, o que os obriga a recorrer ao inglês como idioma de instrução, criando, assim, dois problemas. Primeiro, os alunos sem proficiência em inglês enfrentam dificuldades para frequentar as aulas e, segundo, o uso inadequado de um segundo idioma como meio de instrução pode reduzir a eficiência do ensino. A tecnologia da informação pode ajudar a minimizar a escassez de professores locais. As aulas on-line são uma das opções; portanto, devem ser feitos esforços para desenvolver ferramentas eficientes para as aulas de ensino aberto e a distância da China.

Outra questão importante é a disponibilidade de materiais. Os materiais de ensino têm grande influência no aprendizado de línguas estrangeiras, afetando não apenas os alunos, mas também os professores e a dinâmica da sala de aula. Quando se trata de seleção de livros didáticos de chinês para o português, não há muitas opções, pois poucos têm a versão em português. Mais uma vez, muitos livros didáticos de chinês têm a versão em inglês, o que significa que a apresentação de vocabulário e gramática é explicada ou traduzida em inglês. Isso não é fácil para os alunos de português, pois alguns deles não entendem inglês, o que certamente afeta sua percepção e aprendizado do chinês. Portanto, há uma necessidade urgente de desenvolver livros didáticos pedagogicamente e metodologicamente adequados, levando em consideração as línguas lusófonas e a contextualização cultural. Existem também poucas publicações documentando as contribuições dos ICs para o aprendizado e o ensino do chinês, principalmente no que diz respeito aos falantes de português.

Além disso, em comparação com outras regiões, não há pesquisas aprofundadas suficientes sobre a educação chinesa, portanto, mais pesquisas devem ser feitas, com esforço conjunto de todos os Institutos Confúcio no Brasil e Macau.

Numa perspectiva mais ampla, um aspecto a considerar é o número de universidades que oferecem o chinês como língua estrangeira em seus currículos. Mesmo assim, estamos testemunhando um aumento no número de cursos, eles estão concentrados nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália. Para minimizar esse problema, a sede do Instituto Confúcio incentiva os ICs a oferecerem cursos de crédito nas universidades anfitriãs, no entanto, alguns países têm dificuldades devido ao desenho rígido do currículo institucional e também à legislação de seu país. Isso pode ser uma consequência do número limitado de graus de língua chinesa nas universidades. Esse fato também contribui para a escassez de professores chineses em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, existe apenas uma universidade pública (Universidade de São Paulo) que oferece graduação em ensino e língua chinesa. Isso tem implicações diretas no ensino de idiomas, no material didático e na produção de conhecimento.

O que o futuro reserva para os dois cenários?

A agenda do chinês como língua estrangeira é vasta e desafiadora. Incorpora e/ou combina questões socioculturais, econômicas, políticas e de ensino. Parece que o futuro reunirá um conjunto de iniciativas que contarão com o apoio do governo chinês. O ministro adjunto de Educação, Xuejun Tian, que participou do Congresso sobre o Ensino do Idioma Chinês promovido pelo Hanban em 2019,⁷ claramente afirmou que a prioridade é promover o idioma chinês no exterior, levando em consideração

⁷ International Chinese Language Education Conference, realizada em Changsha/China, 2019.

uma nova mentalidade internacional e os avanços da tecnologia. Isso exigirá mudanças significativas. Para citar e considerar alguns tópicos, os educadores terão que reconsiderar a qualidade dos recursos pedagógicos, levando em conta uma audiência global que inclui estudantes de diferentes idiomas e origens culturais. Nesse campo, os investimentos na incorporação de tecnologia nas práticas de ensino precisam ser considerados uma das prioridades. Esses desafios dependem de uma questão mais complexa, que é o investimento na criação de diplomas no idioma chinês em todo o mundo. Criando uma comunidade acadêmica sólida que atua na formação de professores, a pesquisa na área de material de ensino e referência minimizará, em longo prazo, a escassez de professores chineses locais que a comunidade CFL enfrenta no momento presente. Isso, por sua vez, também diminuirá o status do inglês como o meio de instrução do mandarim.

Mais especificamente, o Brasil está colhendo os frutos, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Os ICs precisam fortalecer e consolidar suas iniciativas, estabelecendo parcerias com órgãos governamentais e empresariais. É importante promover eventos que demonstrem a importância de aprender chinês no mundo contemporâneo. O país terá que enfrentar e superar uma questão histórica: melhorar as perspectivas de carreira no ensino. Como atrair profissionais de idiomas para a carreira docente? A maioria dos estudantes que se formam no idioma chinês no Brasil escolhe o mercado financeiro devido a melhores salários e condições de trabalho.

Do outro lado da moeda, Macau tem a responsabilidade de interagir com ICs em nove países de quatro continentes, envolvendo um número total de 27 Institutos Confúcio. Eles compartilham uma linguagem comum, mas inevitavelmente têm certas características, interesses e prioridades diferentes que podem representar dificuldades para colaborações conjuntas. Macau já incluiu esses desafios na agenda e está criando maneiras de

lidar com essas questões, um bom exemplo são os dois fóruns organizados por eles desde a sua criação em 2018.

Observações finais

Em poucas palavras, este capítulo descreveu a história subjacente ao ensino do CFL ao longo dos anos até o lançamento do projeto Instituto Confúcio. Pesquisamos iniciativas em dois ICs importantes: um na Universidade Federal de Minas Gerais no Brasil e outro em Macau. Os dados de ambos os cenários demonstram o papel positivo que o Instituto Confúcio desempenha no ensino de chinês. Um aumento significativo no número de estudantes e um amplo espectro de atividades culturais são certamente responsáveis pela expansão dos estudantes chineses nas duas regiões. Além disso, observou-se que professores chineses nativos e professores locais estão reformulando a maneira como o chinês é ensinado, no entanto, existem poucas publicações documentando as contribuições dessa iniciativa, especialmente no ensino. A parte preocupante é que podemos estar perdendo a oportunidade de incorporar e disseminar técnicas de ensino contemporâneas e criar um banco de dados que possa ser usado para referência futura. Outra preocupação é o número limitado de cursos de chinês, o que tem implicações importantes para a melhoria do ensino do chinês como língua estrangeira.

Da proibição ao imenso encorajamento, o CFL passou por importantes mudanças que estão entrelaçadas com o crescimento econômico da China e se abrem para o mundo. Os 11 ICs no Brasil e o de Macau precisam lidar com muitos desafios que podem durar algum tempo; no entanto, o que seguirá constantemente todos nós envolvidos de alguma forma no ensino da língua chinesa é que a China, especialmente a atual China, é importante demais para não ter sua língua e cultura conhecidas e compreendidas no século XXI.

Referências

CARVALHO, M. Confúcio em Macau com os olhos no mundo. *Revista Macau*, 2 maio 2018. Disponível em: <https://www.revistamacau.com/2018/05/02/confucio-em-macau-com-os-olhos-no-mundo/>. Acesso em: 10 fev. 2019

CHANG, H. A Review and Prospect of the Development of Chinese International Education: A Case Study of Confucius Institute. *Higher Education Development and Evaluation*, v. 31, n. 1, p. 23-31, 2015.

CHEN, W. An Analysis of the Status Quo of Chinese Education in Brazil. *TCSOL Studies*, n. 2, p. 1-11, 2015.

CONFUCIUS INSTITUTE/CLASSROOM. [Confucius Institutes/Classrooms around the World]. 2019. Disponível em: http://english.hanban.org/node_10971.htm. Acesso em: 25 out. 2020.

CONFUCIUS INSTITUTE HEADQUARTERS/HANBAN. *Confucius Institute Annual Development Report of 2018*. 2018. Disponível em: <http://www.hanban.org/report/2018.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

CRYSTAL, D. *English as a Global Language*. Cambridge: CUP, 2003.

FLEW, T.; HARTIG, F. Confucius Institutes and the Network Communication Approach to Public Diplomacy. *IAFOR Journal of Asian Studies*, v. 1, n. 1, p. 27-44, 2014.

KURLANTZICK, J. *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World*. [New Haven, CT]: Yale University Press, 2007.

MA, H.; GUO, C. Chinese Soft Power in Latin America: The Chinese Language Communication Perspective. *Journal of Latin America Studies*, v. 36, n. 6, p. 48-54, 2014.

ZHAO, H.; HUANG, J. China's Policy of Chinese as a Foreign Language and the Use of Overseas Confucius Institutes. *Educational Research for Policy and Practice*, v. 9, n. 2, p. 127-142, 2010.

YANG, X. A Study of Chinese Learning Motivation of Foreign Students: The Case of Brazilian Learners. *Journal of Wuhan University of Technology (Social Science Edition)*, v. 30, n. 2, p. 156-160, 2017.

8. ENTENDENDO O PROCESSO DE *CATCH UP* DA CHINA: um olhar para a evolução do Sistema Nacional de Inovação chinês

*Mariana Miranda Rodrigues
Gilberto Libânio*

Introdução

Por muito tempo “*Made in China*” foi sinônimo de produtos baratos de baixa qualidade e tecnologia; e inovação chinesa significava cópias e falsificações. Porém, sem o conhecimento de muitos, isso tem rapidamente se tornado algo do passado.

No tempo da reforma e da política de abertura de 1978, a China se encontrava numa condição de significativo atraso. Extraordinariamente, nas décadas seguintes o país não somente foi capaz de alcançar líderes globais em várias áreas, mas também conseguiu ultrapassá-los em algumas delas, como telefonia celular, sistemas de telecomunicações, e automóveis (LEE, 2019). Além disso, a China tem tomado a liderança em setores emergentes de alta tecnologia, como a inteligência artificial (IA), “setores

de computação em nuvem, serviço bancário pelo celular, compras, *fintech*, drones, e carros elétricos, incluindo empresas de economia compartilhada” (LEE, 2019, p. 157). Muitas das inovações nessas áreas já fizeram seus caminhos para o Ocidente. Por exemplo, sistemas de pagamento por celular como o Apple Pay e o Samsung Pay claramente vieram dos livros de estratégia do Alipay e do WeChat Pay.

Esses desenvolvimentos são refletidos no fato de que em uma década a China subiu 23 posições no ranking da Global Innovation Index (GII). O país começou na 37ª posição no relatório de 2008/2009 e deu um salto impressionante ao 14º lugar no relatório de 2019 (DUTTA; LANVIN; WUNSCH-VINCENT, 2019), de acordo com o qual a “China continua sua ascensão [...], e se estabelece firmemente como um dos líderes de inovação”.

A China é o único país de renda média ranqueado no top 30, e seus pontos fortes de inovação se tornam evidentes em numerosas áreas. Ela se mantém no topo em patentes por origem, designs industriais, e marcas registradas por origem, assim como em exportações líquidas de alta tecnologia e exportação de bens criativos (DUTTA; LANVIN; WUNSCH-VINCENT, 2019).

Esse resultado é tudo menos imprevisível. Desde o final da década de 1970, a China tem experimentado uma performance de crescimento extraordinária, numa média de quase 10% ao ano entre 1978 e 2018. Isso foi principalmente o resultado de reformas penetrantes, graduais e pragmáticas, que tiraram o máximo das conquistas preexistentes e das circunstâncias internacionais auspiciosas resultantes da Guerra Fria (MEDEIROS, 1999), e produziram transformações econômicas e estruturais substanciais, permitindo o crescimento sustentado do país (ARRIGHI, 2007). O foco de se industrializar era claro, e muitas políticas industriais foram colocadas, como o estabelecimento de zonas econômicas especiais, a fim de atrair capital estrangeiro e tecnologia estrangeira para o país (PING, 2013). Essas políticas, em

conjunção com a atratividade das reservas de trabalho a preço baixo, saudáveis, educadas, autogerenciáveis e vastas (ARRIGHI, 2007), assim como com outros fatores macroeconômicos chave favoráveis, garantiram a rápida incorporação do país nas Cadeias Globais de Valor (GVCs, em inglês). O sucesso dessa estratégia foi tamanho que no vigésimo primeiro século a China se estabeleceu como a “Fábrica do Mundo” (ZHANG, 2006).

As últimas décadas têm mostrado para estudiosos da inovação que parece haver um teto de vidro que entra no caminho de economias de renda média na percepção de todos os seus potenciais de inovação, no movimento em direção a serem economias de alta renda e na conquista do status de casas de força de inovação (DUTTA; LANVIN; WUNSCH-VINCENT, 2019). Com a virada chinesa em direção à ciência, tecnologia e inovação – que aconteceu apenas quando o país começou a mirar na construção de seu Sistema Nacional de Inovação e no desenvolvimento de suas capacidades científica e tecnológica no final do século XX –, a China deu seus primeiros passos na direção dessa transição. Em 2006, houve uma importante mudança nas prioridades governamentais que puseram ST&I (ciência, tecnologia e inovação) no centro; resultados realmente significantes começaram a ser vistos e sentidos no início da década de 2010, e essa nova estratégia produziu resultados particularmente impressionantes desde então que merecem ser analisados e mais bem entendidos. Mesmo que pesquisadores tenham sido um pouco lentos em acompanhar a velocidade alucinante da mudança na China, sua performance recente a posiciona como país mais próximo a quebrar esse teto de vidro notado. Consequentemente, é primordial que pesquisas futuras sobre o estado atual do processo de *catch up* chinês entendam essa transição inovadora iminente.

Além disso, uma melhor compreensão dessas conquistas chinesas é especialmente relevante no contexto brasileiro. Primeiro, há uma necessidade de o Brasil se tornar mais familiarizado com

seu parceiro comercial principal (desde 2009), de quem tem se tornado mais dependente economicamente (MEDEIROS; CINTRA, 2015) e de quem o desenvolvimento pode ter impactos e consequências abrangentes que o Brasil deve entender ou ao menos seguir para não ser pego despreparado quando se fizerem sentidos. Segundo, como um país emergente de classe média alta, com algumas características e desafios comuns, há muito que os atores do Sistema Nacional de Inovação brasileiro podem aprender das melhores práticas chinesas para se engajarem em um processo de *catch up* bem-sucedido. Por fim, pesquisa nesse tema pode ajudar a achar caminhos alternativos em direção ao desenvolvimento (CASSIOLATO; SOARES, 2014) e pode ser uma “entrada para ações de política [pública] visando a promoção do desenvolvimento” (LUNDVALL *et al.*, 2009, p. 1).

Com tudo isso em mente, o presente estudo mapeia a evolução do Sistema Nacional de Inovação chinês (CNIS, em inglês), enquanto se baseia no entendimento de que não só é possível para países e economias realizarem, com sucesso, o processo de *catch up* e superarem suas condições periféricas, mas que esse processo é também intrinsecamente conectado com o desenvolvimento de seus Sistemas Nacionais de Inovação. O restante deste capítulo é organizado da seguinte forma: primeiro, um plano de fundo teórico que guiará nossa análise é apresentado; depois, grifamos os eventos e desenvolvimentos mais importantes relacionados à evolução do CNIS no decorrer do tempo; na seção posterior, deliberamos sobre os fatores que lideraram, com sucesso, a China até então; e a última seção conclui o capítulo sinalizando o caminho à frente e fazendo um balanço do que já foi conquistado. Tudo isso permite ao estudo oferecer uma ideia razoável do CNIS como um todo e lançar alguma luz em como a China tem, num período de tempo razoavelmente curto, mudado de um país com produção tecnológica e científica muito baixa para única economia de renda média que se estabeleceu entre os

maiores inovadores do mundo e que está pronta e desenvolvida para romper o teto de vidro da inovação para um Sistema Nacional de Inovação (NIS) realmente maduro e alcançar um status de alta renda nas próximas décadas.

Plano de fundo teórico: NISs e a arte do *catch up*

O Sistema Nacional de Inovação é um conceito que emergiu no final da década de 1980, como a forma de realização de uma nascente teoria econômica alternativa estabelecida na época, a abordagem neo-schumpeteriana (ALBUQUERQUE, 2004). Os criadores dessa nova escola de pensamento se voltaram às intuições clássicas de Joseph A. Schumpeter (1883-1950) sobre explicações de comportamento microeconômico, transformação macroeconômica e processos de mudança estrutural do sistema econômico, com inovação técnica e institucional no centro disso. As características principais dessa abordagem são sumarizadas por Freeman (1988, p. 2), como segue:

- a) A mudança técnica é uma força fundamental ao se modular os padrões de transformação da economia.
- b) Há alguns mecanismos de ajuste dinâmico que são radicalmente diferentes por natureza de mecanismos de alocação postulados pela teoria tradicional.
- c) Esses mecanismos têm a ver tanto com a mudança técnica quanto com a mudança institucional ou a falta delas. Em relação à primeira, sugerimos que são desequilibrantes – e uma fonte de ordem para as direções da mudança e os ‘processos de ajuste dinâmicos’, à medida que novas tecnologias se difundem pelas economias nacional e internacional. Paradoxalmente, independentemente de suas flutuações e crises, o mundo é mais estável e mais bem ordenado do que se poderia deduzir da teoria econômica prevalecente.

- d) A estrutura socioinstitucional sempre influencia e pode às vezes facilitar e às vezes retardar processos de mudança, coordenação e dinâmica técnica e estrutural. Tais efeitos de aceleração e retardamento se relacionam não simplesmente com as ‘imperfeições’ do mercado, mas com a natureza dos mercados em si, e com o comportamento dos agentes (isto é, instituições são parte inseparável da forma como os mercados funcionam).

Imbuídos dessas ideias, muitos assinantes de tal abordagem criaram variações do mesmo conceito, o Sistema Nacional de Inovação (FREEMAN, 1987; NELSON, 1993; PATEL; PAVITT, 1994; METCALFE, 1995), que é definido por Lundvall (1992, p. 2) como “os elementos e relacionamentos que interagem com a produção, difusão e uso de conhecimento novo e economicamente útil [...] e são localizados ou em volta ou enraizados dentro das fronteiras de um Estado-nação”.

Desde sua introdução, o conceito de NIS ganhou muita tração, dada sua versatilidade e a abrangência de seu poder explicativo, com sua abordagem sistêmica e ampla (TEIXEIRA, 2013). Dentro do campo do desenvolvimento econômico, o NIS ganhou atenção particular. Se as mudanças técnica e institucional são vistas como as engrenagens do crescimento econômico, então a eficiência com a qual um país adquire, cria, difunde e utiliza o conhecimento (a principal entrada para a inovação) é diretamente relacionada às prospecções de crescimento econômico desse país. Portanto, são precisamente as diferenças no NIS que ajudam a explicar as diferenças de níveis de desenvolvimento entre países, e a formação de um NIS é “reconhecido como pré-condição para superar o subdesenvolvimento” (ALBUQUERQUE *et al.*, 2015, p. 6).

Uma característica importante dessa nova abordagem é que ela vê a inovação num sentido muito mais amplo que antes. Uma das conceitualizações de referência dessa visão geral da inovação

é apresentada no Manual de Oslo e consiste em: “Uma inovação é um produto ou processo (ou combinação de ambos) novo ou melhorado que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores e que se faz disponível para potenciais usuários (produto) ou trazido para uso por uma unidade (processo)” (EUROSTAT, 2009, p. 20). Isso significa que há várias formas de ser inovador, que se transformam em diferentes maneiras de se perseguir inovações e impactar positivamente a economia com elas.

A abordagem neo-schumpeteriana também tem sido apta a explicar alguns fenômenos que já foram contemplados por outras abordagens. Isso é exatamente o que aconteceu com o *catch up*.

A ideia de *catch up*, i.e., um país menos desenvolvido alcançar o mesmo nível de desenvolvimento de outro mais desenvolvido, tem sido parte do repertório de desenvolvimento econômico por certo tempo. Data desde o trabalho clássico de Gerschenkron (1962), *Economic Backwardness in Historical Perspective*, no qual ele relata os “métodos específicos usados no processo de *catch up*” (p. 16) por países como Alemanha, Rússia, e outros da Europa continental para diminuir o *gap* industrial existente entre eles e o líder, Reino Unido, no final do século XIX. Porém, o conceito apenas se estabeleceu verdadeiramente entre os economistas do desenvolvimento no final dos anos de 1980 com o artigo influente de Abramovitz (1986), “Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind” (LEE, 2013, p. 6).

Em relação a isso, é importante dizer que o processo de *catch up* tem sido incompreendido e deturpado em boa parte da literatura, porque engloba um processo muito mais complexo e multidimensional que o que a teoria convencional pode explicar (ODAGIRI, 2010). E foram apenas as formulações mais recentes do conceito, que levaram em consideração a abordagem neo-schumpeteriana, que verdadeiramente fizeram justiça ao processo de *catch up*. Isso porque, nessa abordagem, a tecnologia é entendida como sendo

composta pelo uso de uma combinação de diferentes tipos de conhecimento. Um conhecimento é bem articulado, escrito em considerável detalhamento, e abertamente difundido; esse tipo é conhecido como conhecimento codificado e é mais facilmente atingível. Outro tipo de conhecimento é mais relacionado a experiências particulares e à forma como as coisas são feitas, tornando-as mais difíceis de se aprender, o que pode apenas ser feito por meio de prática e exemplos práticos; esse tipo é conhecido como conhecimento tácito. Um aspecto final do conhecimento é que ele pode ser tanto público, i.e., codificado ou aberto a todos, quanto privado, do qual há duas formas: o implícito, que privatiza por meio do aspecto tácito do conhecimento; e o explícito, que privatiza o conhecimento por meio do uso de sigilo ou outros dispositivos legais (i.e., patentes) (DOSI, 1988). Portanto, a dificuldade no processo de *catch up* se apoia no fato de que alcançar os países mais desenvolvidos “essencialmente envolve aprender sobre e tentar embarcar práticas que estão em uso em países além da fronteira” (ODAGIRI, 2010, p. 2), o que com mais frequência não utiliza grandes partes dos aspectos privados e tácitos do conhecimento não facilmente atingíveis.

Também é importante entender que o processo de *catch up* é como mirar em um alvo móvel, porque, enquanto o país se desenvolve, o mesmo ocorre com o país que se quer alcançar. Isso “significa que, para alcançar, o retardatário deve correr mais rápido que seu alvo ou pulá-lo” (LEE, 2019, p. 29), e o faz de forma que o fator principal que permitiu países nos anos de 1960 e 1970 a, com sucesso, fazerem um *catch up* não é o mesmo que permitiu países nos anos de 1980 e 1990 a o fazerem. Atualmente, a acumulação de capacidades tecnológicas é mais relevante que a significativa acumulação de capital de antes. Seja como for, para ultrapassar os que estão na frente, dado que os países em desenvolvimento precisam tomar um caminho que é diferente dos previamente tomados pelos líderes, a chave não repousa na

simples acumulação de conhecimento e tecnologia existentes por si, mas também na criação de suas próprias ideias e técnicas dentro da fronteira, o que os chineses cunharam de “inovação indígena”. Isso significa que aqueles países que melhor desenvolveram e estruturaram seus NISs são os que aparentam estar realizando o processo de *catch up* de maneira exitosa e aqueles que não o fizeram são os que estão ficando cada vez mais para trás (LEE, 2013).

Porém, as dificuldades estão não apenas em se mover na direção do alvo correto, mas também nos países em desenvolvimento em si, que se põem como um desafio significativo para pesquisadores, porque na maioria do tempo as maiores diferenças não são entre o sistema nacional e aquele de países desenvolvidos, mas entre as partes restritas mais desenvolvidas e as partes difundidas mais atrasadas do próprio sistema nacional (LIU, 2009).

A China, como país em desenvolvimento, não escapa desse problema. Uma das características mais significantes do CNIS, e certamente um dos mais sérios desafios, é o dos desequilíbrios entre as áreas rural e urbana, e entre as áreas costais do Sul e do Leste – casa da maioria dos TNCs (sigla, em inglês, para corporações transnacionais), empresas nacionais de alcance global e universidades e institutos de pesquisa de primeira qualidade – e as áreas Central e Oeste, cuja capacidade de inovação tem se desenvolvido numa velocidade muito menor (PING, 2013; OECD, 2019). Esse problema tem sido extensamente explorado na literatura (e.g.: LI, 2014; PING, 2013; LIU, 2009; EUN *et al.*, 2015; OECD, 2019), então em nome da brevidade o presente estudo trabalhará apenas com dados agregados, mas o fato de que uma significativa disparidade regional existe e é claramente observável entre os indicadores e às vezes resulta em diferentes padrões de interação entre atores-chave deve ser sempre mantido em mente.

Finalmente, mesmo que reconhecamos que quando se trata de analisar melhor os NISs em países em desenvolvimento é ideal utilizar uma conceitualização mais ampla – com o sistema sendo visto como uma estrutura complexa e vasta, contemplando instituições tanto formais quanto informais, atores e interações dentro das fronteiras de um país (LUNDVALL *et al.*, 2009) –, dadas as restrições de espaço e tempo impostas pela natureza do presente estudo nossa análise nas próximas seções será confinada aos atores centrais do sistema: os Institutos de Pesquisa do Governo (GRIs, em inglês), os Institutos de Educação Superior (HEIs, em inglês), o Setor de Negócios, e o Governo.

A evolução do NIS na China nas últimas duas décadas

Reconhecendo que “as configurações dos NSIs, e as rotinas e capacidades de seus atores são altamente dependentes da trajetória e têm mudado lentamente durante o tempo” (SCHILLER; LEE, 2015, p. 67), a presente seção se propõe a mapear a evolução do CNIS no decorrer do tempo para um melhor entendimento da configuração atual. Ao optar por uma análise evolucionar do sistema é possível ganhar algum conhecimento necessário sobre as raízes, causas e potenciais soluções das fraquezas institucionais e estruturais restantes que podem se colocar no caminho da transição da China a um país de alta renda.

Quando se considera a evolução do CNIS como fator-chave, a história chinesa pode ser subdividida em quatro principais períodos, quais sejam: o relacionado à China Antiga e todo o tempo antes da instituição da República Popular da China em 1949; a chamada era socialista, sob Mao Zedong (1949-1978); a era das reformas e abertura que foi inaugurada em 1979 e que representou uma nova direção importante para o país como um todo; e por fim, 1998 marcou o início de uma nova realidade para

o CNIS, em que seu desenvolvimento se tornou o verdadeiro foco dos chineses, e constitui o foco central deste capítulo.

Construindo o CNIS

No final do século XX o estabelecimento de uma estrutura de economia de mercado estava bem encaminhado, e o reconhecimento da importância da inovação para alcançar um desenvolvimento econômico sustentável crescia entre os formuladores de políticas do mundo, que adotaram o conceito de NIS e o utilizaram como estrutura para estabelecer suas políticas, como evidenciado pela publicação, em 1997, de estudo sobre NISs pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, em inglês), na qual se discutiu uma forma de medi-los e avaliá-los propriamente e as importantes informações políticas que a abordagem pode trazer. Esse também foi o caso para políticos chineses, que fizeram da construção de um CNIS baseado no mercado e sua melhoria o foco político central desde 1998, buscando “colocar todos os performers da inovação em suas posições corretas e fazer com que eles performem suas respectivas tarefas” (PING, 2013, p. 239).

Portanto, quando a meta central se tornou fortalecer o CNIS e a comercialização de inovações (PING, 2013, p. 201), algumas reestruturações profundas se tornaram necessárias. A mudança estrutural mais significativa representou tanto um caminho na direção dessa meta quanto um próximo passo lógico e necessário na reforma da estrutura governamental que tinha começado no final dos anos de 1990. No contexto da era da economia planificada (ou era socialista) a existência de ministérios, escritórios, e corpos governamentais específicos responsáveis por comandar os mais diversos temas, incluindo seus afiliados GRIs, era importante. Porém, com as reformas sendo implementadas e o Estado gradualmente mudando seu papel na economia, muitos deles perderam seus sentidos e foram abolidos. Tudo isso levou

a muitos GRIs industriais se tornarem soltos de seus anteriores ministérios-pais específicos da indústria, com o que se precisou lidar (LIU, 2009, p. 131). A solução implementada no final de 1998 foi a reforma de 242 GRIs nacionais, “cujos meios incluíam a transição para empresas científicas e tecnológicas ou instituições de serviço tecnológico intermediário, assim como fusões com empresas para realizar transformações baseadas nelas” (PING, 2013, p. 201). Em 2001 houve uma reforma de reclassificação generalizada na qual em torno de 1.200 GRIs de tecnologia industrial fizeram a transição para empresas (GU; LUNDVALL, 2006, p. 20). Portanto, o número de GRIs e seu pessoal decresceu significativamente, de quase 6 mil institutos e algo em torno de 1 milhão de funcionários em 1998 para menos de 4 mil institutos e por volta de 560 mil funcionários em 2004 (LIU, 2009, p. 131; SCHAAPER, 2009, p. 19-20). Não obstante, isso também significou um aprimoramento de qualidade dos GRIs restantes, visto que foram aptos a desfrutar de financiamento mais focado do governo e de manutenção de pessoal mais qualificado, especialmente a CAS (Chinese Academy of Sciences), que tem se fortalecido significativamente desde então. Porém, a consequência mais importante da reforma dos GRIs foi a mudança no sistema de liderança, que ficava com os GRIs desde 1949, para as mãos do setor de negócios. A composição dos GRIs em transição e o encorajamento do governo para que empresas existentes assumissem suas próprias atividades inovadoras conduziram para a emergência do setor de negócios como o novo ator inovador dominante, representando mais de 60% do gasto total em P&D (pesquisa e desenvolvimento) desde 2000 (LIU, 2009, p. 127).

Outro aspecto do fortalecimento do setor de negócios e da orientação de mercado do CNIS foi a reforma das Novas Empresas de Tecnologia (NTEs, em inglês), implementada em 2001 e que serviu para cortar os laços administrativos entre NTEs e seus HEIs e GRIs responsáveis, o que, combinado com a reforma dos

GRI, ajudou a permitir a melhoria da capacidade de absorção das empresas locais e pavimentou o caminho para que os links verticais específicos que foram previamente estabelecidos entre esses atores fossem gradualmente substituídos por mais horizontais entre instituições acadêmicas e o setor de negócios como um todo durante as próximas duas décadas (EUN *et al.*, 2015; SCHILLER; LEE, 2015). Apesar de que fosse razoável ter Organizações Públicas de Pesquisa (PROs) se engajando na produção quando não havia outros atores capazes de terem conquistas tecnológicas no mercado, quando as empresas se desenvolveram mais e se tornaram mais bem equipadas para fazê-lo, a melhor abordagem seria distanciar PROs e dar espaço às empresas para que elas próprias o fizessem. Há três razões importantes para isso, como Liu (2009, p. 130-131) aponta, dado que as NTEs eram usualmente resultado de iniciativa de comercializar uma inovação específica que as PROs “geralmente não tinham motivação ou estrutura para inovar mais”, cientistas também não usualmente se tornam bons gestores, e, mais importante, havia o fato de que o foco das PROs em gerir as NTEs com sucesso poderia comprometer o desenvolvimento de longo prazo do sistema. Isso é devido ao conflito apresentado entre, por um lado, a mentalidade privada e ávida pelo lucro, necessária para gerências NTEs, usualmente relacionada a um foco em atividades mais eminentemente aplicáveis com retornos de prazo menor e com menos risco; e, por outro, as missões reais das PROs, que deveriam se basear na provisão de bens públicos como ensino, pesquisa, e outras atividades relacionadas a promover o desenvolvimento social, cultural e econômico (BRUNDENIUS; GÖRANSSON, 2011), que implicam a necessidade de maior ênfase em ganhos de longo prazo e a construção de uma base de conhecimento e em capacidades mais graduais e gerais. Consequentemente, esse era um desenvolvimento indispensável.

Nos anos seguintes, esses GRIs e NTEs transformados se tornaram guias-chave da evolução e do desenvolvimento científico e tecnológico no setor de negócios, ao ajudar a direcionar esforços das empresas na direção de estratégias de desenvolvimento industrial ou regional e de demanda de mercado, e ao estimular mudanças em indústrias tradicionais e a adoção e assimilação geral de práticas e tecnologias mais avançadas (PING, 2013). Tudo isso gradualmente ajudou a melhorar as capacidades inovadora e de absorção das empresas significativamente. Na virada do século, algumas outras iniciativas para assistir o crescimento do setor de negócios também foram criadas, como o direcionamento de fundos especiais para Empresas de Pequeno e Médio Porte (SMEs) baseadas em tecnologia, a promoção do estabelecimento e desenvolvimento de capital de risco no país, e o auxílio direto a indústrias de software e ICT (sigla, em inglês, para tecnologias de informação e comunicação) (PING, 2013).

Quando se fala em suprimento de recursos humanos de qualidade, os esforços prévios para o fortalecimento da educação terciária, assim como da pesquisa e da produção científica dentro das PROs foram redobrados por meio das seguintes iniciativas:

Em 1998, o Ministério da Educação iniciou o Projeto 985 para fortalecer pesquisas existentes e para catalisar novas áreas para pesquisa. Institutos de educação e conhecimento foram reformados e transformados em institutos internacionalmente reconhecidos. Cientistas jovens e talentosos educados no estrangeiro foram atraídos a retornar para a China e aqueles na China foram mantidos por meio de políticas de pesquisa e negócios de alta tecnologia financeiramente atrativas apoiadas por fundos dos governos central e locais. (SOMEREN; SOMEREN-WANG, 2013, p. 38).

Eles resultaram em uma expansão extraordinária da educação superior durante o período, com um aumento anual médio

de 33% no número de estudantes de graduação e de 28% na pós-graduação entre 2000 e 2006, de acordo com dados publicados pelo Escritório Nacional Chinês de Estatísticas (NBS). Essa expansão drástica angariou à China o posto de segundo maior número de pesquisadores do mundo em 2006 (SCHAAPER, 2009, p. 46).

Atualmente, a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (WTO, em inglês) em 2001, depois de mais de 15 anos de negociação, também foi um ponto de inflexão importante para o desenvolvimento do CNIS, por ter sido fundamental para consolidar e avançar iniciativas anteriores, como a institucionalização e melhoria do regime de proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual (IPR, do inglês) e a internacionalização do CNIS. Isso aconteceu porque, para fazer parte da WTO, a China teve que fazer alguns compromissos e conformar a estrutura legal e institucional aos padrões da Organização, que envolviam a alteração ou promulgação de 3 mil leis nacionais e cerca de 190 mil leis locais (UCHÔA, 2017). Como visto na seção anterior, os primeiros passos em direção à proteção do IPR foram dados durante os anos de 1980, mas eram muito distantes do necessário para atingir seus propósitos. Isso foi devido ao fato de que o foco do governo era primeiro fomentar uma forte competição de mercado e apenas depois colocar na agenda os aspectos e problemas relacionados à propriedade privada (LIU; WHITE, 2001). Até recentemente, havia uma incerteza generalizada sobre direitos de propriedade e a garantia de compensação justa relacionada à produção de conhecimento científico, tecnológico e inovador, sem “uma estrutura legal nem um precedente reconhecido para a transferência de elementos-chave de direitos de propriedade” (LIU; WHITE, 2001, p. 1108). Isso representava uma fraqueza muito importante para o CNIS, porque sufocava transações e o estabelecimento de ligações entre os atores, mais notadamente nos setores de alta tecnologia. Como não havia garantia real de apropriabilidade e boa-fé, os riscos envolvidos na comercialização de inovações ou

na colaboração com outros atores eram muito altos (EUN *et al.*, 2015). Além disso, o não saber se seriam aptos a reivindicar qualquer lucro futuro associado com suas inovações desencorajava atores, especialmente empresas, a se engajarem nas atividades de R&D (LIU; WHITE, 2001). Ao se tornar parte da WTO em 2001, a China teve que focar verdadeiramente em estabelecer uma estrutura de proteção dos direitos de propriedade intelectual (IPR), e ao fazer algumas alterações em suas leis de propriedade intelectual (IP) sobre manter seus compromissos, especialmente quando relacionados ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês), o país se tornou capaz de crescer firmemente no decorrer do tempo (GU; LUNDVALL, 2006), assim como aconteceu com o número de unidades de R&D e atores engajados nessas atividades.

Em relação à internacionalização do sistema, os meados dos anos de 1990 testemunharam o início de uma terceira, e por muito a mais intensa, onda de abertura. As melhorias nos ICTs e modos de transporte, que começaram lá e continuaram nas décadas seguintes, levaram a um desabamento contínuo nos fretes internacionais e custos de comunicação e fizeram nascer uma nova divisão internacional do trabalho, na qual diferentes atividades necessárias para trazer um produto de sua concepção aos consumidores finais poderiam ser empreendidas em diferentes partes do mundo e ainda assim resultar em bens com preços altamente competitivos (MORAIS, 2015). Em outras palavras, a produção poderia ocorrer dentro do contexto das Cadeias Globais de Valor (GVCs). Nesse novo paradigma produtivo, o país foi rapidamente incorporado nas GVCs e TNCs, e o FDI (sigla, em inglês, para investimento externo direto) começou a entrar na China a sério, devido à atratividade crescente do mercado doméstico, com sua capacidade de consumo se expandindo, e o potencial local de ampliar produção, tudo dentro de um contexto de trabalho barato e relativamente especializado e políticas

favoráveis (ARRIGHI, 2007). As entradas de FDI, que tiveram um nível de aproximadamente 3,5 bilhões de dólares em 1990, alcançaram um pouco mais de 43,7 bilhões de dólares em 1998, de acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial. O foco, mesmo lá atrás, também foi além de setores de baixa tecnologia, e algumas TNCs, dentre as quais estavam as mais proeminentes do mundo, investiram em projetos intensivos em capital e em tecnologia (LI, 2014). Na virada do século, “mais de 50 MNEs [TNCs], incluindo a Microsoft e a Intel, estabeleceram centros de R&D na China para entrar na rede local de pessoal técnico” (LIU; WHITE, 2001, p. 1103). A adesão chinesa à WTO e suas prescrições – ao menos no papel – associadas em maior grau à abertura do mercado deram aos estrangeiros um senso importante de segurança junto com um ambiente de investimento que precisavam para confiantemente entrar no extraordinário contexto chinês mencionado anteriormente. Isso deu à internacionalização do país um *momentum* ainda maior, permitindo ao tamanho de TNCs e do FDI na China crescer quase constantemente e em cotações ainda mais expressivas, com o segundo crescendo em média 22% por ano entre 2002 e 2006 (dados da WDI) (WORLD BANK, [200-]). Portanto, no amanhecer do novo século a China se tornou a “Fábrica do Mundo” (ZHANG, 2006). Representativo disso foi o fato de que, em 2004, o país assumiu o posto de maior parceiro comercial do Walmart (JIANG, 2004), a maior empresa do mundo no que diz respeito à receita, de acordo com a lista *Global 500* da *Fortune*.

Por meio dessa entrada de competidores internacionais importantes no país e participação nas GVCs, empresas chinesas melhoraram sua produção e gestão locais, escalaram suas capacidades de produção, foram aptas a ganhar acesso facilitado a mercados globais e a adquirir “informação no tipo e qualidade de produtos e tecnologias requeridos por” elas (PIETROBELLI; RABELLOTTI, 2009, p. 221). Porém, toda essa questão não foi traduzida na melhoria das capacidades inovadoras no geral,

porque isso clama por esforços tecnológicos e de aprendizado substanciais (PIETROBELLI; RABELLOTTI, 2009), que só começavam a fazer raízes dentre a população geral de empresas domésticas. Não apenas isso, mesmo que empresas domésticas se tornaram parte indispensável da maioria das GVCs do mundo, suas atividades eram focadas em montagem e processos de menor valor adicionado, o que não as dava acesso nem a parcelas significantes dos lucros nem às tecnologias centrais envolvidas nos próprios produtos. Conseqüentemente, enquanto o setor de negócios era apto a emergir como sistema de inovação líder depois de 1998, devido às capacidades tecnológica e inovadora ainda geralmente fracas das empresas domésticas, TNCs e suas afiliadas eram as que tinham o papel proeminente como atores inovadores chave dentro do setor de negócios em si, sendo mais inovadores que as empresas locais (LI, 2014; LIU, 2009).

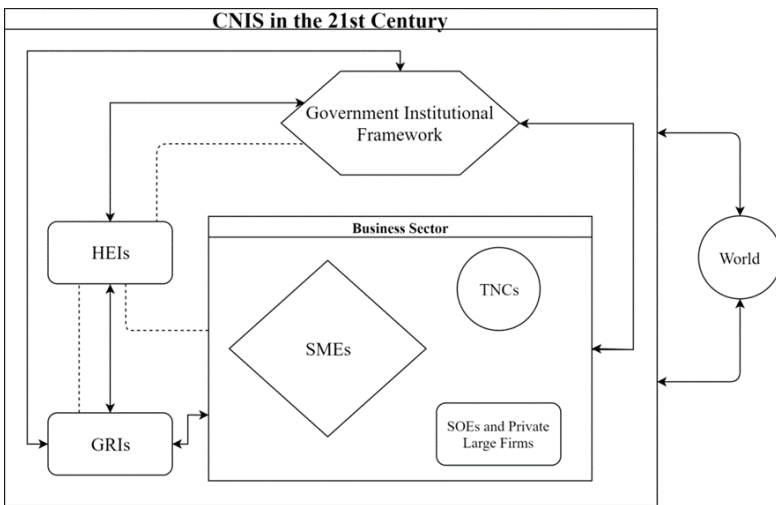
O grande salto em ciência e tecnologia (2006-2020)

Mais pragmático e perspicaz que nunca, o governo chinês reconheceu esse desequilíbrio em favor dos estrangeiros dentro do CNIS, junto com o fato de que o modelo de desenvolvimento baseado na exploração de mão de obra barata se tornaria insustentável num curto prazo (ARRIGHI, 2007; PING, 2013) dado o crescimento na qualificação da força de trabalho – e conseqüentemente dos salários –, e se dispôs a corrigir a situação. Olhando na direção de experiências internacionais, em particular a experiência bem-sucedida de *catch up* da Coreia do Sul, que mostrou que “sistemas de inovação alcançarão um estágio de desenvolvimento econômico e tecnológico no qual a dependência da transferência de conhecimento estrangeiro se torna insuficiente para estreitar a lacuna até as empresas e países líderes” (SCHILLER; LEE, 2015, p. 88), a China decidiu mudar de imitação para inovação ao transformar uma estratégia de desenvolvimento guiada pelo investimento para uma guiada pela inovação (CHINA POLICY, 2017).

O comprometimento da China em se tornar guiada pela inovação foi solidificado com a adoção do Programa Nacional de Médio e Longo Prazos para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (2006-2020) (MLP) (SCPRC, 2006). O MLP enfatizou a inovação, com a palavra sendo “mencionada quase 300 vezes” (LIU *et al.*, 2017, p. 658) no decorrer do documento, mas deu particular atenção ao que descreveu como “inovação indígena” (*zizhu chuangxin*) e seu potencial “de permitir que a China salte na direção da liderança científica” (APPELBAUM *et al.*, 2018). Com isso em mente, as metas centrais do programa abrangem: a redução da dependência chinesa em tecnologia estrangeira; a expansão da despesa interna bruta em R&D; o fortalecimento da contribuição de atividades de ciência, tecnologia e inovação (ST&I) no crescimento da economia; o posicionamento da China como um dos cinco países mais importantes em se tratando de citações em periódicos científicos internacionais e de número de patentes domésticas (FREITAS, 2011); assim como o aprimoramento das capacidades de empresas domésticas e sua centralidade no CIS (PING, 2013). Desde então o estabelecimento de um NIS novo e mais balanceado se tornou uma das máximas prioridades da China e tem sido significativamente apoiado não só pelos 11º, 12º, e 13º Planos Quinquenais, mas também por uma quantidade de esforços provinciais e locais (APPELBAUM *et al.*, 2018). Representativo dessa última parte é o fato de que, “desde 2008, governos locais passaram o governo central no que diz respeito a investimentos em ciência e tecnologia (S&T)” (GU; SCHWAAG SERGER; LUNDVALL, 2016, p. 443).

O investimento geral em atividades de R&D durante as últimas duas décadas foi tão grande, que a porcentagem do produto interno bruto (GDP, em inglês) gasto em R&D triplicou entre 1998 e 2017, mesmo que o GDP em si estivesse crescendo em uma média anual de mais de 9%.

Ao progredir do tempo e desenvolvimento da estrutura de mercado, as Empresas de Aldeias e Municípios, de propriedade coletiva e NTEs gradualmente perderam posição eminente, sendo substituídas por Pequenas e Médias Empresas (SMEs) – como visto na Figura 1 – que se tornaram atores-chave e guias importantes dentro do CNIS, especialmente quando posto que, de acordo com o dado mais recente, “mais de 98,64% de todas as empresas são pequenos negócios com 300 funcionários ou menos” (OECD, 2019, p. 164). Isso é particularmente o caso com SMEs especializadas em S&T, muitas das quais também carregam os próprios IPR, e “tiveram um rápido crescimento e se tornaram os guias de inovação mais ativos na nova era, e uma força indispensável no desenvolvimento econômico futuro da China” (CHENG; GAO, 2014, p. 161).



Elaborated by the author, 2019.
 The continuous lines represent direct linkages and interactions between the actors.
 The dotted lines represent the supply of qualified human resources by HEIs to the other actors.
 Even though they are not represented formally, there are direct and indirect linkages between the actors in the business sector.

Figura 1 - Interação entre os atores-chave no século XXI

Fonte: Elaboração dos próprios autores.

De acordo com Schiller e Lee (2015), ao tempo da transição de liderança do sistema de GRIs para empresas, os GRIs não foram aptos a se adaptar tão bem e tão rapidamente quanto aos HEIs ao novo cenário e perderam significativa importância em relação a estes últimos na criação de ligações e parcerias com os novos líderes, especialmente com empresas privadas e TNCs, independentemente do fato de que pelas cinco décadas anteriores os GRIs foram responsáveis pela maioria das inovações e R&D. Não apenas isso, de acordo com Jong-Hak *et al.* (2015), as ligações entre HEIs e o setor de negócios têm crescido lentamente mas certamente, uma vez que a confiança construída entre os parceiros por meio de parcerias formais bem-sucedidas tomou lugar, e dando tempo e o ambiente propício essas ligações horizontais nascentes certamente florescerão e levarão a um intercâmbio bilateral de informação ainda maior, fortalecendo o potencial inovador do CNIS.

Durante esse período, à medida que o país se tornava um parceiro comercial importante para a maioria dos países e o maior exportador do mundo, o CNIS se tornou ainda mais aberto e os intercâmbios com o mundo se intensificaram. Isso também aconteceu num contexto de alto número de trabalhadores chineses qualificados vivendo no estrangeiro – de acordo com dados apresentados por Schaaper (2009): no início dos anos de 2000 havia mais de 700 mil deles residindo em países da OCDE – que cumpriu importante papel na colaboração com os atores do CNIS.

Dado o fato de que toda a China apoiou a iniciativa para melhorar suas capacidades de inovação e sua posição no mundo acadêmico começando com o MLP, as conquistas relativas à saída de S&T foram incríveis. De acordo com o GII de 2019 (DUTTA; LANVIN; WUNSCH-VINCENT, 2019, p. 6), “enquanto em 1997 a China contabilizou 2% de todas as aplicações de patentes, em 2017 representou 44% do total [mundial]”. Infelizmente, mesmo que as despesas com R&D tenham crescido expressivamente,

como mostrado, como foi guiado majoritariamente por despesas do setor de negócios – ainda mais compreendido por empresas chinesas com capacidade de inovação relativamente baixa –, o foco foi esmagadoramente distorcido na direção de Desenvolvimento Experimental (a parte D de R&D), opondo-se à Pesquisa, seja Aplicada ou Básica.

Dados recentes sobre patentes concedidas ao país mostram que, independentemente disso, empresas chinesas desenvolveram suas capacidades inovadoras o suficiente para tomar de volta a liderança inovadora dentro do setor de negócios de TNCs. Para entender isso, primeiro é importante explicar que:

Patentes registradas na China são classificadas em três categorias: invenção, modelo de utilidade e design (aparência). A classificação de patentes difere do padrão internacional. Por exemplo, design se refere à nova aparência, e modelo de utilidade se refere à modificação ou melhoria na funcionalidade, sem conteúdo tecnológico substancial. As patentes de invenção são, conseqüentemente, presumivelmente mais intensivamente R&D que os outros dois tipos de patentes. (LIU, 2009, p. 123-124).

Empresas chinesas¹ têm sido esmagadoramente responsáveis pela recente explosão no número de patentes concedidas no geral, com suas maiores atividades de patentes sendo com modelos de utilidade e design.

Porém, mesmo que a parte de patentes de invenção concedidas a empresas seja muito pequena se comparada ao total de patentes concedidas a elas, desde 2011 elas têm contabilizado mais que aquelas concedidas a estrangeiros.

¹ Empresas aqui se referem a Empresas Industriais Acima do Tamanho Designado, i.e., aquelas com receitas de venda acima de 5 milhões de RMB antes de 2011 e aquelas com receitas de venda acima de 20 milhões de RMB depois disso (NBS, 2018).

O fortalecimento da economia e das empresas chinesas no século XXI tem sido tão vigoroso que 119 das 500 empresas de maior receita do mundo são da China – contra 121 dos Estados Unidos –, como evidenciado pela lista *Global 500* da *Fortune* (COLVIN, 2019). Não só isso, o espírito empreendedor no geral e as capacidades inovadoras também se desenvolveram a tal ponto que a China tem sido apta a se tornar “o maior hub mundial para unicórnios” (HE, 2019), i.e., o país tem sido apto a produzir mais empresas privadas valendo ao menos \$1 bilhão, com um registro de 206 dessas empresas em 2019, contra 203 dos Estados Unidos.

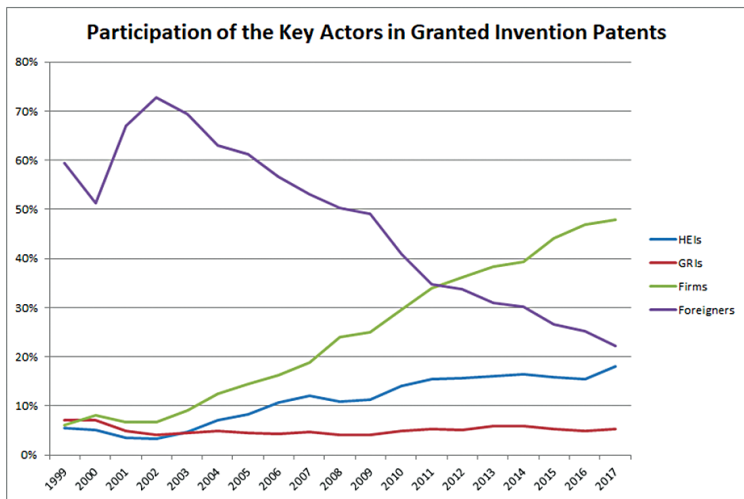


Figura 2 - A mudança de liderança inovadora no setor de negócios

Fonte: Elaboração dos próprios autores.

Esses são apenas alguns dos desenvolvimentos mais recentes no CNIS que fomos capazes de identificar até então. As mudanças gerais e conquistas podem ser ainda mais penetrantes e extensivas que o explorado aqui. Também é importante notar que, independentemente do progresso que foi feito até agora quando se trata de estabelecer um NIS realmente centrado no

mercado, ainda há um longo caminho pela frente, especialmente no que concerne a configurar os incentivos certos e mandar os sinais corretos aos atores (LIU *et al.*, 2017; LIU; WHITE, 2001), o que também é conectado a efetivamente monitorar e avaliar a eficiência do CNIS (PING, 2013).

Uma breve avaliação do desenvolvimento do NIS da China

É claro que para um processo tão complexo quanto o de *catch up* há uma série de diferentes fatores que podem tanto impedi-lo quanto ajudá-lo, alguns mais que outros. Porém, ao analisar a evolução do CNIS até o presente, três aspectos parecem ser os mais decisivos em direção a maiores conquistas, nomeadamente as oportunidades para aprender da primeira geração de países que fizeram o processo; o papel ativo do governo chinês; e o *timing*.

Quando a China começou ativamente seu processo de *catch up* no final dos anos de 1980, alguns de seus vizinhos estavam no caminho para realizar seus próprios processos, e enquanto alguns foram bem-sucedidos – como a Coreia do Sul – outros não foram – como foi o caso de Malásia e Tailândia. Isso acabou por se tornar inestimável para o próprio processo chinês, porque, ao dar ao país uma boa ideia das oportunidades e armadilhas escondidas no caminho, permitiu à China manobrar mais facilmente na direção do desenvolvimento.

O segundo fator que liderou o país até então é o governo chinês, que é unicamente estruturado e tem se provado no decorrer dos anos surpreendentemente bom em visar problemas críticos e prontamente mobilizar talento e recursos para resolvê-los, todos tendo permitido a continuação e avanço do processo de desenvolvimento do país (NAUGHTON, 2018). Em relação ao CNIS, o governo chinês foi fundamental em iniciar e fomentar

interações e ligações tanto novas como preexistentes entre o povo e as instituições na China que fazem o NIS e “cujas atividades e interações iniciam, importam, modificam e difundem novas tecnologias” (FREEMAN, 1987). Esses esforços culminaram em uma estrutura do NIS que evoluiu significativamente desde 1978 e tem se tornado ainda mais efetiva em atingir progressos de inovação e tecnológicos. Nesse tempo, o governo foi apto a alinhar melhor os incentivos na direção da inovação em todos os níveis de governo e sociedade, a efetivamente aprender das experiências de outros países e do debate econômico internacional, assim como a desenvolver e construir capacidades, internamente como formulador de políticas, e na sociedade, qualificando seu povo (especialmente empreendedores, estudiosos e pesquisadores) a se engajar melhor nos passos dos processos inovadores de uma forma que seja adequada para a China e seu contexto. Isso melhorou a performance, e a forma única na qual esses atores e instituições interagem no CNIS com uma pequena orientação do governo tem permitido ao país fechar o *gap* tecnológico existente entre a China e os líderes tecnológicos mundiais num grande número de setores de tecnologia intensiva em anos recentes.

Por fim, é importante apontar que o *timing* desse processo chinês de *catch up* foi também muito afortunado e se tivesse ocorrido sob diferentes circunstâncias a China provavelmente não seria capaz de chegar tão longe e tão rapidamente como fez. No final dos anos de 1970 o país foi favorecido durante seu retorno ao palco mundial pelo plano de fundo da Guerra Fria, que lhe proporcionou a boa-fé e a ajuda dos EUA como importante parceiro comercial (MEDEIROS, 1999). Também, como previamente discutido, ao tempo no qual a China se abriu significativamente para o mundo ela tinha condições e ativos que foram extremamente valiosos no nascente contexto de GVCs, junto com as corretas aptidões para assumir a produção em setores de baixa tecnologia que estavam sendo liberados à medida

que países da primeira geração de *catch up* avançavam nas cadeias de valor. Consequentemente, tem sido apta a se beneficiar “enormemente da onda de globalização que lavou o mundo nas últimas três décadas” (NAUGHTON, 2018, p. 1). Mais recentemente, a China também foi provida de grandes oportunidades que podem ajudá-la em seu caminho a dar um salto de um CNIS de nível médio para um de nível alto. O mundo está enfrentando uma mudança de paradigma tecnológico muito significativa com a chegada de uma quarta revolução industrial e a difusão da internet e de ICTs, o que resulta na emergência de numerosas áreas que são efetivamente novas para todos os jogadores envolvidos e apresenta a China com um campo de jogo mais ou menos nivelado (ou uma grande janela de oportunidade) que ela pode alavancar, enquanto continua a construir fortemente suas capacidades inovadoras, a assumir papel de liderança (como já começou a fazer nos campos de *fintech*, IA e computação quântica) e usá-la para garantir a conclusão de seu processo de *catch up* (LEE, 2019).

Considerações finais

Nenhum país chegou perto de atingir o que a China foi apta a atingir nas últimas quatro décadas desde a reforma e abertura. A economia do país “cresceu mais rápido por mais tempo do que qualquer outra economia na história” (NAUGHTON, 2018, p. 1). Na maioria desse período a China ainda ficou significativamente para trás em relação aos países mais inovadores e economicamente desenvolvidos, o que começou a mudar no novo século, como observado. Porém, apenas nos anos de 2010 houve a saída dessa situação, com a China rapidamente fechando o *gap* tecnológico e científico e alcançando o status de economia de renda média alta.

À medida que o *gap* entre a China e os países mais desenvolvidos diminuiu, tornou-se cada vez mais difícil manter o crescimento de dígitos duplos de antes, resultando em uma nova realidade econômica de crescimento mais lento mas mais qualitativo. Nesse Novo Normal – como o novo estágio de desenvolvimento foi nomeado – os custos de aquisição tecnológica e imitação tem aumentado significativamente porque estão mais próximos à fronteira, o que significa que o país não pode contar tanto com seus parceiros e com o conhecimento estrangeiro nos próximos estágios do processo de *catch up* como vinha fazendo durante os estágios anteriores (LIU *et al.*, 2017; SCHILLER; LEE, 2015). Outro aspecto é que diferentes estágios de desenvolvimento do NIS e das capacidades inovadoras “podem [também] diferir em natureza, na direção dos fluxos, e na intensidade do feedback positivo entre ciência e tecnologia” (ALBUQUERQUE *et al.*, 2015, p. 5). Isso significa que o que funcionou para ajudar a preencher a lacuna e fomentar a inovação nos estágios prévios não será suficiente ou não funcionará devidamente para fazê-lo nos próximos estágios. No caso da China, parece que uma das coisas que permitirão o fechamento do *gap* final entre o país e as economias inovadoras de alta renda é o florescimento e desenvolvimento de ligações entre os atores, o que precisa ser “permitido a crescer de forma evolucionária e numa abordagem de baixo para cima, e não planejada de maneira disruptiva e de cima para baixo” (SCHILLER; LEE, 2015, p. 88-89). A história do governo chinês de intervenção profunda, sua inclinação de longa data na direção de projetos orientados para a missão e a atual avidez por resultados rápidos em relação a investimentos e projetos de ST&I podem entrar no caminho desse desenvolvimento e impedir o objetivo geral dos próximos anos (APPELBAUM *et al.*, 2018). Consequentemente, será de máxima importância para o Estado perceber isso e trabalhar de acordo dando aos atores inovadores chave do CNIS tempo e um ambiente verdadeiramente

propício para a construção e melhoria da capacidade e foco em resultados de longo prazo. Isso será imprescindível para abrir caminho para inovações mais disruptivas e dar à China as condições necessárias para saltar por sobre os líderes e concluir seu processo de *catch up*.

Referências

ABRAMOVITZ, M. Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind. *The Journal of Economic History*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, v. 46, n. 2, p. 385-406, 1986.

ALBUQUERQUE, E. Apresentação: Christopher Freeman – The ‘National System of Innovation’ in Historical Perspective. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas: IGE – Unicamp, v. 3, n. 1, p. 9-34, 2004.

ALBUQUERQUE, E. *et al.* 2015. Introduction. In: ALBUQUERQUE, E. *et al.* (ed.). *Developing National Systems of Innovation: University-Industry Interactions in the Global South*. New York: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 1-27.

APPELBAUM, R. *et al.* *Innovation in China: Challenging the Global Science and Technology System*. Cambridge, Oxford, Boston, Nova York: Polity, 2018.

ARRIGHI, G. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. London, UK; New York, US: Verso, 2007.

BRUNDENIUS, C.; GÖRANSSON, B. (ed.). *Universities in Transition: The Changing Role and Challenges for Academic Institutions*. Nova York: Springer, 2011.

CASSIOLATO, J.; SOARES, M. Introduction: BRICS National Systems of Innovation. In: CASSIOLATO, J. *et al.* (ed.). *Transnational Corporations and Local Innovation*. London, UK; New York, US; New Delhi, IN: Routledge, 2014. p. xxxi- lix.

CHENG, Y; GAO, J. National Innovation Systems in China: Role of SMEs. In: ARROIO, A; SCERRI, M. (ed.). *The Promise of Small and Medium Enterprises*. London, UK; New York, US; New Delhi, IN: Routledge, 2014. cap. 5, p. 161-202.

CHINA POLICY. *China Going Global: Between Ambition and Capacity*. Beijing: China Policy, 2017. Disponível em: <https://policycn.com/wp-con>

- tent/uploads/2017/05/2017-Chinas-going-global-strategy.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.
- COLVIN, G. It's China's World. *Fortune*, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://fortune.com/longform/fortune-global-500-china-companies/>. Acesso em: 22 set. 2019.
- DOSI, G. The Nature of the Innovative Process. In: DOSI, G. *et al. Technical Change and Economic Theory*. London, UK: Pinter, 1988. cap. 10, p. 221-238.
- DUTTA, S.; LANVIN, B.; WUNSCH-VINCENT, S. (ed.). *Global Innovation Index 2019: Creating Healthy Lives – The Future of Medical Innovation*. Ithaca, US; Fontainebleau, FR; Geneva, SW: WIPO, 2019.
- EUN, J. *et al.* China's University-Industry Links in Transition. In: AL-BUQUERQUE, E. *et al.* (ed.). *Developing National Systems of Innovation: University-Industry Interactions in the Global South*. New York: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 120-142.
- EUROSTAT. *High-Technology and Knowledge Based Services Aggregations Based on NACE Rev. 2*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2009.
- FREEMAN, C. *Technology and Economic Performance: Lessons from Japan*. London, UK: Pinter, 1987.
- FREEMAN, C. Introduction. In: DOSI, G. *et al.* (ed.). *Technical Change and Economic Theory*. London, UK: Pinter, 1988. cap. 1, p. 1-8.
- FREITAS, M. *A transformação da China em economia orientada à inovação*. São Paulo: IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2011.
- GERSCHENKRON A. *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*. New York, Washington, US; London, UK: Frederick A. Praeger, 1962.
- GU, S.; LUNDVALL, B. China's Innovation System and the Move Towards Harmonious Growth and Endogenous Innovation. *Innovation: Management, Policy & Practice*, v. 8, n. 1-2, p. 1-26, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5172/impp.2006.8.1-2.1>. Acesso em: 1 out. 2019.
- GU, S.; SCHWAAG SERGER, S.; LUNDVALL, B. China's Innovation System: Ten Years on. *Innovation: Organization and Management*, v. 18, n. 4, p. 441-448, 2016. Doi: 10.1080/14479338.2016.1256215.

HE, L. Chinese Report Counts 206 Unicorns. That's More Than America. *CNN Business*, Hong Kong, 23 Oct. 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/10/23/tech/china-unicorns-united-states/index.html>. Acesso em: 2 dez. 2019.

JIANG, J. Wal-Mart's China Inventory to Hit US\$18b This Year. *China Business Weekly*, 29 Nov. 2004. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2004-11/29/content_395728.htm. Acesso em: 29 nov. 2019.

LEE, K. *Schumpeterian Analysis of Economic Catch-Up: Knowledge, Path-Creation, and the Middle-Income Trap*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013.

LEE, K. *The Art of Economic Catch-Up: Barriers, Detours, and Leapfrogging*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.

LI, Y. The Role of Transnational Corporations in the National Innovation System: The Case of China. In: CASSIOLATO, J. et al. (ed.). *Transnational Corporations and Local Innovation*. London, UK; New York, US; New Delhi, IN: Routledge, 2014. cap. 5, p. 281-335.

LIU, X. National Innovation Systems in Developing Countries: The Chinese National Innovation System in Transition. In: LUNDVALL B. et al. (ed.). *Handbook of Innovation Systems and Developing Countries: Building Domestic Capabilities in a Global Setting*. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2009. p. 119-139.

LIU, X. et al. Beyond Catch-Up – Can a New Innovation Policy Help China Overcome the Middle Income Trap? *Science and Public Policy*, v. 44, n. 5, p. 656-669, 2017. Doi: 10.1093/scipol/scw092.

LIU, X.; WHITE, S. Comparing Innovation Systems: A Framework and Application to China's Transitional Context. *Research Policy*, v. 30, p. 1091-1114, 2001.

LUNDVALL, B. (ed.). *National Innovation Systems: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*. London, UK: Pinter, 1992.

LUNDVALL, B. et al. (ed.). *Handbook of Innovation Systems and Developing Countries: Building Domestic Capabilities in a Global Setting*. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2009.

MEDEIROS, C. Economia e política do desenvolvimento recente na China. *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 3(75), p. 92-112, 1999.

MEDEIROS, C.; CINTRA, M. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, São Paulo: Centro de Economia Política, v. 35, n. 1, p. 28-42, 2015.

METCALFE, S. The Economic Foundations of Technology Policy: Equilibrium and Evolutionary Perspectives. In: STONEMAN, P. (ed.). *Handbook of the Economics of Innovation and Technological Change*. Oxford, UK; Cambridge, US: Blackwell Publishers, 1995.

MORAIS, I. Políticas de fomento à ascensão da China nas cadeias globais de valor. In: CINTRA, M. et al. (org.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. cap. 1, p. 45-80.

NAUGHTON, B. *The Chinese Economy: Adaptation and Growth*. 2nd ed. Cambridge, US; London, UK: MIT Press, 2018.

NBS – National Bureau of Statistics of China. *China Statistical Yearbook, Various Years*. [S. l.]: NBS, 2018.

NELSON, R. (ed.). *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*. Oxford, UK; New York, US: Oxford University Press, 1993.

ODAGIRI, H. et al. Introduction. In: ODAGIRI, H. et al. (ed.). *Intellectual Property Rights, Development, and Catch-Up: An International Comparative Study*. Oxford, UK; New York, US: Oxford University Press, 2010. p. 1-30.

OECD. *National Innovation Systems*. Paris: OECD Publishing, 1997.

OECD. *Financing SMEs and Entrepreneurs 2019: An OECD Scoreboard*. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/fin_sme_ent-2019-en. Acesso em: 16 nov. 2019.

PATEL, P.; PAVITT, K. The Nature and Economic Importance of National Innovation Systems. *STI Review*, Paris: OECD, n. 14, p. 1-22, 1994.

PIETROBELLI, C.; RABELLOTTI, R. The Global Dimension of Innovation Systems: Linking Innovation Systems and Global Value Chains. In: LUNDVALL, B. et al. (ed.). *Handbook of Innovation Systems and Developing Countries: Building Domestic Capabilities in a Global Setting*. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

PING, L. China. In: SCERRI, M.; LASTRES, H. (ed.). *The Role of the State*. London, UK; New York, US; New Delhi, IN: Routledge, 2013.

SCHAAPER, M. Measuring China's Innovation System: National Specificities and International Comparisons. *OECD Science, Technology and Industry Working Papers*, OECD Publishing, Paris, n. 2009/01, 2009.

SCHILLER, D.; LEE, K. Are University-Industry Links Meaningful for Catch Up? A Comparative Analysis of Five Asian Countries. In: ALBUQUERQUE, E. et al. (ed.). *Developing National Systems of Innovation: University-Industry Interactions in the Global South*. New York: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 120-142.

SCPRC – State Council of The People's Republic of China. *The National Medium- and Long-Term Program for Science and Technology Development (2006-2020)*. Beijing: PR China, 2006.

SOMEREN, T. C. R. van; SOMEREN-WANG, S. van. *Innovative China: Innovation Race between East and West*. Heidelberg, Nova York; Dordrecht, Londres: Springer, 2013.

TEIXEIRA, A. A. C. Evolution, Roots and Influence of the Literature on National Systems of Innovation: A Bibliometric Account. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford, v. 38, n. 1, p. 181-214, 2014.

UCHÔA, G. *A relevância da entrada da China na OMC e suas implicações para seu crescimento econômico e desenvolvimento do comércio exterior*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

WORLD BANK. *World Development Indicators Database (WDI)*. World Bank, [200-].

YIP, G.; MCKERN, B. *China's Next Strategic Advantage: From Imitation to Innovation*. Cambridge, US; London, UK: MIT Press, 2016.

ZHANG, K. (ed.). *China as the World Factory*. New York: Routledge, 2006.

9. O JAPÃO E SUA PERCEPÇÃO EM EVOLUÇÃO SOBRE UMA REGIÃO

Yoichiro Sato

Abe e o Indo-Pacífico

Após a vitória eleitoral do presidente dos EUA, Donald Trump, o primeiro-ministro japonês Abe Shinzo o visitou em Washington, D.C., em fevereiro de 2017. Durante a reunião, Abe comunicou sua estratégia “Indo-Pacífico Livre e Aberto” a Trump, à qual este respondeu positivamente, adotando doravante a terminologia na política oficial dos EUA. A ideia central do conceito, que reconhece a conectividade dos dois oceanos e o significado estratégico dessa conectividade, não era nova. No lado dos EUA, o Comando do Pacífico de suas Forças Armadas definiu sua área de responsabilidade como incluindo os Estados insulares da Região do Oceano Índico (IOR, na sigla em inglês) até Madagascar. O Centro de Estudos de Segurança Ásia-Pacífico, uma organização do Departamento de Defesa dos EUA que trabalha em consulta com o Comando do Pacífico, intitulou um de seus workshops em 2007 de “Segurança Marítima do Indo-Pacífico”.

No lado japonês, a ideia de “segurança abrangente” evoluiu em meio à crise do Oriente Médio e ao embargo árabe de petróleo da década de 1970, quando a dependência do Japão em embarques de petróleo do Oriente Médio foi examinada criticamente no que diz respeito à economia e à segurança. A segurança de vedação através do oceano Índico e do Estreito de Malaca (um ponto de estrangulamento no Pacífico) conquistou uma posição de destaque nas discussões de segurança do Japão desde então.

Durante o período da Guerra Fria, no entanto, o Japão não invocou uma iniciativa proativa para tratar da segurança na IOR, exceto diplomaticamente. O primado da aliança EUA-Japão e a própria Constituição pacifista do Japão (que foi então oficialmente interpretada como tendo proibido a participação do Japão na defesa coletiva) consignaram papéis militares de segurança na IOR às Forças Armadas dos EUA. O principal ponto de virada ocorreu em 2001, quando um grupo terrorista transnacional, a Al-Qaeda, atacou vários alvos dos EUA em 11 de setembro. Após cuidadosa deliberação, o governo japonês do primeiro-ministro Koizumi Junichiro enviou um navio de reabastecimento naval e um destróier de escolta à IOR para fornecer uma missão de patrulha da coalizão liderada pelos EUA contra o contrabando marítimo pelo anfitrião da Al-Qaeda, o regime talibã no Afeganistão. A missão japonesa continuou até 2010. O Japão mudou sua missão de patrulha da IOR para as ameaças de pirataria na Somália. Um destróier japonês acompanha escoltas de navios mercantes pelo mar de Áden desde 2010, assistido por um avião de patrulha do Japão enviado para sua primeira base militar no exterior após a Segunda Guerra Mundial, em Djibuti (ATANASSOVA-CORNELIS; SATO, 2019). Desde 2020, o Japão adicionou outro navio para patrulhar a costa sul do Iêmen até a entrada do Golfo Pérsico, em meio à crescente tensão entre os Estados Unidos e o Irã sobre o desenvolvimento nuclear deste último.

O crescimento incremental da presença da segurança marítima japonesa na IOR acompanhou a abordagem diplomática do país para aprimorar a parceria de segurança com a Índia. Começando com a reunião de Koizumi com o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh em 2006 e a assinatura da Parceria Global e Estratégica, o relacionamento bilateral tem crescido constantemente. A expectativa elevada do papel da Índia no pensamento estratégico do Japão se manifestou em conceitos-chave, como a “Aliança das Democracias” do primeiro-ministro Aso Taro (composta pelos Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia) e do primeiro-ministro Abe (seu primeiro mandato em 2008), “Security Diamond”, conectando o Japão a Honolulu (Comando Pacífico dos EUA), Austrália e Índia. Bilateralmente, a Índia e o Japão aprimoraram sua parceria para a Parceria Estratégica e Global Especial em 2015 durante a reunião de cúpula entre Abe e o primeiro-ministro indiano Narendra Modi (BASU, 2018).

Primeira Guerra Mundial e *Nanyo* (o oceano Pacífico ao Sul do Japão)

A história moderna do Japão pode ser vista pela perspectiva da intensificação da rivalidade sobre o controle marítimo do Pacífico. Saindo dos 250 anos de isolamento autoimposto em 1854, o Japão rapidamente se juntou à competição pela supremacia naval e posse de ilhas no Pacífico. Os Estados Unidos anexaram as ex-colônias espanholas no Pacífico, como Guam e as Filipinas em 1898, como resultado da Guerra Hispano-Americana, derubaram o Reino Havaiano através de um golpe de conselheiros militares em 1893 e o anexaram cinco anos depois, e adquiriram uma colônia alemã em Samoa durante a Primeira Guerra Mundial. O Japão não conseguiu igualar a crescente presença dos EUA quando o Reino Havaiano tentou cortejar o Japão para se equilibrar contra os Estados Unidos através de uma proposta de

casamento entre a princesa Kaiulani e o príncipe Komatsu, que o Japão recusou. No entanto, a participação japonesa na Primeira Guerra Mundial contra a Alemanha recompensou a curadoria do Japão sobre as colônias alemãs das Marianas e das Ilhas Caroline (hoje os Estados Federados da Micronésia).

A presença do Japão nas ilhas do Pacífico entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX foi visível tanto no que se refere às migrações externas quanto à expansão naval. Começando com o primeiro lote não autorizado de trabalhadores nas plantações para o Havaí em 1868, os japoneses cresceram em número para se tornarem o maior grupo de migrantes lá no momento em que mais importações de trabalhadores nas plantações japonesas foram interrompidas em 1925. As migrações para a Micronésia também impulsionaram o crescimento econômico nessas ilhas, e os japoneses subiram para posições de liderança importantes. Durante a Segunda Guerra Mundial, as ilhas da Micronésia e as Marianas tornaram-se campos de batalha ferozmente disputados entre o Japão e os Estados Unidos.

Com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, o Pacífico Norte caiu sob a esfera de influência dos EUA, e o Pacífico Sul foi deixado em grande parte para aliados dos EUA na Austrália e Nova Zelândia para cuidar. Enquanto o Havaí se tornou uma meca para os turistas japoneses, as pegadas japonesas em todas as outras ilhas (até Guam e Saipan, que atraíram turistas japoneses durante a década de 1980 e início da de 1990) foram reduzidas.

Regiões geopolíticas e geoeconômicas justapostas, da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria

O Exército japonês ocupou uma grande área do Sudeste da Ásia, bem como partes das ilhas de Papua e Salomão durante a Segunda Guerra Mundial. Ao adquirir recursos naturais para

seu esforço de guerra, a presença japonesa (e eventual derrota) levou à independência das antigas colônias no Sudeste da Ásia e de sua Índia britânica adjacente após a rendição japonesa. A reconstrução do Japão após a Segunda Guerra Mundial exigiu o mesmo suprimento de recursos do Sudeste da Ásia, e o Japão reconstruiu seus laços com a região importando recursos naturais, fornecendo ajuda econômica e exportando produtos manufaturados (SHEAH, 2002).

A reinserção do Japão na expansão da “Ásia” foi, portanto, impulsionada principalmente pelas necessidades econômicas do país, e a exportação de bens de capital do Japão para o desenvolvimento industrial da região transferiu parte dos processos de produção das empresas japonesas para países com menores custos de mão de obra. Os países do Sudeste Asiático recém-independentes lutaram com a influência polarizadora da Guerra Fria. A Indochina francesa em sua luta pela independência caiu sob influência comunista. O resto do Sudeste da Ásia, temendo a disseminação do comunismo, formou uma aliança política conhecida como Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O Japão aproximou-se de parte da ASEAN no Sudeste da Ásia com a intenção de suplementar a estratégia da Guerra Fria dos EUA de impedir a expansão comunista na região, assim como impulsionar o comércio com a região para seus próprios ganhos econômicos. Manter um baixo perfil político, ao mesmo tempo que promove as relações econômicas em que todos saem ganhando, foi a tática empregada pelo Japão sob a Doutrina Fukuda, que recebeu o nome do primeiro-ministro do país, Fukuda Takeo. Fukuda liderou a reconciliação renovada do Japão com o Sudeste da Ásia após a retirada dos EUA do Vietnã, em meio ao medo no Sudeste da Ásia sobre a credibilidade do compromisso dos EUA com a segurança regional. A abordagem focada na economia do Japão foi bem-vinda na região onde o crescimento econômico era visto como um laço vinculativo entre fronteiras

étnicas, religiosas, sociais e outras dentro de cada Estado. Na década de 1990, a rede de produção industrial centrada no Japão trouxe alguns dos membros originais da ASEAN de um “país em desenvolvimento” para o status de “país recém-industrializado”. A mudança geoeconômica ocorreu no contexto geoestratégico mais amplo da Guerra Fria e, mais recentemente, na crescente rivalidade sino-americana (SATO; ASANO, 2008; SATO, 2021).

A rede de firmas transnacionais japonesas de produção industrial, construídas no Sudeste da Ásia, estendeu seu alcance geográfico, buscando mão de obra educada, disciplinada, qualificada e ainda mais barata, além de maneiras de diversificar os riscos políticos e ambientais para as cadeias de valor dessas firmas. O fim da Guerra Fria e a resolução da guerra civil no Camboja (e, portanto, o isolamento diplomático do Vietnã, que invadiu o Camboja durante a guerra civil) expandiram a diplomacia e as atividades econômicas japonesas no Sudeste da Ásia na Indochina, quando três Estados da Indochina ingressaram na ASEAN no início dos anos de 1990. A abertura política em Mianmar e a decolagem econômica da Índia trouxeram crescente atenção japonesa à conectividade entre o Sudeste e o Sul da Ásia através de Bangladesh e da Baía de Bengala.

Região estratégica no século XXI

O fim da Guerra Fria expôs o Japão a uma crescente divergência entre seus interesses econômicos e de segurança. Como os interesses econômicos do Japão se diversificaram dos Estados Unidos e se direcionaram mais para o Leste da Ásia, o esforço inicial do Japão na frente de segurança se concentrou em promover o multilateralismo no Leste da Ásia e incorporar o compromisso dos EUA por meio da aliança bilateral com o Japão no gerenciamento multilateral de segurança regional. O esforço durou pouco, já que as relações EUA-China começaram a se desgastar

em meados da década de 1990 devido à espionagem chinesa da tecnologia militar e industrial dos EUA, ao status de Taiwan, às preocupações com direitos humanos na China, entre outras questões. O período de transição do relacionamento sino-americano durante as administrações de Bill Clinton e George W. Bush testemunhou uma incoerência estratégica por parte dos Estados Unidos, em que a China se tornou simultaneamente a principal preocupação de segurança e o maior parceiro comercial. O Japão com a mesma incoerência estratégica continuou com a integração econômica com a China e o Leste da Ásia de maneira mais ampla, enquanto aprimorava seus próprios papéis na aliança bilateral de segurança com os Estados Unidos sem nomear explicitamente a China como uma ameaça. O Japão justificou seu ativismo militar desse período com o desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte e o terrorismo global (SATO, 2008).

Os estreitos laços de segurança do Japão com os Estados Unidos durante a Guerra Fria coexistiam com o constante assédio econômico do protecionismo dos EUA. Enquanto os interesses de segurança da Guerra Fria funcionavam de maneira a suprimir os *lobbies* protecionistas em Washington, a tensão decadente da Guerra Fria expôs o Japão a uma onda de protecionismo dos EUA entre meados dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990. O crescente destaque econômico da Ásia Oriental durante os anos de 1990 e mais adiante trouxe oportunidades crescentes de comércio e investimento. Em se tratando de oportunidades econômicas, a ascensão da China e do restante da Ásia Oriental no peso econômico relativo global naturalmente levou o Japão a três objetivos estratégicos político-econômicos. Primeiro, o Japão buscou uma mudança gradual de ênfase da dependência econômica do mercado norte-americano para o Leste da Ásia. Segundo, o Japão tentou conectar as duas zonas econômicas para obter o máximo de benefícios. Terceiro, o Japão tentou alavancar

sua crescente ligação com o Leste Asiático para dissuadir os Estados Unidos e a China de buscar o protecionismo.

No primeiro objetivo, a mudança foi gradual e sem prejudicar os laços bilaterais gerais com os Estados Unidos. Depois de garantir o grande bloco comercial da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1995, que melhorou a competitividade das exportações americanas fora da região através da realocação de produções na América do Norte, os Estados Unidos buscaram relações comerciais mais estreitas com a China, apoiando sua adesão aos membros da Organização Mundial do Comércio. Apesar da crescente divergência sobre segurança, os Estados Unidos e a China administraram suas relações políticas bilaterais e disputas comerciais com mecanismos de diálogo estratégico e econômico. A tensão gerada entre os Estados Unidos e a China permitiu ao Japão continuar sua integração econômica regional, da qual a China era o principal parceiro.

O segundo objetivo de conectar as economias do Leste Asiático e as economias da América do Norte alcançara sucessos limitados. A Área de Livre Comércio da América do Norte erigiu algumas barreiras exclusivistas, incluindo o alto limite de exigência de conteúdo local, a fim de limitar a elegibilidade dos produtores japoneses para o comércio livre de tarifas do NAFTA. Esse requisito desencorajou as exportações japonesas diretas de produtos e componentes manufaturados concluídos e a migração forçada de montadores finais e produtores de componentes para os locais da zona do NAFTA. O esforço do Japão para alcançar um Acordo de Livre Comércio para a Ásia-Pacífico (FTAAP, na sigla em inglês) por meio da estrutura da APEC (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico) atingiu um beco sem saída no final do governo Bush, que mostrava apenas interesses retóricos, mas sem compromisso concreto. Como comerciantes liberais progressistas do grupo APEC, como Austrália, Nova Zelândia e Cingapura, iniciaram as negociações para o livre comércio da

Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) sem a China, o Japão esperou até que os Estados Unidos se unissem à negociação da TPP e mudassem para uma estratégia de duas vias para prosseguir simultaneamente as negociações da TPP e da RCEP (Parceria Econômica Global Abrangente Regional). Esta última se concentrou nas economias do Leste Asiático, incluindo a China, mas excluindo os Estados Unidos (SATO, 2021).

A estratégia de negociação em duas vias do Japão visava obter maiores concessões dos Estados Unidos e da China, que era o terceiro objetivo. Apesar dos novos membros da OMC, a China continuou a se envolver em políticas econômicas mercantis para promover empresas domésticas em relação às competições estrangeiras. Quando as negociações multilaterais na OMC para atualizar as regras globais de comércio pararam, o Japão tentou primeiro se concentrar nas negociações trilaterais com a Coreia do Sul e a China para atualizar as regras de investimento e comércio. Enquanto a negociação de investimentos foi concluída em 2012, a negociação trilateral de livre comércio ficou paralisada por disputas territoriais, interpretações da história, além de desacordos econômicos específicos do setor. O momento mudou em favor de um maior livre comércio no grupo RCEP. A negociação da TPP avançou durante o governo Obama e chegou ao estágio de assinatura, mas o então recém-eleito presidente dos EUA, Donald Trump, decidiu retirar os Estados Unidos da negociação da TPP na fase final. O Japão recuperou rapidamente o conteúdo da TPP menos as concessões dos EUA e as reembalou no Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) em 2018 e alavancou esse acordo para acelerar o Acordo de Parceria Econômica com a União Europeia. Trump, no entanto, não pôde ser trazido de volta à estrutura da CPTPP pela ameaça de desvios comerciais. Em vez disso, ele exigiu iniciar uma negociação bilateral de livre comércio com o Japão, invocando guerras comerciais simultâneas com a China, Índia e vários países do

Sudeste Asiático e forçando a renegociação do NAFTA com seus parceiros norte-americanos. O acordo bilateral de primeira etapa entre os Estados Unidos e o Japão restaurou a competitividade dos EUA nas exportações de carne para o Japão, estendendo os cortes tarifários que o Japão concordou com os parceiros da CPTPP para os Estados Unidos. O Japão, no entanto, não pôde voltar a comprometer os Estados Unidos com suas concessões da TPP para reduzir tarifas no setor automobilístico. Enquanto isso, a Índia retirou-se da negociação da RCEP na fase final no término de 2019, forçando o Japão a uma situação embaraçosa entre deixar um possível parceiro de segurança fora da maior zona comercial do mundo e desistir de benefícios pragmáticos de cortes de tarifas e uma alavancagem de negociação para fazer com a pressão protecionista dos EUA. Assim, o Japão até agora não conseguiu alcançar o terceiro objetivo.

Referências

ATANASSOVA-CORNELIS, E.; SATO, Y. The US-Japan Alliance Dilemma in the Asia-Pacific: Changing Rationales and Scope. *The International Spectator*, v. 54, n. 4, p. 78-93, 2019.

BASU, T. India-Japan Vision 2025: Deciphering the Indo-Pacific Strategy. *Indian Foreign Affairs Journal*, v. 13, n. 3, p. 242-255, 2018.

CHOTANI, V. M. From Pan-Asianism to Act East: India's Evolving Perspectives and Roles in East Asian Regional Institutions. In: ROTHMAN, S. B.; VYAS, U.; SATO, Y. (eds.). *Regional Institutions, Geopolitics and Economics in the Asia-Pacific: Evolving Interests and Strategies*. New York: Routledge, 2017. p. 59-74.

SATO, Y. Industrial Policies, the East Asian Miracle, and Regional Integration after the 2008 Global Financial Crisis. In: KOLMAŠ, M.; SATO, Y. (eds.). *Identity, Culture and Memory in Japanese Foreign Policy*. New York: Peter Lang, 2021. p. 85-102.

SATO, Y. Tango without Trust and Respect? Japan's Awkward Co-Prosperity with China in the Twenty-First Century. In: COONEY, K. J.; SATO, Y. (eds.).

The Rise of China and International Security: America and Asia Respond. New York: Routledge, 2008. p. 94-119.

SATO, Y; ASANO, M. Humanitarian and Democratic Norms in Japan's ODA Distributions. In: SATO, Y.; HIRATA, K. (eds.). *Norms, Interests, and Power in Japanese Foreign Policy.* New York: Palgrave, 2008. p. 111-127.

SHEAH, D. C-M. ASEAN and Japan's Southeast Asian Regionalism. In: INOBUCHI, T. (ed.). *Japan's Asian Policy: Revival and Response.* New York: Palgrave, 2002. p. 81-100.

10. A AUSTRÁLIA E O USO DO TERMO “INDO-PACÍFICO”:

reflexões acerca do contexto geopolítico

João Paulo Nicolini Gabriel

Introdução

Este capítulo analisa a adequação do termo “Indo-Pacífico” dentro da estratégia diplomática da Austrália. Sendo o primeiro país a oficializar o uso dessa terminologia já em 2013 (MED-CALF, 2013; TAYLOR, 2020), o caso australiano se configura interessante pelo teor geopolítico que lhe tem sido conferido (cf. CHOONG, 2019; MADAN, 2017). Nesse aspecto, a pergunta norteadora é: A inclusão do termo “Indo-Pacífico”, dentro do léxico estratégico da Austrália, significa um rompimento com sua tradição diplomática?

A Austrália segue uma trajetória praticamente constante de política externa desde a Guerra Fria (BISLEY, 2020). Dois paradigmas sustentam esse contexto: (a) a opção por alianças com as grandes potências defensoras do *status quo*, isto é, Reino Unido e Estados Unidos (BELL, 1988; FIRTH, 2005); (b) o anseio na manutenção de uma ordem internacional pautada em regras

e mecanismos multilaterais capazes de resolver controvérsias pacificamente (AUSTRALIA, 2016; TAYLOR, 2020). Nessa acepção, somam-se o fato de o país possuir muito mais capacidades materiais¹ do que seus vizinhos da Oceania e a ausência de disputas acaloradas por influência nesse continente desde meados dos anos de 1940.

O cenário atual, porém, demonstra-se desafiador. O avanço do papel internacional da China é uma nova variável adicionada aos estudos de política externa australiana. Pequim representa uma interferência externa na Oceania; mas, ao mesmo tempo, um relevante parceiro comercial e econômico devido aos seus interesses pelas *commodities* australianas. Por outro lado, os Estados Unidos estariam demonstrando menor disposição em manter sua tradicional postura de defensor da ordem internacional. Essa seria outra variável a ser considerada para melhor entendimento das decisões tomadas por Camberra.

A adoção do termo “Indo-Pacífico” surgiria como parte crucial do jogo diplomático praticado pela Austrália. Tal conceito se tornou peça-chave da política externa do país e foi adotado por coalizões governistas de espectros ideológicos opostos (TAYLOR, 2020). Pequim, contudo, demonstra-se desconfortável com a adoção desse conceito, pois acredita que ele se propaga como parte de uma estratégia liderada por Washington contra seus interesses geopolíticos (cf. CHACKO; PANDA, 2019; MISHRA, 2019; WROE; NEEDHAM, 2018; WUTHNOW, 2019).

Resta a dúvida se esse cenário poderia ser considerado um ponto de inflexão do engajamento internacional australiano. A partir de uma revisão de literatura e de notícias, duas visões opostas se pretendem provedoras de respostas:

¹ Esse termo é operacionalizado de acordo com a definição do projeto *Correlates of War*; isto é, o conceito se baseia em gastos e tamanho das forças militares, consumo de energia, produção de aço e ferro, população urbana e população total.

(h1) Não, pois a utilização do termo “Indo-Pacífico” seria, de fato, consequência natural dos paradigmas da política externa australiana. A ideia seria formular políticas estratégicas de contenção aos avanços de Pequim na Ásia e Oceania dentro de uma rede de alianças centradas, também, em Washington, Tóquio e Nova Délhi. Esse conceito assumiria significado semelhante ao observado em documentos americanos da administração de Donald Trump (cf. UNITED STATES, 2017a, 2018a). Logo, a adoção dessa terminologia estaria ligada às concepções geopolíticas.

(h2) Sim, pois a atual conjuntura é diferente das anteriores. Os paradigmas da política externa australiana entrariam em colapso com a mudança de política externa dos Estados Unidos e a relevância comercial da China. O papel da Austrália seria, portanto, dar espaço para um novo paradigma norteador mais pragmático voltado à defesa da ordem liberal, mas que evitasse escaramuças com Pequim.

Ambas as explicações são reforçadas por implicações observáveis. A (h1) se apega aos seguintes pontos:

(i) A Austrália, anteriormente, adotou a estratégia de *bandwagoning*² com potências defensoras do *status quo* em momentos que países tentaram interferir na ordem na Oceania. A consolidação das alianças de segurança com os Estados Unidos advém dos momentos em que o Japão se demonstrou uma ameaça aos entornos australianos, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (cf. WHITE, 2019).

(ii) A ampliação dos laços diplomáticos com países da rede de parcerias dos Estados Unidos seria uma evidência desse contexto. Superações de antigas adversidades com a Índia no campo da segurança internacional, por exemplo, seriam frutos de um processo de consolidação do estabelecimento de uma clara estratégia contra o avanço chinês (MOHAN; BARAUAH, 2017). Nesse

² Conceito trabalhado pela corrente teórica realista de relações internacionais. Segundo Walt (1985), essa é uma estratégia de se aliar às potências mais fortes.

aspecto, Camberra estaria se engajando mais assertivamente no emaranhado de diálogos e exercícios militares objetivando proteger a vigência da ordem internacional no Indo-Pacífico (BREWSTER, 2016).

(iii) A presença da influência política da comunidade chinesa é ponto de fricção no contexto local. Diversos veículos de imprensa, políticos e centros acadêmicos denunciam a participação dessas pessoas em pleitos australianos, acusando-as de servirem supostamente aos interesses de Pequim (GARNAUT, 2018; HAMILTON, 2018; MEDCALF, 2019). O serviço de inteligência australiano reportou no *Annual Report 2016-2017* que, supostamente, existiriam interações entre interesses estrangeiros e grupos étnicos acontecendo na Austrália. (AUSTRALIA, 2017b). Pelo fato de a comunidade sino-australiana ser composta por aproximadamente 1,2 milhão de habitantes, num país com 26 milhões de residentes, suas proporções e ações políticas foram gradativamente sendo englobadas pelo avivamento de tensões no Indo-Pacífico.

(iv) Os australianos, por se considerarem parte do “Ocidente”, seriam mais propensos a reforçar suas alianças com os Estados Unidos. A proximidade de valores auxiliaria na escolha por qual lado Camberra optaria. O *2017 Foreign Policy White Paper* e o *2016 Defence White Paper* da Austrália define apenas Washington como aliado. Pequim é costumeiramente chamada de parceira estratégica (AUSTRALIA, 2016, 2017a). Ademais, há a ênfase nos seguintes valores que pautam a política externa australiana: democracia, preservação dos direitos humanos, liberdade de navegação, defesa de regras globais e facilitação de negócios (AUSTRALIA, 2017a). Alguns analistas apontam que esses aspectos seriam incompatíveis com alegados planos chineses de escalonamento militar no Indo-Pacífico (cf. MEDCALF, 2018; PANT; JOSHI, 2016).

Os defensores da (h2), por outro lado, acreditam que o termo “Índo-Pacífico” não se revela essencialmente uma estratégia de segurança voltada à contenção da China. Esses autores se baseiam nestes termos para defender a observância de um pragmatismo na política externa australiana:

(i) A China é a principal parceira comercial da Austrália, o que tem conduzido Camberra a buscar estreitamento dos laços diplomáticos. Nesse contexto, os EUA aparecem apenas na terceira posição – logo após o Japão (AUSTRALIA, 2018). Pequim, por exemplo, representa respectivamente 80,4% e 18,6% das vendas de ferro e carvão australianos – os dois principais produtos exportados do país (OEC, 2018). Alinhamentos incondicionais, diante de um escalonamento de tensões entre as principais potências do mundo, seriam evitados em favor da amortização de perdas aos setores produtivos.

(ii) Os Estados Unidos atualmente não representariam a defesa da ordem internacional (BISLEY; SCHREER, 2018). As ameaças de desengajamento de Washington do cenário asiático fariam Camberra buscar alternativas e, conseqüentemente, estabelecer uma política externa mais pragmática. Nesse ponto, os australianos se esforçariam pela preservação dos mecanismos multilaterais (cf. GYNGELL, 2017).

(iii) Documentos oficiais e discursos de liderança australianos já estariam demonstrando um olhar mais pragmático diante dos assuntos internacionais (AUSTRALIA, 2017a; PRIME MINISTER OF AUSTRALIA, 2019; TURNBULL, 2018). Relacionar a posição da Austrália como extensão dos interesses de Washington, assim, incorreria em problemas analíticos ou interesses de atores externos em reduzir a relevância do país (cf. MEDCALE, 2014; SWITZER, 2017; TOWNSHEND, 2020).

Responder ao questionamento não é algo intuitivo. Olhar pela óptica teórica das ciências políticas, sendo um analista externo ao contexto australiano, pode ser ilusório. A resposta

provavelmente seria: certamente a (h2) é mais respaldada. Segundo a corrente realista de relações internacionais, o jogo entre as nações é terreno em que vigora o pragmatismo e em que as amizades possuem espaço diminuto (cf. WALTZ, 1979). Mas os veículos de imprensa, tanto da China quanto da Austrália, apontam para a direção oposta. As escaramuças entre esses países têm sido frequentes nos últimos anos. Lideranças políticas de Camberra, por exemplo, vocalizaram críticas contra Pequim sobre a natureza do vírus que originou a pandemia de coronavírus em 2020 (DZIEDZIC, 2020).

Dada a relevância do termo “Indo-Pacífico” para a compreensão da política externa australiana, este capítulo se propõe a elaborar três exercícios com o intuito de responder à pergunta de pesquisa enunciada. Primeiramente, explora-se o que a Austrália entende pelo conceito de maneira comparativa aos Estados Unidos, Japão e Índia. Esses países foram escolhidos porque estão inseridos em semelhantes disputas geopolíticas e adotaram também o conceito visando à adequação de suas políticas para a Ásia e a Oceania. Existe uma vasta literatura emergente sobre esses Estados e a possível correlação entre a adoção do termo “Indo-Pacífico” e o crescimento chinês. O objetivo seria, então, verificar se essas iniciativas estariam assentadas em bases similares. Portanto, comparam-se os entendimentos da Austrália diante de outros países que teriam interesses geopolíticos por trás do termo.

Posteriormente, verificou-se o posicionamento da Austrália na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre temas de segurança. Esses dados se baseiam no banco de dados organizado por Erik Voeten, Anton Strezhnev e Michael Bailey (2009), chamado *United Nations General Assembly Voting Data*. Os votos australianos são colocados entre os extremos Estados Unidos e China visando verificar os caminhos que se sucederam após a adoção do termo “Indo-Pacífico”.

Finalmente, um estudo de caso é feito sobre a participação da Austrália no arranjo Diálogo Quadrilateral sobre Segurança (Quad), composto também pelos Estados Unidos, Japão e Índia (GABRIEL; CARVALHO, 2018b). A Quad tem sido chamada de “OTAN asiática” por diversos analistas e grupos conservadores que vislumbram uma aliança anti-China (cf. CHALLANEY, 2017; UNJHAWALA, 2018). Por isso, faz-se uma investigação indutiva procurando entender como se dá o comportamento da Austrália nesse contexto e quais os reais potenciais do arranjo. A análise é triangulada com dados quantitativos para entender se, nos últimos anos, Camberra apresentou mudanças em favor de militarização diante do crescimento da China. Observam-se dados do projeto *Correlates of War* e *Lowy Institute Asian Power Index* visando coletar implicações observáveis ao estudo no campo de segurança e diplomacia.

A definição de “Indo-Pacífico”: refletindo interesses geopolíticos

A expansão da utilização do termo “Indo-Pacífico” tem acarretado um clássico problema metodológico aos estudos de segurança internacional: demasiada generalização de sua definição para contextos compostos por elementos diferentes (cf. COLLIER; MAHON, 1993; GOERTZ, 2012). Constata-se que se cria uma indeterminação do desenho de pesquisa de análises que atribuem um determinado significado homogêneo para “Indo-Pacífico”. A ideia de uma origem única do termo é passível de contestação. Os interesses dos Estados Unidos seriam, nesse contexto, utilizados como fonte definidora do sentido da terminologia (TAYLOR, 2020). Neste capítulo, trabalha-se com a percepção de que esse nome foi apropriado pelas diplomacias de diferentes países que o utilizaram de acordo com suas respectivas estratégias (cf. MEDCALF, 2018; PAN, 2014; PHILLIPS, 2016).

Para Camberra, “Indo-Pacífico” significa, em termos geopolíticos, a confluência dos oceanos Índico e Pacífico de forma a conectar o Sudeste da Ásia, incluindo a Índia, com o Norte do continente e os Estados Unidos (AUSTRALIA, 2017a). Coloca-se a Austrália no centro do escopo abrangido e dá-se ênfase, também, ao papel indiano (cf. VARGHESE, 2018). Não são mencionados, nos documentos oficiais, os países africanos e latino-americanos.

Essa disposição, portanto, apresenta atributos que perpassam definições puramente geográficas (cf. ADAMSON, 2019). Aos australianos, essa região se faz crucial por congrega, concomitantemente, seus entornos e as principais disputas mundiais entre as duas grandes potências existentes (cf. AUSTRALIA, 2017a, 2018). No *2017 Foreign Policy White Paper*, a Austrália incluiu a necessidade de criar uma abordagem capaz de lidar com as tensões geopolíticas de forma a preservar suas relações diplomáticas com Pequim e Washington (AUSTRALIA, 2017a). Há, nesse contexto, uma certa hierarquização das relações da Austrália com os demais Estados atuando na região: aliança com os Estados Unidos, parceria estratégica com a China e cooperação com demais democracias como Índia, Coreia do Sul, Nova Zelândia e Japão (ADAMSON, 2018, 2019; AUSTRALIA, 2017a). Observa-se, também, uma preocupação em avançar na consolidação de sua influência sobre a Oceania através da elaboração de auxílios financeiros, parceria de infraestrutura e ampliação de suas bases militares (AUSTRALIA, 2019, 2013).

Destarte, diferenças comparativas entre os significados empregados pelos Estados Unidos, Índia e Japão ao conceito e os entendimentos australianos podem ser verificadas. Aos olhares de Washington, “Indo-Pacífico” é o termo consolidante da sua nova política estratégica para o Oriente; isto é, suas relações com o Leste Asiático, Índia e Oceania (cf. UNITED STATES, 2017a, 2019). Desde 2017, Donald Trump promete garantir a manutenção de

um “livre e aberto Indo-Pacífico” (UNITED STATES, 2017b). Na esteira desse processo, os Estados Unidos passaram a reconhecer a China como uma “potência revisionista” cujos anseios são expandir seu poder em detrimento da soberania dos seus pares (UNITED STATES, 2017b). Com isso, o termo tem sido utilizado para caracterizar diversas dimensões da estratégia americana no campo da segurança regional: readequação da frota naval estacionada no oceano Pacífico (UNITED STATES, 2018b); elaboração de diálogos com aliados (WUTHNOW, 2019); e planos de assistência aos países asiáticos (UNITED STATES, 2019).

No caso indiano, o Indo-Pacífico se estende da África aos Estados Unidos (INDIA, 2018). Nova Délhi se vê numa posição de manejar seus interesses de acordo com as novas dinâmicas no meio oriental tendo em vista a importância que Washington tem lhe dado no âmbito de segurança internacional. A prevalência de um senso pragmático na construção de uma estratégia indiana pode ser percebida. Destaca-se, oficialmente, o Indo-Pacífico como um terreno multipolar com a presença de diversas potências agindo em favor de seus anseios, mas com espaço para mecanismos de cooperação (INDIA, 2018).

Por fim, o Japão usa esse conceito para jogar com sua estratégia de segurança regional. Tóquio salienta o dever de manter os laços com os Estados Unidos num contexto que gravita em torno da confluência entre os oceanos Índico e Pacífico (JAPAN, 2017, 2007). Vale salientar que essa definição geográfica deixa em aberto, também, a possibilidade de traçar novas rotas comerciais com países da Ásia e África. O conceito de Indo-Pacífico, então, transita como uma forma de preservar liberdades comerciais e navegação diante de um cenário de crescimento do poderio chinês. Juntamente com os indianos, por exemplo, os japoneses promovem investimentos e acordos diplomáticos por iniciativas como o *Asia-Africa Growth Corridor* (GABRIEL; CARVALHO, 2018a).

Mediante esse breve esforço analítico sobre as definições de Indo-Pacífico, nota-se que: (i) cada país apresenta um entendimento geopolítico da região. Não existe um apego integral ao conceito em termos geográficos, pois seu significado varia de acordo com interesses dos Estados. Logo, observa-se um preceito mais construtivista no sentido da elaboração de seus valores; isto é, a realidade se refere aos olhares e entendimentos de cada ator (cf. HEMMER; KATZENSTEIN, 2002; KAPLAN, 2009; MEDCALF, 2013); (ii) a Austrália vê, no Indo-Pacífico, um nome centralizador de suas principais preocupações no âmbito diplomático. Contudo, seu posicionamento se demonstra menos assertivo, em comparação ao Japão e aos Estados Unidos, na contenção dos avanços chineses. Camberra aparenta menos disposta a assumir posições agressivas no âmbito de segurança (BISLEY, 2020). Uma estratégia para o Indo-Pacífico seria uma reafirmação oficial de sua defesa da ordem liberal; (iii) os australianos adotam maior ênfase, em comparação aos outros três Estados, na Oceania. Nesse ambiente, há avanço de Pequim no que diz respeito a investimentos em infraestrutura e ao reconhecimento diplomático. Nos últimos anos, a China aumentou sua presença nesse ambiente, o qual era repleto de países que reconheciam Taiwan. Em 2019, por exemplo, os chineses reverteram a posição diplomática do Kiribati e das Ilhas Salomão (ZHANG, 2019); (iv) existe, para além das questões militares, interesse na expansão dos fluxos comerciais – em especial com a Índia (cf. MEDCALF, 2014; VERGHESE, 2018). Coloca-se, portanto, Nova Délhi dentro dos focos da política externa australiana (BREWSTER, 2016).

A conceituação oficial do termo tende a fortalecer a (h2) diante do destacado pragmatismo presente na política externa australiana (cf. AUSTRALIA, 2017a). Porém, ainda se faz inconclusiva qualquer inferência. Existe uma clara hierarquização das relações diplomáticas da Austrália que enfatiza os Estados Unidos como grande aliado. Tal cenário reflete o compromisso

australiano com a manutenção da ordem internacional que fora patrocinada por Washington. Faz-se importante verificar, na prática, como se manifesta essa ambiguidade entre tê-los como aliado e o desejo de Camberra em não se enveredar em disputas com Pequim.

A participação da Austrália diante dos Estados Unidos e da China nas Nações Unidas: mudanças com o Indo-Pacífico?

Nesta seção, procuram-se evidências sobre supostas alterações no comportamento diplomático australiano após a adoção do termo “Indo-Pacífico” em 2013. As votações da ONU, no campo de segurança, são avaliadas visando entender se houve maior aproximação de Camberra com os Estados Unidos ou com a China. Se a resposta (h1) estiver correta, esses indicadores deveriam se aproximar de Washington.

Porém, deve-se alertar para possíveis endogenias neste desenho de pesquisa: esse movimento da Austrália seria em favor do respeito à ordem mundial, a qual tem como principal fiador os Estados Unidos. Não representaria, necessariamente, um aumento da aliança entre os dois países, mas a tentativa de se fazer impor regras com que, muitas vezes, a China não está de acordo. Por isso, os dados coletados, nesta seção, são triangulados com um estudo de caso posterior feito sobre a participação australiana na Quad. A ideia é apenas coletar implicações observáveis que podem fortalecer uma resposta no conjunto total do capítulo.

Num panorama geral, os votos atuais da Austrália, na Assembleia Geral das Nações Unidas, não se apresentam como o maior momento de convergência com os Estados Unidos. Tampouco, o cenário presente seria de maior distanciamento entre ambos.³

³ O momento de maior distanciamento histórico da Austrália com os Estados Unidos foi, inclusive, o de maior aproximação entre Camberra e Pequim.

Como demonstrado no Gráfico 1, porém, o ano de 2013 proveu uma importante implicação observável: no mesmo período que Camberra adota o termo “Indo-Pacífico”, há um salto positivo de convergência entre ambos os países. Do patamar de 40%, esse índice se consolida acima dos 50% de convergência. Diversas vezes, superam-se os 60%. É notório o fato de que a ascensão do poderio da China, nos anos de 2000, revela-se um ponto de revisão de atitudes diplomáticas. Apresenta-se uma cisão entre suas visões com a Austrália. Nesse contexto, há crescente aproximação sistemática de Camberra com Washington, uma vez que as disputas internacionais se consolidam entre os Estados Unidos e a China.

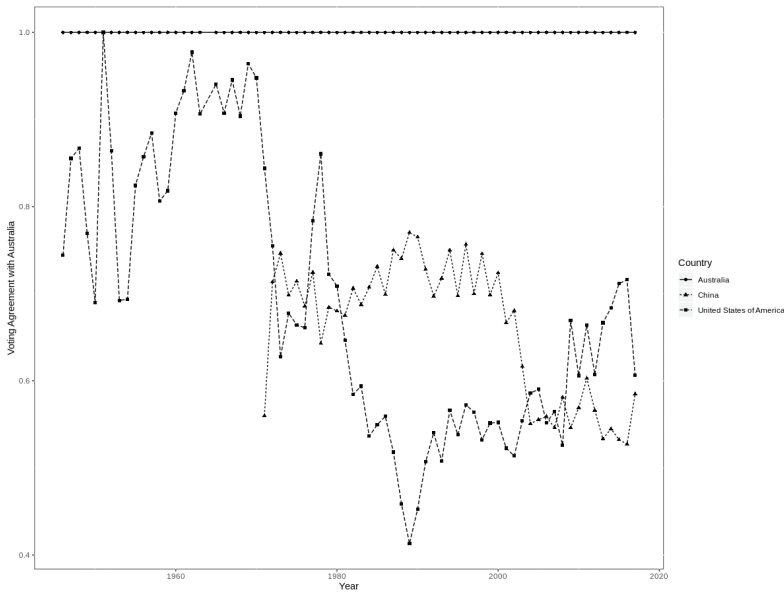


Gráfico 1 - Convergência geral de votos americanos e chineses com a Austrália na ONU

Fonte: Elaboração própria com auxílio da base de dados de Voeten, Strezhnev e Bailey (2009).

Como dito anteriormente, esse alinhamento de votos maior com os Estados Unidos se demonstra um fator passível de endogenia. Isto é, as conclusões devem ser adotadas com cautela. Por serem uma grande potência, os Estados Unidos costumam adotar posições autônomas para além dos anseios de manter a ordem mundial – caso de guerras, políticas financeiras, etc. (cf. WOHLFORTH *et al.*, 2017). Igualmente, não é notado um padrão de completa redução na convergência com a China, embora esses índices tenham se mantido reduzidos.

Destarte, comparando os votos australianos com outros países da região do Indo-Pacífico, vê-se um elemento sistemático: potências médias seguem padrões mais próximos de Washington, mas com tendência a assumir instâncias mais radicais em favor da ordem mundial. Existe, portanto, maior aproximação de votos com a Nova Zelândia, Japão e Coreia do Sul. Na Tabela 1, baseada nos votos da Assembleia Geral da ONU de 2018, comprova-se tal padrão. Escolheu-se o ano porque, dentre os mais recentes, foi nesse que a China apresentou maior aproximação com a Austrália. Nesse esforço ilustrativo, destacam-se as quatro maiores convergências, assim como os quatro casos que são mais distantes da Austrália no âmbito destacado.

Tabela 1 - Convergência de votos com a Austrália

Maiores convergências	
País	Porcentual de paridade de votos com a Austrália
Japão	79%
Nova Zelândia	78%
Coreia do Sul	77%
Estados Unidos	64%

(Continua)

(Continuação)

Menores convergências	
País	Porcentual de paridade de votos com a Austrália
Laos	53%
Cambodja	52%
China	52%
Coreia do Norte	45%

Fonte: Elaboração própria com auxílio da base de dados do Lowy Institute (2020).

Entende-se que a Austrália está posicionada num campo mais favorável ao *status quo*; isto é, o país procura se alinhar com pares que, tradicionalmente, defendem a manutenção da atual ordem internacional e seus mecanismos que vigoram no Indo-Pacífico. Há um distanciamento da China e seus parceiros. A maior aproximação com Pequim, em 2018, não se demonstra, portanto, significativa pelo fato de o índice de convergência com a Austrália ainda se encontrar dentre os menores do Indo-Pacífico.

Mesmo que o Japão e a Coreia do Sul sejam históricos rivais regionais da Pequim e aliados de Washington, é inconclusivo apontar apenas com esses dados que a Austrália se mostra engajada num combate assertivo aos chineses. Cabe analisar os âmbitos de segurança internacional mais especificamente. Essas votações podem refletir pensamentos geopolíticos diante de um cenário de escalonamento de tensões geopolíticas.

Ao analisar os votos australianos sobre aspectos voltados ao controle da proliferação de armamentos, desde o início do século XXI, nota-se uma gradativa aproximação com os Estados Unidos, enquanto o mesmo fenômeno se manifesta de forma antagônica com a China. Nesse contexto, o ano de 2013 sinaliza pelo crescente alinhamento entre Camberra e Washington ao patamar acima de 70%. Como demonstrado no Gráfico 2, nesse quesito de segurança internacional, Camberra está praticamente alinhada com Washington e num descompasso com Pequim.

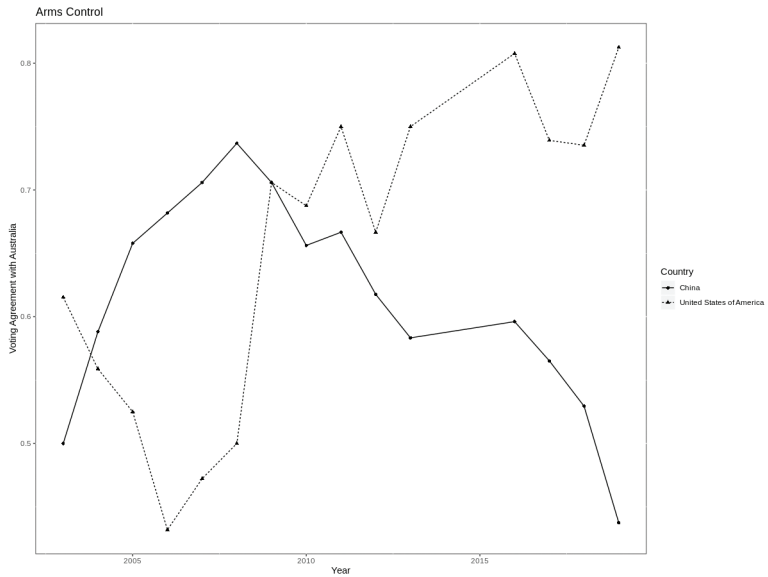


Gráfico 2 - Convergência de votos americanos e chineses com a Austrália no campo de controle de armamentos

Fonte: Elaboração própria com auxílio da base de dados de Voeten, Strezhnev e Bailey (2009).

Nos pontos considerados de grande relevância pelo Departamento de Estados norte-americano, os australianos se apresentam bastante convergentes. Da mesma forma, o grau de alinhamento com Pequim é baixo – embora haja maior aproximação em 2020. A parceria comercial desses países não se aparenta promotora de maiores aproximações no ambiente diplomático. Camberra, pelos seus paradigmas de política externa, demonstra-se mais interessada na manutenção das regras já delimitadas. Logo, o Gráfico 3 desenha as proporções da aliança entre americanos e australianos tendo como pano de fundo a defesa da ordem liberal. Vale dizer que esse gráfico se baseia na variável *Important Votes* do banco de dados de Voeten, Strezhnev e Bailey (2009).

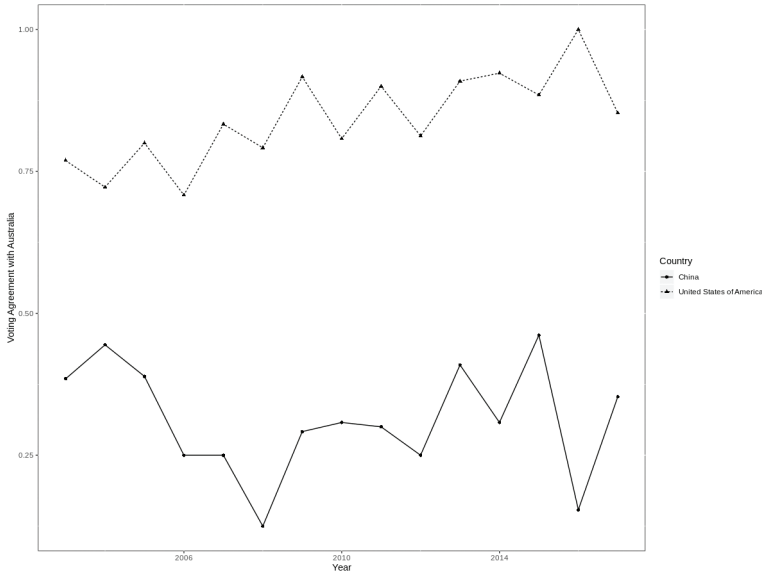


Gráfico 3 - Convergência de votos americanos e chineses com a Austrália em temas de grande relevância para a ordem mundial

Fonte: Elaboração própria com auxílio da base de dados de Voeten, Strezhnev e Bailey (2009).

Essa análise dos votos na ONU fortalece um pouco a resposta (h1), pois demonstra que a ascensão chinesa representa um momento de manutenção das convergências entre a Austrália. Portanto, Camberra continua gravitando num ambiente mais favorável aos Estados Unidos e assume como antagonico as redes influenciadas pela China. Existe, porém, a possibilidade de essa inferência não ser válida pelo grau de endogenia. Com isso, um estudo de caso sobre a participação da Austrália em mecanismos geopolíticos coordenados pelos Estados Unidos pode ser uma saída metodológica para estudar o grau de compromisso que Camberra teria numa disputa entre Washington e Pequim. Esse esforço possibilitaria uma análise qualitativa sobre as intenções do país diante da China: seria necessário avançar numa agenda mais agressiva ou o pragmatismo seria um novo paradigma imperante entre os estrategistas australianos?

A Austrália na rede de alianças dos Estados Unidos: um estudo de caso sobre a participação australiana na Quad

A Quad é uma iniciativa vendida, por setores conservadores e anti-China, como um embrião de uma aliança contra os interesses de Pequim no Indo-Pacífico. Ela foi reavivada em 2017 quando agentes diplomáticos da Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão se encontraram durante uma reunião da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (MILLER, 2018). Sua primeira tentativa, de fato, acontecera entre 2007-2008 quando esses países tentaram expandir para o âmbito diplomático um mecanismo *ad hoc* visando à reestruturação da região após o Tsunami de 2004. Logo, a Quad se define como parte do atual emaranhado de diálogos e iniciativas diplomáticas chamadas de “minilateralismo”; ou seja, grupos com poucos membros que convergem em certo âmbito. Esse contexto tem sido ponto forte da política americana para o Indo-Pacífico (JAISHANKAR, 2018; WUTHNOW, 2019).

Essas preocupações geopolíticas possuem ressonância na mídia chinesa. A ideia de uma aliança contra Pequim é noticiada por jornais como o *Global Times*, o qual caracteriza a Quad como uma iniciativa anti-China que serve aos interesses de Washington (cf. GODEMENT, 2018; MINGHAO, 2019; XINGCHUN, 2018; ZONGYI, 2018). Com esse cenário imaginado, o diálogo se vincula a diversas agendas. A impressão que se passa é a iminência do surgimento de algo grandioso aos padrões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Austrália, inclusive, seria um dos pilares desse mecanismo. Contudo, esse contexto deve ser analisado pelos indicadores reais de participação de Camberra num arranjo supostamente tão enfático no enfrentamento das alegadas ameaças que representam a China.

Logo, busca-se definir o que realmente se observa sobre a Quad. Essa explicação é acompanhada por indicadores sobre

gastos militares e participação conjunta dos países em exercícios militares objetivando verificar padrões desde a formulação desse mecanismo.

A Quad: reflexões sobre a abrangência de sua institucionalização e agenda

Embora exista essa percepção ofensiva da Quad, nota-se um superdimensionamento de sua envergadura. A percepção de um jogo de escalonamento de tensões, caracterizado pela adoção do termo “Indo-Pacífico”, reflete anseios pelas potencialidades desse arranjo (cf. AYRES, 2019; RAI, 2017). Porém, essa iniciativa aparenta menor ímpeto quando descrita por veículos oficiais. Destarte, diferentemente da OTAN, a Quad:

(i) Não possui uma carta legalmente vinculante ou agenda de admissão de membros. Inexiste um documento que ateste a necessidade de defesa mútua de seus participantes (KUO, 2018). O acordo de segurança com a Nova Zelândia e os Estados Unidos, de 1952, significaria, por exemplo, maior compromisso com a defesa mútua. (ii) Outrossim, não existe um cronograma previamente definido de reuniões e, tampouco, um documento definindo seu escopo de ação (MADAN, 2017). (iii) Seus encontros não possuem, oficialmente, o status de eventos ministeriais ou de chefes de Estado. (iv) O nome Diálogo Quadrilateral de Segurança não está institucionalizado. Apenas os Estados Unidos já o assumem em seus documentos (UNITED STATES, 2019). Os países-membros não se referem a essa iniciativa de maneira singular. As autoridades governamentais australianas e indianas se recusaram a usar o conceito para nomear oficialmente esse mecanismo diplomático (AUSTRALIA, 2007; INDIA, 2018). O termo “Quadrilateral Security Dialogue” foi cunhado e difundido por estudiosos e jornalistas que previam a alocação da Índia ao já existente Diálogo Estratégico Trilateral (TSD, em inglês) entre a Austrália, o Japão e os Estados Unidos (GABRIEL; MANDELBAUM; CARVALHO, 2020).

Vale dizer que, nesse contexto, a Quad se apresenta como um diálogo em que cada Estado pontua o que lhe interessa nas notas diplomáticas disponibilizadas. Como não há um documento comum a todos, fica a cargo de cada diplomacia pontuar o que houve durante as reuniões. A Austrália, por exemplo, sempre enfatiza a necessidade de esses países buscarem maior diálogo com mecanismos de integração regional da Oceania – apenas os Estados Unidos também destacam o tópico (AUSTRALIA, 2019; UNITED STATES, 2019).

Tendo em vista esse cenário, cabe conceber os fatores que se entendem como empecilhos para a possível institucionalização do arranjo. A literatura aponta justamente para a cautela dos participantes em agir com relação à China, em especial: a Índia e a Austrália (cf. MADAN, 2017; RAI, 2017; RUDD, 2019; WU-THNOW, 2019). Esses dois países sentiram, em 2007, que a Quad poderia soar muito provocativa aos olhares de Pequim. Nesse contexto, esse arranjo ressurgiria, em 2017, como um facilitador de diálogos entre esses países visando cooperar no Indo-Pacífico.

Embora o Japão e os Estados Unidos pressionem por maior assertividade no antagonismo aos chineses, a Austrália e a Índia possuem motivações que lhes sinalizam para adoção de medidas cautelosas. Enquanto os indianos possuem fronteiras terrestres ainda em disputa com Pequim, os australianos não se veem confortáveis na posição de lidar com o impacto econômico de possíveis sanções comerciais da China. Vale lembrar que os chineses já demonstraram que podem reagir com firmeza a determinadas provocações. Responderam a pressões da Austrália por investigações sobre a origem da covid-19 com severas restrições à importação de carne bovina e tarifas de 80% sobre a compra de cevada (PALMER, 2020). Houve, também, advertências contra o intercâmbio de estudantes por alegadas discriminações à população chinesa em solo australiano.

A relação da Austrália com a Quad demonstra uma interessante reticência em assumir uma instância mais assertiva com

Pequim no campo da segurança internacional, mas também a vontade de se fazer parte do arranjo. Tendo, outrora, sido vista como um ponto fraco do diálogo, Camberra se entende como uma defensora da ordem mundial que tenta impedir que isso acarrete um cenário belicoso. Nesse caso, a (h2) se apresenta um pouco favorecida pelas hesitações diante de Pequim. Porém, a retórica disseminada sobre a correlação entre a adoção do termo “Indo-Pacífico” e o aumento de tensões regionais requisita uma análise apurada dos indicadores de investimentos militares. Dado que a Quad não se manifesta *per se* como uma aliança formalizada, cabe entender se ela levou a maiores cooperações no âmbito de defesa.

A parceria em matéria de defesa dos membros da Quad

De fato, a Quad congrega duas potências que vêm trabalhando com a Austrália no âmbito da segurança internacional. Desde a adoção do termo “Indo-Pacífico”, a Austrália continuou participando de exercícios de militares visando cooperar estrategicamente. Dessas atividades, seus maiores parceiros são os Estados Unidos (55 vezes), Nova Zelândia (44 vezes), Cingapura (39 vezes) e Japão (32 vezes). Da totalidade desses exercícios, em apenas 3% (i.e., 9 vezes) os australianos se juntaram com os chineses (LOWY INSTITUTE, 2020). Embora analistas entendam esse contexto como uma marca de união da Quad, nota-se a baixa adesão de Camberra em ações conjuntas com Nova Délhi – apenas 4% da totalidade (i.e., 14 vezes) (LOWY INSTITUTE, 2020). Vale destacar que há autores que apontam esse vértice Austrália-Índia como ponto mais fraco da suposta aliança devido aos históricos desentendimentos diplomáticos e desconfianças mútuas que vêm sendo superadas gradativamente no âmbito comercial (cf. GROSSMAN, 2018; SMITH, 2019; VERGHESE, 2018).

No Gráfico 4, reporta-se o coeficiente de poder material CINC do projeto *Correlates of War*. Trabalha-se com uma variável mensurada pelos seguintes fatores em cada país: gastos e tamanho das forças militares, consumo de energia, produção de aço e ferro, população urbana e população total. Os dados são relativos ao início do século XXI até 2012,⁴ quando o termo “Indo-Pacífico” ainda não havia sido oficializado. Nesse momento, não se observa grandes alterações no indicador CINC australiano, o qual se mantém o menor dentre os membros da Quad. Observa-se que não houve direta relação entre o crescimento do poder da China com a ascensão dos indicadores desses países. Não é elemento sistemático o possível fato de existir uma relação positiva entre esses valores. Vale dizer, inclusive, que apenas o caso indiano apresentava caminho ascendente nesse indicador.

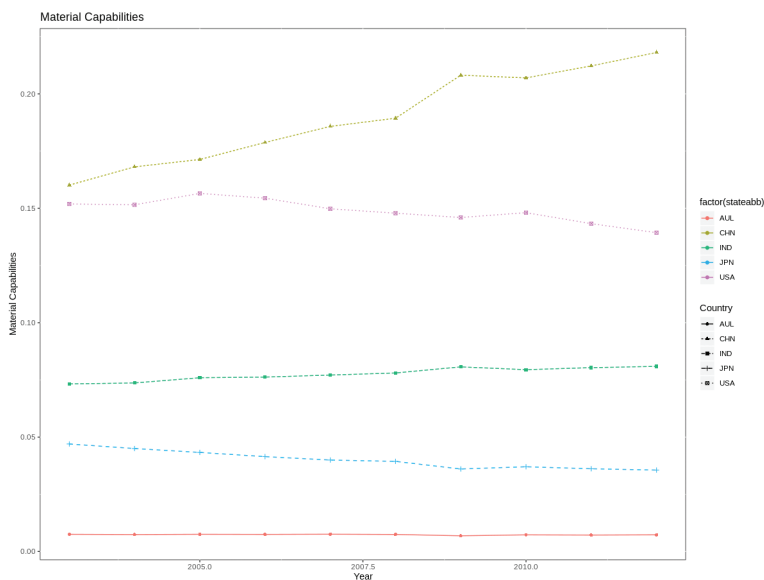


Gráfico 4 - Capacidades materiais dos membros da Quad

Fonte: Elaboração própria com auxílio dos dados de Singer, Bemmer e Stuckey (1972).

⁴ Última atualização do indicador.

No atual contexto, a Austrália possui apenas o oitavo maior indicador militar do Indo-Pacífico. Países como Coreia do Sul, Coreia do Norte e Japão estão melhores em relação a gastos com as forças de defesa, potencial de organização em momentos de crise, tecnologia do armamento e capacidade de se engajar num conflito de escala considerável (LOWY INSTITUTE, 2020). No que diz respeito ao orçamento de segurança, a Austrália destoa dos demais membros da Quad no ano de 2019. Enquanto os Estados Unidos, Índia e Japão estão dentre os cinco primeiros nesse quesito, os australianos ocupam a modesta sétima posição. A força de Camberra está na sua rede de alianças. Como evidência, nota-se que os parceiros americanos figuram entre os países com os maiores índices de participação em sistema de defesa na região, segundo o Lowy Insitute Asia Power Index. Essa variável indica não apenas a quantidade de participação nesses arranjos, mas também a longevidade dos laços e suas profundidades em termos diplomáticos. Dentre esses países, a Austrália ocupava, em 2019, o segundo lugar, atrás apenas dos Estados Unidos.

Com esses elementos, observa-se que a Austrália é um país que confia em sua rede de alianças para preservar seus interesses geopolíticos. Esse aspecto agrega certa robustez à resposta (h1) pelo enraizamento do paradigma de se segurar nas capacidades das grandes potências defensoras do *status quo* visando manter a ordem vigente.

Considerações finais: o “pragmatismo dependente”

A adoção do termo “Indo-Pacífico” reflete a renovação dos interesses da Austrália em se tornar pilar fiador da ordem mundial liberal num momento de transição das disputas geopolíticas para o Oriente. O paradigma da defesa da ordem se sustenta com força na aplicabilidade desse novo plano estratégico. Nota-se sua

presença marcante na consolidação do plano australiano para o Indo-Pacífico. Inclusive, esse paradigma é força motriz que sustenta certo grau de contestação de Camberra aos movimentos de Pequim. A reticência australiana diante do crescimento chinês advém dos seus receios em ver possíveis esfacelamentos das dinâmicas que, outrora, garantiram sua ascensão econômica sem a necessidade de se armar para um conflito regional. A Oceania se manteve fora dos centros geopolíticos e preservou estabilidade durante a Guerra Fria. A entrada da variável chinesa é um complicar dessa lógica.

No que tange ao alinhamento às potências defensoras do *status quo*, contudo, a Austrália apresenta uma troca do paradigma para uma posição mais pragmática diante do jogo internacional. Washington vem reduzindo seu compromisso com a tarefa de ser o maior fiador desse sistema. Nesse aspecto, observa-se que os australianos têm buscado iniciativas conjuntas com atores regionais no âmbito comercial e de segurança. Essas influências estruturais têm levado Camberra a mostrar maiores alinhamentos com Japão, Coreia do Sul ou Nova Zelândia do que propriamente com os Estados Unidos. Tentativas de aumentar a agressividade direta aos planos de Pequim são vistas com relutância por Camberra, embora o plano superficial aparente o contrário. A atuação da Austrália na Quad ou seu posicionamento em favor dos Estados Unidos em votações na ONU se demonstram baseadas nos princípios de defesa da ordem. Logo, há um alvorecer de maior pragmatismo no pensamento estratégico.

Chega-se à conclusão de que nenhuma das duas alternativas satisfatoriamente responderia as novas dinâmicas da política externa australiana. Analisando a entrada em vigência do termo “Indo-Pacífico”, nota-se que Camberra desenvolve um “pragmatismo” que ainda depende do auxílio de suas redes de alianças – inclusive, com os Estados Unidos. Destarte, o país se mantém como uma potência média que tenta conduzir seus interesses

sem construir maiores indisposições com as grandes potências. Abrem-se espaços para novas iniciativas, mas nada que envolva ataques mais enérgicos contra o polo chinês.

Referências

ADAMSON, F. *Shaping Australia's Role in Indo-Pacific Security in the Next Decade*. Australian Government, 2 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/news/speeches/Pages/shaping-australias-role-in-indo-pacific-security-in-the-next-decade>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ADAMSON, F. *The Indo-Pacific: Australian's Perspective*. Australian Government, 29 Apr. 2019. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/news/speeches/Pages/the-indo-pacific-australias-perspective>. Acesso: 3 jun. 2020.

AUSTRALIA. Parliament of Australia. *Standing Committee on Foreign Affairs, Defense and Trade: Foreign Affairs and Trade Portfolio*. 2007. Disponível em: <https://parlinfo.aph.gov.au>. Acesso em: 20 jun. 2019.

AUSTRALIA. Department of Defence. *2016 Defence White Paper*. Canberra: Commonwealth of Australia, 2016. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/WhitePaper/Docs/2016-Defence-White-Paper.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

AUSTRALIA. Australian Government. *2017 Foreign Policy White Paper*. Canberra: Australian Government, 2017a.

AUSTRALIA. Inspector-General of Intelligence and Security. *Annual Report 2016-2017*. Canberra: Government of Australia, 2017b.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *Australia's Trade Statistics at a Glance*. Canberra: Government of Australia, 2018. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/trade/resources/trade-at-a-glance/Pages/default>. Acesso em: 29 mar. 2020.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *Australia-India-Japan-United States Consultations*. 2019. Disponível em: <https://dfat.gov.au/news/media/Pages/australia-india-japan-usa-consultations.aspx>. Acesso em: 2 jun. 2019.

AYRES, A. Pivot to Democracy: The Real Promise of the Quad. *War on the Rocks*, 3 Jan. 2019. Disponível em: <https://warontherocks.com/2019/01/pivot-to-democracy-the-real-promise-of-the-quad/>. Acesso em: 9 maio 2019.

- BELL, C. *Dependent Ally: A Study in Australian Foreign Policy*. [Oxford]: Oxford University Press, 1988.
- BISLEY, N. Australia's Incrementalist Hedging in a Fractured Order. *East Asia Forum*, 4 May 2020. Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2020/05/04/australias-incrementalist-hedging-in-a-fractured-order/>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- BISLEY, N.; SCHREER, B. Will Australia Defend the 'Rules-Based Order' in Asia? *The Strategist*, 18 Apr. 2018. Disponível em: <https://www.aspist-rategist.org.au/will-australia-defend-rules-based-order-asia/>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- BREWSTER, D. *Australia, India, and the United States: The Challenge of Foreign New Alignments in the Indo Pacific*. [Sidney]: University of Sidney, 2016.
- CHACKO, P.; PANDA, J. Time for Thinking the Australia-India Relationship Afresh. *East Asia Forum*, 31 Mar. 2019. Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2019/03/31/time-for-thinking-the-australia-india-relationship-afresh/>. Acesso em: 11 maio 2019.
- CHALLANEY, B. Abe Propels a Potential Constellation of Democracies. *The Japan Times*, 16 Nov. 2017. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2017/11/16/commentary/world-commentary/abe-propels-potential-constellation-democracies/#.XY6qa25FxpY>. Acesso em: 11 maio 2019.
- CHOONG, W. The Return of the Indo-Pacific Strategy: An Assessment. *Australian Journal of International Affairs*, v. 73, n. 5, p. 415-430, 2019.
- COLLIER, D.; MAHON, J. E. Conceptual "Stretching" Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis. *American Political Science Review*, v. 87, n. 4, p. 845-855, 1993.
- DZIEDZIC, S. Australia Started a Fight with China Over an Investigation into Covid-19 – Did It Go Too Hard? *ABC News*, 20 May 2020. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2020-05-20/wha-passes-coronavirus-investigation-australia-what-cost/12265896>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- FIRTH, S. *Australia in International Politics: An Introduction to Australian Foreign Policy*. Crows Nest, New South Wales: Allen & Unwin, 2005.
- GABRIEL, J. P.; CARVALHO, C. E. Balanceamento contra a China com o corredor de crescimento Ásia-África: uma iniciativa indiana-japonesa para o Indo-Pacífico. *Conjuntura Austral*, v. 9, n. 48, p. 115-131, 2018a.

GABRIEL, J. P.; CARVALHO, C. E. Novos conceitos e estratégias na Ásia. *Valor Econômico*, 21 jun. 2018b. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/novos-conceitos-e-estrategias-na-asia.html>. Acesso em: 3 jun. 2020.

GABRIEL, J. P. N.; MANDELBAUM, H. G.; CARVALHO, C. E. The Quad. *Carta Internacional*, v. 15, n. 2, 2020.

GARNAUT, J. How China Interferes in Australia: And How Democracies Can Push Back. *Foreign Affairs*, 9 Mar. 2018.

GOERTZ, G. *Social Science Concepts: A User's Guide*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

GROSSMAN, D. India Is the Weakest Link in the Quad. *Foreign Policy*, 23 July 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/07/23/india-is-the-weakest-link-in-the-quad/>. Acesso em: 8 jun. 2019.

GYNGELL, A. *Fear of Abandonment: Australia in the World since 1942*. [Carlton, Victoria]: La Trobe University Press, 2017.

HAMILTON, C. *Silent Invasion: China's Influence in Australia*. [Richmond, Victoria]: Hardie Grant Books, 2018.

HEMMER, C.; KATZENSTEIN, P. J. Why Is There No NATO in Asia? Collective Identity, Regionalism, and the Origins of Multilateralism. *International Organization*, v. 56, n. 3, p. 575-607, 2002.

INDIA. Ministry of External Affairs. Prime Minister's Keynote Address at Shangri La Dialogue. *Media Center*, 1 June 2018. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/29943/Prime+Ministers+Keynote+Address+at+Shangri+La+Dialogue+June+01+2018>. Acesso em: 4 fev. 2019.

JAISHANKAR, D. The Real Significance of the Quad. *The Strategist* (Australian Strategic Policy Institute), 24 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/the-real-significance-of-the-quad/>. Acesso em: 9 jun. 2019.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. *Confluence of the Two Seas*. 22 Aug. 2007. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/pm0708/speech-2.html>. Acesso em: 4 jun. 2018.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. *Diplomatic Bluebook 2017*. Tokyo: MOFA, 2017.

- KAPLAN, R. D. Center Stage for the Twenty-First Century: Power Plays in the Indian Ocean. *Foreign Affairs*, v. 88, n. 2, p. 16-32, 2009.
- KUO, Y. Japan's Roles in the Indo-Pacific Strategy. *Prospect Journal*, v. 19, p. 29-52, 2018.
- LOWY INSTITUTE. *Asia Power Index*. 2020. Disponível em: <https://power.lowyinstitute.org/>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- MADAN, T. The Rise, Fall, and Rebirth of the Quad. *War on the Rocks*, 16 Nov. 2017. Disponível em: <https://warontherocks.com/2017/11/rise-fall-rebirth-quad/>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- MEDCALF, R. The Indo-Pacific: What's in a Name? *The American Interest*, v. 9, n. 2, p. 58-66, 2013.
- MEDCALF, R. Australia and China: Understanding the Reality Check. *Australian Journal of International Affairs*, v. 73, n. 2, p. 109-118, 2019.
- MEDCALF, R. Reimagining Asia: From Asia-Pacific to Indo-Pacific. In: ROZMAN, G.; LIOW, J. C. (org.). *International Relations and Asia's Southern Tier*. Singapore: Asian-Palgrave Macmillan Series, 2018. cap. 2, p. 9-28.
- MEDCALF, R. In Defence of the Indo-Pacific: Australia's New Strategic Map. *Australian Journal of International Affairs*, v. 68, n. 4, p. 470-483, 2014.
- MILLER, J. Berkshire. *The Quad: Security Cooperation Between the US, Japan, India and Australia*. Perth: Perth USAsia Centre, 2018.
- MINGHAO, Z. With Stepped-Up Plan, US Takes Aim at China. *Global Times*, 9 June 2019. Disponível em: <http://www.globaltimes.cn/content/1153585.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- MOHAN, C. R.; BARUAH, D. M. Deepening the India-France Maritime Partnership. *Carnegie India*, v. 26, 2017.
- OEC – Observatory of Economic Complexity. *Australia*. 2018. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/aus>. Acesso em: 5 jun. 2019.
- PALMER, J. Why China is Punishing Australia. *Foreign Policy*, 13 May 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/05/13/china-punishing-australia-coronavirus-pandemic-meat-imports-trade-diplomacy/>. Acesso: 3 jun. 2020.
- PAN, C. The 'Indo-Pacific' and Geopolitical Anxieties about China's Rise in the Asian Regional Order. *Australian Journal of International Affairs*, v. 68, n. 4, p. 453-469, 2014.

PHILLIPS, Andrew. *From Hollywood to Bollywood? Recasting Australia's Indo/Pacific Strategic Geography*. Barton: Australian Strategic Policy Institute, 2016.

PRIME MINISTER OF AUSTRALIA. Chicago Council on Global Affairs. *Speech* (Media Centre), 23 Sept. 2019. Disponível em: <https://www.pm.gov.au/media/chicago-council-global-affairs>. Acesso em: 6 jun. 2020.

RAI, A. Quadrilateral Security Dialogue 2 (Quad 2.0) – A Credible Strategic Construct or Mere “Foam in the Ocean”? *Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India*, v. 14, n. 2, p. 138-148, 2017.

RUDD, K. The Convenient Rewriting of the History of the ‘Quad’. *Nikkei Asian Review*, 26 Mar. 2019. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Opinion/The-Convenient-Rewriting-of-the-History-of-the-Quad>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SINGER, J. D.; BREMER, S.; STUCKEY, J. Capability Distribution, Uncertainty, and Major Power War, 1820-1965. In: RUSSETT, B. (ed.). *Peace, War, and Numbers*. Beverly Hills: Sage, 1972. p. 19-48.

SWITZER, T. Australia's Foreign Policy: Burying the Myth. *The Strategist* (Australian Strategic Policy Institute), 24 Oct. 2017. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/australia-has-always-had-an-independent-foreign-policy/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

TAYLOR, B. Is Australia's Indo-Pacific Strategy an Illusion? *International Affairs*, v. 96, n. 1, p. 95-109, 2020.

TOWNSHEND, A. China's Pandemic-Fueled Standoff with Australia. *War on the Rocks*, 20 May 2020. Disponível em: <https://warontherocks.com/2020/05/chinas-pandemic-fueled-standoff-with-australia/>. Acesso em: 4 jun. 2020.

TURNBULL, M. *Speech at the University of New South Wales*. Sydney, 7 Aug. 2018. Disponível em: <https://www.malcolmturnbull.com.au/media/speech-at-the-university-of-new-south-wales-sydney-7-august-2018>. Acesso em: 3 jun. 2020.

UNITED STATES. White House. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, 2017a.

UNITED STATES. White House. *Remarks by President Trump at APEC CEO Summit – Da Nang, Vietnam*. Washington, 2017b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-apec-ceo-summit-da-nang-vietnam/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

UNITED STATES. Department of State. *Briefing on The Indo-Pacific Strategy*. Washington, 2 Apr. 2018a. Disponível em: <https://www.state.gov/briefing-on-the-indo-pacific-strategy/>. Acesso em: 4 jun. 2019.

UNITED STATES. United States Indo-Pacific Command. *U.S. Indo-Pacific Command Holds Change of Command Ceremony*. Washington, 30 May 2018b. Disponível em: <http://www.pacom.mil/Media/News/News-Article-View/Article/1535776/us-indo-pacific-command-holds-change-of-command-ceremony/>. Acesso em: 4 fev. 2019.

UNITED STATES. Department of State. *U.S.-Australia-India-Japan Consultations (“The Quad”)*. Washington, 31 May 2019. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-australia-india-japan-consultations-the-quad/>. Acesso em: 4 jun. 2019.

UNJHAWALA, Y. T. South Asia Geopolitics: Contain China with the Quad. *The Economic Times*, 24 Nov. 2018. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/south-asia-geopolitics-contain-china-with-the-quad/articleshow/66781500.cms>. Acesso em: 22 jun. 2019.

VARGHESE, P. *India Economic Strategy to 2035*. Canberra: Department of Foreign Affairs and Trade, 2018.

VOETEN, E.; STREZHNEV, A.; BAILEY, M. *United Nations General Assembly Voting Data*. Harvard Dataverse, 2009. Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=hdl:1902.1/12379&version=17.0>. Acesso em: 5 dez. 2020.

WALT, S. M. Alliance Formation and the Balance of World Power. *International Security*, v. 9, n. 4, p. 3-43, 1985.

WALTZ, K. *Theory of World Politics*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WHITE, H. *How to Defend Australia*. Melbourne: La Trobe University Press, 2019.

WOHLFORTH, W. C. *et al.* Moral Authority and Status in International Relations: Good States and the Social Dimension of Status Seeking. *Review of International Studies*, v. 44, n. 3, p. 526-546, 2018.

WROE, D.; NEEDHAM, K. History in Making as Nations Team Up. *The Sydney Morning Herald*, 19 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.smh.com.au/politics/federal/history-in-making-as-nations-team-up-20180119-h0kxls.html>. Acesso em: 23 jun. 2019.

WUTHNOW, J. US 'Minilateralism' in Asia and China's Responses: A New Security Dilemma? *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 115, p. 133-150, 2019.

XINGCHUN, L. Be Wary of Quad Threat to ASEAN Unity. *Global Times*, 20 Nov. 2018. Disponível em: <https://www.rsis.edu.sg/media-highlight/rsis/be-wary-of-quad-threat-to-asean-unity/#.XY7ZoW5FxBPY>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ZHANG, D. Perceiving China's Influence in the Pacific: The Case of Solomon Island. *The Diplomat*, 18 Oct. 2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/10/perceiving-chinas-influence-in-the-pacific-the-case-of-solomon-islands/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ZONGYI, L. New Delhi Forum Props Up 'Quad' Stance, Refuses to Listen to China Voice. *Global Times*, 25 Jan. 2018. Disponível em: <http://www.globaltimes.cn/content/1086591.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2019.

11. DEBATES DE ESTUDIOSOS CHINESES SOBRE ESTRATÉGIAS DE DISPUTA MARÍTIMA

Zuo Xiyong

Disputas marítimas são problemas-chave de segurança na política externa da China. Especialmente desde a crise financeira global de 2008, elas têm desencadeado diversas ondas de tensão na região da Ásia-Pacífico. Até certo ponto, disputas marítimas envolvem todas as forças maiores que têm interesse na estabilidade da região. Como parte interessada, a China tem papel crucial em tais disputas. Por essa razão, temos que discutir a estratégia chinesa diante disso. Interessantemente, nos últimos anos, mudanças marcantes foram observadas nas estratégias da China nessas disputas. Estudiosos também têm debatido estratégias de disputa marítima na China durante a última década, o que tem feito ajustes estratégicos avançarem significativamente.

Este capítulo busca explorar debates de estudiosos sobre disputas marítimas na China e adereçar as seguintes questões: quais são os tópicos principais que estudiosos chineses têm debatido

durante a última década sobre estratégias marítimas? Por que eles debatem esses tópicos? Quais são as consequências dos debates e como essas consequências têm acontecido? O autor busca responder a essas perguntas e refinar a lógica das estratégias da China em disputas marítimas.

Estudiosos chineses debatem disputas marítimas

Estudiosos chineses debatem dois tópicos centrais em disputas marítimas. O primeiro tópico é se a China deveria abandonar a estratégia de Desconsiderar Diferenças e Buscar Desenvolvimento Conjunto (SD/SJD, em inglês). O segundo tópico é se a China deveria aceitar o princípio do multilateralismo na disputa do Mar do Sul da China. Este capítulo irá traçar o desenvolvimento das estratégias chinesas em disputas marítimas.

SD/SJD, ou não?

Como princípio de gerenciar a disputa das Ilhas Diaoyu/Senkaku, a SD/SJD foi proposta inicialmente quando China e Japão negociaram para estabelecer relações diplomáticas. Depois disso, a SD/SJD foi proposta como política externa sistemática por Deng Xiaoping no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 para lidar com disputas territoriais e resolvê-las pacificamente (cf. RONG; ZUOLING, 2004, p. 411-412). Francamente, essa estratégia contida tem mantido a estabilidade no Mar do Leste da China e no Mar do Sul da China pelos últimos 30 anos. Porém, estudiosos na China têm criticado publicamente cada vez mais a política SD/SJD em anos recentes. Podemos identificar dois campos, um apoiando e outro se opondo à política SD/SJD.

O campo apoiador apresenta três diferentes pontos. Alguns estudiosos acreditam que a política SD/SJD não é ultrapassada. Para esses estudiosos, a política SD/SJD não é uma medida paliativa (XU, 2013). Ela exemplifica a sabedoria oriental e se mantém

como abordagem significativa para disputas territoriais (ZHOU, 2013). Além disso, quando a China lida com disputas territoriais com outros países, é considerada uma “nova exploração” nos princípios diplomáticos (CAO, 2011). Esse ponto de vista tem dois argumentos-chave. Um diz que a SD/SJD tem sido a melhor política até então e que a China não encontrou uma melhor forma. Outro insiste que a SD/SJD é uma abordagem pacífica (WANG, 2013). Assim como Pan Guang, um estudioso da Academia de Xangai de Ciências Sociais, menciona, “se usarmos o poder da força para resolver a disputa, podemos ter benefícios por um período curto. Mas também pode trazer um resultado de perdas para todos os lados. Os problemas de períodos mais largos serão mais difíceis de se resolver” (PAN, 2010). Na verdade, para esses estudiosos, a SD/SJD não significa inação. Pelo contrário, a política SD/SJD é iniciativa da própria China. Tudo que ela tem que fazer é esperar por uma China mais poderosa (HU, 2014a).

Alguns estudiosos argumentam que a China deveria achar uma nova ascensão para o avanço da política SD/SJD. Jin Yongming, um *expert* em direito internacional, enfatiza que a China precisa de um novo pensamento. Ele argumenta que a China e seus vizinhos podem assinar tratados sobre problemas marítimos como a proteção ambiental, pesquisa científica, segurança de navegação, busca e resgate, e antipirataria (JIN, 2012). Na verdade, as estratégias para a China podem ser distintas no Mar do Leste da China e no Mar do Sul da China. Xue Li, um *expert* influente da Academia Chinesa de Ciências Sociais, sugere que a China deveria explorar o Mar do Sul da China unilateralmente. Ele insiste que mesmo enfrentando mais pressões, a China explorar as Ilhas Spratly unilateralmente promoverá um desenvolvimento conjunto (XUE, 2014d). Mas no Mar do Leste da China a nova perspectiva de desenvolvimento conjunto será baseada em achar a área certa para o desenvolvimento na região disputada. A região ao norte das Ilhas Diaoyu pode ser a mais viável (CAI,

2008). Na realidade, se olharmos análises de estudiosos chineses, a maioria deles acredita que a construção institucional deve ser a área mais potencial para o avanço de um desenvolvimento conjunto. Novos modelos, novas estruturas, novas instituições, e novas práticas são quatro pilares do desenvolvimento conjunto (AN, 2011; SHAO, 2011; LUO; GUO, 2012).

Outros *experts* acreditam ainda que a China deveria ter duas cordas em seu arco. Liu Zhongmin (2012) argumenta que o país não abandonará totalmente a política SD/SJD, mas a questão-chave é se a China tem espaço considerável para gerenciamento e capacidade suficiente para deter comportamentos revisionistas das Filipinas e do Vietnã, o que significa que o encrenqueiro no Mar do Leste e no Mar do Sul da China não é a China, mas Japão, Filipinas, ou Vietnã. Ilustrando o ponto-chave da segunda corda do arco chinês, Zhao Kejin, da Universidade de Tsinghua, escreve:

Na verdade, a raiz da disputa do Mar do Sul da China é que todas as partes negam os consensos da Soberania Pertencente à China, de Desconsiderar Diferenças e de Buscar Desenvolvimento Conjunto. Para os comportamentos que violam o princípio da soberania pertencente à China ou que tentam mudar o status da soberania, quaisquer que sejam, a China deveria desenhar uma linha clara e deixar a porta aberta para o uso da força na defesa de sua soberania. Claro, se todas as partes ainda reconhecem o fato de que a China possui a soberania que é afirmada por leis internacionais e uma série de documentos, a China não terá a necessidade de reagir com força, e será então apta a persistir no princípio de Desconsiderar Diferenças e Buscar Desenvolvimento Conjunto. (ZHAO, 2014a).

O campo crítico aparenta ser relativamente fraco. Na verdade, muitos estudiosos criticam a política SD/SJD em conferências ou em particular, mas não em artigos publicados ou avaliações.

Independentemente da limitação de fontes, ainda podemos identificar seus principais argumentos. Basicamente, os estudiosos atacam a política SD/SJD em duas frentes.

Uma é que a política SD/SJD tem um problema lógico interno. Alguns estudiosos levantam objeções particularmente em relação à visão de que a China deveria manter a política SD/SJD sob a pré-condição da Soberania Pertencente à China. Ao discutir a disputa sino-japonesa, Guan Jianqiang aponta:

Há um problema lógico na posição de [China e Japão] desconsiderar diferenças temporariamente sob a pré-condição da soberania pertencente à China. Se China e Japão podem chegar a um acordo de que a soberania pertence à China, a disputa será não-existente. Por que a necessidade de desconsiderar diferenças? (GUAN, 2012, p. 117).

Outros estudiosos expressam opiniões similares de que há um conflito irreconciliável na SD/SJD (TONG, 2011, p. 4). Em alguma medida, essa crítica chega diretamente ao coração do problema.

A segunda frente mira no dilema da política na prática. Esses estudiosos criticam o fato de que a política SD/SJD não pode defender o interesse nacional chinês, e fará a China perder a chance de controlar e explorar essas ilhas. Shao Feng (2012) argumenta que a China deveria desconsiderar menos e resolver mais para evitar riscos potenciais. Além disso, a China deveria usar tanto medidas diplomáticas quanto força militar. No Mar do Leste da China, as ações unilaterais do Japão não deixaram espaço para o funcionamento da SD/SJD, o que significa que a China tem que repensar como fazer com que o Japão desista da resistência. Se a China continuar insistindo nessa política, a disputa das Ilhas Diaoyu não será resolvida (LIN, 2010). No contexto da disputa do Mar do Sul da China, alguns estudiosos argumentam que o princípio da SD/SJD não é aceito por outros países e que ele

falhou. De acordo com Li Guoqiang (2014), seria sensato para a China tomar mais medidas para ajustar a política no Mar do Sul da China.

Bilateralismo ou multilateralismo?

Por muito tempo, o governo chinês persistiu com o bilateralismo no problema do Mar do Sul da China. Porém, essa estratégia enfrenta um vasto número de críticas. Deveria a China manter o bilateralismo ou usar o multilateralismo para resolver a disputa do Mar do Sul da China? Essa é outra questão central do debate. Se olharmos para trás, dois grupos totalmente opostos existiam antes de 9 de agosto de 2014, que focavam centralmente em três aspectos.

O primeiro ponto de conflito é sobre a razão por trás do bilateralismo ou multilateralismo. A escola do multilateralismo acredita que o bilateralismo não pode resolver a disputa do Mar do Sul da China. Ou seja, o bilateralismo já não tem mais operabilidade (ZUO, 2010, p. 40). Pang Zhongying, professor da Renmin University of China, foi mais além nesse argumento. Ele coloca que “a China deveria aceitar o conselho americano de multilateralização” na questão do Mar do Sul da China. Ele continua argumentando que a China deveria mudar seu pensamento em direção a uma visão mais ampla de que não se deveria temer a multilateralização no Mar do Sul da China (PANG, 2010). Interessantemente, o *Global Times* fez um questionário logo abaixo do artigo de Pang perguntando a leitores se eles apoiavam ou não a multilateralização em 2 de agosto de 2010. O resultado foi que 96,8% dos leitores discordavam. De acordo com a escola do multilateralismo, a China deveria ter novas ideias para resolver a questão do Mar do Sul da China. Nessa circunstância, o multilateralismo seria bom para o interesse nacional chinês (ZHENG, 2010).

A escola do multilateralismo está sob fogo cerrado. A escola do bilateralismo argumenta que disputas territoriais são concernentes à soberania, e que não há necessidade de se seguir o caminho do multilateralismo. Alguns estudiosos acreditam que o bilateralismo é a única forma de resolver a questão do Mar do Sul da China (HU, 2014b). Liu Zhongmin, um estudioso da Shanghai International Studies University, escreve que a “natureza, escopo, e grau de disputas entre a China e outros países são diferentes; toda prova de um país para sua afirmação também é diferente, então é inapropriado usar a abordagem multilateral para resolver a disputa” (LIU, 2012). Ele critica os argumentos de Pang Zhongying sobre multilateralismo intencionalmente. Diz que: “Há algumas questões que deveríamos deixar claras ao falar sobre bilateralismo e multilateralismo em relação à questão do Mar do Sul da China. Não podemos simplesmente falar em multilateralismo.” Ele continua:

Devemos definir a questão do Mar do Sul da China exatamente. Sobre a essência da questão do Mar do Sul da China, devemos nos manter juntos ao princípio de negociar bilateralmente [...] A disputa sobre as ilhas que envolve soberania é o mesmo que uma disputa territorial tradicional. A disputa marítima é sobre águas territoriais e a Zona Econômica Exclusiva (EEZ, em inglês) [...] a questão do Mar do Sul da China é relacionada à soberania e à integridade territorial. (LIU, 2010).

O segundo tópico em debate é sobre as consequências. A escola do bilateralismo argumenta que a multilateralização da disputa do Mar do Sul da China proverá uma oportunidade para as grandes forças externas à disputa se envolverem na disputa, complicando ainda mais a questão. Essa abordagem será uma proposição falsa, um beco sem saída, ou a sombra do multilateralismo brutal (LIU, 2011; XIU; LI, 2012; WU, 2012). Municinando-se desses argumentos, a escola do multilateralismo

derroga a escola do bilateralismo. Como mencionado por Zuo num escrito, bilateralismo ou multilateralismo não são a chave, o que importa é quem tem o controle maior da configuração da agenda (ZUO, 2010, p. 41). Além disso, como nota Pang Zhongying, não podemos negligenciar o fato de que a disputa do Mar do Sul da China já foi lidada por meios multilaterais (PANG, 2010; ZHENG, 2010). Para a escola do multilateralismo, a escola do bilateralismo ignora ou não quer reconhecer a realidade de que o Mar do Sul da China já foi “multilateralizada” e que esse é um processo irreversível.

Terceiro, as escolas do multilateralismo e do bilateralismo também discordam sobre operações específicas. Sofrendo grande pressão no Mar do Sul da China, a escola do bilateralismo tende a defender o princípio bilateral da China. Porém, apoiam que a China deveria tratar a disputa do Mar do Sul da China de duas formas. Uma é que a China deveria insistir em negociações bilaterais sobre soberania, opondo-se ao processo de internacionalização. Enquanto isso, a China pode considerar a cooperação multilateral em algumas áreas como a proteção ambiental, o antiterrorismo, e a antipirataria (ZHANG, 2011). Para a escola do multilateralismo, a história é diferente. Eles acreditam que a China deveria usar ações multilaterais, o que será melhor se elas forem medidas legítimas ou acordos sem embalagem (LUO, 2010, p. 93-99). Xue Li aconselha que a China pode construir um multilateralismo flexível e que uma mesa redonda de sete partes pode ser factível no Mar do Sul da China (XUE, 2013).

Classificando posições acadêmicas

Estudiosos têm diferentes versões do que eles observam em relação à política externa chinesa. Se olharmos ao espectro de todas as posições, há dois óbvios pontos de vista maiores, i.e., os críticos e os defensores. O grupo dos críticos critica a posição do governo, especialmente aquelas políticas que podem não mais defender o interesse nacional da China. Os estudiosos do grupo

dos defensores defendem a posição do governo. Alguns estudiosos optam por justificar a posição do governo. Seus trabalhos são defender a política do governo, e seus argumentos são simples, que é de que as políticas do governo são sempre certas, sem conselhos críticos. Dessa perspectiva, o governo quer alguns estudiosos para reconhecer e apoiar suas políticas em consideração de sua legitimidade. Os outros tendem a defender os pontos de vista por conta própria, o que indica que esses estudiosos estão firmemente convencidos de que as escolhas do governo são as certas para promover o interesse nacional. Não é fácil distinguir os estudiosos que estão defendendo seus próprios pontos de vista dos que estão simplesmente justificando as ações do governo.

Situações da China e percepção de ameaça por estudiosos

Percebemos que, uma vez que requerentes foram longe demais e infringiram a linha de fundo chinesa, a situação mudou e os estudiosos começaram a debater. Esse foi o caso porque a percepção de ameaça por estudiosos estava mudando. Quando ameaças externas à China estavam crescendo em disputas marítimas, estudiosos começaram a se dividir em seus pontos de vista. Portanto, podemos explicar esse fenômeno teoricamente pela teoria de percepção de ameaça.

Situações da China em disputas marítimas

Sumariando os pontos acima, claramente há duas escolas debatendo a política SD/SJD, o bilateralismo e o multilateralismo, e a questão de interesse central na China. Por que há um crescente criticismo? Porque os dois campos (crítico e apoiador) tiveram que enfrentar a dificuldade chinesa em disputas territoriais.

Uma ameaça externa é representada pelas ações unilaterais de requerentes. Primeiro, outras estratégias de requerentes em disputas marítimas colocam a China em posição de desvantagem.

O governo japonês buscou uma estratégia marítima nova para gerenciar as questões marítimas. Em abril de 2007, a administração Abe lançou nova lei chamada Ato Básico sobre Política Oceânica. Em março de 2008, o Plano Básico sobre Política Oceânica foi criado para promover a política oceânica. No Mar do Sul da China, o Vietnã aprovou a Estratégia do Mar para 2020, em janeiro de 2007. No mesmo ano, o Congresso Vietnamita aprovou a Lei Marítima do Vietnã. O Vietnã utilizou legislação doméstica para institucionalizar suas metas estratégicas, o que se tornou um grande desafio para a China.

Segundo, todos os países envolvidos nas disputas do Mar do Sul da China extraem gás e petróleo unilateralmente. Vietnã, Malásia, Filipinas e Brunei têm muitos campos de petróleo e gás em torno da Linha de Nove Pontos. Por exemplo, o Vietnã é o maior produtor de petróleo no Mar do Sul da China. Ele convidou muitos países, como Rússia, Reino Unido, Canadá, Japão, Estados Unidos e Índia para explorarem petróleo e gás. Ao desenharem uma terceira parte, o Vietnã aumentou sua produção em petróleo e gás. Hoje a exportação de petróleo representa 30% do PIB (produto interno bruto) do Vietnã, cuja maioria é exploração de petróleo *offshore* (LI, 2014, p. 107).

Finalmente, alguns requerentes esforçam-se para ter verdadeiro controle via recuperação de terras e administração de ilha. No Mar do Leste da China, o governo japonês “nacionalizou” as Ilhas Diaoyu/Senkaku em 10 de setembro de 2012. Porém, a situação é ainda mais desapontadora no Mar do Sul da China. Nas Ilhas Spratly, o Vietnã ocupou 48 postos avançados, as Filipinas 8; a China também ocupou 8; a Malásia 5; e Taiwan 1 (SHEAR, 2015).

Outra ameaça externa é a internacionalização das disputas do Mar do Sul da China e do Mar do Leste da China que aumenta a pressão externa na China e complica ainda mais a situação.

Primeiro, a China não se sente confortável com o uso do direito internacional para arbitrar propriedade. As Filipinas, sob o presidente anterior, estavam tentando controlar a iniciativa da

disputa e usaram o direito internacional para ir contra a China. Em julho de 2013, o governo filipino apresentou sua reivindicação no Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia, e em 30 de março de 2014 pediu ao Tribunal Internacional sobre Direito do Mar para arbitrar sobre a soberania do Mar do Sul da China, enfurecendo a China.

Segundo, o multilateralismo parece ser inevitável em nível regional. Nos anos passados, tem havido duas correntes de pensamento no Sudeste Asiático. Uma é que outros requerentes insistem em negociar multilateralmente. Eles alegam que são países muito pequenos, e que os *gaps* de poder são muito grandes para vencerem (bilateralmente). De outra forma, quando a disputa envolve diversos países e a negociação bilateral não pode resolvê-la, a negociação multilateral se torna a única maneira para tal (XUE, 2014a). A outra questão é que a China se mantém em contato com a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático); porém, ela não gostaria de deixar a ASEAN se envolver na disputa diretamente.

Terceiro, poderes externos estão se envolvendo nas disputas do Mar do Leste da China e do Mar do Sul da China. Na verdade, os Estados Unidos estão agora encorajando seus aliados e parceiros. Nas relações trilaterais EUA-Japão-China, os Estados Unidos tomaram o lado do Japão. No Mar do Sul da China, os Estados Unidos têm interesse na liberdade de navegação, na solução pacífica das disputas, e em suas próprias atividades militares. Essas preocupações podem levar a uma rivalidade estratégica entre os Estados Unidos e a China (BUSZYNSKI, 2012).

Explicando as percepções de ameaça por estudiosos chineses

Mesmo que apoiadores e críticos enfrentem as mesmas ameaças externas, suas percepções de ameaça são totalmente diferentes. Antes de explicarmos como eles veem as ameaças, devemos

revisar as abordagens nos estudos teóricos de percepção de ameaça. Teoricamente, há quatro abordagens nos estudos de percepção de ameaça nas relações internacionais.

A primeira abordagem foca em como a distribuição e a transição do poder influenciam numa percepção de ameaça de um Estado. Nessa abordagem, alguns estudiosos seguem com interesse como o Estado avalia ameaças para ponderar outros países (WALT, 1987; WOHLFORTH, 1993; HE, 2012). Alguns outros estudiosos prestam atenção em como mudanças na distribuição do poder moldaram as percepções de ameaça (LEVY, 1987; PRESS, 2005; DAVIDSON, 2006; YARHI-MILO, 2014).

A segunda abordagem é dedicada a entender como a política doméstica impacta a avaliação de ameaça. Randall Schweller (2006) argumentou que consenso de elite, vulnerabilidade de regime, coesão social, e coesão de elite influenciariam os cálculos de custos e riscos da elite que determinam se um Estado decide ponderar outros países ou não (SCHWELLER, 2006). Para alguns estudiosos, é a percepção de ameaças externas à segurança nacional ou segurança do regime que faz uma elite decidir se pondera ou não (TALIAFERRO, 2004).

A terceira abordagem tenta analisar o sinal de um Estado e como o custo de audiência influencia sua política externa. Na verdade, um sinal claro será útil para o compromisso credível, que é crucial para avaliações de intenção e ameaça (SHELLING, 1960, 1966; FEARON, 1994; SCHULTZ, 2004). A quarta abordagem pode ser chamada “explicações psicológicas da percepção de ameaça”, que pode ser relacionada ao trabalho de Robert Jervis, que explora a percepção e a falsa percepção de ameaça (JERVIS, 1976; STEIN, 2013). Desde então a revolução cognitiva, a percepção, a memória, a imagem e a metáfora foram incluídas nos estudos sobre tomada de decisão na política externa. Nessa abordagem, embasamentos cognitivos e emoções são os conceitos centrais na percepção de ameaça (HALL, 2015).

Podemos entender as percepções de ameaça dos defensores pela abordagem da política doméstica e explicar as percepções de ameaça dos críticos pelos atuais ambientes de poder. Para o grupo crítico, o processo de avaliação de ameaça será muito mais fácil; conseqüentemente, críticos deveriam prestar atenção a políticas de outros requerentes. Enquanto isso, mudanças de poder na região da Ásia-Pacífico também influenciam avaliações de ameaça externa de estudiosos chineses. No Mar do Leste da China, desde 2007 o governo japonês tem reconstruído seu sistema legal relacionado a questões oceânicas (LI, 2013). Além disso, o governo japonês “nacionalizou” as Ilhas Diaoyu/Senkaku em 2012, o que pode ser visto como passo para controlar as ilhas. No Mar do Sul da China, aqueles movimentos unilaterais dos países levaram inevitavelmente a reivindicações de energia conflitantes no Mar do Sul da China (BUSZYNSKI, 2012, p. 141-143).

Em contraste, a reação de estudiosos chineses é que a SD/SJD acaba não tendo efeito nenhum. Há uma ameaça sólida e premente para resolver. Essa ameaça é o porquê de um número crescente de estudiosos terem refletido sobre a política SD/SJD, passando a quererem achar uma nova abordagem. Alguns estudiosos chineses também sentem ameaças vindas dos Estados Unidos. Washington encorajou o Japão a anunciar uma reinterpretação da Constituição e amenizar restrições no direito de legítima defesa coletiva. No Mar do Sul da China, os Estados Unidos estão conduzindo uma liberdade de operação de navegação para desafiar as reivindicações chinesas. Todos esses movimentos têm feito com que alguns estudiosos fiquem tensos sobre o que equivale à política assertiva dos EUA em disputas marítimas.

No campo dos defensores, as escolhas são diferentes. Para os estudiosos que apenas justificam a posição do governo, suas motivações são mais pessoais, o que significa que desejam conseguir benefícios econômicos ou políticos de suas posições. Como mencionado anteriormente, o governo quer ganhar apoio da

academia. Então esses estudiosos foram incorporados ao regime, e até certo ponto formaram um complexo político-acadêmico. Falando francamente, a maioria dos estudiosos de universidades não fazem parte desse campo, então não usaremos a teoria para o trabalho de explicação.

Podemos, no lugar, usar a abordagem da política doméstica para explicar como estudiosos chineses que defendem as escolhas do governo vão promover o interesse nacional e avaliar as ameaças. Devemos dizer que eles definitivamente sabem a situação chinesa em disputas marítimas. Porém, a forma que calculam ameaças pode ser muito mais complicada, o que inclui uma combinação de ameaças externas e internas. Teoricamente, esses estudiosos têm dois processos de cálculo. O primeiro é a avaliação de ameaça externa. O segundo calculará os lucros da primeira avaliação e então calculará os custos internos; então, os custos e lucros gerais serão avaliados. Sobre disputas marítimas, os defensores reconhecem que ameaças externas devem desviar do princípio da Soberania Pertencente à China e cair em uma posição passiva. Mas insistem que algumas considerações domésticas são uma restrição crucial em ameaças de outros requerentes.

Uma delas é o perigo de abandonar legados políticos, especialmente as teorias de Deng Xiaoping. Desde 1978, os ideais políticos de Deng dominaram o sistema do partido e se tornaram o guia ideológico, deixando um legado precioso a seu sucessor (VOGEL, 2011). No campo da política externa, Deng desenhou a maioria dos princípios básicos para a China. Foi Deng que apresentou a política SD/SJD e o bilateralismo no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 para lidar com disputas territoriais. Depois, Deng elaborou a “estratégia de 24-fatores” em 1990, que se tratava de “observar calmamente, manter nossa posição, lidar com as relações calmamente, esconder nossas capacidades e esperar nosso tempo, ser bons em manter um perfil discreto, e nunca reivindicar liderança”. Todos esses princípios se tornaram

os pilares da política externa chinesa. Então, toda geração de liderança chinesa deve tratar esse legado seriamente.

Outro risco potencial que esses estudiosos temem é a demolição da política. O sistema político chinês é diferente do dos países ocidentais, o que significa que só há um partido e não há “governo em turnos”. Em países ocidentais, as políticas do governo anterior podem ser facilmente negadas, o que não terá custos políticos, mas pode ser usado para melhorar a legitimidade do governo em exercício. Porém, a China não pode trabalhar dessa forma. Os líderes chineses devem defender as posições de líderes anteriores e ajustar suas políticas na base de um legado político.

Tradicionalmente, quebrar ou mudar legados políticos criará alguns custos tanto para o regime quanto para a audiência, o que diminuirá a legitimidade do atual governo. Essa é a primeira consideração. Aqui, esses estudiosos também avaliam a ameaça externa de disputas marítimas. Para eles, o cálculo de custos e benefícios externos ao mudar a atual política é menor que os custos e benefícios internos de se manter o *status quo*. Esse é o motivo pelo qual insistem na posição da política SD/SJD e do bilateralismo em disputas marítimas.

Estratégia de *hedge* como a escolha

Diante desses desafios, os estudiosos chineses têm diferentes percepções de ameaças que desencadeiam os debates. Quando as tensões aumentam, os debates podem ser um fator importante para incentivar os líderes a mudarem suas políticas. Nos últimos anos, as dificuldades nas disputas marítimas levaram a China a ajustar suas estratégias. A atual estratégia da China para disputas marítimas pode ser considerada uma “estratégia de *hedge*”, o que significa que a China está parcialmente comprometida com a sociedade internacional, reforçando seu controle real das ilhas e recifes disputados.

A abordagem de mão dupla

A primeira mudança estratégica é que a China lançou uma estratégia denominada abordagem de mão dupla. Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da China, defendeu a abordagem de duas vias em suas observações para resolver a disputa no Mar da China Meridional na Reunião Ministerial na China – ASEAN em Mianmar em 9 de agosto de 2014. A abordagem de mão dupla, que inclui duas partes, indica que “disputas relevantes estão sendo tratadas por países diretamente envolvidos por meio de consultas e negociações amigáveis e de maneira pacífica, com a paz e a estabilidade no Mar do Sul da China sendo mantidas em conjunto pela China e pelos países integrantes da ASEAN” (cf. MFAPRC, 2014). Na 9ª Cúpula do Leste Asiático, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang reafirmou que a China usaria a abordagem de dupla aderência para lidar com a questão do Mar do Sul da China em 13 de novembro de 2014 (KEQIANG, 2014). Xue Li comenta que a observação de Wang estava testando o terreno, enquanto o discurso de Li Keqiang é na verdade a declaração real da abordagem de pista dupla (XUE, 2014b).

Para a China, a abordagem de mão dupla é uma grande mudança estratégica na disputa no Mar da China Meridional. Antes disso, o governo chinês insistia em que apenas os países diretamente envolvidos pudessem participar da negociação e que essa negociação deveria ser bilateral. No entanto, a abordagem de mão dupla sugere que as disputas devem ser resolvidas pacificamente pelos países diretamente envolvidos e que a paz e a estabilidade no Mar da China Meridional devem ser mantidas pelos países da China e da ASEAN. Este passo significa que a China está parcialmente comprometida em alguns aspectos. Alguns estudiosos que interpretam a abordagem de mão dupla enfatizam dois pontos. O primeiro é que a posição da China na disputa no Mar da China Meridional está mudando de uma negociação bilateral para uma negociação bilateral mais multilateral;

o segundo é que a China concorda que os não requerentes na ASEAN podem desempenhar um papel positivo na manutenção da paz e da estabilidade no Mar da China Meridional (XUE, 2014c: 13; ZHAO, 2014b). Assim como Wang Lianhe disse em uma entrevista, a abordagem de mão dupla é na verdade um ajuste provisório das negociações bilaterais para multilaterais (cf. WANG, 2014). Portanto, a implicação da abordagem de mão dupla é que a resolução da questão do Mar da China Meridional não depende apenas da mudança ou concessão da China, mas também depende da interação ou compromisso de outros países.

De fato, a política do Mar da China Meridional, especialmente a abordagem de mão dupla, está se adaptando gradualmente à realidade. Para responder à política assertiva das Filipinas, Vietnã e Japão, Wang Yi cumpriu cinco compromissos sobre a questão do Mar da China Meridional ao se reunir com a imprensa em Cingapura em 3 de agosto de 2015. Wang Yi disse: “A questão do Mar da China Meridional não é uma questão entre a China e a ASEAN e, portanto, não deve afetar o quadro geral da cooperação entre a China e a ASEAN” (cf. MFAPRC, 2015). Ele continuou dizendo que os cinco compromissos incluem

paz e estabilidade do Mar da China Meridional, uma solução pacífica baseada em negociação e consulta, gerenciamento adequado de disputas por regras e mecanismos, liberdade de navegação e sobrevoo no Mar da China Meridional, e resultados ganha-ganha através da cooperação (cf. MFAPRC, 2015).

A análise dos principais componentes dos cinco compromissos esclarece que eles refletem o desenvolvimento da abordagem de mão dupla. Existem três públicos principais: os outros reclamantes, o resto dos países da ASEAN e os Estados Unidos. Para outros demandantes, a China insiste em negociar de maneira pacífica e se recusa a divulgar esse tópico na plataforma

multilateral (XUE, 2015). Para os países da ASEAN, a China se compromete a promover o gerenciamento de crises por meio de regras e instituições. Para os Estados Unidos, a China reafirma a manutenção da liberdade de operações de navegação e sobrevoo.

A abordagem de mão dupla e os cinco compromissos têm a mesma lógica. No processo de evolução das políticas, os cinco compromissos são as condições prévias da abordagem de mão dupla. Por um lado, o governo chinês parece elaborar intencionalmente a abordagem de mão dupla ao adicionar as cinco premissas. Por outro lado, a China deseja esclarecer sua posição de que não deseja intensificar a disputa e permitir que a questão do Mar da China Meridional dificulte sua cooperação com os países da ASEAN.

No entanto, três fatores não são propícios à abordagem de mão dupla. Primeiro, os Estados Unidos intervieram diretamente na questão do Mar da China Meridional. Na realidade, eles declararam que não tomariam partido nessa questão. Mas, desde que a China iniciou a recuperação de terras, os Estados Unidos abandonaram sua posição e se envolveram diretamente nessa questão. Segundo, os países da ASEAN estão se dividindo. Em 2012, a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da ASEAN não chegou a uma declaração conjunta devido à questão do Mar da China Meridional. Desde então, por várias vezes a referida reunião e a Reunião de Ministros da Defesa da ASEAN não emitiram uma declaração conjunta. Este incidente reflete as enormes diferenças existentes entre os países da ASEAN, o que significa que há nela uma tendência à fragmentação. Terceiro, o próprio comportamento da China afetará a abordagem de mão dupla. No mar da China Meridional, a ambição da China “é impulsionada principalmente por uma missão histórica para alcançar seu status legítimo de nação marítima” (MORTON, 2016, p. 911). Para alguns países da ASEAN, a abordagem de mão dupla é

apenas a cobertura da China para posse efetiva. A suspeita desses países pode dificultar a efetivação da abordagem de mão dupla.

Tomando posse efetiva

Não sabemos se os debates na academia e na sociedade levaram o governo chinês a repensar e revisar sua política no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional. Mas, em certa medida, os debates são acompanhados pelo ajuste de políticas da China, devendo o governo chinês tomar todas as medidas para a posse efetiva.

Primeiro, a China tomou medidas para aprimorar a capacidade administrativa do governo. A China reorganizou a nova Administração Oceânica do Estado, unificando as cinco filiais descentralizadas e sobrepostas em um departamento para gerenciar disputas marítimas em 2013. Além disso, o Exército de Libertação Popular estabeleceu o Departamento de Planejamento Estratégico em 22 de novembro de 2011; um de seus objetivos é aprimorar a capacidade de lidar com questões marítimas. A China também estabeleceu o governo da cidade de Sansha e um pequeno grupo líder dos direitos marítimos centrais no partido em 2012 e o Comitê de Segurança do Estado em 2013. Todos esses acordos políticos podem aumentar a capacidade do governo chinês de enfrentar os desafios (ZUO, 2014, p. 50-51). A China também está cada vez mais fortalecendo a capacidade da Guarda Costeira Chinesa de impor suas reivindicações no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional. Especialmente na aplicação da lei marítima (MLE), a China está aprimorando rapidamente seus recursos. A frota da China para aplicação da lei marítima, contendo 205 navios, aumentou em tamanho em 25% até 2015 (DEPARTAMENTO DE DEFESA DA CHINA, 2015).

Segundo, o governo chinês também se dedica à promoção da exploração de recursos. No Mar da China Oriental, a China acelerou suas atividades de desenvolvimento de gás natural. O

país possui 16 estruturas no lado chinês da linha de equidistância geográfica entre o Japão e a China, e quatro delas já foram finalizadas. No Mar da China Meridional, o país está investindo dinheiro e fornecendo apoio político para inovar as tecnologias marítimas. A Haiyang Shiyou 981, plataforma da China, iniciou suas primeiras operações em 9 de maio de 2012. Isso significa que a China tem a capacidade de explorar petróleo e gás unilateralmente. Em maio de 2014, o país iniciou o trabalho de perfuração que causou uma crise no Mar da China Meridional. Essa situação implica que o país desenvolverá o Mar da China Meridional como resposta a outros Estados. É uma estratégia de exploração independente sob a condição de insistir na política SD/SJD (ZHU, 2015b). É certo que a China dedicará mais dinheiro à exploração dos recursos do Mar da China Meridional. Desde que Xi se tornou presidente, o pensamento da China sobre o desenvolvimento conjunto está mudando, o que significa que o desenvolvimento unilateral pressionará outros países a aceitar o desenvolvimento conjunto.

Terceiro, a recuperação de terras no Mar da China Meridional se tornou a parte crucial da estratégia da China para aumentar a posse efetiva. As intenções da China são aumentar a capacidade de controle, aprimorar a capacidade de desenvolvimento de recursos e fortalecer a capacidade de dissuasão. Como apontam Andrew Erickson e Austin Strange (2014): “Na realidade, porém, ao criar novos fatos, Pequim está expandindo o território que controla e literalmente mudando o cenário de segurança no Mar da China Meridional.” Considerando a magnitude da China, essa reviravolta está, sem dúvida, moldando a ordem existente no Mar da China Meridional. Desde 2013, o país recuperou terras em sete ilhas ou recifes. Em junho de 2015, a China havia recuperado quase 3 mil acres. Comparado ao Vietnã, Malásia e Filipinas, “a China recuperou 17 vezes mais terras em 20 meses do que as outras demandantes combinadas nos últimos 40

anos” (CRONK, 2015; O’ROURKE, 2018). Não há dúvida de que a recuperação de terras e as atividades relevantes de construção de ilhas melhorarão a influência e a capacidade da China; além disso, o país considera que a recuperação de terras é propícia à paz e à estabilidade do Mar do Sul da China. Alguns estudiosos chineses argumentam que a recuperação de terras da China no Mar da China Meridional “é proporcional ao seu tamanho econômico e poder como a maior economia da Ásia” (ZHU, 2015a, p. 18). Isso significa que o ajuste de políticas do país está atualmente correspondendo às suas capacidades.

Quarto, a China está fortalecendo sua implantação de defesa no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional. No mar da China Oriental, o país estabeleceu a Zona de Identificação de Defesa Aérea, e os navios de vigilância patrulham rotineiramente. No destacamento militar, a China colocou o Japão sob enorme pressão, o que levará a um conflito inevitável entre Xi e Abe (AUSLIN, 2016). No Mar da China Meridional, o país está aumentando sua força de defesa. Em 16 de fevereiro de 2016, a Fox News informou que a China havia implantado um sistema avançado de mísseis terra-ar na Ilha Yongxing, que provocou uma acusação de que o país estaria militarizando o Mar da China Meridional (TOMLINSON; FRILING, 2016). Além disso, a China também implantou caças J-11 e J-7 no Mar da China Meridional (STARR; SANCHEZ, 2016). No futuro, o país continuará modernizando seu poder militar, o que pressionará mais o Japão, as Filipinas e o Vietnã em relação ao Mar da China Oriental e ao Mar da China Meridional.

A lógica da transição estratégica da China

Por que o comportamento da China nas disputas marítimas mudou tanto após a crise financeira global? Qual foi o papel dos estudiosos na mudança de política? Para responder a essas

perguntas, devemos discutir a mudança no ambiente internacional e nas elites políticas da China nos últimos anos. Então podemos tentar encontrar o mecanismo para toda a questão marítima. Além dos debates dos estudiosos chineses, existem outros dois fatores cruciais.

Pressão externa

A região da Ásia-Pacífico se tornou uma prioridade estratégica dos EUA quando o presidente Barack Obama anunciou a estratégia de reequilíbrio. As elites de Washington veem a Ásia-Pacífico como fundamental para o futuro da América; assim, os Estados Unidos devem manter a liderança nessa região. Diante disso, os Estados Unidos decidiram que 60% de seus ativos navais seriam estacionados no Pacífico. Na região da Ásia-Pacífico, os EUA estão enfrentando a ascensão da China e os desafios que a acompanham. Nessa situação, transformar o sistema de alianças se tornou uma tarefa urgente para o país norte-americano e seus aliados. Os EUA estão, portanto, incentivando o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e as Filipinas a assumir mais responsabilidades. Além disso, os Estados Unidos fortaleceram seu relacionamento com o Vietnã, a Índia e Cingapura, e assim por diante. Isso aumenta seus laços de segurança com esses países, o que faz com que a China se sinta estressada.

A China também está enfrentando uma situação ruim nas disputas marítimas e, o que é pior, há duas disputas acontecendo ao mesmo tempo. Com a disputa das Ilhas Diaoyu/Senkaku, as relações China-Japão deterioraram-se para um nível histórico baixo. Além disso, os Estados Unidos aumentaram seus compromissos com o Japão. No Mar da China Meridional, a situação foi agravada por uma série de crises. As tensões entre a China e as Filipinas, o Vietnã e até os Estados Unidos levaram a China a ter duas amarras.

É o ajuste estratégico dos Estados Unidos, de não assumir uma posição a assumir uma posição, que levou a China a mudar sua política marítima. Ao discutir a fonte da tensão no Mar da China Meridional, Fu Ying e Wu Shicun (2016) argumentam que

deve-se admitir que, apesar de um cabo de guerra contínuo no Mar da China Meridional, a situação geral estava sob controle antes de 2009. Logo depois, as coisas se tornaram mais complicadas, principalmente devido a um prazo oficial estabelecido pela Comissão das Nações Unidas para os Limites da Plataforma Continental (CLCS), segundo o qual os Estados relevantes deveriam apresentar reivindicações sobre uma plataforma continental que se estendesse a 200 milhas náuticas de seu território marítimo até 15 de maio de 2009. Um fator ainda maior é a introdução da estratégia de reequilíbrio da Ásia-Pacífico Americana.

Para Fu e Wu, o Incidente em Scarborough Shoal foi a “última gota que quebrou as costas do camelo” no Mar do Sul da China. Eles continuam: “Em 2013, tendo em vista a mudança da situação no Mar da China Meridional, e para atender às necessidades civis e de defesa das ilhas e para defender sua soberania, a China lançou projetos de recuperação nas ilhas controladas de Nansha.” Outro desafio vem da arbitragem no Mar da China Meridional, iniciada pelas Filipinas. A arbitragem é absolutamente apoiada pelos Estados Unidos. Para ocupar um alto nível moral, Estados Unidos e China estão travando uma guerra de opinião pública.

Liderança forte

A diplomacia chinesa está passando por uma grande mudança. De fato, desde que Xi Jinping ganhou poder, a diplomacia da China está enfrentando uma transformação abrangente, que inclui três aspectos principais. Primeiro, Xi apresentou novas ideias de política externa sobre a ordem internacional. Jeffrey A. Bader argumenta que “as novas ideias da era Xi refletem

mudanças maciças no lugar da China no sistema internacional, sua força econômica, política e militar, e a expectativa da China de que o sistema internacional acomodasse e devesse acomodar essa China transformada” (BADER, 2016, p. 5). Nesse contexto, a China avançou nas reformas do FMI, Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento Asiático. Além disso, o país também lançou o novo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e iniciou a estratégia Belt and Road, que são vistos como rudimentos de sua grande estratégia.

Segundo, como mencionado acima, nos últimos anos, a China avançou sua diplomacia dos principais países como um todo. A diplomacia dos principais países significa que a China já é uma grande potência, que define seus interesses e usa os meios que correspondem a seu status e poder. O terceiro é que Xi quer lidar com as dificuldades da periferia. Parece que Xi tem a disposição de usar as leis para perseguir vários objetivos geopolíticos (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016, p. 16). A política externa da China parece ser nova em comparação com o passado, com uma mudança óbvia de manter um perfil baixo e pressionar com ousadia, levando alguns analistas estratégicos a rotular a política externa chinesa como assertiva.

Se nos concentrarmos na política marítima, descobrimos que a nova liderança faz um esforço para realizar as ambições marítimas da China e controlar as ilhas e recifes. No Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional, o país está tentando novas medidas para lidar com as disputas, o que mostra como a liderança dos homens fortes de Xi influenciaram a política marítima (CHAN; LI, 2015). O estilo pessoal de Xi reformulou definitivamente a política marítima da China. Há uma tendência de acreditar que a China tem a opção de usar medidas fortes para manter o controle de fato.

Mecanismo

Os líderes chineses estão enfrentando as dificuldades da China nas disputas marítimas e nos debates domésticos há muito tempo. Antes da crise financeira global de 2008, os líderes chineses tendiam a tolerar essas dificuldades e o estilo era geralmente suave. No entanto, as políticas externas agressivas do Japão e das Filipinas mudaram o *status quo*. Enquanto isso, a China mudou sua liderança de Hu Jintao para Xi Jinping, que é muito mais assertivo. Confrontada com pressões enormes, a nova liderança percebeu que a China já possui recursos suficientes para lidar com essas questões, e, por isso, foi feita uma escolha que mudou a política de SD/SJD no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional, mais o bilateralismo no Mar da China Meridional. O país adotou uma estratégia de *hedge*, o que significa que não apenas promove a posse efetiva, mas também propõe uma abordagem de mão dupla no Mar do Sul da China.

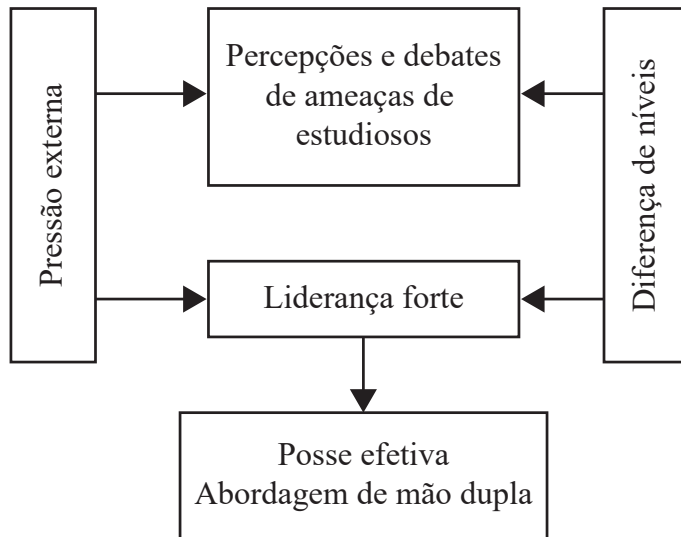


Figura 1 – diagrama para estratégia no Mar do Sul da China

Fonte: Elaboração do autor.

Do ponto de vista do processo da tomada de decisão, existem dois mecanismos para explicar por que a China mudou sua política de disputas marítimas. Uma é que a pressão externa levou os líderes a ajustar a política. Nesse mecanismo mostrado na figura acima, como os líderes avaliam as ameaças é a chave. O segundo mecanismo é que a pressão doméstica forçou os líderes a repensarem a política atual e a fazerem algumas mudanças. Até certo ponto, as pressões externas e internas podem desempenhar um papel importante simultaneamente.

Os debates e o ajuste de políticas da China

Como os debates afetaram o processo de tomada de decisões da política externa da China? A resposta direta e honesta é que não sabemos. Francamente falando, o processo de tomada de decisão da política externa chinesa é tão complicado que dificilmente é possível esclarecê-lo. No entanto, descobrimos que as discussões e os debates na academia da China têm uma correlação com o ajuste de políticas da China. Nós entendemos que existem duas possibilidades.

Uma é que os estudiosos chineses certamente estão envolvidos no processo de tomada de decisão. De fato, alguns estudiosos realmente têm a coragem de se manifestar e criticar a política externa do governo chinês como falha. E os estudiosos envolvidos no processo de tomada de decisão geralmente gostariam de promover uma política externa melhor. Alguns conselhos podem ser adotados pelo governo imediatamente, mas outros não. No entanto, os conselhos que não forem adotados poderão ser aceitos no futuro. Do lado do governo, dois pontos devem ser observados. Primeiro, o governo chinês está trabalhando em um movimento para construir grupos de reflexão, o que será bom para a tomada de decisões. Segundo, o governo chinês também se concentrará na voz pública de acadêmicos, embora não saibamos

que tipo de voz ele gosta. Portanto, não sabemos como esses estudiosos influenciam a política externa.

Outra possibilidade é de que alguns estudiosos demonstrem deliberadamente as razões da política externa chinesa. Talvez essa escolha venha da fé pessoal ou do interesse econômico pessoal, ou possa estar enraizada na cultura política. Quaisquer que sejam as motivações iniciais, esse tipo de escolha dos estudiosos mostrou um padrão de comportamento, que incorpora esses estudiosos ao regime. Portanto, quando a política externa muda, eles a interpretam e concluem que ela é perfeita, mas sem um pensamento independente. Se usarmos o trabalho deles em nossa pesquisa, teremos uma fonte de imprecisão.

Conclusão

A região da Ásia-Pacífico está entrando em uma era turbulenta. A situação instável revela como a ascensão da China chocou os Estados Unidos e seus parceiros. A disputa entre as ilhas China-Japão Diaoyu/Senkaku e as disputas entre China, Filipinas, China e Vietnã no Mar da China Meridional são exemplos típicos dessa instabilidade. O papel significativo da América é óbvio, o que significa que a rivalidade entre a China e os Estados Unidos será a chave. O autor pretendeu explorar os debates de estudiosos e tentou encontrar a lógica dos ajustes da política marítima da China.

Este capítulo argumentou que os debates dos estudiosos chineses se concentram principalmente em dois tópicos: a estratégia SD/SJD e as opções de bilateralismo ou multilateralismo. Isso ocorre porque a China enfrenta desafios duplos, incluindo as ações unilaterais de outros requerentes e a tendência de disputas marítimas em direção à internacionalização. Confrontados com enormes pressões, tanto no nível doméstico quanto no internacional, alguns estudiosos chineses sentiram as ameaças de outros

reclamantes e perceberam que a China deveria mudar sua política de disputas marítimas. Isso pode ter parcialmente inspirado os líderes da China a repensarem suas estratégias sobre disputas marítimas. O resultado é que a China adotou uma estratégia de *hedge*, o que significa que não apenas promove a posse efetiva, mas também propõe uma abordagem de mão dupla no Mar do Sul da China.

Referências

AN, Y. Lun Nanhai Zhengyi Quyu Youqi Ziyuan Gongtong Kaifa de Moshi Xuanze [A Discussion of Possible Models for Joint Development of Gas and Oil Resources in Contested Waters in the South China Sea]. *Dangdai Yatai* [Journal of Contemporary Asia-Pacific Studies], v. 6, p. 124-140, 2011.

AUSLIN, M. Japan's New Realism: Abe Gets Tough. *Foreign Affairs*, v. 95, n. 2, p. 125-134, 2016.

BADER, J. A. *How Xi Jinping Sees the World... and Why*. The Brookings Institution, 11 Feb. 2016. Disponível em: www.brookings.edu/research/papers/2016/02/xi-jinping-worldview-bader. Acesso em: 3 nov. 2020.

BLACKWILL, R.; CAMPBELL, K. M. *Xi Jinping on the Global Stage: Chinese Foreign Policy Under Powerful but Exposed Leader*. Special Report. New York, NY: Council on Foreign Relations, 2016.

BUSZYNSKI, L. The South China Sea: Oil, Maritime Claims, and U.S.-China Strategic Rivalry. *The Washington Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 141-143, 2012.

CAI, H. Z Zhongri Donghai Zhengyi Xianzhuang yu Gongtong Kaifa Qianjing [The Current Situation of Sino-Japan East China Sea Dispute and the Prospect of Joint Development]. *Xiandai Guoji Guanxi* [Contemporary International Relations], v. 3, p. 43-49, 2008.

CAO, W. Gezhi Waijiao: Jiejue Lingtu Zhengduan Wenti de Waijiao Linian Xintansuo [Shelving Diplomacy: The New Exploration of Diplomacy Principle in Resolving Territorial Disputes]. *Taipingyang Xuebao* [Pacific Journal], v. 19, n. 1, p. 66-73, 2011.

CHAN, I.; LI, M. New Chinese Leadership, New Policy in the South China Sea Dispute? *Journal of Chinese Political Science*, v. 20, n. 1, p. 35-50, 2015.

CRONK, T. M. *Pacom Chief: China's Land Reclamation Has Broad Consequences*. U.S. Department of Defense, 24 July 2015. Disponível em: <https://www.defense.gov/Explore/News/Article/Article/612689/pacom-chief-chinas-land-reclamation-has-broad-consequences/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

DAVIDSON, J. W. *The Origins of Revisionist and Status-quo States*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2006.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DA CHINA. *Estratégia de segurança marítima da Ásia-Pacífico: alcance dos objetivos de segurança nacional dos EUA em um ambiente em mudança*. 27 jul. 2015.

ERICKSON, A. S.; STRANGE, A. Pandora's Sandbox: China's Island-Building Strategy in the South China Sea. *Foreign Affairs*, 13 July 2014. Disponível em: www.foreignaffairs.com/articles/china/2014-07-13/pandoras-sandbox. Acesso em: 3 nov. 2020.

FEARON, J. Domestic Political Audiences and the Escalation of International Disputes. *The American Political Science Review*, v. 88, n. 3, p. 577-592, 1994.

FU, Y.; WU, S. South China Sea: How We Got to This Stage. *The National Interest*, 9 May 2016. Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/south-china-sea-how-we-got-stage-16118?page=6>. Acesso em: 3 nov. 2020.

GUAN, J. Dui Diaoyudao Zhuquan Gezhi Zhengyi de Guojifa Pingshu [The Oral Agreement of Shelving Dispute Is Breached by Japanese Government]. *Xueshujie [Academics]*, v. 4, p. 108-118, 2012.

HALL, T. *Emotional Diplomacy: Official Emotion on the International Stage*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2015.

HE, K. Undermining Adversaries: Unipolarity, Threat Perception, and Negative Balancing Strategies after the Cold War. *Security Studies*, v. 21, n. 2, p. 154-191, 2012.

HU, B. Gezhi Zhengyi de Xinjiyu yu Xinneihan [Shelving Differences' New Opportunity and New Meaning]. *The Paper*, 28 Aug. 2014a. Disponível em: www.thepaper.cn/newsDetail_forward_1263905. Acesso em: 3 nov. 2020.

HU, B. Nanhai Zhizheng: Yuenan Ruodu Bishu, Shuangbian Tanpan Fangyou Chulu [South China Sea Rivalry: Vietnam Will Lose If It Gambles, Bilateral Negotiation Has a Way]. *Zhongguo Jingji Zhoukan [China Economic Weekly]*, v. 24, p. 18-19, 2014b.

JERVIS, R. *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.

JIN, Y. Gezhi Zhengyi, Gongtong Kaifa Zaisikao [Rethinking Shelving Differences and Seeking Joint Development]. *Dongfang Zaobao* [Oriental Morning Post], 11 May 2012.

KEQIANG, L. [Comentários na 9ª Cúpula da Ásia Oriental]. Nay Pyi Daw, Myanmar, 13 nov. 2014. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/2014-11/14/c_1113240192.htm. Acesso em: 3 nov. 2020.

LEVY, J. S. Declining Power and the Preventive Motivation for War. *World Politics*, v. 40, n. 1, p. 82-107, 1987.

LI, G. Nanhai Youqi Ziyuan Kantan Kaifa de Zhengce Tiaoshi [Policy Adjustment in Resources Development in the South China Sea]. *Guoji Wenti Yanjiu* [China International Studies], v. 6, p. 104-115, 2014.

LI, X. Riben Haiyang Zhanlue de Neihan yu Tuijin Tizhi [The Meaning of Japan Maritime Strategy and Its Regime]. *Riben Xuekan* [Japanese Studies], v. 3, p. 54-68, 2013.

LIN, X. Ba Diaoyudao Wenti Naru Waijiao Tanpan Guidao [Bringing the Diaoyu Islands Dispute into Orbit of Diplomatic Negotiation]. *Guoji Xianqu Daobao* [International Herald Leader], 20 Sept. 2010. Disponível em: <http://news.qq.com/a/20100920/001019.htm>. Acesso em: 3 nov. 2020.

LIU, J. Baoli de Duobian Zhuyi de Yingzi zai Nanhai Youdang [The Shadow of Violent Multilateralism Wandering in South China Sea]. *Renmin Ribao* [People's Daily Overseas Edition], 13 July 2011.

LIU, Z. Nanhai Wenti, Buneng Jiandan Tan Duobian [South China Sea Issue: We Can't Talk Multilateralism Simply]. *Huanqiu Shibao* [Global Times], 4 Aug. 2010.

LIU, Z. Dangdai Zhongguo Nanhai Zhengce de Lishi Shanbian [The Evolution of China's Contemporary South China Sea Policy]. *Dongfang Zaobao* [Oriental Morning Post], 7 May 2012.

LUO, G. Duobian Lujing zai Jiejue Nanhai Zhengduan zhong de Zuoyong Jiqi Jiangou [Multilateral Approach in the South China Sea Dispute Settlement Effects and Its Constructions]. *Faxue Luntan* [Legal Forum], v. 25, n. 4, p. 93-99, 2010.

LUO, G.; GUO, W. Nanhai Gongtong Kaifa Anli Yanjiu [Analyzing Two Joint Development Cases in South China Sea]. *Nanyang Wenti Yanjiu* [Southeast Asian Affairs], v. 2, p. 45-55, 2012.

MFAPRC – Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. *Wang Yi*: Handle the South China Sea Issue through the “Dual-Track” Ap-

proach. MFAPRC, 9 Aug. 2014. Disponível em: www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1181523.shtml. Acesso em: 3 nov. 2020.

MFAPRC – Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. *Wang Yi: The Chinese Side Adheres to Five Commitments on the South China Sea Issue*. MFAPRC, 4 Aug. 2015. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1286125.shtml. Acesso em: 3 nov. 2020.

MORTON, K. China’s Ambition in the South China Sea: Is a Legitimate Maritime Order Possible? *International Affairs*, v. 92, p. 4, p. 909-940, 2016.

O’ROURKE, R. *Maritime Territorial and Exclusive Economic Zone (EEZ) Disputes Involving China: Issues for Congress*. CRS Report, Prepared for Members and Committees of Congress. 2018. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/R42784.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2020.

PAN, G. Deng Xiaoping Jiejue Zhoubian Zhengduan de Zhanlue Siwei [Deng Xiaoping’s Strategic Thinking on Resolving Peripheral Disputes]. *Jiefang Ribao [Liberation Daily]*, 9 Dec. 2010.

PANG, Z. Nanhai Wenti Yinggai Jieshou Meiguo Duobianhua Jianyi [China Should Accept America’s Advice of Multilateralization]. *Huanqiu Shibao [Global Times]*, 2 Aug. 2010.

PRESS, D. G. *Calculating Credibility: How Leaders Assess Military Threats*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005.

RONG, L.; ZUOLING, W. (ed.). *Deng Xiaoping Nianpu: 1975-1997*. Beijing: Zhongyang Wenxian Chubanshe, 2004. v. 1.

SCHULTZ, K. A. *Democracy and Coercive Diplomacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SCHWELLER, R. L. *Unanswered Threats: Political Constraints on the Balance of Power*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SHAO, F. Gezhi Zhengyi Gongtong Kaifa Kejie Zhongguo Zhoubian Zhiyou [Shelving Differences and Seeking Joint Development Can Remove China’s Concerns in Periphery]? *Caixin Net*, 2 July 2012. Disponível em: <http://opinion.caixin.com/2012-07-06/100408017.html>. Acesso em: 3 nov. 2020.

SHAO, J. Ruhe Tuijin Nanhai Gongtong Kaifa? Dongnanya Guojia Jingyan de Shijiao [Promoting Joint Development in the South China Sea: Lessons from Southeast Asia Countries]. *Dangdai Yatai [Journal of Contemporary Asia-Pacific Studies]*, n. 6, p. 142-158, 2011.

SHEAR, D. *Testimony before the Senate Committee on Foreign Relations*. 13 May 2015. Disponível em: www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/051315_Shear_Testimony.pdf. Acesso em: 3 nov. 2020.

SHELLING, T. *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

SHELLING, T. *Arms and Influence*. New Haven, CT: Yale University Press, 1966.

STARR, B.; SANCHEZ, R. US Says China Deploys Fighter Jets to Disputed South China Sea Island. *CNN*, 24 Feb. 2016. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2016/02/23/asia/china-missiles-south-china-sea/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

STEIN, J. G. Threat Perception in International Relations. In: HUDDY, L.; SEARS, D. O.; LEVY, J. S. (ed.). *The Oxford Handbook of Political Psychology*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 364-394.

TALIAFERRO, J. W. *Balancing Risks: Great Power Intervention in the Periphery*. Cornell: Cornell University Press, 2004.

TOMLINSON, L.; FRILING, Y. Exclusive: China Sends Surface-to-Air Missiles to Contested Island in Provocative Move. *Fox News*, 16 Feb. 2016. Disponível em: www.foxnews.com/world/2016/02/16/exclusive-china-sends-surface-to-air-missiles-to-contested-island-in-provocative-move.html. Acesso em: 3 nov. 2020.

TONG, W. Nanhai Duice zhong Gezhi Zhengyi yu Gongtong Kaifa zhi Chongtu jiqi Tiaozeng [The Conflict between Shelving Differences and Seeking Joint Development in the South China Sea and Adjustment of Our Strategy]. *Zhongguo Haiyang Daxue Xuebao [Journal of Ocean University of China]*, v. 6, p. 1-6, 2011.

VOGEL, E. F. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

WALT, S. M. *The Origins of Alliances*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.

WANG, T. Gezhi Zhengyi, Gongtong Kaifa shi Jiejue Lingtu Zhengduan de Haofangfa [Shelving Differences and Seeking Joint Development Is a Good Method for Resolving Territorial Disputes]. *China Daily*, 26 Oct. 2013. Disponível em: www.chinadaily.com.cn/hqgj/2013zrlt/2013-10/26/content_17060758.htm. Acesso em: 3 nov. 2020.

WANG, Y. Shuanggui Silu ke Fangfan Chuxian Fanhua Zhenying [Dual-Track Approach Can Avoid an Anti-China Coalition]. *The Paper*, 27 Aug. 2014. Disponível em: www.thepaper.cn/newsDetail_forward_1263716. Acesso em: 3 nov. 2020.

WOHLFORTH, W. C. *The Elusive Balance: Power and Perceptions During the Cold War*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993.

WU, Z. Nanhai Wenti Duobianhua Shi Yitiao Sihutong [The Multilateralization of South China Sea Issue Is a Blind Alley]. *Jiefang Ribao* [Liberation Daily], 16 Apr. 2012.

XIU, W.; LI, G. Interview: Nanhai Wenti Duobianhua shi Weimingti [Interview: The Multilateralization of South China Sea Issue Is a False Proposition]. *Zhongguo Shehui Kexue Wang* [CSSN News Net], 6 Mar. 2012. Disponível em: www.cssn.cn/sf/bwsf_ft/201310/t20131029_746311.shtml. Acesso em: 3 nov. 2020.

XU, H. Gezhi Zhengyi Gontong Kaifa bingfei Quanyi Zhiji [Shelving Differences and Seeking Joint Development Is Not a Stopgap Measure]. *Dongfang Zaobao* [Oriental Morning Post], 9 Oct. 2013.

XUE, L. Nanhai Wenti Kefou Caiyong Qifang Yuanzhuo Jizhi [How About Using the Seven Parties Roundtable in South China Sea Issue]? *Takungpao*, 1 Sept. 2013. Disponível em: <http://news.takungpao.com/world/exclusive/2013-09/1874196.html>. Acesso em: 3 nov. 2020.

XUE, L. Lijie Nanhai Zhengduan: Laizi Fei Shengsuoguo Zhuanjia de Guandian [Understanding SCS Dispute: Perspectives of Experts from Non-claimant Countries]. *Dongnanya Yanjiu* [Southeast Asia Studies], v. 6, p. 55-56, 2014a.

XUE, L. Zhongguo dui Nanhai Wenti Shuanggui Silu Xianxian [China's Dual-Track Approach Appears in South China Sea Issue]. *Jinrong Shibai Zhongwen Wang* [Financial Times Chinese Net], 8 Dec. 2014b. Disponível em: www.ftchinese.com/story/001059524. Acesso em: 3 nov. 2020.

XUE, L. Shuanggui Silu yu Nanhai Zhengduan de Weilai [Dual-Track Approach and the Future of South China Sea Dispute]. *Shijie Zhishi* [Word Affairs], v. 17, p. 13, 2014c.

XUE, L. Nanhai Zhengfeng: Xunqiu Duofang Hezuo de Daguocce [South China Sea Rivalry: Seeking a Grand Strategy for Multilateral Cooperation]. *Zhongguo Jingji Baogao* [China Economic Report], v. 7, p. 101-103, 2014d.

XUE, L. Nanhai Zhengduan Buying Yingxiang Zhongguo Dongmeng Hezuo Daju [The South China Sea Dispute Shouldn't Affect the Overall Situation

of China-ASEAN Cooperation]. *Huanqiu [Globe]*, 2015. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/globe/2015-08/17/c_134525778.htm. Acesso em: 3 nov. 2020.

YARHI-MILO, K. *Knowing the Adversary: Leaders, Intelligence, and Assessment of Intentions in International Relations*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014.

ZHANG, J. Fen Cengci Kandai Nanhai Wenti [Dealing with South China Sea Issue in Different Levels]. *Zhongguo Shehui Kexuebao [Chinese Social Sciences Today]*, 28 June 2011.

ZHAO, K. Jiejue Nanhai Wenti Hexin Zaiyu Zhanlue Qingxi [The Key to Resolving South China Sea Problem Is Strategically Clear]. *The Paper*, 15 May 2014a. Disponível em: www.thepaper.cn/newsDetail_forward_1246390. Acesso em: 3 nov. 2020.

ZHAO, M. Shuanggui Silu Bu Paichi Duobian Jiejue [Dual-Track Approach Doesn't Reject Multilateral Resolution]. *Dongfang Zaobao [Oriental Morning Post]*, 10 Aug. 2014b.

ZHENG, Y. Nanhai Wenti Duobianhua Fuhe Zhongguo Liyi [The Multilateralization of South China Sea Issue Fits China's Interest]. *Phoenix New Media*, 14 Oct. 2010. Disponível em: http://news.ifeng.com/world/detail_2010_10/14/2778321_0.shtml. Acesso em: 3 nov. 2020.

ZHOU, X. Yong Dongfang Zhihui Jiejue Yazhou Lingtu Zhengduan [Using the Eastern Wisdom to Resolve the Asian Territorial Disputes]. *Huanqiu Shibao [Global Times]*, 18 May 2013.

ZHU, F. Will Island and Reef Construction Change the Status Quo in South China Sea? *China International Studies*, v. 3, p. 15-32, 2015a.

ZHU, F. Nanhai Zhuquan Zhengyi de Xintaishi: Daguo Zhanlue Jingzheng yu Xiaoguo Liyi Boyi – Yi Nanhai 981 Zuanjing Pingtai Weili [New Trend in the South China Disputes: Strategic Competition among Great Powers and Interests Game of Small Countries – A Case Study of the Oil Rig 981 Friction in South China Sea]. *Dongbeiyu Luntan [Northeast Asia Forum]*, v. 2, p. 3-17, 2015b.

ZUO, X. Nanhai Jiangju yu Zhongguo de Zhanlue Xuanze [The Deadlock of South China Sea and China's Strategic Choice]. *Shehui Guancha [Social Outlook]*, v. 12, p. 39-41, 2010.

ZUO, X. Zhongguo zai Diaoyudao Zhengduan zhong de Zhanlue Dongyuan [China's Strategic Mobilization in Diaoyu Islands Dispute]. *Waijiao Pinglun [Foreign Affairs Review]*, v. 2, p. 35-54, 2014.

SOBRE OS AUTORES

Anna Zavadskaya

Cientista sênior na Kronotsky Federal Nature Biosphere Reserve, Rússia. Doutora em Gestão de Recursos Naturais e Geografia pela Lomonosov State University Moscow, Rússia. Atualmente trabalha em projeto para conectar o turismo e a preservação da natureza em comunidades de Kamchatka, Rússia. Tem atuação acadêmica em conservação e gestão de ecoturismo, educação ambiental e interpretação da natureza.

Aziz Tuffi Saliba

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Direito pela mesma universidade. Diretor de Relações Internacionais da UFMG. Presidente do Ramo Brasileiro da International Law Association. Vice-diretor da Faculdade de Direito da UFMG (2014-2018). Tem atuação acadêmica em direito internacional público e relações internacionais, bilaterais e multilaterais.

Bárbara Malveira Orfanò

Professora adjunta da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Linguística Aplicada pelo Mary Immaculate College, University of Limerick (MIC), Irlanda. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Línguas para Fins Acadêmicos da UFMG. Tem atuação acadêmica em linguística de corpus, corpora de aprendizes e discurso acadêmico oral e escrito da língua inglesa.

Cheng Jin

Professora de Inglês pela Escola de Línguas Estrangeiras da Huazhong University of Science & Technology, China. Mestre em Linguística Aplicada pela mesma universidade. Diretora chinesa do Instituto Confúcio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem atuação acadêmica em linguística aplicada e ensino de línguas estrangeiras.

Chen Jinyang

Doutorando em Segurança Social pela Escola de Administração e Políticas Públicas da Renmin University of China, China. Mestre em Administração Pública pela Zhongnan University of Economics and Law. Tem atuação acadêmica em seguro de saúde e microeconometria aplicada.

Dawisson Belém Lopes

Professor associado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Diretor adjunto de Relações Internacionais da UFMG. Foi professor visitante da Université Catholique de Louvain (UCL), Bélgica. Tem atuação acadêmica em política externa e instituições internacionais.

Gilberto Libânio

Professor associado do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Economia pela University of Notre Dame, Estados Unidos. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia do Cedeplar, UFMG. Tem atuação acadêmica em macroeconomia, desenvolvimento econômico, economia internacional e economia regional.

Hu Hongwei

Professor da Escola de Administração e Políticas Públicas da Renmin University of China, China. Doutor em Segurança Social pelo Centro de Estudos de Segurança Social da Wuhan University, China. Diretor do Instituto de Segurança Social. Tem atuação acadêmica em seguro de saúde e proteção para idosos e crianças.

Jerônimo Coura-Sobrinho

Professor titular do Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui estágio pós-doutoral pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem atuação acadêmica em exame Celpe-Bras, exames de proficiência linguística e avaliação de proficiência em línguas.

Liu Jinlong

Professor da Renmin University of China, China. Doutor em Sociologia do Desenvolvimento Rural pela Wageningen University, Holanda. Pesquisador visitante da Guelph University Canada, Canadá (1999). Pesquisador pelo Sustainable Forestry Research and Development Centre (1990-2008). Tem atuação acadêmica em desenvolvimento sustentável e ciências da floresta.

João Paulo Nicolini Gabriel

Doutorando em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP). Integrante da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regime Político (RIPPERP). Tem atuação acadêmica em desenvolvimento comparado de potências emergentes, teoria de relações internacionais e proliferação nuclear.

Lin Jia

Gerente de design da Gensler, China, maior empresa de design do mundo. Graduada em Arquitetura e em Administração pela University of Virginia, Estados Unidos, e University of Pennsylvania, Estados Unidos, respectivamente. Participou do projeto do Evergrande Guangzhou Stadium, maior arena da China. Participou do Asian Forum for Global Governance e do Dhaka Global Dialogue.

Liu Yuanchun

Professor da Escola de Economia da Renmin University of China, China. Doutor em Economia pela mesma universidade. Vice-reitor da mesma instituição. Diretor adjunto do Instituto de Pesquisa Econômica da Renmin University of China. Executivo da Academia de Desenvolvimento Nacional e Estratégia da universidade. Tem atuação acadêmica em macroeconomia e economia mundial.

Luís Eustáquio Moreira

Professor associado da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Possui estágio pós-doutoral pela mesma universidade. Fez parte da primeira Missão China. Tem atuação acadêmica em mecânica das estruturas de bambu e materiais conjugados não metálicos.

Mariana Miranda Rodrigues

Bacharel em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Intercâmbio na The Hague University of Applied Sciences, Holanda (2017). Professora de Inglês na UP-TIME – Comunicação em Inglês. Tem atuação acadêmica em economia da China, desenvolvimento econômico e blocos econômicos (ASEAN).

Pavin Chachavalpongpun

Professor associado da Kyoto University, Japão. Doutor em Estudos Políticos pela School of Oriental and African Studies, University of London, Reino Unido. Professor visitante da University of Sydney, Austrália (2019) e da Tallinn University (2018-2019), Estônia. Exilado da Tailândia por oposição ao regime político nacional. Tem atuação acadêmica em política externa da Tailândia, democratização tailandesa e relações exteriores de Mianmar.

Varvara Sazhina

Professora da Faculdade de Administração Pública da Lomonosov Moscow State University, Rússia. Doutora em Geografia, Sociologia e Ecologia pela mesma universidade. Envolvida em diversos projetos da Kronotsky State Natural Biosphere Reserve e do South-Kamchatka Sanctuary. Tem atuação acadêmica em ecologia, capital social e administração pública local.

Xu Tuoyuan

Doutora em Administração (Economia Florestal e Administração) pela Faculdade de Desenvolvimento Agrícola e Rural da Renmin University of China, em Pequim. Foi “Estudante Mérito” pela mesma universidade (2016). Tem atuação acadêmica em mecanismos de governança comunitária, direitos coletivos de propriedade de florestas e política agrícola.

Yoichiro Sato

Professor da Faculdade de Estudos da Ásia-Pacífico da Ritsumeikan Asia Pacific University, Japão. Doutor em Ciência Política pela University of Hawaii, Estados Unidos. Professor da University of Auckland (1998-2001) e da University of Hawaii (1993-1998). Presidente da International Association of Asia Pacific Studies (2016-2017). Tem atuação acadêmica em política e teoria das relações internacionais.

Zuo Xiyong

Professor da Escola de Estudos Internacionais da Renmin University of China, China. Doutor em Ciência Política pela Fudan University, China. Pesquisador da National Academy of Development and Strategy, *think tank* ligado à mesma universidade. Tem atuação acadêmica em segurança internacional, relações sino-estadunidenses e segurança regional da Ásia-Pacífico.